

GILMAR JOSÉ DE TONI

**LEITURAS DELEUZIANAS DAS RELAÇÕES
FOUCAULTIANAS DE PODER**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Benedicto Lacerda Orlandi.

CAMPINAS
2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP
Por Sandra Ferreira Moreira CRB nº 08/5124**

D34L De Toni, Gilmar José
Leituras Deleuzianas das Relações Foucaultianas de poder /
Gilmar José De Toni . - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.

Orientador: Luiz Benedicto Lacerda Orlandi.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Deleuze, Gilles, 1925-1995. 2. Foucault, Michel, 1926-1984 . 3. Controle. 4. Disciplina. 5. Relações de poder.
I. Orlandi, Luiz B.L. (Luiz Benedicto Lacerda) II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Título em inglês: Deleuzian Readings of the Foucaultian Relations of Power.

Palavras	Deleuze, Gilles, 1925-1995
chaves	Foucault, Michel, 1926-1984
em	Control
inglês	Discipline
(keywords) :	Relations of Power

Área de Concentração: História da Filosofia Contemporânea

Titulação: Doutor

Banca examinadora: Prof. Dr. Silvio Gallo, Prof. Dr. Horacio Martinez,
Prof. Dr. Hélio Rebelo Cardoso Jr.
Prof. Dr. Eladio Constantino Pablo Craia

Data da defesa: 10/06/2010

Programa de Pós-Graduação: Filosofia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

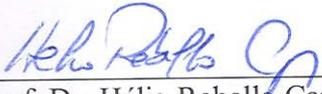
Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Filosofia, pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Campinas, pela comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação/Tese defendida e aprovada pela Comissão julgadora em

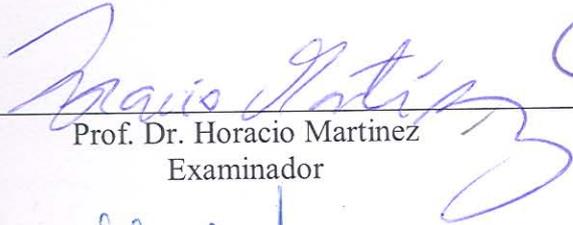
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Luiz Benedicto Lacerda Orlandi
Orientador

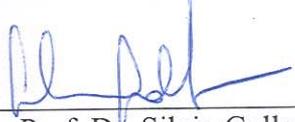
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação/Tese defendida e aprovada pela Comissão julgadora em


Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Jr
Examinador

10 / 06 / 2010


Prof. Dr. Horacio Martinez
Examinador


Prof. Dr. Omar Riberto Thomaz
Matr. 28292-3
Coordenador da Comissão de Pós-Graduação
IFCH/UNICAMP


Prof. Dr. Silvio Gallo
Examinador


Prof. Dr. Eladio Constantino Pablo Craia
Examinador

À Angela Sonda De Toni, minha mãe
À Antônio De Toni, meu pai, *IN MEMORIAM*

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Luiz Benedicto Lacerda Orlandi pela orientação dessa tese, e pelas dicas pontuais que me levaram a desenvolver essa temática me possibilitando o conhecimento de outro Foucault a partir de Deleuze.

Aos Professores Hélio Rebello Cardoso Jr e Horacio Martinez, pela leitura minuciosa e pelas alterações sugeridas para melhorar essa tese no ato do exame de qualificação.

Ao Professor e amigo Paulo Tarso Cabral de Medeiros pelo incentivo desde o início desta jornada Foucault/Deleuze.

Aos amigos Marcos Von Zuben, Caroline Vasconcelos, Aldiane e Dário Mendes por terem sido agradáveis companhias em Barão Geraldo.

Aos amigos Almir Weinfortner, Artur Matos, Edson Andrade, Edson Petry, Heldo e Miriam Donat, Vera Santos, Sara, Da Silva, Altair e Armando que de uma forma ou de outra sempre estiveram presentes.

Para Isabelle Sofhie.

Aos meus amigos e eis alunos da UFMT.

A secretaria de Pós-Graduação do IFCH/UNICAMP.

A Sônia Beatriz, secretária da Pós-Graduação em Filosofia do IFCH/UNICAMP, pela qualidade e eficiência que desenvolve seu trabalho.

Em especial aos meus irmãos e irmãs e a todos de minha família.

E aos demais que, de alguma forma, contribuíram para a elaboração desta tese.

“O que é um diagrama? É a exposição das relações de forças que constituem o poder (...). O diagrama, ou a máquina abstrata, é o mapa das relações de forças, mapa de densidade, de intensidade, que procede por ligações primárias não-localizáveis e que passa a cada instante por todos os pontos, ou melhor, em toda a relação de um ponto a outro”.

GILLES DELEUZE

RESUMO

A presente tese trata da leitura de Gilles Deleuze sobre as relações de poder em Michel Foucault. Partimos da definição do conceito de “diagrama” que foi desenvolvido por Deleuze, para fazer uma análise sobre parte da obra deste pensador, principalmente no que se refere ao segundo eixo das suas investigações, a saber, o eixo genealógico. Mostramos que daí em diante, Foucault passa a tratar sobre as questões do poder, deslocando suas pesquisas da constituição do saber para a genealogia do poder, mudando os objetos e os conceitos de sua investigação. Observamos a forma como Foucault utiliza o método genealógico como condição para analisar a história das sociedades ocidentais, pois é daí que se entende como os diagramas se formam nela e que são causados por mutações, descontinuidades e rupturas entre uma época e outra. Ou seja, para Foucault, segundo Deleuze, é entendendo a história que se compreende tais rupturas diagramáticas. Neste sentido, Deleuze demonstra que é dentro dos diagramas que ocorrem as relações de forças que os colocam sempre em movimento, que, por sua vez, são provocadas pelas formas de resistências que contribuem para agitar o poder e colocá-lo em desatino. É precisamente neste ponto que Deleuze introduz o conceito de diagrama ou de “máquina abstrata”, como um dos conceitos-chaves de suas análises sobre Michel Foucault. Com isso, trabalhamos com a ideia de Foucault de que não há uma centralidade do poder, mas uma transversalidade, porque ele está em todos os lugares e se movimenta em todas as direções, o que faz gerir sempre novas relações de forças, e, portanto, novas formações diagramáticas que estão sempre em devir. Ainda, nos esforçamos para apresentar como Deleuze aponta em Foucault a ocorrência dessas rupturas históricas, desde o fim do diagrama do suplício, que fazia parte da formação histórica das sociedades de soberania, até o final do século XVIII, período que marca o limiar entre estas sociedades com o diagrama das sociedades disciplinares. Finalmente, apresentamos o diagrama da “sociedade de controle”, na qual estamos entrando desde o fim da segunda Guerra Mundial. Aqui Deleuze mostra o funcionamento da nossa sociedade na atualidade. Portanto, o que descrevemos nesta tese, é a maneira que Foucault percebe as relações de forças ou de poder em cada um desses diagramas históricos, os principais fatores que levaram os diagramas anteriores ao seu fim, e como se dão as relações nos diagramas atuais, ou seja, o da sociedade disciplinar que está ficando para trás e o das sociedades de controle que estão pedindo passagem.

Palavras-chaves: diagrama ou máquina abstrata, relações de forças ou de poder, saber, Panóptico, agenciamento, dispositivo, disciplina, controle

ABSTRACT

The present work deals with Gilles Deleuze's reading on the power relations in the writings by Michel Foucault. Having the definition of the concept of 'diagram' developed by Deleuze as a starting point, we set to make an analysis of part of the work of that thinker, mainly of what concerns the second axis of his investigations, that is, the genealogic axis. We show, that from there on, Foucault starts dealing with power matters, replacing his research from the constitution of knowledge to the genealogy of power, changing the objects and the concepts of his investigation. We observe how Foucault employs the genealogic method as a condition to analyze the occidental societies history, for it is so that we can understand how the diagrams are formed in it and that they are caused by mutations, discontinuities, and ruptures between eras. That is, to Foucault, according to Deleuze, it is by understanding history that we can comprehend such diagrammatical ruptures. So, Deleuze demonstrates it is within the diagrams that the power relations occur which set the diagrams into movement, which, by their turn, are provoked by the resistance forms that contribute to agitate the power and make it restless. It is precisely here that Deleuze introduces the concept of diagram, or "abstract machine", as one of the key concepts for his analyses on Michel Foucault. Thus, we work with Foucault's idea that there is not a centrality of power, but a transversality, for power is everywhere and moves in every direction, what provides always new relations of forces, so, new diagrammatical formations always to be. Furthermore, we make an effort to present the way Deleuze highlights in Foucault the occurrence of such historical ruptures, from the end of the torment diagram, which was part of the sovereign societies historical formation, to the end of the XVIII century, period that marks the boundary between these societies with the diagram of the disciplinary societies. Finally, we present the diagram of the "control society", in which we are entering ever since the end of the Second World War. Here, Deleuze shows how society works in nowadays. Therefore, what we describe, in this thesis, is, according to Deleuze, the way Foucault sees the relations between forces or power in each and every historical diagram, the main facts that led the previous diagrams to their end, and how the nowadays relations occur within the diagram, that is, from the disciplinary society which is giving way to the control societies.

KEYWORDS: diagram or abstract machine; force or power relations; knowledge, Panopticon; agencing; device; discipline; control

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	01
2 CARTOGRAFIA DE DIAGRAMAS HISTÓRICOS EM FOUCAULT SEGUNDO DELEUZE.....	07
3 O PODER COMO ANÁLISE CRÍTICA E AS RESISTÊNCIAS COMO PRINCÍPIO PARA AS MUTAÇÕES DIAGRAMÁTICAS.....	49
4 O CORPO COMO ALVO DE TORTURA NO DIAGRAMA DO SUPLÍCIO ATÉ O FINAL DO SÉCULO XVIII.....	71
4.1 Alguns elementos que contribuíram para a formação do poder jurídico no diagrama das sociedades de soberania.....	76
4.2 As revoltas populares no diagrama do suplício como causas para sua decadência.....	79
4.3 Idéias e ideais do Iluminismo para a construção de um novo diagrama político.....	84
4.4 A alma como novo objeto de punição.....	93
5 A DISCIPLINA NA MÁQUINA PANÓPTICA COMO TECNOLOGIA PARA O NOVO DIAGRAMA OCIDENTAL A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XVIII.....	97
5.1 Micro-diagramas no diagrama da disciplina: máquinas de poder que produzem efeitos de saber sobre o corpo.....	111
6 DO <i>CONTINUUM</i> CARCERÁRIO DISCIPLINAR AO DIAGRAMA DA SOCIEDADE DE CONTROLE.....	127
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: VER E SER VISTO NAS MÁQUINAS MICRO-DIAGRAMÁTICAS.....	157
REFERÊNCIAS.....	177

INTRODUÇÃO

Ao se falar das pesquisas empreendidas por Michel Foucault, devemos necessariamente pensar de que momento de sua obra se está falando, pois, como se sabe, suas investigações, desde sua primeira publicação até os seus últimos escritos, são divididas em três fases ou eixos temáticos que são: “o arqueológico, o genealógico e o ético”. Em cada uma dessas fases respectivamente, Foucault tentou privilegiar os processos históricos que contribuem tanto para a formação dos saberes em cada formação histórica utilizando o método arqueológico. Mostrou de que forma se estabelecem as relações de forças ou de poder, preocupando-se em analisar o poder a partir de rupturas históricas que ocorrem entre um modelo de sociedade para outro utilizando o método genealógico. Por fim, ele analisou como se dão os processos de formação ou de produção da subjetividade do indivíduo ocidental pensando essa formação a partir das “práticas de si”.

Na “fase arqueológica”, primeiro eixo de suas análises, que inicia com a publicação do livro *História da Loucura*, de 1961, até o livro *Arqueologia do Saber*, de 1969, Foucault trabalha para observar como os saberes se formam historicamente em cada estrato ou formação histórica, e demonstra que não há uma continuidade dos saberes, que, ao contrário, que eles são descontínuos entre uma época e outra. Para Foucault, cada saber é formado por camadas que se identifica com uma determinada época histórica. Nesse aspecto em suas pesquisas, ele balizou essa formação a partir da análise das práticas e dos discursos de cada época mostrando que por este caminho se torna possível compreender como os saberes se formulam para mostrar que eles não são os mesmos entre um período e outro, e é precisamente a partir desse novo tipo de investigação que ele vai mostrar que são nas rupturas que devemos nos ater para perceber como se dá a construção de novos saberes na história.

A fase genealógica, segundo eixo de sua investigação, inicia com a publicação do livro *Vigiar e Punir*, de 1975, e com o primeiro volume da “História da Sexualidade” de 1976. Daí em diante, Foucault passa a tratar sobre as questões do poder, conceito este que marca o deslocamento dos interesses em suas pesquisas – isto é, da constituição do saber para a genealogia do poder, mudando, portanto, os objetos e os conceitos de suas pesquisas.

A partir daí, Foucault vai definir uma nova concepção de poder que se volta contra o marxismo e as concepções burguesas, o que caracterizava uma crítica sobre a visão tradicional referente à natureza do poder, em que ele quebra com alguns postulados que eram tradicionalmente aceitos, mostrando uma nova maneira de se ver o poder não mais como algo que tem uma centralidade mas como algo que funciona de forma difusa e microscópica agindo em todo o campo social.

A última fase das pesquisas de Foucault se inicia quando ele descobre os “processos de subjetivação”, é marcada pela publicação dos dois últimos volumes da *História da Sexualidade*, e, obviamente, por grande parte de suas entrevistas. É daí em diante que ele acrescenta o terceiro eixo de suas pesquisas, referente aos processos de produção de subjetividades, ou como nos construímos historicamente como sujeitos. Pois, para Foucault, não existe o sujeito, mas “processo de subjetivação”. Neste momento, Foucault determina o novo campo de suas pesquisas a partir de um corte com os dois campos anteriores e passa a organizar suas análises para pensar em torno da relação da subjetividade com a história, ou seja, a partir daí, Foucault investiga a subjetividade relacionando com os processos históricos, que ele mesmo denominou de “estética da existência”, para mostrar de que forma os processos históricos contribuem para a formação da subjetivação moral nas sociedades ocidentais.

Contudo, nossa pretensão nessa tese é de fazer uma análise que será voltada mais para o segundo eixo das pesquisas de Foucault, e que será guiada pela leitura que Gilles Deleuze faz sobre as relações de poder em Michel Foucault. Para tanto, nosso fio condutor será, acima de tudo, uma definição inicial do conceito de “diagrama” que foi desenvolvida e utilizada por Deleuze para fazer tal análise e mostrar como, daí em diante, Foucault passa a tratar sobre as questões que envolvem o poder.

É sobre as questões do poder que Foucault vai encontrar um novo campo de investigação, que também faz parte de análises histórica. É neste ponto que Deleuze introduz o conceito de diagrama ou de “máquina abstrata”, como um dos conceitos chave de suas análises sobre Foucault, para mostrar que nas sociedades ocidentais, os diagramas se formam na história e que são causados por mutações e rupturas entre uma época e outra, pois é dentro deles que ocorrem as relações de forças ou de poder que os colocam sempre

em movimento, que, por sua vez, são provocadas pelas formas de resistências que contribuem para agitar o poder e colocá-lo em desatino. E é a partir do conceito de diagrama que apresentamos a ideia de Foucault de que não há uma centralidade do poder, mas uma transversalidade, por que ele está em todos os lugares e se movimenta em todas as direções, o que faz gerir sempre novas relações de forças, e, portanto, novas formações diagramáticas que estão sempre em devir na história.

Se os três eixos de investigação de Foucault têm a história como base fundamental, é por que Foucault utilizava a história para fazer sua filosofia. Mas o olhar atento de Foucault sobre a história sempre foi voltado para as relações que são estabelecidas entre os indivíduos, ou como, dizia Deleuze, “é pelas condições que Foucault se interessa. Por isso ele diz: pesquisa histórica e não trabalho de historiador”.¹ E é neste sentido que utilizaremos a leitura de Deleuze para encaminhar nossa abordagem para mostrar como ocorrem as mutações ou rupturas na história, pois, se queremos entender as rupturas diagramáticas em Foucault a partir de Deleuze, é entendendo a história que a compreenderemos.

Neste sentido, também, nos esforçamos para demonstrar como Deleuze aponta em Foucault, a ocorrência dessas rupturas diagramáticas históricas, desde o fim do diagrama do suplício, que fazia parte da formação histórica das sociedades de soberania, até o final do século XVIII, período este que marca o limiar entre esta sociedade com o diagrama das sociedades disciplinares. E, junto a isso, apresentaremos também, a partir do conceito de diagrama, como é possível observar a sociedade atual ou como Deleuze a denominou de “sociedade de controle”, como um diagrama do qual nós fazemos parte. Este conceito de sociedade de controle foi desenvolvido por Deleuze, para mostrar a sociedade na qual estamos entrando desde o fim da segunda Guerra Mundial e com isso o seu funcionamento na atualidade. Resumidamente, o que descrevemos nessa tese, é a maneira como Foucault percebe as relações de forças ou de poder em cada um desses diagramas históricos, os principais fatores que levaram os diagramas anteriores ao seu fim, e como se

¹ DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. de Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, 124.

dão as relações nos diagramas atuais, ou seja, o da sociedade disciplinar que está ficando para trás e o das sociedades de controle que estão pedindo passagem.

Para cumprir os objetivos desse trabalho, dividimos esta tese em cinco capítulos. O capítulo I, “Cartografia de diagramas históricos em Foucault segundo Deleuze”, é onde definimos o conceito de diagrama ou de máquina abstrata e uma série de outros conceitos que fazem parte do pensamento de Michel Foucault e de Gilles Deleuze como: agenciamento, dispositivo, atual, virtual, estrato ou formação histórica, as formas do visível e do enunciável entre outros, que contribuirão para entendermos como se dá a formação dos diagramas históricos, pois é a partir deste capítulo que pontuamos elementos significativos que nos servirão de base para podermos desenvolver outros capítulos que fazem parte do conjunto da tese.

No capítulo II, “O poder como análise crítica e as resistências como princípio para as mutações diagramáticas”, abordamos a partir da análise que Foucault faz do poder, como as relações de forças ou poder agem nos diagramas históricos e como se estabelecem as formas de resistências que provocam focos ou pontos de conflitos que contribuem para por o poder em movimento e para que sempre haja rupturas entre os diagramas, ou melhor, como as resistências contribuem para tais mutações diagramáticas de uma época histórica para outra, com os próprios instrumentos e mecanismos que cada formação histórica desenvolve.

O capítulo III, “O corpo como alvo de tortura no diagrama do suplício até o final do século XVIII”, está dividido em quatro partes. Neste capítulo fazemos uma exegese de algumas partes do livro *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, especificamente do período do modelo de suplício, demonstrando a sociedade de soberania com seu modelo de punição em forma de espetáculo público, com as relações de poder e de resistências características daquela estratificação como uma forma diagramática que se estendeu até o final do século XVIII, período em que aquele modelo de sociedade sucumbiu.

Desenvolvemos esta exegese com a simples intenção de apontar esse diagrama e o momento em que ocorre a sua ruptura ou descontinuidade para podermos apresentar nos capítulos subsequentes as novas formações diagramáticas que surgem. Portanto, nas partes que compõem este capítulo, abordamos respectivamente uma série de elementos que

contribuíram para a formação daquele tipo de poder jurídico ao ponto de se instalar o diagrama do suplício. Apresentamos também aspectos como as revoltas ou as resistências populares neste diagrama como causas para sua decadência, juntamente com as ideias e ideais dos pensadores e reformadores Iluministas com suas propostas para construção de um novo diagrama político.

O capítulo IV, “A disciplina na máquina panóptica como tecnologia para o novo diagrama ocidental a partir do final do século XVIII”, está dividido em duas partes. Na primeira parte tratamos sobre o desenvolvimento da disciplina que tem seu início ou sua intensificação com a ascensão da sociedade burguesa, mas, principalmente, tratamos sobre a estrutura panóptica que, segundo Foucault, é o que concretiza a disciplina como um instrumento técnico e político que atuará a partir de novas estratégias sobre o corpo dos indivíduos na tentativa de enquadrá-los em um novo modelo, tomando o corpo por mecanismos de controle ao contrário do que fazia a sociedade de soberania. E, para Deleuze, isso significa que Foucault está mostrando aí que entramos em um novo diagrama: o diagrama da sociedade disciplinar.

Na segunda parte do capítulo IV, “Micro-diagramas no diagrama da disciplina: máquinas de poder que produzem efeitos de saber sobre o corpo”, mostramos, que dentro do diagrama da disciplina desenvolveram-se uma série de micro-diagramas, e aí tomamos as instituições como: a escola, o hospital, a prisão, a oficina, etc., como representação desses micro-diagramas que fazem parte do diagrama maior; pois, se olharmos para dentro da sociedade disciplinar, perceberemos que, segundo Foucault, existe esse conjunto de formas diagramais que se distribuem no todo social e que fazem funcionar técnicas, estratégias, resistências e relações de forças ou de poder específicas, ou melhor, cada uma à sua maneira para captar as ações dos indivíduos e colocá-los dentro do esquema utilidade-docilidade a partir da relação poder-saber.

Finalmente, no último capítulo, apresentamos uma abordagem referente a questões atuais levantadas por Foucault relacionadas com a crise da sociedade disciplinar e a formulação feita por Deleuze sobre a ideia de mesclagem daquela com a sociedade de controle. Por esta razão, o capítulo V, leva o título, “Do *continuum* carcerário disciplinar à sociedade de controle”. Nele tentamos mostrar a conjunção destas duas características

presentes em nossa sociedade, e que, nessa mesclagem, estamos deixando o diagrama da sociedade disciplinar para trás, e que já, há décadas, está se formulando o diagrama da sociedade de controle que não é somente algo presente na sociedade ocidental, mas é uma característica presente em escala mundial.

Apontamos a partir da ideia do *continuum* carcerário, a maneira como as instituições vão, lentamente, deixando de ter os valores que apresentavam desde o final do século XVIII, o que caracteriza essa mistura e transição da sociedade disciplinar para a de controle. Polemizaremos algumas questões em torno da cibernética, do marketing, das comunicações, da “cifra” ou da “senha”, do “dinheiro” sujeito, produto e pretexto das trocas flutuantes, entre outros fatores que acontecem no mundo informatizado, e como essas novas formas vão ocupando seu espaço no cotidiano de cada indivíduo na sociedade mundial, e como este cenário influencia na formação de novas formas da subjetividade, ao mesmo tempo em que remodela as relações a partir das grandes estratégias de mercado.

2 CARTOGRAFIA DE DIAGRAMAS HISTÓRICOS EM FOUCAULT SEGUNDO DELEUZE

*O poder é diagramático:... Com efeito, ele não passa por formas, mas por pontos, pontos singulares que marcam, a cada vez, a aplicação de uma força, a ação ou reação de uma força em relação às outras, isto é, um afeto como estado de poder sempre local e instável.*²

Gilles Deleuze

Como nossa proposta de abordagem neste trabalho é fazer uma leitura de Foucault a partir da leitura que Deleuze desenvolveu sobre ele, neste primeiro capítulo, iniciaremos com uma apresentação ou explicação do porquê e como utilizaremos Deleuze em nossa investigação. Considerando que nossa tese será norteadada pelo conceito de “diagrama”, faremos, então, em primeiro plano, uma exposição deste conceito para defini-lo e mostrar como ele é desenvolvido e utilizado por Deleuze para fazer sua leitura sobre grande parte da obra de Foucault, e, principalmente, como esses autores o utilizam, no sentido de apresentar as mudanças, mutações ou as transformações históricas que ocorrem em nossa sociedade, ou melhor, como este conceito se torna importante para descrever as mudanças de cada época histórica.

Para isso, iniciaremos com uma exposição com a intenção de mostrar como a obra de Foucault é dividida em três eixos dentro de suas pesquisas, a saber, o ser/saber, o ser/poder e o ser/si que se remetem, respectivamente para uma análise de como se dá a produção dos saberes em cada “estrato ou formação histórica” que Foucault denominou de “arqueologia do saber”, que é o primeiro eixo das suas investigações. O segundo eixo, que se refere às práticas do poder, Foucault denominou de “genealogia do poder”, pois aí ele se ocupa das estratégias ou das relações das práticas do poder que influenciam na formação de determinado tipo de saber em cada formação histórica.

No terceiro eixo Foucault vai acrescentar uma indagação a respeito das práticas em cada época histórica para mostrar como nós nos tornamos ou como nos constituímos historicamente como sujeitos, que ele denominou de “subjetivação”. Para isso, Deleuze

² DELEUZE, G. Foucault. op. cit.

mostrará que se formam “três dimensões irreduzíveis, mas em implicação constante, saber, poder e si³” que ele denominou de “ontologias históricas”, pois o próprio Foucault acrescentou que elas são históricas

Porque elas não designam condições universais. O ser-saber é determinado pelas duas formas que assumem o visível e o enunciável em determinado momento, e a luz e a linguagem não são separáveis da ‘existência singular e limitada’ que têm sobre determinado estrato. O Ser-poder é determinado nas relações de forças, as quais passam, elas próprias, por singularidades variáveis conforme a época. E o si, o ser-si, é determinado pelo processo de subjetivação, isto é, pelos locais por onde passa a dobra (os gregos não tem nada de universal).⁴

Então, pensando neste sentido, Foucault está defendendo que as produções dos saberes, as relações de poder e os processos de subjetivação não passam por um plano universal ou metafísico, mas são produções históricas e cada época histórica tem sua própria singularidade.

Por isso as condições não são ‘apodíticas’, mas problemáticas, sendo condições, elas não variam historicamente, mas variam com a história. O que elas apresentam, com efeito, é a maneira através da qual o problema se coloca em tal formação histórica: que posso eu saber, ou que posso ver e enunciar em tais condições de luz e de linguagem? Que posso fazer, a que poder visar e a que resistências opor? Que posso ser, de que dobras me cercar ou como me produzir como sujeito? Sob essas três questões, o ‘eu’ não designa um universal, mas um conjunto de posições singulares ocupadas num Fala-se/Vê-se, Combate-se, Vive-se.⁵

Essa exposição sobre os três eixos da obra de Foucault é importante para entender como ele se utiliza da história para a sua produção filosófica. Pois, como afirma Hélio Rebello, a ideia de “uma ‘ontologia histórica’ envolve, antes de qualquer coisa, certo modo de conceber a relação entre a filosofia e história. Foucault quer transformar a história em seus métodos, no modo de lidar com a documentação histórica”.⁶

Portanto, na primeira parte da obra de Foucault que se refere ao “saber”, que vai desde a publicação do livro, *História da Loucura* de 1961, até a publicação do livro *Arqueologia do Saber* de 1969, ele utiliza, entre outros, o conceito de “episteme”. Nessa

³ *Id.*, *Ibid.*, p. 121.

⁴ *Idem.*, p. 121-122.

⁵ *Idem.*, p. 122.

⁶ CARDOSO JR, Hélio Rebello. **Ontologias Históricas segundo Deleuze/Guattari e Foucault: saberes, poderes e subjetivação**. Projeto CNPq. Edital MCT/CNPq. UNESP/ASSIS, 2007, p. 9.

fase Foucault procurou entender de que maneira os saberes se formam, pois, conforme Hélio Rebello, ao utilizar a ciência como um exemplo de um saber, ele nos fala que ela é formada por camadas que identificam certa época histórica; assim, “quando Foucault se refere à ciência que se ocupa com a vida orgânica ele quer dizer, a biologia. Esta surge no século XVIII e é característica de um período. Antes da biologia, a historia natural se ocupa da vida, mas não era uma ciência”.⁷

Nessas suas pesquisas em torno do saber, Foucault procurou entender como se formam e como é possível identificar os saberes de cada época, porque para ele, as produções dos saberes historicamente constituídos apresentam uma descontinuidade, considerando que os discursos que formulam determinado saber em um período não são os mesmos que formulam saberes em outro período. Por isso, no eixo arqueológico da sua obra, Foucault procurou “estabelecer a constituição dos saberes privilegiando as interrelações discursivas e a sua articulação com as instituições, respondia o como os saberes apareciam e se transformavam⁸” em cada época histórica.

E conforme diz Hélio Rebello na citação acima, não devemos entender que a historia natural é a infância daquilo que nós conhecemos como ciência biológica na atualidade e considerar que houve uma evolução de uma fase para outra, pois se cada época tem suas próprias instituições e formas discursivas, isso significa dizer que Foucault está mostrando que há rupturas nas formas do saber, pois pensando na arqueologia veremos que

A história natural é uma camada ou estrato do saber que pertenceu a uma época, já a biologia é um estrato que pertencera à outra época. São como vestígios de duas civilizações diversas que vieram em momentos diferentes sobre o mesmo solo, deixando seus restos depositados durante a passagem. O importante, do ponto de vista da Arqueologia foucaultiana, é pensar que um saber não leva ao outro. Cada época do saber é descontinua com relação à outra. O arqueólogo procura encontrar esses pontos de descontinuidade entre os saberes.⁹

Então, uma das grandes inovações metodológicas que é marcada pela análise arqueológica foucaultiana, é o fato de que Foucault se dedicou ao estudo dos saberes de

⁷ *Id., Ibid.*, p. 12.

⁸ MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e trad. de Roberto Machado. 16ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001, p. VII-XXIII.

⁹ CARDOSO JR, Hélio Rebello. **Ontologias Históricas segundo Deleuze/Guattari e Foucault: saberes, poderes e subjetivação**. op. cit., p. 12.

diferentes épocas, “projeto este que deixou de considerar a história de uma ciência como o desenvolvimento linear e contínuo a partir de origens que se perdem no tempo e são alimentadas pela interminável busca de precursores”.¹⁰ Neste sentido, ele estava balizando ao nível epistemológico, uma distinção entre uma “ciência e pré-ciência”, e o que marcará essa distinção, são as formas de produção de saberes em cada estrato. E aquilo que Foucault denomina de “episteme”, é exatamente o que marca o limite entre os estratos de um período e os de outros. “Em sua fase arqueológica, Foucault estudou três epistemes: o Renascimento (do século XIV ao XVI), a episteme clássica (século XVII ao final do XVIII) e a episteme Moderna (final do século XVIII e século XIX até a virada do século XX)”¹¹.

Ainda utilizando o exemplo de Hélio Rebello, citado anteriormente, ele mostra que a história natural pertenceu aos estudos de Foucault pertinentes à “episteme clássica” e a biologia, à “episteme moderna”; ou seja, isso mostra que em cada episteme os objetos a serem pesquisados, os “conceitos e os métodos” para se desenvolver determinado saber, são diferentes porque cada episteme se organiza de forma diferente. E o que Foucault fez no método arqueológico foi voltar-se para o interior dessas epistemes para “entender como cada época se organiza em termos de saberes”.¹²

Pois bem, deixamos de lado esta fase arqueológica por ora, e passamos agora a fazer uma análise mais detalhada da fase genealógica de Foucault, pelo fato de ser esta a fase que vai balizar esta pesquisa. Voltaremos à arqueologia ainda neste capítulo e de forma intermitente em outros capítulos desta tese, para demonstrar como Foucault entende a produção dos saberes em cada estrato ou formação histórica.

Portanto, no segundo eixo, ou eixo genealógico, o conceito chave para o desenvolvimento do método é o conceito de poder, e é a partir do conceito de dispositivo que Foucault vai marcar o deslocamento de seus interesses em suas pesquisas, isto é, da constituição do saber para a genealogia do poder. Foucault muda, assim, os objetos de suas pesquisas, e, correlativamente os conceitos que empreende em suas análises históricas.

¹⁰ MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. op. cit., p. VII-XXIII.

¹¹ CARDOSO JR, Hélio Rebello. **Ontologias Históricas segundo Deleuze/Guattari e Foucault: saberes, poderes e subjetivação**. op. cit., p. 12.

¹² *Id.*, *Ibid.*, p. 13.

Antes de falarmos do dispositivo de poder vejamos como funciona o método genealógico a partir de alguns livros e textos de Foucault.

É com os livros *Vigiar e Punir*, de 1975, e depois com o primeiro volume da *História da Sexualidade*, publicado em dezembro de 1976, que Foucault marcará esse novo campo de investigação que parte das análises históricas das questões do poder e que serve como instrumento para explicar como se dá a produção dos saberes historicamente. E para entendermos melhor este método de Foucault, necessariamente precisamos entender como isso tudo se passa dentro da história, pois é a partir da forma como Foucault entende a história que se pode compreender como funciona o seu método de pesquisa.

Sabemos que este conceito de genealogia utilizado por Foucault se encontra presente na obra de Nietzsche, quando este faz uma “genealogia da moral”. O próprio Nietzsche afirma que ao elaborar a genealogia da moral encontrou esta ideia nos psicólogos ingleses, mas, principalmente na obra de Paul Rée, em que Nietzsche despertou seu interesse em divulgar suas ideias referentes a genealogia. No entanto, há uma diferença entre a genealogia empregada por Paul Rée e aquela que Nietzsche vai empregar em sua obra, isto é, enquanto Paul Rée se utiliza da continuidade da história, Nietzsche propõe sua genealogia de forma oposta, ou seja, uma descontinuidade da história, porque para Nietzsche a história não é formada por eventos ou acontecimentos que formam cadeias de signos em que um leva sucessivamente ao outro, substituindo-se ininterruptamente. No texto “Nietzsche, a genealogia e a história” que se encontra em *Microfísica do poder*, Michel Foucault inicia o texto falando sobre a afirmação de Nietzsche de que:

Paul Rée se engana, como os ingleses, ao descrever gêneses lineares, ao ordenar, por exemplo, toda a história da moral através da preocupação com o útil: como se as palavras tivessem guardado seu sentido, os desejos sua direção, as ideias sua lógica; como se esse mundo de coisas ditas e queridas não tivesse conhecido invasões, lutas, rapinas, disfarces, astúcias. Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis

distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram.¹³

Portanto, o método genealógico empreendido por Foucault a partir de Nietzsche é o descontínuo, a singularidade dos acontecimentos e suas rupturas sempre com o aparecimento de outros acontecimentos que marcam pontos de partida de algo que não segue necessariamente uma linearidade dentro da história. Neste mesmo texto, Foucault passa a fazer uma descrição do que é a genealogia no pensamento de Nietzsche, apresentando a ideia deste conceito do qual ele faz uso em sua obra para definir a forma em que aparecem certos saberes e as relações de poder ou de forças na história. A genealogia para Foucault:

Exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência. Ela deve construir seus ‘monumentos ciclópicos’ não a golpes de ‘grandes erros malfazejos’ mas de ‘pequenas verdades inaparentes estabelecidas por um método severo’. Em suma, uma certa obstinação na erudição. A genealogia não se opõe à história como a visão ativa e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe a pesquisa da “origem”¹⁴.

A partir daí, pode-se entender que a genealogia de Nietzsche não é uma busca pela origem histórica, mas, ao contrário, é uma recusa da origem, pois, para Nietzsche, a partir do momento em que se busca pela origem de qualquer evento, já se está pressupondo a existência de uma “essência”, uma “verdade” que ocorreu em determinado momento e que está lá em algum lugar, estática e imóvel à espera de ser encontrada, o que torna essa busca um processo progressivo pelo qual se pretende encontrar jogos de forças em um referencial fixo inicial. Portanto, Foucault se pergunta:

Por que Nietzsche genealogista recusa, pelo menos em certas ocasiões, a pesquisa da origem (Ursprung)? Porque, primeiramente, a pesquisa, nesse sentido, se esforça para recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo. Procurar uma tal origem é tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que o puderam ter acontecido, todas as

¹³ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do poder**. Organização e trad. de Roberto Machado. 16ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001, 15-37.

¹⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 15-16.

astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. Ora, se o genealogista tem cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas. (...) o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate.¹⁵

Isso significa dizer que essa ideia de uma “essência”, da busca da verdade da história é criticada por Nietzsche, porque para ele a verdade (conhecimento) é algo constituído historicamente, e não há a ideia de uma origem na obra de Nietzsche porque ele evita esta palavra, contudo, o método genealógico não se propõe à busca da origem, nem tampouco o genealogista quer encontrá-la, pois para ele, a origem não existe, não está oculta em algum lugar esperando para ser descoberta. Desta forma, não há verdades e valores que devam ser seguidos ou buscados através do conhecimento, a verdade é fruto de uma relação de forças, de um embate, de uma guerra, de uma construção histórica, algo que está em constante metamorfose.

Antes de continuar com a definição do método genealógico, paramos um pouco mais aqui, para mostrar algumas passagens, em Foucault, onde se define sua compreensão sobre verdade e como ela é produzida. No livro *A verdade e as formas jurídicas*, Foucault propõe a hipótese de duas histórias da verdade.

A primeira é uma espécie de história interna da verdade, a história de uma verdade que se corrige a partir de seus próprios princípios de regulação: é a história da verdade tal como se faz na ou a partir da história das ciências. Por outro lado, parece-me que existem, na sociedade, ou pelo menos, em nossas sociedades, vários outros lugares onde a verdade se forma, onde um certo número de regras de jogo são definidas – regras de jogo a partir das quais vemos nascer certas formas de subjetividade, certos domínios de objeto, certos tipos de saber – e por conseguinte podemos, a partir daí, fazer uma história externa, exterior, da verdade.¹⁶

Mais adiante, nesse mesmo texto, Foucault explica que toma a obra de Nietzsche porque o considerou melhor para suas pesquisas, o mais “eficaz” e o mais “atual” e, a seu ver, parece que encontramos em Nietzsche “efetivamente um tipo de discurso que

¹⁵ *Idem*. 17-18.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nau editora, 2001, p. 11.

faz a análise histórica da própria formação do sujeito, a análise histórica do nascimento de um certo tipo de saber, sem nunca admitir a preexistência de um sujeito de conhecimento”.¹⁷ Ao dizer isso, Foucault mostrará, logo em seguida, o porquê de Nietzsche não empregar a palavra origem em sua obra, partindo de uma pequena citação de Nietzsche para mostrar que o conhecimento, a verdade não tem origem, mas ao contrário, ela foi inventada, a citação que Foucault tem como ponto de partida é do texto *O Livro do Filósofo*, de 1873, mas que só foi publicado postumamente. Diz o texto:

Em algum ponto perdido deste universo, cujo clarão se estende a inúmeros sistemas solares, houve, uma vez, um astro sobre o qual animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o instante da maior mentira e da suprema arrogância da história universal.¹⁸

Foucault utiliza esse texto para mostrar como Nietzsche defendia a ideia de que o conhecimento não teve origem, mas que, em determinado momento ele foi inventado, e, junto a isso, “a ideia de que o tempo e o espaço podem preexistir ao conhecimento, a ideia de que o tempo e o espaço não são formas do conhecimento, mas, pelo contrário, espécie de rochas primitivas sobre as quais o conhecimento vem se fixar”.¹⁹ Com isso Foucault fixa-se no termo “invenção” que é o termo empregado por Nietzsche para não utilizar a palavra origem.

Só a fim de esclarecimento, e para não nos alongarmos muito neste ponto, apresentaremos somente as formas e o sentido que Foucault emprega unicamente para o termo “*Irfindung*”, que significa “invenção” em oposição ao termo “*ursprung*”, que significa “origem”. Não vamos aqui nos referir aos outros termos empregados por Nietzsche como: “*Herkunft*” que significa “proveniência” e “*Estestehung*” que representa ideia de “emergência” que são termos que ele também usa para não utilizar a palavra origem.

Assim, para entendermos melhor o método genealógico aplicado por Foucault, vamos antes ver como ele entende o termo invenção conforme Nietzsche o utilizava. Foucault apresenta dois sentidos para esta palavra. O primeiro sentido é utilizado por

¹⁷ *Id., Ibid.*, p. 13.

¹⁸ Nietzsche, apud Foucault. In: **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nau editora, 2001, p. 13.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. op. cit., p. 14.

Nietzsche quando ele estuda a religião e faz uma crítica da análise que Schopenhauer faz da religião, por este ter feito uma análise histórica da origem da religião aplicando-lhe um sentido metafísico, como se ela já fosse algo dado e que estava presente em todos os homens, contendo um núcleo essencial e verdadeiro. Ou seja, o que Nietzsche fez foi uma crítica a este sentimento metafísico da origem afirmando que:

A história não é isso, não é dessa maneira que se faz história, não é dessa maneira que as coisas se passaram. Pois a religião não tem origem, não tem Ursprung, ela foi inventada, houve um Erfindung da religião. Em um dado momento, algo aconteceu que fez aparecer a religião. A religião foi fabricada. Ela não existia anteriormente.²⁰

Essa referência que Foucault faz a Nietzsche é uma demonstração do método genealógico que aparece nesses dois pensadores, porque aí está implícita no termo invenção a ideia de rupturas, de descontinuidades, enquanto na palavra origem está presente a ideia da continuidade. Esta mesma referência que Nietzsche faz em relação à invenção da religião, faz também com relação à poesia, pois, para ele, essa também foi inventada em algum momento. Se a palavra origem é desprezada por Nietzsche, é justamente porque ela contém em si algo que dá a ideia de uma continuidade e, por isso, ele usa a palavra invenção, pois, para ele, invenção representa:

Por um lado, uma ruptura, por outro, algo que possui um pequeno começo, baixo, mesquinho, inconfessável. Este é o ponto crucial da Erfindung. Foi por obscuras relações de poder que a poesia foi inventada. Foi igualmente por puras obscuras relações de poder que a religião foi inventada. (...) O conhecimento foi, portanto, inventado. Dizer que ele foi inventado é dizer que ele não tem origem. (...) que não está em absoluta inscrito na natureza humana.²¹

O que Foucault está demonstrando é que Nietzsche mostra que, a partir da palavra invenção, num primeiro sentido, para um genealogista, em momento algum se deve mostrar uma história de continuidade que tende para uma linearidade ou progresso, ou que exista um ponto de origem para ser encontrado onde pode ser descoberta uma essência do homem. Ao contrário, o que o genealogista deve procurar para fazer a história são as rupturas, os pontos desconectos, as descontinuidades, pois é aí que se estabelecem as relações de poder e que causam limiares na história e sempre se está inventando um

²⁰ *Id., Ibid.*, p. 15.

²¹ *Idem.*, pp. 15-16.

pequeno e novo começo, com novas ideias, conhecimentos e costumes. O segundo sentido do termo invenção empregado por Foucault, além desse de que o conhecimento não está “ligado à natureza humana, de não derivar da natureza humana, nem mesmo é aparentado, por um direito de origem, com o mundo a conhecer”,²² é o fato de que, no fundo, não há, “segundo Nietzsche, nenhuma semelhança, nenhuma afinidade prévia entre conhecimento e essas coisas que seria necessário conhecer”.²³

Neste sentido, o que Nietzsche está afirmando, segundo Foucault, é que o fato de não haver natureza, essência ou “condições universais” para o conhecimento, significa dizer que o conhecimento é, cada vez mais, “o resultado histórico e pontual de condições que não são da ordem do conhecimento”,²⁴ mas que o conhecimento não passa de um “efeito”, um “acontecimento” que podemos colocar sob o “signo do conhecer”. Isto é, o conhecimento para Nietzsche “não é uma faculdade, nem uma estrutura universal. Mesmo quando utiliza um certo número de elementos que podem passar por universais, esse conhecimento será apenas da ordem do resultado, do acontecimento, do efeito”²⁵ que se produz na história.

Portanto, é neste sentido que Nietzsche emprega o “caráter perspectivo do conhecimento”, para designar uma concepção crítica e denunciar certos valores reinantes na sociedade, que se apresentam como utilidades bem definidas, que, no entanto, não passam de concepções projetadas “erroneamente na essência das coisas”, representando não a verdade das coisas, mas, simplesmente a ingenuidade do homem. Ao contrário, para Nietzsche, o conhecimento só é possível

Sob a forma de um certo número de atos que são diferentes entre si e múltiplos em sua essência, atos pelos quais o ser humano se apodera violentamente de um certo número de coisas, reage a um certo número de situações, lhes impõe relações de força. Ou seja, o conhecimento é sempre uma certa relação estratégica em que o homem se encontra situado. É essa relação estratégica que vai definir o efeito do conhecimento e por isso seria totalmente contraditório imaginar um conhecimento que não fosse em sua natureza obrigatoriamente parcial, oblíquo, perspectivo. O caráter perspectivo do conhecimento não deriva da natureza humana, mas sempre do caráter polêmico e estratégico do conhecimento. Pode-se falar do

²² *Idem.* p. 17.

²³ *Idem.*

²⁴ *Idem.* p. 24.

²⁵ *Idem.*

caráter perspectivo do conhecimento porque há batalha e porque o conhecimento é o efeito dessa batalha.²⁶

Assim, a busca histórica a partir da genealogia se encontra nas batalhas que são travadas em cada época, nas suas relações de poder ou de força. E, por isso, Foucault concebe o poder como relações, e é a partir das relações estabelecidas entre os indivíduos em cada época histórica que ele percebe uma nova concepção de poder. E o ponto crucial para tal análise Foucault vai encontrar nas “práticas” e nos “discursos” aceitos ou desenvolvidos em cada época, e esta é a originalidade de suas análises, tanto da “analítica do poder” quanto da análise da história que, a partir do método genealógico, Foucault demonstra que a história não é feita de linearidade e sim de rupturas, e, entre uma ruptura e outra, temos práticas e relações de forças diferentes e, quando há uma ruptura de certas práticas dentro de uma determinada época histórica, nós temos também a ruptura com certas relações de poder, e isso já significa dizer que temos uma ruptura de um diagrama histórico para entrarmos em outro diagrama, com novas práticas e discursos e relações de poder ou de força que vão se instalando.

Para vermos como funcionam as relações de poder a partir desta empreitada genealógica, tomamos agora o conceito de dispositivo na obra de Foucault, pois é com a introdução deste conceito que sua obra ganha em precisão para aprofundar a análise do poder-saber. O dispositivo do poder é importante para compreender as composições de cada época histórica. E é ele que vai marcar o deslocamento da investigação dentro da obra de Foucault. Portanto, faremos aqui uma definição do que é o dispositivo e mostraremos também como este conceito é tomado na obra de Deleuze, pelo conceito de agenciamento. Veremos como Deleuze faz esses dois conceitos se equivalerem ao ponto dele trocar um pelo outro para explicar o funcionamento dos diagramas históricos, e, a partir desses dois conceitos, veremos que descrever o que é um diagrama é descrever o mapa das relações de forças e de poder de cada época histórica e como as forças se atualizam a todo instante.

Uma definição do conceito de dispositivo para Foucault encontra-se em um debate presente no livro *Microfísica do Poder*, sob o título “Sobre a história da sexualidade”, onde ele explica que com a ideia de dispositivo ele demarca “um conjunto

²⁶ *Idem*, p 25.

decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”.²⁷

Já Deleuze em seu texto *Desejo e Prazer*, logo no começo afirma que o conceito de dispositivo do poder é uma das teses essenciais que aparece no livro *Vigiar e Punir*, porque ele vai representar três aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, Deleuze mostra que Foucault traz uma novidade política neste livro a partir da sua concepção do poder, por ela estar em “oposição a toda teoria do Estado”,²⁸ pois o dispositivo do poder rompe com certo esquerdismo a partir do momento que Foucault concebe um novo modo de analisar o poder.

Em segundo lugar, Deleuze afirma, a respeito do trabalho de Foucault, que neste momento implica uma superação da dualidade que existia entre as “formações discursivas e das formações-não discursivas, que subsistia em “Arqueologia do Saber, e explicar como os dois tipos de formação distribuíam-se ou se articulavam segmento por segmento”²⁹ de maneira que as formações discursivas não fossem reduzidas e nem assemelhadas com as formações não-discursivas e vice-versa. O terceiro aspecto desta inovação apontado por Deleuze a partir dos dispositivos de poder é que eles “não procediam por repressão nem por ideologia”,³⁰ mas o que Foucault coloca em *Vigiar e Punir*, no lugar da repressão e da ideologia, são os conceitos de “normalização e de disciplina”.

Mais adiante, Deleuze demonstra que a tese sobre os dispositivos do poder apontam para duas direções distintas. A primeira é que eles “constituem numa multiplicidade, difusa, heterogênea, a dos microdispositivos. De acordo com outra direção, eles remetiam a um diagrama, uma espécie de máquina abstrata imanente a todo o campo social”³¹. Deleuze, ao mostrar que em *Vigiar e Punir* os dispositivos de poder não agem nem por ideologia nem por repressão e são irredutíveis a qualquer aparelho de Estado;

²⁷ FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder**. op. cit., p. 244.

²⁸ DELEUZE, Gilles. Desejo e Prazer. In. **A diferença**. Trad. Luiz B. L. Orlandi (Org.). Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 98.

²⁹ *Id.*, *Ibidem*.

³⁰ *Idem*.

³¹ *Idem*. p 99.

mostra, também, que no livro *História da Sexualidade*, Foucault dará um passo adiante em relação a *Vigiar e Punir*, pois naquele livro, Foucault apontará, em primeiro lugar, que os dispositivos de poder passam a ser “constituintes” e não apenas normalizantes e, em segundo lugar, que eles não se limitam a formar “saberes”, mas que são “constitutivos da verdade”. Portanto, há aí um avanço nas análises de Foucault, porque começam a aparecer as categorias positivas do poder como da sexualidade e deixam de se referir a categorias negativas como: delinquência, loucura como objetos de confinamento.

Esses são aspectos do dispositivo do poder apontados por Deleuze que ele considera essenciais para entender grande parte da obra de Foucault. Mas vejamos agora como Deleuze mostra o funcionamento deste conceito a partir do texto, “Que é um dispositivo”. Nesse texto, Deleuze aponta pelo menos quatro formas para definir ou entender o que é um dispositivo. Em primeiro lugar, para ele, o dispositivo assemelha-se a uma “espécie de novelo ou de meada, um conjunto multilinear”.³² E, pensando no dispositivo desta maneira, é possível compreender que Deleuze, aí, já está tratando da forma como age um dispositivo dentro de um espaço determinado que, por sua vez, já é a descrição do funcionamento em um diagrama de poder. Pois, se olharmos bem para uma meada, veremos que ela é composta de linhas que são dobradas ou enroscadas umas nas outras, e, se levarmos sua utilização para o cotidiano social entre indivíduos, perceberemos que se refere a situações de intrigas ou de pontos de encontros, pois os dispositivos de poder agem desta forma.

E, quando Foucault afirma “que o próprio Estado aparece como efeito de conjunto ou resultante de uma multiplicidade de engrenagens e de focos que se situam num nível bem diferente e que constituem por sua conta uma ‘microfísica do poder’”,³³ para Deleuze, Foucault está quebrando o “postulado da localização” do poder, isto é, Deleuze está falando que Foucault desenha o funcionamento do poder que age por infinitas linhas e não somente de cima para baixo como se imaginava no postulado do Estado; e todas essas linhas têm natureza completamente diferente por que partem de todas as direções dentro do

³² DELEUZE, Gilles. Que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 90.

³³ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 35.

quadro social e sempre mantém processos em desequilíbrio por que as forças que agem nunca são iguais, ora pendem para um lado, ora para outro.

Isso quer dizer que as forças estão em constantes intrigas, medindo forças, criando pequenas e grandes batalhas. Por isso, nunca um dispositivo delimita sistemas homogêneos, pois, se essas linhas são quebradas, bifurcadas ou enforquilhadas é justamente porque “os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como vetores ou tensores”,³⁴ o que significa dizer que os sujeitos estão dispersos em todos os pontos do quadro social, ora ligados ou próximos por alguma relação de força, ora desligados e afastando-se desta força, mas ligando-se a outra força. Portanto, assim como as linhas de uma meada tentam formar um desenho, uma imagem ou figura qualquer, desenhar os contornos do quadro social conforme o funcionamento do dispositivo de poder, a partir das relações entre os indivíduos já é desenhar um diagrama, pois,

Desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de ‘trabalho em terreno’. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessem-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal.³⁵

E fazer essa cartografia do dispositivo é desenhar um mapa das relações de poder que funcionam dentro de um diagrama, melhor dizendo, já é o desenho de um diagrama com todas as suas relações de forças que se estabelecem dentro dele. Cartografar aí é descrever as práticas, as relações entre os indivíduos, pois assim como os vetores, os indivíduos apontam para todas as direções de um território, e os tensores também, assim como os indivíduos, se dispersam, estendem suas linhas, suas relações, por todos os lados.

Portanto, fazer uma exposição sobre o conceito de diagrama para defini-lo dentro do pensamento de Michel Foucault, é fazer uma análise do que é uma cartografia, conceito este que Deleuze inclui em sua análise sobre *Vigiar e Punir*, quando escreve o texto “Um novo cartógrafo”, e, a partir deste conceito, passa a mostrar como funcionam os diagramas históricos do poder presentes na obra de Foucault. Deleuze aponta um “Foucault

³⁴ DELEUZE, Gilles. Que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. op. cit., p. 90.

³⁵ *Id.*, *Ibidem*.

cartógrafo” e utiliza este conceito porque é nele que o diagrama toma forma, e é dele que Deleuze parte para fazer sua definição sobre o que é um diagrama. Façamos uma breve definição do que é uma cartografia antes de seguir para as outras formas de funcionamento do dispositivo.

A palavra cartografia, a partir de seu uso corrente nos dicionários da língua portuguesa, significa: “arte ou técnicas que visam à elaboração, redação e à edição de cartas geográficas ou mapas”,³⁶ conseqüentemente, o cartógrafo é aquele que se utiliza de certas operações científicas, artísticas e técnicas que intervêm na elaboração de cartas, mapas e planos que representam pontos, figuras, linhas, traços, etc., a partir dos resultados de observações feitas de forma direta ou pela exploração de documentos e sua utilização para determinado objetivo. O cartógrafo trabalha com símbolos e convenções que representam determinados elementos que facilitam a leitura, a interpretação e a confecção de mapas, cartas ou planos que podem mostrar espaços físicos como: casas, ruas, bairros, instituições sejam elas de ensino, de produção, de cura, de punição, etc.; que fazem parte de um determinado espaço social; pode elaborar mapas de cidades, de Estados ou de países; pode traçar mapas com pontos para localizações oceânicas ou qualquer outra coisa que se encontra no globo terrestre, ou seja, uma cartografia pode representar tanto aspectos locais, regionais como globais. A partir desses mapas, o cartógrafo pode representar concentrações populacionais, econômicas, culturais, sociais, religiosas, políticas, etc.

Ainda, o cartógrafo pode traçar mapas de expedições militares ou científicas; o deslocamento de grupos ou povos; viagens aéreas, marítimas, terrestres ou qualquer tipo de deslocamentos, isto é, o cartógrafo pode representar planos imaginários, superfícies, delimitações de territórios, etc., e, tudo isso, grosso modo, são representações de formas diagramáticas ou de diagramas. Com a utilização de elementos simbólicos que são previamente convencionados por esses mapas, cartas ou planos para desenhar um espaço concreto, se torna possível entender a cartografia de forma abstrata, pois essas cartas têm por função e objetivo explicar fenômenos quanto a sua área de ocupação, sua importância,

³⁶ **LAROUSSE ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA.** RODRIGUES, Diego; NUNO, Fernando e POZZOLI, Thereza. Coord. Editorial, Diego Rodrigues, Fernando Nuno (Estúdio Sabiá); lexicografia Thereza Pozzoli. (Estúdio Sabiá); lexicografia. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004, p 133.

movimentação, ocupações e evoluções em determinado território considerando todos os aspectos que compõem uma área geográfica.

Mas aqui o que nos interessa, para entender e explicar a leitura de Deleuze sobre Foucault, entre outras coisas, é que Deleuze vai mostrar que o cartógrafo Foucault se utiliza do conceito de diagrama para cartografar as relações de forças ou de poder que compõem épocas históricas diferentes e, inclusive, a atualidade de nossa sociedade. Para Deleuze, o cartógrafo Foucault parte da observação de documentos, códigos legais, medidas administrativas, enunciados políticos, filantrópicos, científicos, morais, culturais, econômicos, etc.; de organizações arquitetônicas como escola, prisão, hospital, fábrica, etc.; movimentos e deslocamentos de grupos de um território a outro. E essa cartografia de Foucault parte da análise, leitura e interpretação daquilo que é dito ou enunciado, daquilo que é visto ou visível; do fazer e das práticas do poder em cada época histórica.

Com isso, Foucault mostra uma nova maneira de analisar a história a partir das práticas e dos discursos, traçando uma cartografia das relações de forças estabelecidas em cada estrato ou formação histórica e suas rupturas, suas fissuras, suas rachaduras que provocam limiares, fronteiras ou discontinuidades dentro da história. Essa forma de cartografar é fazer mapas que desenham ou representam as relações de forças de épocas diferentes, e isso é compor diagramas históricos de cada época. E traçar os mapas, cartas ou planos das estratégias e das relações de poder ou de forças, ou perceber como essas relações se estabeleceram em cada momento da história, é fazer a cartografia do dispositivo do poder, é descrever diagrama.

A segunda forma do funcionamento do dispositivo de Foucault, para Deleuze, se apresenta a partir de duas dimensões que são: a visibilidade e as enunciações que fazem dos dispositivos “máquinas de fazer ver e fazer falar”.³⁷ A maneira que Deleuze vê esta segunda forma do dispositivo se identifica com a primeira fase da obra de Foucault, a saber, com a “fase arqueológica”, porque o dispositivo aí se identifica com os estratos ou formações históricas de cada época, porque os estratos são “feitos de coisas e de palavras, de ver e de falar, de visível e de dizível, de regiões de visibilidade e de campos de

³⁷ DELEUZE, Gilles. Que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. op. cit., p. 90.

legibilidade, de conteúdo e de expressões”.³⁸ E se pensarmos as formas de saber de cada época encontraremos dispositivos diferentes que produzem saberes diferentes em cada época, pois ao afirmar que a visibilidade “é formada de linhas de luz que formam figuras variáveis e inseparáveis deste ou daquele dispositivo”,³⁹ Deleuze está afirmando que cada dispositivo tem seu “regime de luz” e, no entanto, se ele coloca o dispositivo prisão como exemplo, é por que esta, enquanto uma estrutura visível funciona como uma máquina ótica para ver sem ser visto, mas que vale a partir de um determinado período histórico, ou seja, a partir do final do século XVIII, bem como o “dispositivo asilo” vale para o século XVII.

Assim, Deleuze também está afirmando que cada dispositivo tem seu “regime de enunciação”, considerando que as

Enunciações são curvas que distribuem variáveis, e, porque, uma ciência, em um determinado momento, ou um gênero literário, ou um estado de direito, ou um movimento social definem-se precisamente pelos regimes de enunciações. Não são nem sujeitos nem objetos, mas regimes que é necessário definir em função do visível e do enunciável, com suas derivações, suas transformações, suas mutações. E em cada dispositivo as linhas atravessam limiares em função dos quais são estéticas, científicas, políticas, etc.⁴⁰

Ou seja, essa segunda característica do dispositivo que, segundo Deleuze, funciona pelo visível e o enunciável porque em cada época histórica cada dispositivo tem sua própria forma de se apresentar tanto em sua formação visível como em suas enunciações. O dispositivo prisão, enquanto forma visível, servirá para enquadrar o delinqüente e colocá-lo sob vigilância, onde ele pode ser visto, e a partir daí pode se extrair do prisioneiro as formas de enunciações sobre o crime e o criminoso, e, ao se produzir enunciações, se está falando sobre ele e, portanto, essas enunciações se integrarão no discurso do direito penal. Isso também vale para o asilo, que é uma forma visível e coloca o louco para ser visto enquanto a medicina vai formular enunciados sobre a loucura ou a “desrazão”.

Com isso, Deleuze quer mostrar que, se há historicidade dos dispositivos, ela se encontra a partir dos regimes de luz e de enunciação e porque cada estrato ou cada

³⁸ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 57.

³⁹ DELEUZE, Gilles. Que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. op. cit., p. 90.

⁴⁰ *Id.*, *Ibidem*. p. 91.

formação histórica apresenta forma visível e enunciável diferente de uma época para a outra; ou seja, cada estrato do saber é descontínuo ao outro e aquilo que separa um estrato do outro, que Foucault denominou “episteme”, é o que mostra a forma de ver e de falar, ou da visibilidade e da enunciação do saber de cada estrato. Foucault percebe e demonstra que os saberes são diferentes e descontínuos em cada época, justamente por que os regimes também o são. Nas palavras de Deleuze:

Uma ‘época’ não preexiste aos enunciados que a exprimem, nem às visibilidades que a preenchem. São os dois aspectos essenciais: por um lado, cada estrato, cada formação histórica implica uma repartição do visível e do enunciável que se faz sobre si mesma; por outro lado, de um estrato a outro varia a repartição, porque a própria visibilidade varia em modo e os próprios enunciados mudam de regime. Por exemplo, ‘na idade clássica’, o asilo surge como uma nova maneira de ver e de fazer ver os loucos, bem diferente da maneira da Idade Média, ou do Renascimento; a medicina, por sua vez, assim como o direito, a regulamentação, a literatura, etc., inventam um regime de enunciados que se refere à desrazão como novo conceito.⁴¹

Portanto, é neste sentido que, para Foucault, cada época histórica tem suas próprias formas de analisar e utilizar os conceitos.

A terceira característica do funcionamento do dispositivo, na definição de Deleuze, implica “linhas de forças” que se situam nas duas linhas precedentes, porque o dispositivo do poder passa a retificar as “curvas anteriores, traçam tangentes, envolvem os trajetos de uma linha com a outra linha, operam idas e vindas entre o ver e o dizer e inversamente, agindo como setas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras, que não cessam de conduzir a batalhas”.⁴² Se as linhas de forças ou de poder atravessam todos os pontos de um dispositivo, é porque em uma instituição arquitetônica qualquer, como a escola, como exemplo de microdispositivo, veremos que essas linhas de forças são produzidas em todos os tipos de relações que são estabelecidas no seu interior, ou seja, há relação de forças entre todos os indivíduos que circulam neste espaço: entre professores, alunos, funcionários, diretores, coordenadores, etc., isto quer dizer que as linhas de forças circulam entre todos e passa por todos os lugares do dispositivo, assim como em uma meada onde os pontos e os nós se encontram, no dispositivo escola não é diferente.

⁴¹ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 58.

⁴² DELEUZE, Gilles. Que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. op. cit., p. 91.

Assim também essas linhas de forças atravessam as formas discursivas, pois ao se analisar os discursos pedagógicos, decisões regulamentares ou administrativos do dispositivo escola, ou aquilo que é dito dela e sobre ela, veremos que neste falar e dizer as linhas de forças ou de poder aparecem na formação discursiva, justamente porque no espaço deste dispositivo ocorrem discussões que definem a forma de seu funcionamento, ou melhor, se instalam aí embates e batalhas discursivas. Por isso Deleuze afirma que a linha de forças se produz “em toda a relação de um ponto a outro” e passa por todos os lugares de um dispositivo⁴³. E se essa linha de forças é “invisível e indizível” é porque ela “está estreitamente mesclada com outras e é, entretanto, indistinguível destas”.⁴⁴ Essa mesma forma do dispositivo pode ser aplicada no espaço de uma sociedade ou em um Estado, porque a ação do dispositivo atua da mesma forma no macrodispositivo. Esta maneira do dispositivo agir se identifica com o segundo eixo das pesquisas de Foucault, a saber, com o “eixo genealógico”.

Esta “dimensão do poder” estar presente no interior de todo dispositivo e o fato de não existir um ponto central, único de onde emana o poder, conforme Deleuze, é porque ele é variável e está em circulação em todos os pontos de qualquer dispositivo, e, no caso aqui, a escola que tomamos como exemplo, significa dizer que o poder não está centralizado na figura do diretor pelo fato deste ter uma responsabilidade maior com a escola, pois como vimos tudo o que é feito, o que é visto e dito dentro deste dispositivo passa por uma série de batalhas discursivas que envolvem relações de poder e que produzem relações de saberes, ou seja, “esta dimensão se compõe, com o poder, com o saber”.⁴⁵ Por conseguinte, traçar ou desenhar o funcionamento dessas linhas de forças a partir de todos os pontos e dos nós ou das relações que são entrecruzadas entre os indivíduos e analisar o que é dito pelos indivíduos dentro de um dispositivo qualquer é cartografar, é fazer um diagrama do poder.

Finalmente, a quarta e última forma que o dispositivo assume, para Deleuze, é onde Foucault descobre as “linhas de objetivação”. Foucault havia trabalhado, até esse

⁴³ *Id., Ibidem.*

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ *Idem.*

momento, acerca das questões do saber e do poder até o primeiro volume da *Historia da Sexualidade*. Daí em diante, ou dos outros dois volumes da *Historia da Sexualidade*, e obviamente grande parte de suas entrevistas, ele acrescenta o terceiro eixo de suas pesquisas, referente aos processos de produções de subjetividades ou como nos construímos historicamente como sujeitos – pois, para Foucault, não existe o sujeito, mas “processo de subjetivação”. Neste momento, Foucault estabelece uma interseção “entre os dois campos de seus objetos anteriores, quais sejam, a arqueologia do saber e a genealogia do poder. Esta interseção, onde Foucault determina o novo campo de pesquisas, pode ser definida de maneira apropriada como estando organizada em torno da relação da subjetividade com a história”⁴⁶ e é onde ele propõe “o que se poderia chamar uma história da ética ou da ascética, entendida como as formas de subjetivação moral e das práticas de si destinadas a assegurá-la”.⁴⁷ Desse momento em diante, Foucault investiga a subjetividade relacionando com os processos históricos que ele mesmo denominou de “estética da existência”. Portanto, a quarta forma do dispositivo para Deleuze está relacionada com o terceiro eixo das investigações de Foucault.

É a partir daí que Deleuze vai definir o novo campo de atuação do dispositivo em Foucault, pois, como ele afirma, Foucault vai “modificar o mapa dos dispositivos” e encontrará uma nova orientação para não se fechar nas linhas anteriores; ou seja, nem em uma “arqueologia do saber”, nem tampouco na “genealogia do poder”. Foucault entra nesse novo campo de investigação e envolve outros dois conceitos que são os conceitos de “subjetivação” e “práticas de si”, para que os dispositivos não ficassem circunscritos por uma linha que os envolvessem e sem a possibilidade de que outros vetores pudessem passar “por cima ou por baixo” dessas duas linhas precedentes. Portanto, o problema encontrado aí por Foucault é “como transpor a linha, como chegar do outro lado?”⁴⁸

É a partir da introdução desses dois novos conceitos que Foucault mostrará que não existe subjetividade e sim processos de subjetivação que são constituídos em cada

⁴⁶ CARDOSO JR, Hélio Rebello. **Ontologias Históricas segundo Deleuze/Guattari e Foucault: saberes, poderes e subjetivação**. op. cit., p. 20.

⁴⁷ FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão de J. A. Guilhon Albuquerque. 9ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001, 29.

⁴⁸ DELEUZE, Gilles. Que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. op. cit., p. 92.

época histórica. Ele mostra isso da mesma maneira que mostra como os saberes são constituídos em estratos ou em cada formação histórica, assim como os poderes também agem por rupturas dentro de cada contexto histórico e que se modificam a partir das lutas entre forças. Porém, a pergunta acima elaborada por Foucault, Deleuze explica que:

Esta maneira de transpor a linha de forças, é o que se produz quando ela se curva, forma meandros, se funde e se faz subterrânea, ou, dito de maneira melhor, quando a força, em lugar de entrar em relação linear com outra força, se volta para si mesma, exerce-se sobre si mesma ou afeta-se a si mesma. Esta dimensão do si-mesmo não é de maneira nenhuma uma determinação preexistente que já estivesse acabada. Também aqui uma linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade num dispositivo: ela está pra se fazer, na medida em que o dispositivo o deixe ou o faça possível. É uma linha de fuga. Escapa as linhas anteriores, escapa-lhes. O si-mesmo não é nenhum saber nenhum poder. É um processo de individuação que diz respeito a grupos ou pessoas, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos.⁴⁹

Ou seja, o que Deleuze está afirmando é que a linha de subjetivação, que é um processo sempre em construção em um determinado dispositivo, passa pelas outras linhas: a do saber e do poder; porque as subjetividades expressam relações de poder-saber que contribuem para moldar os indivíduos. No entanto, ao afirmar isso, Deleuze mostra que “a ideia fundamental de Foucault é a de uma dimensão da subjetividade que deriva do poder e do saber, mas que não dependem deles”.⁵⁰ E essa não dependência do poder e do saber implica dizer que em cada dispositivo o indivíduo utiliza-se de todo o campo de saber e de poder que está a sua volta para formar sua subjetividade, contudo, como o indivíduo está sempre em processo de construção, e, para se construir de outra forma, ou tornar-se autônomo, ele rompe com todas as formas de poder-saber do dispositivo.

E, se Deleuze aborda isso com a apresentação que Foucault faz do “dispositivo da cidade ateniense como o primeiro lugar de invenção de subjetivação”,⁵¹ é porque lá, naquele dispositivo, as linhas de forças inventadas pelos gregos giravam em torno da “rivalidade dos homens livres” e porque o fato de um homem livre mandar em outro implicava diretamente na formação deste indivíduo como alguém que devia ter “domínio de si mesmo”, que era o elemento primordial para constituir uma ‘subjetivação autônoma’ e

⁴⁹ *Id., Ibidem.*

⁵⁰ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 109.

⁵¹ DELEUZE, Gilles. Que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. op. cit., p. 92.

que esta formação poderia mais adiante “prover novos saberes e a inspirar novos poderes”.⁵² Portanto, segundo Deleuze:

A relação consigo entrará nas relações de poder, nas relações de saber. Ela se reintegrará nesses sistemas dos quais começara por derivar. O indivíduo interior acha-se codificado, recodificado num saber ‘moral’ e, acima de tudo, torna-se o que está em jogo no poder – é diagramatizado. A dobra parece então ser desdobrada, a subjetivação do homem livre se transforma em sujeição: por um lado é ‘a submissão ao outro pelo controle e pela dependência’, com todos os procedimentos de individualização e de modulação que o poder instaura, atingindo a vida cotidiana e a interioridade daqueles que ele chamara seus sujeitos; por outro lado, é ‘o apego (de cada um) à sua própria identidade mediante consciência e o conhecimento de si’, com todas as suas técnicas das ciências morais e das ciências do homem que vão formar um saber do sujeito.⁵³

E isso vale para todos os dispositivos, pois se pensarmos os dispositivos cristãos, veremos que, dentro desse estrato ou dessa formação histórica, os saberes, de certa forma, circulavam a partir das instituições eclesásticas e nelas temos uma diagramação do poder característica de tal sociedade; assim como os dispositivos das sociedades modernas, onde os saberes passam a ser estabelecidos a partir das instituições disciplinares, que também formam um modelo diagramático característico desta formação histórica. Todavia, os processos de subjetivação ultrapassam essas formações de poder e de saber, isto é, os indivíduos fogem dessas formações para se subjetivar a partir de outro modo, que é um processo em devir pois em um dispositivo assim como o poder e o saber agem em um devir, para formações futuras, os processos de subjetivação também estão sempre em devir, e, em uma multiplicidade existem sempre vários dispositivos que estão em processos de subjetivação dos indivíduos, por isso Deleuze afirma que, para Foucault

aquele que se subjetiva, são tanto os nobres (...) como os (mesmo que em outras condições), os excluídos, os maus, os pecadores ou ainda os eremitas, ou as comunidades monacais, ou os heréticos: toda uma tipologia das formações subjetivas, em dispositivos móveis. E por todos os lados, há emaranhados que é preciso desmesclar: produções de subjetividade escapam dos poderes e dos saberes de um dispositivo para colocar-se sob os poderes e saberes de outro, em outras formas ainda por nascer.⁵⁴

⁵² *Id., Ibidem.*

⁵³ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 110.

⁵⁴ DELEUZE, Gilles. Que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. op. cit., p. 93.

Essas são as quatro formas apresentadas por Deleuze para o funcionamento do dispositivo e sua atuação na obra de Foucault. Tentaremos agora definir, em algumas palavras, o que é um “agenciamento”, para Deleuze, e como ele emprega este conceito para coincidir com o conceito de dispositivo que Foucault coloca no centro para desenvolver um novo olhar sobre o conceito de poder. Como já falamos anteriormente, Deleuze reconheceu em *Vigiar e Punir* um momento decisivo no pensamento de Foucault, pois nesse texto se encontra o marco da passagem da análise do saber para fazer uma cartografia do poder, que Deleuze se preocupou em compreender os mecanismos que levaram a transformação interna do programa teórico de Foucault.

Após a leitura que Deleuze faz de *Vigiar e Punir*, ele escreve, neste mesmo ano de 1975, o livro “Kafka: por uma literatura menor”, em parceria com Félix Guattari, onde faz, pela primeira vez, uma exposição da teoria do agenciamento. Logo em seguida, no mesmo ano, ele publica um artigo inteiro na revista “Critique”, no número 343, para mostrar a nova cartografia do poder elaborado por Foucault em *Vigiar e Punir*. Quando Deleuze publicou o livro “Foucault”, ele introduziu este artigo com o título: “Um novo cartógrafo”, que, como já mostramos acima, é onde ele apresenta o seu olhar sobre o conceito de poder em Foucault. Nesse texto, o que interessa para Deleuze são as questões que envolvem a natureza das relações de forças, enquanto se manifestam através de exercícios de “estratégias internas as formações de meios”: como o meio prisional, o hospitalar, o escolar, o militar, etc., e as suas maneiras de agir sobre os corpos. Deleuze vai se reconhecer na microfísica de Foucault, e é onde vai procurar uma confirmação do seu conceito de “máquina abstrata”, bem como do conceito de “agenciamento” que ele fará coincidir com o conceito de dispositivo, que Foucault havia colocado no centro de suas investigações referentes ao poder.

Neste capítulo, “Um novo cartógrafo”, Deleuze apresenta dois planos para definir a nova concepção de poder que Foucault havia desenvolvido em *Vigiar e Punir*. Em primeiro lugar, ele inicia o texto fazendo um mapa crítico dos postulados do poder ou uma crítica sobre a visão tradicional referente à natureza do poder, e apresenta seis postulados sobre o poder que eram tradicionalmente aceitos e que Foucault põe por terra. Esse foi um

dos aspectos que levou Deleuze a afirmar que Foucault foi o primeiro de sua geração “a inventar uma nova concepção do poder”.⁵⁵ Os postulados que Deleuze aponta são: da propriedade, da localização, da subordinação, da essência ou do atributo, da modalidade e por fim o postulado da legalidade.⁵⁶

O segundo plano que Deleuze aponta é o de uma representação diagramática do poder que age como vetores de relações de forças. Portanto, para caracterizar melhor esses dois aspectos, Deleuze os definiu como o prático e o teórico para esta nova concepção do poder e que os dois planos estão estreitamente ligados, considerando aquilo que

de maneira difusa ou mesmo confusa, caracterizava o esquerdismo era, em termos de teoria, um novo questionamento do problema do poder, voltado tanto contra o marxismo quanto contra as concepções burguesas e, em termos de prática, um certo tipo de lutas locais, específicas, cujas relações e necessária unidade não poderiam mais vir de um processo de totalização nem de centralização, mas, como disse Guattari, de uma transversalidade.⁵⁷

Por um lado, Foucault, ao demolir os postulados sobre o poder herdado da tradição marxista, torna possível um novo olhar sobre o poder; por outro lado, ao descrever o modelo diagramático, permitiu observar os limites desses postulados tradicionalmente aceitos.

Como apontou Deleuze, a evolução que *Vigiar e Punir* representa em relação à *Arqueologia do Saber* é uma orientação nova, “como uma dobra reagindo sobre os livros anteriores”,⁵⁸ pois na arqueologia, Foucault propunha a “distinção entre duas espécies de formações políticas, as ‘discursivas’ ou de enunciados e as ‘não-discursivas’ ou de meios”.⁵⁹ Deleuze apresenta como designação das formações não-discursivas ou de meios os domínios das relações de poder que implicam diretamente nas “instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos”.⁶⁰ No entanto, ainda ficava faltando na arqueologia uma definição do poder enquanto definição positiva dos estratos não-discursivos das formações práticas.

⁵⁵ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 34.

⁵⁶ As definições desses postulados estão detalhadas no livro Foucault de Deleuze entre as páginas 34 e 40.

⁵⁷ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 34.

⁵⁸ *Id.*, *Ibidem*. p. 40.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ *Idem*. pp. 40-41.

Por isso, para Deleuze, em *Vigiar e Punir* essa falta desaparece. Foucault, para Deleuze, faz um deslocamento do não-discursivo para as instituições materiais como a prisão, a escola, o hospital, o quartel, enquanto o modo como essas instituições agem sobre o corpo. Nas palavras de Deleuze, a prisão, por exemplo, “é uma formação de meio (o meio carcerário), é uma forma de conteúdo (o conteúdo é o prisioneiro)”.⁶¹ O que Deleuze está afirmando é que esta forma não é uma forma de palavras, algo que seja enunciável, mas é a forma do visível. Enquanto a prisão representa a forma do visível, o que vai representar a forma do enunciável para Foucault, segundo Deleuze, será o “direito penal”, pois é ele que vai representar o “enunciável em matéria criminal: é um regime de linguagem que classifica e traduz as infrações, que calcula as penas: é uma família de enunciados e também um limiar”.⁶²

Em resumo, temos como representação do não-discursivo uma forma de conteúdo que é o regime do visível, de luz das instituições que são formações práticas porque a prisão faz ver o crime e o criminoso, porque se remete diretamente a um poder que se constrói a partir da organização material, e esse material é aquilo que torna possível ver os corpos distribuídos em seus espaços. E como representação do discursivo tem-se o regime do enunciável, ou aquilo que Deleuze chama de “forma de expressão”, porque “remete a palavras e conceitos completamente diferentes, como a delinquência ou o delinquente, que exprimem uma nova maneira de anunciar as infrações, as penas e os sujeitos⁶³”.

Então, o que faz Foucault dar esse avanço a partir de *Vigiar e Punir* são essas distinções das “formas de conteúdo” e das “formas de expressão” definidas neste livro, porque, como afirma Deleuze, Foucault não parou de estudar essas duas formas, a do visível e a do enunciável nos seus livros anteriores. No entanto, o que a “arqueologia reconhecia, mas ainda designava apenas negativamente como meios não-discursivos, encontra em *Vigiar e Punir* sua forma positiva, que obcecava Foucault em todas as suas obras: a forma do visível, em contraste com a forma do enunciável”.⁶⁴ E se o exemplo do

⁶¹ *Idem.* p. 41.

⁶² *Idem.*

⁶³ *Idem.*

⁶⁴ *Idem.* p. 42.

visível é a prisão, não é porque ela é uma figura de pedra, mas porque ela possibilita a condição de visibilidade do criminoso, seu corpo e todos os seus atos e é esta visibilidade que Foucault designa como o “Panoptismo”.

E é justamente o panoptismo que Deleuze retoma, a partir da distinção entre essas duas dimensões: a do luminoso e do visual, para mostrar que a primeira característica é representada “por um regime de luz antes de ser uma figura de pedra”,⁶⁵ o que significa dizer que a prisão tem todas as condições de “meio”, e que a segunda característica significa o que Deleuze chama de “agenciamento”. E o fato de o Panoptismo representar “um agenciamento visual e um meio luminoso do qual o vigia pode ver tudo sem ser visto, no qual os detidos podem ser vistos, a cada instante, sem verem a si próprios”,⁶⁶ é o que leva Deleuze a pensar o seu conceito de agenciamento a partir do conceito de Panoptismo, que é o conceito chave de *Vigiar e Punir*. Porque, para Deleuze, como citamos acima, o que deu uma forma positiva para o domínio do não-discursivo que faltava no livro *Arqueologia do Saber*, referente à teoria do enunciado, foi o agenciamento visual que surge em *Vigiar e Punir*, ou seja, a partir de então o visível será o contraponto do enunciado, pela sua dupla condição de um agenciamento visual e de um meio luminoso.

Deleuze mostra aí que, para Foucault, um regime de luz não tem a mesma forma de um regime de linguagem. O que ocorre é uma interrelação entre os dois, porque as duas formas se chamam mutuamente, pois

Certamente, a prisão enquanto forma de conteúdo tem ela própria seus enunciados, seus regulamentos. Certamente, o direito penal enquanto forma de expressão, enunciados de delinquência, tem seus conteúdos: nem que fosse apenas um novo tipo de infrações, atentados à propriedade mais que agressões às pessoas. E as duas formas não param de entrar em contato, insinuando-se uma dentro da outra, cada uma arrancando um segmento da outra: o direito penal não pára de remeter à prisão, de fornecer presos, enquanto a prisão não pára de reproduzir a delinquência, de fazer dela um ‘objeto’ e de realizar objetivos que o direito penal concebia de outra forma (defesa da sociedade, transformação do condenado, modulação da pena, individualização). Há suposição recíproca entre as duas formas. E no entanto não há forma comum, não há conformidade, nem mesmo correspondência.⁶⁷

⁶⁵ *Idem.*

⁶⁶ *Idem.*

⁶⁷ *Idem.* pp. 42-43.

Ou seja, se há um contato das duas formas, a do visível e a do enunciável, dentro do panoptismo, apesar de serem irreduzíveis uma em relação à outra, é porque essas duas formas se ajustam na figura do panóptico; pois, quando Deleuze afirma que a forma pode se dizer em “dois sentidos”. Por um lado, é por que a prisão, a escola, o hospital, a oficina, formam ou organizam matérias, e aí Deleuze está se referindo à repartição espaço-temporal dessas estruturas arquitetônicas visíveis, pois a cela, a sala de aula ou o leito do hospital representam “matérias formadas”. No outro sentido, é que ela “forma ou organiza funções”, e aí Deleuze está se referindo a “funções formalizadas” que também são praticadas no espaço e no tempo dessas estruturas arquitetônicas e que representam as enunciações, pois, para punir são necessárias as formas do enunciável do direito penal que vai determinar a função punir na “matéria formada”, assim como a de educar, de curar, de fazer trabalhar, necessariamente precisarão do enunciável da pedagogia, do discurso médico, das projeções daquilo que se quer produzir, portanto, punir, educar, curar e fazer produzir são “funções formalizadas”.

Contudo, chegamos aqui no momento de aproximar os dois conceitos: o conceito de dispositivo de Foucault com o conceito de agenciamento de Deleuze. Sabemos que o conceito de agenciamento não é um conceito que pertence totalmente aos domínios da linguagem foucaultiana. Mas, que Deleuze o transformou no elemento central para fazer sua leitura de *Vigiar e Punir* referente ao conceito de poder, ou seja, enquanto Foucault utiliza o conceito de dispositivo para tal empreendimento, Deleuze faz uma tradução para o conceito de agenciamento. Vejamos como isso se dá.

O que Deleuze faz é uma condensação das duas dimensões da visibilidade do panoptismo, tanto a do visual como a do luminoso na figura do agenciamento, isto é, para Deleuze, o conceito de agenciamento representa, ao mesmo tempo, o visual e o luminoso. No entanto, conforme mostra Deleuze, Foucault, ao utilizar o conceito de panóptico de Bentham:

ora ele o determina concretamente, como um agenciamento óptico ou luminoso que caracteriza a prisão, ora abstratamente, como uma máquina que não apenas se aplica a uma matéria visível em geral (oficina, quartel,

escola, hospital, tanto quanto a prisão), mas atravessa geralmente todas as funções enunciáveis.⁶⁸

Ou melhor, para Deleuze, o conceito de panoptismo em Foucault terá duas determinações. Ele representa tanto um “agenciamento concreto” como uma “máquina abstrata”. E, no entanto, o conceito de “máquina” será reconduzido também para o conceito de agenciamento. Como falamos acima, o fato de um “regime de luz e um regime de linguagem” não serem a mesma forma e não terem a mesma formação, mas haver pressuposição recíproca ou implicarem uma correspondência é justamente esta solidariedade entre ambos que caracteriza tanto o “plano de conteúdo” como o “plano de expressão”, e, portanto, é a compreensão do agenciamento que tornará relevante o estudo dessa co-participação dos dois planos.

Porém, deve-se entender que um agenciamento jamais pode ser confundido com um estrato, pois se ele aglomera tanto aquilo que é dito ou enunciável quanto aquilo que é visto ou visível, pode-se dizer que o agenciamento se faz dentro de um estrato; pois, se cada estrato ou formação histórica tem suas representações do que é dito e visto, significa dizer que cada estrato forma seus próprios agenciamentos. Um agenciamento comporta uma outra direção daquela do estrato, uma vez que, enquanto um estrato pode representar qualquer época histórica determinada a partir das suas “positividades” ou “empiricidades”, o agenciamento segue uma direção informal de devires. E o devir, para Deleuze, não deve simplesmente ser concebido como o resultado de uma transformação, de uma passagem de uma forma, de um estado ou de um termo a outro. O devir, para Deleuze, é o próprio processo, é um meio, melhor dizendo, ele é uma zona de indiscernibilidade onde os termos implicados numa relação são arrastados pela própria relação que os une. E pensar a partir da orientação do devir, não significa dizer que se está fazendo história em termos de desenvolvimento, evolução ou progresso para Deleuze, mas compreende-se aí a partir dos signos de uma involução criadora.

Para entender como os enunciados e as visibilidades fazem parte das formações históricas ou estrato, porém, com propósitos diferentes daquela representação enquanto são também agenciamentos informes dentro de um estrato, Deleuze falará que aquilo que

⁶⁸ *Idem.* p. 43.

tornará possível ou que garantirá a pressuposição entre o regime de luz e o regime de linguagem no agenciamento será a “causa imanente” que Foucault denomina de “diagrama”. O diagrama para Foucault, conforme Deleuze, “é a exposição das relações de forças que constituem o poder”,⁶⁹ e na medida em que essas relações de forças ou de poder se apresentam como “microfísicas, estratégicas, multipontuais, difusas, que determinam singularidades e constituem funções puras”,⁷⁰ elas fazem parte de um campo abstrato, pois essas relações de forças estão agindo como uma máquina abstrata, por isso mesmo Deleuze chamará o “diagrama” em todo o seu texto sobre *Vigiar e Punir* de “diagrama ou máquina abstrata”, ou seja, esses dois conceitos são utilizados como sinônimos, e é neste sentido que Deleuze escreve que o “diagrama ou a máquina abstrata, é o mapa das relações de forças, mapa de densidade, de intensidade, que procede por ligações primárias não-localizáveis e que passa a cada instante por todos os pontos, ‘ou melhor, em toda a relação de um ponto a outro’”.⁷¹

Mais adiante, nesse mesmo texto, o próprio Deleuze afirma que o diagrama age como uma causa imanente que se estende por todo o campo social. E já pensando o diagrama como máquina abstrata, ele é apresentado como a “causa dos agenciamentos concretos que efetuam suas relações; e essas relações de forças passam, ‘não por cima’, mas pelo próprio tecido do agenciamento que produzem”.⁷² É neste momento do texto que é possível perceber como Deleuze apresenta os conceitos de diagrama e de dispositivo de Foucault e efetua uma transposição desses conceitos para os seus, sendo que, o conceito de diagrama será representado a partir do conceito de máquina abstrata e o dispositivo pelo conceito de agenciamento concreto. E aquilo que tornará possível essa equivalência entre os conceitos de dispositivo e de agenciamento será o conceito de “causa imanente” definido por Deleuze como:

Uma causa que se atualiza em seu efeito, que se integra em seu efeito, que se diferencia em seu efeito. Ou melhor, a causa imanente é a aquela cujo efeito a atualiza, integra e diferencia. Por isso nela há correlação, pressuposição recíproca entre a causa e o efeito, entre a máquina abstrata

⁶⁹ *Idem.* p. 46.

⁷⁰ *Idem.*

⁷¹ *Idem.*

⁷² *Idem.*

e os agenciamentos concretos (é a esses que Foucault reserva mais freqüentemente o nome de ‘dispositivos’).⁷³

É aí na atualização que Deleuze chamará de “desejo” que as coisas acontecem, pois o “desejo é o fato de que os mecanismos giram, de que os encadeamentos funcionam, de que as virtualidades, aí compreendida a de dormir, se realizam, preferentemente a não se realizarem; todo o encadeamento exprime e realiza um desejo construindo o plano que o torna possível”.⁷⁴

Portanto, são os agenciamentos concretos que atualizam a máquina abstrata, ou melhor dizendo, toda a atualização do diagrama que representa o mapa das relações de forças que constituem o poder passa, necessariamente pelo agenciamento concreto, e se é o agenciamento que atualiza, é porque as relações de forças ou de poder são “apenas virtuais, potenciais, evanescentes, moleculares e definem apenas possibilidades, probabilidades de interação”.⁷⁵ Desta mesma forma, Deleuze também está reduzindo o “dispositivo” de Foucault como o elemento primordial para a atualização do diagrama. Porém, esse processo de atualização só é possível de fazer porque ele pensa a partir da ligação entre os conceitos de máquina abstrata com diagrama, e de agenciamento com o conceito de dispositivo.

Com isso, Deleuze quer dizer que as forças jamais se reduzem a um diagrama que já está configurado em uma determinada sociedade, pois aparece uma suposição teórica de tornar o poder uma realidade que não é nem atual nem efetiva, mas uma realidade virtual. Pensando nesse aspecto do poder, Deleuze mostra que o poder e as relações de forças não existem enquanto um elemento atual, mas somente os agenciamentos, para Deleuze, ou os dispositivos, para Foucault, são atuais, pois eles estão a todo instante atualizando o poder; ou seja, para Deleuze, as relações de forças ou de poder, são sempre virtuais sem terem se tornado efetivas, atuais, mas como algo que tende a se tornar atual, pois conforme Deleuze:

Pertencemos a certos dispositivos e neles agimos. A novidade de um dispositivo em relação aos anteriores é o que chamamos sua atualidade, nossa atualidade. O novo é o atual. O atual não é o que somos, mas aquilo em que vamos nos tornando, o que chegamos a ser, quer dizer, o outro,

⁷³ *Idem.*

⁷⁴ Deleuze, apud Veyne. In: **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.** Trad. De Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª Ed. Brasília: Editora da UnB, 1995, p 166.

⁷⁵ DELEUZE, G. **Foucault.** op. cit., p. 46.

nossa diferente evolução. É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: a parte da história e a parte do atual. A história é o arquivo, é a configuração do que somos e deixamos de ser, enquanto o atual é o esboço daquilo em que vamos nos tornando. Sendo que a história e o arquivo são o que nos separa ainda de nós próprios, e o atual é esse outro com o qual já coincidimos.⁷⁶

Considerando que as relações de forças são sempre virtuais, Deleuze conclui que a “história das formas, o arquivo, é duplicado por um devir das forças, diagrama”,⁷⁷ pois conforme explica Hélio Rebello,

O elemento que comunica as matérias dos meios históricos é o devir, pois é ele o agente de uma instabilidade dos enunciados, e das visibilidades, de modo que é a partir dele que a história rearranja suas séries através de novas atualizações, uma vez que o limite de convergência das estratégias de poder se modifica, alterando as relações diferenciais entre forças ou singularidades que constituem a matéria informal ou diagramática do virtual. (...) sendo assim, Deleuze resume que todo diagrama está em devir pois ele percorre os campos sociais em um determinado momento histórico⁷⁸ e por isso “ele faz a história desfazendo as realidades e as significações precedentes, ao construir outros pontos de emergência ou de criatividade, de conjunções inesperadas, de *continuuns* improváveis. Ele dobra a história com um devir”.⁷⁹

Se a causa imanente age como um diagrama e se as forças se atualizam a partir do devir, é por que o devir nunca age, conforme afirma Deleuze, para “representar um mundo preexistente, ele produz um novo tipo de realidade, um novo modelo de verdade”.⁸⁰ E esse modelo de verdade passa, não somente pela atualização das forças em um devir, mas também por uma integração e pela diferenciação das forças; pois, como diz Deleuze, “a atualização também é uma integração, um conjunto de progressivas, a princípio locais, depois globais ou tendendo a serem globais, operando um alinhamento, uma homogeneização, uma soma de relações de forças”.⁸¹ E, se ele coloca a lei como um

⁷⁶ DELEUZE, Gilles. Que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. op. cit., p. 95.

⁷⁷ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 53.

⁷⁸ CARDOSO JR, Hélio Rebello. **Teoria das multiplicidades no pensamento de Gilles Deleuze**. Campinas, 1996. 358 p. (Doutorado em Filosofia). Departamento de Filosofia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, pp. 329-330.

⁷⁹ Deleuze, apud Cardoso Jr. In: **Teoria das multiplicidades no pensamento de Gilles Deleuze**. Campinas, 1996. 358 p. (Doutorado em Filosofia). Departamento de Filosofia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, p. 330.

⁸⁰ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 45.

⁸¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 47.

elemento enunciável que integra ilegalismos, é porque, em um diagrama, se produz ilegalismos não permitidos e outros permitidos, e a lei tem por função estabelecer uma forma discursiva, enunciável para fixar o que é um ilegalismo em um diagrama para poder fixar, integrar ou atualizar uma determinada punição em um diagrama.

Desta mesma maneira, os agenciamentos concretos como a escola, o exército, a oficina “operam integrações sobre substancias qualificadas”⁸² que são: as crianças, os soldados, os trabalhadores, etc., que estão em um processo, em devir, porque as relações de forças estão percorrendo em devir nos agenciamentos com o objetivo de produzir “funções finalizadas” a partir da educação da criança na escola, da disciplina do soldado no exército, do adestramento para o trabalho na oficina, etc. Ou seja, o indivíduo aí é posto para ultrapassar um limiar, para se tornar algo que ele ainda não é, mas está em processo de tornar-se.

Por fim, Deleuze afirma que a “atualização-integração é uma diferenciação”,⁸³ sem a qual jamais haveria mutações em um diagrama, porque uma multiplicidade diagramática só pode se atualizar e se integrar em novas formas a partir do momento que ocorrem divergências no seu interior, “dividindo-se em dualismos, seguindo linhas de diferenciações sem as quais tudo ficaria na dispersão de uma causa não-efetuada”.⁸⁴

Portanto, é a diferenciação que completa as forças em um diagrama, pois, segundo Deleuze, é aí que aparecem em Foucault as grandes dualidades como as de “classes, ou governantes – governados, público - privado” e é precisamente aí que surgem as rivalidades e os conflitos para que as relações de forças se movimentem em um diagrama. Ou melhor, é a partir dessas divergências que ocorrem lutas e batalhas que provocam a movimentação das forças ou as põe em movimento para que ocorram constantemente as rupturas diagramáticas, e a todo instante faz com que as forças se restabeleçam, se atualizem no diagrama. Assim também podemos pensar os dualismos que ocorrem dentro de agenciamentos concretos como a escola, a prisão, a oficina, o exército como falamos acima, pois dentro deles se estabelecem relações de forças entre chefe-

⁸² *Idem.*

⁸³ *Idem.*

⁸⁴ *Idem.*

operário, professor-aluno, comandante-comandado e assim por diante. Para Deleuze é também “neste ponto que divergem ou se diferenciam duas formas de atualização, forma de expressão e forma de conteúdo, forma discursiva e não-discursiva, forma do visível e forma do enunciável”.⁸⁵

Considerando que a causa imanente ignora as formas de matéria e as formas de funções, é precisamente por isso também que temos sempre atualizações daquilo que é visível e enunciável, pois cada uma dessas formas produz “micro-agitações” tanto no discursivo fazendo com que os comportamentos mudem e se atualizem, quanto na matéria também modificando-a em sua própria estrutura, levando em conta que, a todo instante, a estrutura está se readaptando em repartições, em celas, salas, leitos. Portanto, nessas duas direções que são irreduzíveis uma à outra é que sempre se atualizarão as matérias visíveis e as funções enunciáveis, porque o diagrama informal sempre penetrará nas duas direções.

No entanto, ao se tratar do poder, vale ressaltar que ele não é nem uma forma do visível nem do dizível a que se tem acesso, porque o poder não se constitui como forma. O saber, sim, para Foucault, segundo Deleuze, é produzido pelos enunciados e pelas visibilidades de forma que compõe os estratos. O poder, por seu lado, se produz a partir das relações de forças que, como afirmamos anteriormente, é sempre móvel, e por isso mesmo, é informe, não-estratificado, mas diagramático. Há uma diferença de natureza entre o saber e o poder, assim como entre o ver e o falar; mas também há uma relação entre ambos, pois o poder será o elemento informal que tem por função atravessar as formas do saber. E é justamente por que o diagrama é móvel e sem forma que ele atravessa todos os estratos ou formações históricas, pois

As relações de força que percorrem em devir o diagrama são um ‘a priori histórico’ em relação aos estratos ou formações históricas. No entanto, este a priori ou condição não deixa de ser histórico, ele não é maior que o condicionado, pois se as formações são exteriores ou irreduzíveis umas às outras em sua fixidez, o a priori as coloca em contato através de ‘micro-agitações’ das relações de força que definem um espaço do devir ou o lugar da mudança. O devir, portanto, envolve a história ou a duplica com um a priori que funde a exterioridade das formas no seu lado de fora, isto é, as relações de força.⁸⁶

⁸⁵ *Idem.*

⁸⁶ CARDOSO JR, Hélio Rebello. **Teoria das multiplicidades no pensamento de Gilles Deleuze.** op. cit., p. 330.

E, se Deleuze afirma que “cada formação estratificada é que remete a um diagrama de forças como o seu lado de fora”,⁸⁷ é porque as “nossas sociedades passam por diversas categorias de poder”. Portanto, todas as sociedades formam suas próprias categorias que são diagramáticas. Se Deleuze mostra que, em *Vigiar e Punir*, Foucault apresenta uma descrição das sociedades de soberania com suas categorias de poder, que eram de “confiscar (ação de se apropriar de ações ou de produtos, força de confiscar forças) e decidir a morte”,⁸⁸ sendo isso o que representava as relações de poder ou a forma diagramática desta sociedade. Ele demonstra, também, que Foucault descreveu o diagrama da sociedade disciplinar com suas categorias bem diferentes que é a de “gerir a vida”.

E as formações diagramáticas não param por aí, pois, considerando que cada sociedade representa um diagrama com suas categorias específicas de poder, Deleuze mostra que Foucault fala do diagrama “pastoral” em que a comunidade estava mais ligada à Igreja do que propriamente a uma sociedade de Estado, ainda, pode-se falar de um “diagrama grego (...), de um diagrama romano, de um diagrama feudal... A lista é infinita, como a das categorias de poder”.⁸⁹ Se os diagramas são infinitos é porque as relações de forças percorrem sempre em devir os diagramas, porque os “diagramas se comunicam, por cima, por baixo dos estratos respectivos ou entre eles”⁹⁰. E, se Deleuze define o diagrama “napoleônico” como um diagrama “interestrático”, é justamente por ele fazer a mediação entre as antigas sociedades de soberania para abrir passagem para a sociedade disciplinar que já estava se manifestando na anterior, que agia entre ela e que procurava se instalar como o novo, o atual, pois antes da mediação napoleônica existia a sociedade de soberania como a “atual” e a disciplinar como “virtual”, e, por conseguinte, a mediação do diagrama napoleônico torna a disciplinar a “atual” no final do século XVIII. “E é justamente neste sentido que o diagrama se distingue dos estratos: apenas a formação estratificada lhe dá uma estabilidade que ele não tem por si mesmo, em si mesmo ele é instável, agitado, mesclado”.⁹¹

⁸⁷ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 91.

⁸⁸ *Id.*, *Ibidem*.

⁸⁹ *Idem*. p. 92.

⁹⁰ *Idem*.

⁹¹ *Idem*.

Outra forma de mudança de diagrama que ocorreu dentro de uma determinada formação histórica, é apresentada por Paul Veyne em seu livro, *Como se escreve a história*, no capítulo intitulado, “Foucault revoluciona a história”, escrito em 1978. Sua demonstração parte da análise das “práticas” e dos “discursos” referente às práticas da gladiatura, e apresenta sua argumentação para mostrar como ocorreu a suspensão do combate dos gladiadores no Império romano. Neste sentido, o que ele demonstra é uma orientação em sua pesquisa para se perceber como é possível compreender, a partir da análise das práticas e dos discursos, como foi que ocorreu o fim, ou a mutação, daquela formação histórica para outra. Como as práticas representam o visível e o discurso o enunciável em uma estratificação, com essa análise é possível perceber como as mudanças das formas discursivas e das práticas em um determinado período influenciam para que ocorram certas rupturas ou descontinuidades de um estrato ou de uma formação histórica. Neste texto, Veyne mostra como se faz a análise da história dentro de uma perspectiva genealógica para Foucault, utilizando o método desenvolvido em *Vigiar e Punir*, onde Foucault faz uma análise das práticas do suplício e de como ocorre a ruptura dessas práticas no final do século XVIII nas sociedades ocidentais, e de como se instala a sociedade disciplinar nesta mesma época.

Veyne, ao tratar sobre a suspensão dos combates dos gladiadores, está demonstrando os tipos de práticas e analisa os tipos de discursos que eram aceitos naquele estrato ou formação histórica e quais foram, para ele, as novas práticas e formas discursivas que fizeram sucumbir a gladiatura. Para isso, ele parte de uma demonstração da instituição de gladiadores como uma prática que era aceita por aquela estratificação social, tanto que funcionava dentro dos limites legais e estava ligada e era organizada pelos poderes públicos da época, sendo que o próprio soberano dava garantia do Estado para que elas acontecessem de forma legítima.

Veyne analisa o fim daquelas apresentações com “voluntário para a morte lúdica” e mostra que a gladiatura foi suprimida de forma intermitente, durante todo o século IV de nossa era. E a pergunta que ele levanta é: “Por que essa suspensão e por que nesse

momento?”⁹² E, a partir dessa pergunta, Veyne mostra e refuta algumas explicações para tentar explicar o fim dos combates. A primeira “resposta parece evidente: essas atrocidades cessaram devido ao cristianismo. Pois, muito bem, não é nada disso: do mesmo modo que a escravidão, a gladiatura não deve seu desaparecimento aos cristãos”,⁹³ pois ele fala que entre todos os espetáculos da época, o teatro com suas indecências eram mais condenáveis do que a gladiatura, porque os cristãos entendiam que o prazer de ver o sangue derramado se encerrava ali mesmo na arena, enquanto o prazer das indecências do teatro fazia com que o povo vivesse lassivamente fora dele, e isso “desviava a alma do pensamento da salvação”.

Outras duas respostas apresentadas por Veyne partem do princípio de que a explicação para o fim da gladiatura deveria ser procurada num humanitarismo cristão ou numa sabedoria pagã, as quais Veyne também refuta por que:

O humanitarismo só existe em uma pequena minoria de pessoas com nervos fracos (em todos os tempos, a multidão sempre se precipitou para assistir aos suplícios) (...), esse humanitarismo é muito facilmente confundido com um sentimento um pouco diferente, a prudência: antes de adotar, com entusiasmo, a gladiatura romana, os gregos, inicialmente, temeram sua crueldade, que apresentava o risco de habituar as populações à violência. (...) quanto aos sábios pagãos, esses julgam que o espetáculo sangrento dos combates mancha a alma dos espectadores.⁹⁴

Se essas três explicações não justificam a suspensão da gladiatura é por que segundo Veyne, os gladiadores eram considerados impuros como os carrascos e as vedetes do cinema pornô de nossa época e representavam a imoralidade e focos de infecções das cidades. Isso causava certa atração e repúdio ao público, e, como o Estado legitimava as atrocidades, significava que elas serviam como uma forma de limpeza desses focos de contaminação e de imoralidade e, por isso, deveriam ser entregues ao delírio público para serem extirpadas da sociedade. Assim, nem a sabedoria pagã, nem a doutrina cristã e nem o humanitarismo foram os motivos que fizeram com que o horror se sobrepujasse à atração da gladiatura. E aí Veyne se pergunta: “seria porque o poder político se teria humanizado

⁹² VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.** Trad. De Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª Ed. Brasília: Editora da UnB, 1995, p 152.

⁹³ *Id., Ibidem.*

⁹⁴ *Idem.*

ou cristianizado? Mas os imperadores cristãos não eram humanitaristas profissionais, e seus predecessores pagãos não eram, de maneira alguma, inumanos”.⁹⁵

Finalmente, segundo Veyne, a explicação para a suspensão da gladiatura ocorreu por razões políticas. É no poder político que se oculta tal explicação, não no humanitarismo ou na religião. Por conseguinte, é a partir daí que ele faz aparecer o método empregado por Foucault para analisar o fim de tal formação histórica, pois para Veyne:

é preciso buscá-la na parte imersa do iceberg ‘político’, pois foi lá que algo mudou, que tornou inimaginável a gladiatura em bizâncio ou na Idade Média. É preciso desviar-se de a ‘política’, para distinguir uma forma rara, um bibelô político de época cujos arabescos inesperados constituem a chave do enigma. Dito de outra maneira, é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela; pois é por isso que existe o que chamei acima, usando uma expressão popular, de ‘a parte oculta do iceberg’: porque esquecemos a prática para não mais ver senão objetos que a reificam a nossos olhos. Façamos, então, o inverso: mediante essa reviravolta coperniana, não teremos mais que multiplicar, como objetos naturais, os epiciclos ideológicos, sem que, com isso, se chegue a um acoplamento com os movimentos reais.⁹⁶

Pois bem, se nesta citação Veyne descreve, de certa forma, em que consiste o método genealógico de Foucault. Percebe-se, aí, que ele está mostrando como Foucault se utiliza do método para buscar, a partir da descrição das práticas e das análises dos discursos, uma nova forma de observar cada estrato ou formação histórica, e como cada época se utiliza dos mesmos conceitos com representações diferentes. É a partir disso, também, que se percebe uma distinção de épocas, tornando possível analisar as rupturas dentro da história, analisando a maneira conforme são utilizadas as palavras e como se estabelecem práticas, por que,

A prática não é uma instancia misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas (a palavra significa exatamente o que diz). Se a prática está, em certo sentido, ‘escondida’, e se podemos, provisoriamente, chamá-la ‘parte oculta do iceberg’, é simplesmente porque ela partilha da sorte de quase-totalidade de nossos comportamentos e da história universal: temos, frequentemente, consciência deles, mas não temos o conceito para eles.⁹⁷

⁹⁵ *Idem.* p 153

⁹⁶ *Idem.* p 154

⁹⁷ *Idem.* pp 157-158.

Como a genealogia de Foucault dá um corte na ideia de continuidade na história, Veyne busca compreender a partir de Foucault o objeto de um determinado momento histórico e, se ele parte da gladiatura, é por que há aí um objeto, uma prática, para ser analisado, e, se ele parte do fim da gladiatura, é para saber qual foi a forma discursiva que se refere a esse fim. Isto é, quando Veyne descreve o fim da gladiatura, está descrevendo o fim de um diagrama, ou melhor, mostra as práticas e os discursos e as relações de forças que fizeram com que esse diagrama fosse rompido e como se estabeleceram outras práticas e outros discursos; pois, se pensarmos as novas relações que os discursos estabeleceram com o corpo, por exemplo, veremos que as práticas com o corpo e a forma discursiva que se elaboraram em torno do corpo são completamente outras daquelas em que “havia o gosto em ver sofrer, o fascínio da morte, o prazer de ver cadáveres”⁹⁸ e logo em seguida, Veyne mostra que foi o medo político que suprimiu a gladiatura e isso é uma demonstração de uma ruptura diagramática, é o limiar e a passagem de um para outro diagrama histórico que são determinados por práticas e discursos diferentes.

O que Foucault propõe, segundo Veyne, é a análise do fazer, pois esses objetos só existem dentro de uma prática e de um discurso que constitui esses objetos. Por isso a importância que Foucault emprega na história, pois a partir do momento que a genealogia estuda a produção de certos objetos, compreendemos os discursos que são aceitos. Então, o que o genealogista deve interrogar em cada época histórica é aquilo que está nas práticas e nos discursos, pois quando Veyne demonstra – utilizando a metáfora do iceberg – que para entendermos a história, devemos buscá-la na “parte oculta do iceberg”, ele está afirmando que é a partir da análise daquilo que foi dito e feito em cada época que vamos perceber a utilização de cada conceito e seu valor quando era empregado e as práticas utilizadas de cada época. Se Veyne se dedica neste livro a compreender o objeto e analisar o seu fazer em determinado momento é porque, segundo ele:

Os objetos parecem determinar nossa conduta, mas, primeiramente, nossa prática determina esses objetos. Portanto, partamos, antes, dessa própria prática, de tal modo que o objeto ao qual ela se aplique só seja o que é relativamente a ela. (...) mas cada prática, com seus contornos inimitáveis,

⁹⁸ *Idem*, p 152.

de onde vem? Mas, das mudanças históricas, muito simplesmente, das mil transformações da realidade histórica, isto é, do resto da história, como todas as coisas. Foucault não descobriu uma nova instância, chamada 'prática', que era, até então, desconhecida: ele se esforça para ver a prática tal qual é realmente; não fala de coisa da qual fala todo historiador, a saber, do que fazem as pessoas: simplesmente Foucault tenta falar sobre isso de uma maneira exata, descreve seus contornos pontiagudos, em vez de usar termos vagos e nobres.⁹⁹

Portanto, se é com a ideia de buscar o que foi o “fazer” e o “dizer” de cada época que Veyne mostra como Foucault entende a história, é precisamente porque, a partir da análise do que foi feito e dito, que aparece a maneira que se produzem os conceitos em cada época, o que nos leva, então, a compreender as transformações e as rupturas na história; pois, se deve considerar aí que as distinções conceituais são dramatizadas por épocas, e cada época histórica tem seu modo de fazer e uma forma diferente de dizer os mesmo conceitos. Eles tomam novas e diferentes objetivações e contextualizações. Essa forma de ver os conceitos e as práticas se dá em todos os aspectos que envolvem todo um campo social com suas relações de forças, desde as relações do Estado com o indivíduo e vice-versa; as relações entre os Estados e as relações entre os próprios indivíduos, considerando que há aí uma particularidade em cada momento, e, ao falar do método de Foucault, Veyne afirma que

Se o historiador ocupa-se não do que fazem as pessoas, mas do que dizem, o método a ser seguido é o mesmo; a palavra discurso ocorre tão naturalmente para designar o que é dito quanto o termo prática para designar o que é praticado. (...) O método consiste, então, para Foucault, em compreender que as coisas não passam de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas a luz, já que a consciência não as concebe.¹⁰⁰

Pois bem, como a história para Foucault é feita de rupturas e que entre uma ruptura e outra representam modos de fazer e de dizer diferentes, é nesses termos que se pode entender aquilo que Foucault fala que os universais não existem, e como diz Deleuze, até o método de Foucault é um “repúdio dos universais”,¹⁰¹ mais ainda, esta é a primeira consequência importante para uma filosofia dos dispositivos, por que

⁹⁹ *Idem.* pp 159-160.

¹⁰⁰ *Idem.* pp 160-162.

¹⁰¹ DELEUZE, Gilles. Que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo.** op. cit., p. 93.

Com efeito, o universal nada explica, é ele que deve ser explicado (...). O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação, processos imanentes a um dado dispositivo. E cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, distintos dos que operam em outro dispositivo.¹⁰²

Se pegarmos também a ideia de “governados”, de “repressão” ou de “Estado” e as maneiras que cada uma dessas conceitualizações se manifesta na história, por exemplo, veremos que elas também não existem. “Existem, unicamente, múltiplas objetivações, (...) correlacionadas e práticas heterogêneas, e isso é tudo”.¹⁰³ Assim como, segundo Veyne:

Nosso erro é crer no Estado ou nos Estados, em vez de estudar as práticas que projetam objetivações que tomamos pelo Estado ou por variedades do Estado (...). Substituamos, pois, essa filosofia do objeto tomado como fim ou como causa por uma filosofia da relação e encaremos o problema pelo meio, pela prática ou pelo discurso. Essa prática lança as objetivações que lhe correspondem e se fundamenta nas realidades do momento, quer dizer, nas objetivações das práticas vizinhas. Ou melhor dizendo, preenche ativamente o vazio que essas práticas deixam, atualiza as virtualidades que estão prefiguradas no molde; se as práticas vizinhas se transformam, se os limites do vazio se deslocam, se o senado desaparece, e se acontece que a ética do corpo passa a apresentar uma nova saliência, a prática atualizará essas novas virtualidades e não será mais a mesma.¹⁰⁴

Com isso, pode-se dizer, conforme Deleuze, “que os modos de existência deviam ser pesados segundo critérios imanentes, segundo aquilo que detêm em ‘possibilidades’, em liberdade, em criatividade, sem nenhum apelo a valores transcendentais”.¹⁰⁵ Portanto, podemos dizer que daí decorre a segunda consequência de uma filosofia dos dispositivos. Pois, segundo Deleuze, teremos aí “uma mudança de orientação que se separa do eterno para apreender o novo. O novo não se designa a suposta moda, mas, pelo contrário, a criatividade variável segundo os dispositivos”.¹⁰⁶ Já que, se Foucault desconsidera uma “originalidade” das enunciações e considera que somente há sua “regularidade”, é precisamente:

Porque o que conta é a novidade do próprio regime de enunciação que podem compreender enunciações contraditórias. Por exemplo, alguém perguntará que regime de enunciações aparece com o dispositivo da

¹⁰² *Id., Ibid.*

¹⁰³ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.** op. cit., p. 164.

¹⁰⁴ *Id., Ibid.*, pp. 165-166.

¹⁰⁵ DELEUZE, Gilles. Que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo.** op. cit., p. 94.

¹⁰⁶ *Id., Ibid.*

Revolução Francesa, ou com o dispositivo da revolução Bolchevique: é a novidade do regime que conta e não a originalidade da enunciação. Todo o dispositivo se define, pois, pelo que detém de novidade e criatividade, o qual marca, ao mesmo tempo, sua capacidade de se transformar ou se fissurar em proveito de um dispositivo do futuro.¹⁰⁷

E isso é possível porque, como dissemos acima, antes deste exemplo da forma diagramática descrita por Veyne, o diagrama só encontra estabilidade dentro de um estrato, e se, por sua conta, ele sempre mantém a instabilidade, agitando-se e misturando-se é porque

Os devires que percorrem um determinado diagrama de forças, propagam-se por diagramas de outras formações históricas, permitindo reencadeamentos de forças e, conseqüentemente, determinadas atualizações que as formações históricas muitas vezes percebem como permanências ou universais em suas séries.¹⁰⁸

Se as forças em um diagrama estão sempre em um perpétuo devir, é porque o diagrama sempre está em comunicação com a “formação estratificada que o estabiliza ou o fixa, mas conforme um outro eixo; ele se comunica com o outro diagrama, os outros estados estáveis do diagrama, através dos quais as forças perseguem seu devir mutante”.¹⁰⁹ E quando Deleuze menciona que o diagrama é o “lado de fora dos estratos” é porque ele representa a exibição de forças a partir das singularidades que são focos de resistência que o tornam instável e informal fazendo com que cada diagrama “opere por acaso” e porque as forças estão sempre em constantes atualizações e, por isso, o poder está em um “não-lugar”. E é precisamente a partir daí, que podemos dizer que temos formações diagramáticas historicamente sempre em construção, pois o diagrama nasce das relações de forças, são elas que formam sempre novos diagramas na história, por que o diagrama não bloqueia as forças, ao contrário, deixa-as sempre em movimento, sempre em processo de atualização. E é aí que Deleuze fala que o que afeta uma força é sempre o “lado de fora”, é aí que

Uma força é afetada por outras ou afeta outras. Poder de afetar ou de ser afetado, o poder é preenchido de maneira variável, conforme as forças em relação. O diagrama, enquanto determinação de um conjunto de relações de forças, jamais esgota a força, que pode entrar em outras relações e dentro de outras composições. O diagrama vem de fora, mas o lado de

¹⁰⁷ *Idem.*

¹⁰⁸ CARDOSO JR, Hélio Rebello. **Teoria das multiplicidades no pensamento de Gilles Deleuze.** op. cit., p. 330.

¹⁰⁹ DELEUZE, G. **Foucault.** op. cit., p. 92.

fora não se confunde com nenhum diagrama, não cessando de fazer novos ‘lances’. Assim, o lado de fora é sempre a abertura de um futuro, com o qual nada acaba, pois nada nunca começou – tudo apenas se metamorfoseia.¹¹⁰

Finalmente, isso significa dizer, conforme Deleuze, que as relações de força não são bloqueadas pelo diagrama, mas estão presas nele, no entanto, elas têm um “terceiro potencial” que é a capacidade de resistência que está a seu favor, pois é a partir dela, da singularidade de resistência que efetua os “pontos, nós e focos” sobre os estratos que torna possível uma mutação.

Além disso, a última palavra do poder é que a resistência tem o primado, na medida em que as relações de poder se conservam por inteiro no diagrama, enquanto as resistências estão necessariamente numa relação direta com o lado de fora, de onde os diagramas vieram. De forma que um campo social mais resiste do que cria estratégias, e o pensamento do lado de fora é um pensamento da resistência.¹¹¹

Contudo, como as resistências fazem parte ativa das relações de forças ou de poder, e é esse seu aspecto que precisamente influencia nas mudanças, produções ou nas formações diagramáticas nas sociedades ocidentais para Foucault, segundo a leitura de Deleuze sobre ele, principalmente a partir do século XVIII, é sobre isso que abordaremos no próximo capítulo, para mostrar como as resistências contribuem para atualizar as forças e como elas atuam em um determinado campo social para produzir essas novas formações diagramáticas.

¹¹⁰ *Id., Ibid.*, p. 96.

¹¹¹ *Idem.*

3 O PODER COMO ANÁLISE CRÍTICA E AS RESISTÊNCIAS COMO PRINCÍPIO PARA AS MUTAÇÕES DIAGRAMÁTICAS

*As relações de poder não emanam de um ponto central ou de um foco único de soberania, mas vão a cada instante “de um ponto a outro” no interior de um campo de forças, marcando inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudanças de direção, resistências.*¹¹²

Gilles Deleuze

Neste capítulo, abordaremos como se estabelece, dentro da concepção de Michel Foucault, o funcionamento das relações de forças ou poder e as formas de resistências a partir da análise que Foucault faz do poder. Tendo essa temática como ponto de partida, mostraremos como é possível pensar as mudanças ou mutações da sociedade ocidental, pensando conforme o esquema de diagrama que descrevemos no primeiro capítulo, que Deleuze apresenta em seu livro sobre Foucault. A partir deste conceito de diagrama, faremos uma demonstração da maneira que as resistências contribuem para tais mutações de uma época histórica para outra, com seus próprios instrumentos e mecanismos que cada formação histórica desenvolve. Tendo em vista este plano, tentaremos apresentar como nossa sociedade desenvolve ou trama os seus próprios diagramas para conduzir tais mutações no campo social, pois, segundo Deleuze, “toda sociedade tem o seu ou os seus diagramas”.¹¹³

Para tratar sobre essa temática em Foucault, sabemos que não interessa fazer o duplo questionamento sobre “O que é o poder? De onde vem o poder?”¹¹⁴ mas devemos partir do “como” buscar uma compreensão para o poder, formulando a “pequena questão, direta e empírica: ‘Como isto acontece?’”.¹¹⁵ Ao formular essa questão, Foucault esclarece que ela não se caracteriza de maneira alguma como uma tentativa de objetivar uma denúncia de “fraude”, seja ela no âmbito de uma “‘metafísica’ ou de uma ‘Ontologia’ do

¹¹² *Idem. p.*

¹¹³ *Idem. p. 45.*

¹¹⁴ FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Trad. de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

¹¹⁵ *Id., Ibid., p. 240.*

poder”¹¹⁶ mas como proposta de desenvolver uma investigação crítica em torno do poder. Para tal análise, conforme abordamos no capítulo anterior, Foucault mostra que, para entendermos as relações de poder, devemos partir de uma busca genealógica e não ir pelo caminho tradicional, tentando encontrar o poder em algum ponto fixo de onde ele poderia se originar surgir ou se localizar. O próprio Foucault partiu de uma crítica do poder. Ele mesmo denominou essa investigação, que faz parte do segundo eixo de suas pesquisas, de “analítica do poder”. Conforme suas palavras no primeiro volume da História da Sexualidade:

O que está em jogo nas investigações que virão a seguir é dirigirmo-nos menos para uma ‘teoria’ do que para uma ‘analítica’ do poder: para uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo.¹¹⁷

A partir da idéia de desenvolver uma crítica e não uma teoria do poder, Foucault conduz suas pesquisas para um questionamento das múltiplas relações do poder, das estratégias abertas e das técnicas racionais que articulam o exercício do poder em cada estrato ou formação histórica.

Partindo dessa ideia, o que queremos mostrar, aqui, são as relações que se estabelecem nas formações históricas das sociedades modernas do mundo ocidental, porque, conforme afirma Deleuze, Foucault não teve a preocupação de investigar relações de poder em sociedades ditas primitivas, pelo fato de estas sociedades não terem desenvolvido história nem sistema político, além daqueles que funcionavam em forma de aliança. Disto resulta que...

não se deve concluir que a concepção do poder, em Foucault, convenha particularmente às sociedades primitivas, das quais ele não trata; mas que as sociedades modernas de que trata desenvolvem, por sua vez, os diagramas que expõem suas relações de força ou suas estratégias específicas.¹¹⁸

Então, o que nos propomos a fazer, é uma demonstração das mudanças de diagramas nas sociedades ocidentais nos últimos séculos, ou mais especificamente, a partir do final do século XVIII, em que Foucault mostra que saímos de um tipo específico de

¹¹⁶ *Idem*, p. 240.

¹¹⁷ FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, p. 80.

¹¹⁸ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 45.

poder que era o da sociedade de soberania e entramos para as sociedades disciplinares. É daí que Foucault descreve, em *Vigiar e Punir*, como ocorrem as mudanças e novas formações diagramáticas em nossa sociedade; e é daí, também, que Deleuze formulará o seu conceito de diagrama para analisar esta parte da obra de Foucault.

Portanto, partindo do princípio de que cada sociedade, em cada época ou formação histórica, tem suas próprias características e desenvolvem suas próprias formas de resistências, mostraremos como esses elementos contribuem para por sempre em movimento novos diagramas na história. Não estamos dizendo que o poder, segundo Foucault, apresenta-se de formas diferentes dependendo a época, muito pelo contrário, ele deve ser analisado da mesma maneira em sua concepção, independente do período nos sistemas modernos. Mas devemos considerar que os sistemas tecnológicos e os instrumentos que operam ou são operados pelo poder são diferentes. Contudo, pode-se dizer que suas estratégias também são diferentes; e, por conseguinte, devemos considerar que a análise das relações estabelecidas entre os indivíduos também deve ser percorrida por caminhos diferentes em cada momento histórico, para entendermos como se dá o funcionamento da sociedade e de suas transformações. Por isso, nos balizamos pela ideia de que os diagramas sofrem suas mutações na história e sempre se está gerindo novos diagramas que Foucault analisou em *Vigiar e Punir*, considerando os mecanismos de poder a partir das mutações diagramáticas que foram ocorrendo no século XVII e ao longo do século XVIII.

Esse período foi marcante para se poder perceber uma mudança diagramática na sociedade ocidental, porque foi neste momento que houve uma série de acontecimentos como: a mudança do sistema jurídico no Ocidente; a revolução francesa; a explosão demográfica; o desenvolvimento do modelo capitalista e com ele o desenvolvimento de um novo sistema tecnológico que vai passar a operar em escala global, com novas máquinas, novas formas e fontes de energia, de transportes, de comunicações; o desenvolvimento da “biopolítica” para gerir a população e todo um aparato de instituições que surgem neste momento para gerir de outra forma os indivíduos a partir do modelo da sociedade disciplinar, que surge neste contexto com novas relações políticas, econômicas e sociais, que nos colocou frente a novas estratégias para o desenvolvimento do exercício do poder.

Um dos fatores importantes que se percebe ao analisar o livro “Vigiar e Punir”, é a apresentação de uma ideia de que ocorreu uma nova orientação em nossa sociedade a partir das mudanças do sistema jurídico do final do século XVIII. Por conseguinte, podemos considerar o fato de que, a partir deste momento histórico, houve novas forças ou novas configurações das relações de poder que se colocou em movimento com o fim da sociedade de soberania. Se em *Vigiar e Punir*, Foucault mostra o nascimento da prisão e as novas características do Direito penal, e que essas duas formas andam juntas, cada uma delas desenvolvendo o seu papel, é porque estes certamente foram dois fatores que contribuíram para as novas formas de relações de poderes que se integraram na vida social do Ocidente, a partir não somente da prisão, mas de todas as outras formas institucionais que se desenvolveram com a finalidade de modelar os corpos, mas também todas as novas formas discursivas que surgem com o objetivo de intervenção e de transformação nas vidas dos indivíduos.

Isso significa dizer, que o modelo de prisão e as novas formas discursivas, tanto do direito penal como de tantas outras que surgem, representam o nascimento da sociedade disciplinar e marca, ao mesmo tempo, a ruptura diagramática com a sociedade de soberania. Obviamente que o elemento primordial que marcou essa passagem de um diagrama para outro foi o das formas de resistência que se instalam ainda na sociedade de soberania, como as revoltas populares e os discursos reformadores do século XVIII (trataremos sobre este assunto no capítulo III, mostrando-os como elementos que contribuíram para a ruptura do diagrama da soberania). Com isso, teremos o nascimento da “máquina-prisão”, que definirá nova característica social e, também, toda uma evolução discursiva do direito penal que atacará o modelo de punição da soberania. Portanto, foi necessário um novo modelo de desenvolvimento tecnológico, como a prisão, para que as relações de poder, e o próprio diagrama do poder, estabelecessem a fronteira entre uma sociedade e outra.

Como Deleuze define o surgimento desses dois regimes: o regime de luz, visível, que é o da prisão, e o regime de linguagem, que é o do direito penal, pode-se por no centro dessa discussão algo de novo que surge aí a partir desses elementos, que é o fato de ter sido colocado em xeque o modelo do sistema tecnológico para produzir dor e sofrimento que se tinha no diagrama da soberania, que eram as aplicações das penalidades diretamente

sobre o corpo do indivíduo através do modelo de suplício; e o outro, que representa o modelo da linguagem que vai pensar uma nova forma de aplicabilidade da pena sobre os indivíduos, acabando, desta forma, com as práticas de tortura que marcavam as penas de suplício.

Não só o direito, mas a medicina também toma o corpo do indivíduo de maneira diferente neste momento. E isso por causa de um novo tipo de diagnóstico que se aplicará sobre o corpo, pois, quando a medicina passa a ser apoiada e amparada pela química e a biologia, que se desenvolvem neste período com as características de ciências modernas como nós as conhecemos, ela está representando uma forma discursiva, porque, como afirma Deleuze, “a medicina clínica no fim do século XVIII é uma formação discursiva; mas ela o é em relação às massas e às populações que dependem de outro tipo de formação”,¹¹⁹ e, se isso implica em meios não-discursivos, que são as instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos, é por que todos esses segmentos vão marcar de forma incisiva o novo diagrama que começa a se instalar aí, e, a medicina fará parte desta nova característica social, pois ela vai agir de maneira mais ostensiva através de todas as ciências que envolvem a saúde, a higiene pública, ou as ciências sanitárias para o controle sobre o indivíduo e a população.

Além disso, surge todo o conjunto das ciências Humanas que vão produzir formas discursivas em favor da saúde do indivíduo e da sociedade como um todo. E, ao pensar a sociedade, teremos a produção de novas relações de poder e de estratégias para se atingir todo o campo social, pensando como agir diretamente sobre o corpo do indivíduo e do corpo social. Aqui também se desenvolve um aparato tecnológico, ou uma “máquina-hospital”, que terá por função, se não evitar, pelo menos diminuir a dor e o sofrimento do indivíduo a partir de uma série de diagnósticos.

Da mesma forma, teremos uma ação direta sobre os indivíduos no sistema educacional, que poderíamos dizer que também tem por função diminuir o sofrimento a partir da educação. Esses tipos de sofrimentos não precisam ser necessariamente dores físicas, mas podem ser outros tipos de dores como, por exemplo, os constrangimentos

¹¹⁹ *Idem*, p. 40.

morais de um indivíduo perante outros pelo fato de desconhecer a leitura e a escrita, bem como toda a forma de conhecimento a que se chega através da aprendizagem. Isto vale também para uma nação em relação à outra, pois é vexatório para um país apresentar baixo índice educacional de sua população (pelo menos na atualidade) perante a comunidade global. Se aí também se desenvolve uma máquina, a “máquina-escola”, é para nos colocar diante de um novo diagrama. Se se produzem tantas máquinas, é também com o objetivo de aliviar sofrimentos, dores e humilhações, sejam elas físicas, morais ou sociais. Assim também como a “máquina-fábrica” e suas máquinas que são para, pelo menos, diminuir o sofrimento do trabalho pesado.

Deleuze afirma que cada uma dessas máquinas, assim como as prisões, que são formas concretas, visíveis e têm ao seu lado o direito penal como uma forma discursiva que atinge a teia social e produz relações de poder; por conseguinte, afirma também que Foucault chamará a prisão...

de máquina abstrata ou concreta (ele falará da “máquina-prisão”, mas também da “máquina-escola, da “máquina-hospital...)? As máquinas concretas são os agenciamentos, os dispositivos bifformes; a máquina abstrata é o diagrama informe. Em suma as máquinas são sociais antes de serem técnicas. Ou melhor, há uma tecnologia humana antes de haver uma tecnologia material.¹²⁰

Se, então, nós temos no final do século XVIII, um modelo que faz ultrapassar as máquinas de tortura do suplício para uma máquina disciplinar, e considerando a afirmação de Deleuze sobre o funcionamento apenas marginal da prisão no modelo de sociedade de soberania como (as lettres de cachet), é por que ainda não havia uma forma discursiva e, ao mesmo tempo, uma ideia de utilizar a estrutura concreta da prisão que pensasse na possibilidade de uma possível utilização dos indivíduos que não fosse aquele modelo de marcá-lo e de utilizá-lo como exemplo social; portanto, a prisão “só existe como dispositivo quando um novo diagrama, o diagrama disciplinar, o faz ultrapassar ‘o limiar tecnológico’”.¹²¹

Esta ruptura do modelo de soberania teve infinitas quebras no seu interior para, em seguida, instalar-se o modelo de disciplina que, por sua vez, também nasce com

¹²⁰ *Idem*, p. 49.

¹²¹ *Idem*.

infundidos rompimentos e formas de resistências; isto é, criam-se novos tipos de aparelhos técnicos, um novo campo de enfrentamentos. E o fato de as disciplinas nascerem independentes de qualquer aparelho, seja ele jurídico ou político, mas que, no entanto, irão perpassar todos. Então, ao deixarmos para trás a soberania, estamos rompendo com este diagrama e entrando em outro, e será esse novo diagrama que vai se incumbir das multiplicidades de indivíduos.

Ao se analisar as formas características do poder de soberania apontados nos estudos de Foucault, pode-se dizer que ele observa que naquele período, (como em qualquer outro dentro da história dos sistemas modernos de política) houve muitas resistências e que tais resistências fizeram com que ocorresse um novo gerenciamento político administrativo da sociedade ocidental com novas características, e essas profundas mudanças passaram a tomar força a partir do século XVII e no decorrer do século XVIII.

Portanto, se existem novas características, ou nova formulação sobre as relações de poder, também existe o fato de que sempre está ocorrendo mutação em cada momento, pois se é nas relações de forças que se estabelece o poder, então, devemos observar que essas relações também fazem com que o poder se modifique a todo instante, não permanecendo ele como era no instante anterior, mas tomando novas formas, novas características no momento presente e apontando possíveis – mas não necessárias – formas de se manifestar no instante seguinte, pelo fato de serem relações que se estabelecem e não algo que está pronto para emanar de um lugar ou indivíduo. Por conseguinte, como afirma Foucault em a *Vontade de Saber*, não há um ponto central que deve ser confundido com um foco único e soberano de onde descenderia ou partiria suas formas derivadas, mas, ao contrário, o poder funciona por mobilidade contínua, “devido à sua desigualdade”, ou seja, há uma...

onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda a relação entre um ponto e outro. O poder está em toda a parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares.¹²²

¹²² FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. op. cit., p. 89.

Essa forma do poder se expressar, segundo Foucault, pode ser aplicada em todo o corpo social, de alto a baixo, de um lado a outro e de forma transversal, então, a partir dessa ideia, podemos observar ou fazer o mapa das relações de poder dos diagramas na história e mostrar as formas diferenciadas das relações que caracterizam os diferentes diagramas. Isto porque cada época constrói em si mesma seus próprios aparelhos e suas próprias relações de forças e também produzem as formas como essas relações de forças se estabelecem entre os indivíduos. E se isto é verdade, para percebermos essas relações de forma mais incisiva, devemos observar tais aspectos a partir dos instrumentos e mecanismos de cada época, e, a partir daí, poderemos ver de que forma tais mecanismos influenciam nessas mudanças e, no caso específico aqui, poderemos perceber que entramos em uma transformação das relações nos últimos séculos, pois desenvolvemos relações totalmente diferenciadas daquela da soberania.

Se para Foucault não existe uma teoria do poder, quer seja ela ontológica ou metafísica, se não existe um ponto de onde emana o poder, mas o poder irradia de todos os lados, como uma rede ou uma teia, então devemos partir de onde ele próprio aponta o surgimento das manifestações do poder – das relações que se estabelecem por todos os indivíduos, por todas as forças que compõem o corpo social. Pois, quando Foucault nos fala que a análise do poder deve surgir do “como” se dá o seu funcionamento, ele está falando que devemos operar um deslocamento crítico exatamente sobre essa ideia suposta de que há um ponto fundamental ou um centro de onde brota o poder, uma vez que para ele não há esse lugar, e, para entendermos o poder conforme esse ponto de vista, devemos “tomar por objeto de análise relações de poder e não de um poder”.¹²³

Da mesma forma quando Deleuze pergunta “O que é um diagrama?” para Foucault, define como uma “exposição das relações de forças que constituem o poder”,¹²⁴ e que, seguramente, é a partir dessas relações de forças que temos as transformações e as novas tecnologias que pedem passagem e que também fazem parte dessas mutações. Isto é o que nos leva a outro modelo de sociedade. Pois, da mesma forma, quando estabelecemos

¹²³ *Idem.* In: O sujeito e o poder. DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** op. cit., p. 242.

¹²⁴ DELEUZE, G. **Foucault.** op. cit., p. 46.

uma ruptura com as máquinas de suplício da sociedade de soberania, nos vinculamos a outros tipos de máquinas chamado “arquipélago carcerário”.¹²⁵ Aí, tivemos a formação de um novo conjunto de aparelhos que passaram a nos medir e a nos calcular, e essas novas formas se instalaram porque o “diagrama é altamente instável ou fluido, não pára de misturar matérias e funções de modo a constituir mutações”,¹²⁶ pois, como mostramos no primeiro capítulo, o diagrama é intersocial e está sempre em devir.

Se ao analisarmos o modelo de soberania, por um lado, esta análise nos leva a entender como houve uma ruptura das relações de forças da soberania e como se manifestam novas relações de forças em nossa sociedade na ótica de Foucault; por outro lado, este pequeno regresso nos torna possível observar que, dentro daquele modelo, também havia suas relações de forças, suas estratégias, resistências, que atentavam contra todo o tipo de poder e que definiam suas relações de poder. Então, novamente, se percebe a importância dos livros *Vigiar e punir* e *A Vontade de Saber*, pois são neles que Foucault aponta ou dá fundamentos para entendermos como ele compreende as relações de poder, e que estamos lidando com relações que se fundamentam e fazem parte de nossas vidas a partir do século XVIII, mas que, antes disso, (e por isso temos aí um novo tipo de diagrama) para se instaurar teve que colocar em “xeque” aquelas formas de relações de poder que foram as da soberania e a sua forma de direito.

Pois se muitas de suas formas subsistiram e ainda subsistem, ela foi penetrada pouco a pouco por mecanismos de poder extremamente novos, provavelmente irredutíveis à representação do direito. Veremos, mais tarde, que tais mecanismos de poder, por um lado ao menos, são aqueles que tomaram em mãos, a partir do século XVIII, a vida do homem, na qualidade de corpo vivo. E se é verdade que o jurídico pôde servir para representar, de modo sem dúvida não exaustivo, um poder essencialmente centrado na coleta e na morte, ele é absolutamente heterogêneo com relação aos novos procedimentos de poder que funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei mas pela normalização, não pelo castigo mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos. Entramos já há séculos, num

¹²⁵ Sobre o Arquipélago carcerário ver no livro: FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. de Raquel Ramalhe. 25ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 247. Ver também no livro: FOUCAULT, M. **Estratégia, poder – saber**. Trad. de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e escritos; IV), p. XXXV e p. 180.

¹²⁶ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., pp. 44-45.

tipo de sociedade em que o jurídico pode codificar cada vez menos o poder ou servir-lhe de sistema de representação.¹²⁷

Contudo, se os aparelhos ou as máquinas concretas ou abstratas sofrem suas mutações no devir histórico, com o contexto social e conosco não é diferente, pois também estamos em constante movimento de autotransformação capaz de transformar a sociedade, ou seja, de transformar e transformar-se

porque há tantos diagramas quanto campos sociais na história. Quando Foucault invoca a noção de diagrama, é pensando as nossas sociedades (de disciplina), onde um poder opera um enquadramento de todo o campo (...) Mas, se considerarmos as antigas sociedades (de soberania) vê-se que elas também possuem diagramas, embora com outras matérias e outras funções: também nelas uma força se exerce sobre outras forças (...). Mais ainda, concebem-se diagramas intermediários como passagem de uma sociedade a outra: é o caso do diagrama napoleônico, no qual a função disciplinar conjuga-se com a função soberana, “no ponto de junção do exercício hierárquico e permanente da disciplina indefinida”.¹²⁸

Entendemos também que para termos à instalação de novos diagramas sociais, outro elemento importante que se faz necessário são as “estratégias de confrontos”, pois para Foucault, as relações de poder não existem de forma separada das estratégias, e como as relações de poder se definem entre os indivíduos, então, quem elabora as melhores estratégias consegue exercer um domínio sobre as ações do outro, e, por conseguinte, comandará as “condutas” do seu adversário. Porém, deve-se observar aí que para Foucault o termo

‘conduta’, apesar de sua natureza equívoca, talvez seja um daqueles que melhor permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A ‘conduta’ é, ao mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício de poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um em relação ao outro, do que da ordem do governo.¹²⁹

Esta noção de conduta pode ser entendida pelo conceito de “prática” que é bastante utilizada em toda a extensão da obra de Foucault e que desenvolvemos no capítulo

¹²⁷ FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. op. cit., p. 86.

¹²⁸ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 44.

¹²⁹ *Idem*. In: O sujeito e o poder. DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. op. cit., pp. 243-244.

anterior a partir do texto de Veyne, “Foucault revoluciona a história”. Neste sentido, Foucault está atribuindo aí, ao termo “conduta”, a noção ampla que se tinha no século XVI, pois ao referir-se à noção de “governo”, não se referia simplesmente às funções administrativas das “estruturas políticas e à gestão dos estados: mas designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes.”.¹³⁰ Portanto, esta noção de governo agia não somente sobre as formas “instituídas e legítimas de sujeição política e econômica.”,¹³¹ essas ações eram desenvolvidas de forma calculada e refletida para “agir sobre as possibilidades de ações dos outros indivíduos. Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros”.¹³²

Desta forma, pode-se afirmar que, para se chegar ao ponto em que o indivíduo exerce domínio sobre as ações do outro ou dos outros, (isto se pode aplicar também à ação de um grupo, classe ou sociedade sobre outras), inevitavelmente deve-se passar pelo campo das estratégias, pois é só como exercício estratégico de um indivíduo, grupo, classe ou sociedade sobre as outras que nós teremos a manifestação das relações de poder com todos os seus procedimentos. E quando temos na prática a relação estratégica, temos também relações de poder em circulação, e isto significa dizer que não se aceita um modelo constituído de poder.

Foucault falará aí de três sentidos em que a palavra estratégia é empregada correntemente. Uma delas é a “escolha dos meios” que são utilizados a partir de certa racionalidade para se atingir um objetivo. Outra, é a maneira pela qual um indivíduo (no momento do jogo), pensa qual será a ação do outro, enquanto sabe que o outro também está pensando qual será a sua ação, e, a partir do momento em que conhece a estratégia do outro, pode tirar vantagem sobre ele. E a terceira, é o saber quais são os procedimentos utilizados para fazer com que o seu adversário perceba que está em desvantagem e renuncie a luta, e, a partir daí, ter maior possibilidade de obter a vitória.

¹³⁰ *Id., Ibid.*, p. 244.

¹³¹ *Idem.*

¹³² *Idem.*

De forma resumida, o que Foucault defende aí é que a “estratégia se define então pela escolha das soluções ‘vencedoras’”.¹³³ Mais ainda, quanto aos sentidos empregados acima para a palavra estratégia, o próprio Foucault chamará de

‘estratégia de poder’ ao conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder. Podemos também falar de estratégia própria às relações de poder na medida em que estas constituem modos de ação possível, eventual, suposta dos outros. Podemos então decifrar em termos de ‘estratégia’ os mecanismos utilizados nas relações de poder. Porém, o ponto mais importante é evidentemente a relação entre relações de poder e estratégias de confronto.¹³⁴

Contudo, se podemos tomar a ideia de que não há uma aceitação do poder como algo constituído em nossa sociedade, é porque as próprias relações de poder e as estratégias de confronto não permitem que isso ocorra. Por isso, pode-se afirmar que, em Foucault, realmente não há este modelo constituído de poder, a não ser, conforme diz Deleuze, como um mero “exercício atual” de estratégia do poder de um grupo ou classe dominante. Isto, porém, não significa dizer que é um poder definitivo, mas que é algo que funciona sempre como constituinte, nunca como algo constituído, acabado. E é nessa constituinte de poder que se desenvolvem os embates, as resistências, as batalhas, os confrontos, que são sempre contra um tipo de poder, contra um tipo de força que sempre se acha ser o próprio poder constituído, centralizado. Deleuze, em *Desejo e prazer*, afirma que “se os dispositivos de poder são, de alguma maneira, constituintes, só pode haver contra eles fenômenos de ‘resistência’, e a questão incide sobre o estatuto desses fenômenos”.¹³⁵

Portanto, são nos confrontos, sejam eles partindo de ações coletivas ou individuais, sejam culturais ou políticos, que se manifestam as resistências contra este poder que se pensa constituído, mas que não é. E da mesma forma que este poder age a partir de certas estratégias com o objetivo de dominação, do outro lado, também teremos outras estratégias com o objetivo de “rachar” qualquer tentativa de “dominação/sujeição”. Ou seja, teremos aí duas forças em uma batalha para tentar exercer o domínio sobre a ação

¹³³ *Idem*, p. 248.

¹³⁴ *Idem*.

¹³⁵ DELEUZE, Gilles. **Desejo e Prazer**. op. cit., pp. 102-103.

do outro, pois, conforme afirma Foucault ao analisar o que caracteriza este tipo de poder, que é o fato “que ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos)”.¹³⁶

Este é um dos pontos importantes nas análises de Foucault no que se refere às relações de poder, pois são nessas batalhas que ele aponta o que são e como funcionam os “pontos de resistência”. Conforme Deleuze, aí também ele mostrará que são as formas de resistência de indivíduos ou de grupos que nos levam a uma ruptura com certos diagramas e suas forças; pois, segundo Foucault, “lá onde há poder há resistência”¹³⁷ e são, inevitavelmente, essas resistências que colocam frente a frente os adversários para uma batalha, já que as relações de poder não podem existir “senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permitem a apreensão. Esses pontos de resistências estão presentes em toda a rede de poder”.¹³⁸

E é precisamente esta presença de resistência em todos os locais que tira de foco a ideia de um poder central, e isso vale também para a ideia de que as rebeliões ou revoluções partam de algum lugar específico de onde possivelmente emanaria toda a organização de algum tipo desses eventos, pois sabemos que, para Foucault, não é desta forma que os eventos se manifestam, e, conforme Deleuze, os diagramas é que se entrecrocavam “sempre em função do mais recente. Que curiosa torção da linha foi 1968, linha das mil aberrações!”¹³⁹ Se Deleuze refere-se a este movimento, é por que ele representa um exemplo da maneira como se dá as relações de poder, pois conforme Olgaria Matos:

O Maio parisiense não foi um fenômeno isolado. Mais ou menos violento, mais ou menos organizado, mais ou menos reprimido, mais ou menos libertário, é o mesmo movimento que acontece em Varsóvia, Berkeley ou Paris. E subsiste à interrogação: por que uma multidão, diversa segundo cada país, se torna explosiva simultaneamente? Questão tanto mais pertinente quanto não há nenhum centro de direção clandestino orquestrando unificadamente a agitação. Há simultaneidade, mas não coordenação. (...) ele atingiu um ponto de irreversibilidade, pois buscou as razões que fizeram da história da humanidade a história apenas da

¹³⁶ FOUCAULT, M. In: O sujeito e o poder. DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** op. cit., p. 240.

¹³⁷ FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** op. cit., p. 91.

¹³⁸ *Id., Ibidem.*

¹³⁹ DELEUZE, G. **Foucault.** op. cit., p. 53.

dominação e da servidão. E mais, ninguém pode reivindicar para si este movimento: ele é amplamente espontâneo e os ‘grupúsculos’ nele imersos, trotskistas, maoístas, guevaristas ou anarquistas, não desempenham a não ser um tênue papel nas manifestações de massa.¹⁴⁰

No entanto, devemos ter em mente que Foucault declara em Didier Eribon que o Maio de Paris não é uma boa idéia de como o poder se manifesta, pois para Foucault, ele é um movimento onde a ideologia vem antes da luta. Ao se referir às formas de resistências, Foucault esclarece que elas

são o outro termo nas relações de poder, inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível. Também são, portanto, distribuídos de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistências disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva.¹⁴¹

Com isso, podemos afirmar que as relações de poder e as resistências que convivem juntas e com infinitas estratégias de confrontos, como define Foucault, é que nos colocam frente às transformações que ocorrem em cada época e, se falamos de mutação de diagrama, é porque eles ocorrem justamente pelo fato de que é “a partir das ‘lutas’ de cada época, do estilo das lutas, que se pode compreender a sucessão de diagramas ou seu reencadeamento por sobre as descontinuidades”;¹⁴² ou seja, são as resistências que ocorrem neles que nos levam a “grandes rupturas radicais”. Entretanto, é mais comum que ocorram

pontos de resistência móveis e transitórias, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução.¹⁴³

Isso demonstra que são essas transformações e rupturas que nos levam a pensar, agir e alterar nossa prática. Isto acontece exatamente nesses pontos de conflito, de resistência, pois é aí que nós vamos deixando de ser o que éramos e nos construímos de outra maneira para nos tornarmos algo novo. Deleuze, em seu livro *Diálogos*, ao comentar

¹⁴⁰ MATOS, O. C.F. **Paris 1968: as barricadas do desejo**. SP: Editora Brasiliense, 1981, pp. 9-10.

¹⁴¹ FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. op. cit., pp. 91-92.

¹⁴² DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 53.

sobre uma novela de Fitzgerald, falará das três linhas em que ocorre um “racha” para este autor: a linha de cortes; a linha de fissura e a linha de ruptura e mostra que, para Fitzgerald, a vida se define por um processo de “demolição” e, é nesta segunda linha

quando tudo vai bem, ou tudo vai melhor sobre a outra linha, que a fissura acontece sobre essa nova linha, secreta, imperceptível, marcando um limiar de diminuição de resistência ou aumento de um limiar de exigência: já não se suporta o que se suportava antes, ontem ainda; a repartição dos desejos mudou em nós, um novo tipo de angústia surge, mas também uma nova serenidade. Fluxos se moveram, é quando sua saúde está melhor, sua riqueza mais assegurada, seu talento mais afirmado, que se dá o pequeno estalo que vai fazer a linha ficar oblíqua. Ou então o inverso: você começa a ficar bem quando tudo se quebra sobre a outra linha, imenso alívio. Não suportar mais alguma coisa pode ser um grande progresso, mas pode ser também um medo do velho, ou o desenvolvimento de uma paranóia. Pode ser uma estimulação política ou afetiva, perfeitamente justa. Não se muda, não se envelhece da mesma maneira, de uma linha a outra. A linha flexível não é, no entanto, mais pessoal, mais íntima. As micro-fissuras são coletivas também, não menos que os macro-cortes, pessoais.¹⁴⁴

Portanto, se a todo o instante estamos rachando com o que éramos para nos tornarmos outro, isto se dá a partir das resistências, sejam elas individuais ou coletivas, pois são elas que fazem com que rompamos com certas barreiras e com certas relações de forças e nos conduzem a uma mobilidade e a uma transitoriedade. Contudo, se são as resistências e as relações de poder que nos levam constantemente a pensar e a nos colocar em novos diagramas, é porque as lutas, as resistências, também são constantes. E, se elas partem de ações coletivas ou individuais, a Revolução Francesa, representa para nós um foco de resistência coletiva. Já as resistências individuais que representam essas lutas ou batalhas podem partir das marcas do próprio corpo, como: tatuagens, piercings, brincos, cabelos longos, perfurações, cortes, etc., que podem ser consideradas como formas de lutas ou de enfrentamentos.

Os enfrentamentos individuais podem se manifestar, também, através do comportamento: pela irreverência, por não obedecer ou não se submeter a determinadas regras, rachando-as, transgredindo-as. E isso vale para si próprio como um auto-ritual de passagem ou de ruptura de algo que o indivíduo não aceita para si, desta forma, procura

¹⁴³ FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. op. cit., p. 92.

¹⁴⁴ DELEUZE, G; PARNET, C. **Diálogos**. Trad. de Eloisa A. Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998, pp. 102-103.

uma maneira de resistir e de lutar para mostrar aos outros que está se construindo de outra forma que não aquela que querem para ele, que não está aceitando o que se está tentando fazer dele e, portanto, o indivíduo reage. Foucault tentava mostrar que a luta é perpétua e multiforme e que em

toda parte se está em luta – há, a cada instante, a revolta da criança que põe seu dedo no nariz à mesa, para aborrecer seus pais, o que é uma rebelião, se quiserem – e, a cada instante, se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião; e é toda essa agitação perpétua que gostaria de fazer aparecer.¹⁴⁵

Também, o que marca esse afrontamento individual, pode ser caracterizado por um período da vida do indivíduo: através da música que ouve com o grupo com quem se relaciona com aquilo que o marca a partir do que lê que aprende que vê ou como vê, enfim, os indivíduos agem “inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamentos”¹⁴⁶ que os levam a uma ruptura consigo mesmos ou auto passagem de um ponto a outro na forma de se auto-conduzir, porque passamos a nos ver e a falar de nós mesmos de outra maneira, porque já nos construímos ou nos moldamos de outra maneira. Portanto, assim como a Revolução Francesa nos colocou para pensar e agir diferente de forma coletiva, Maio de 68 pode representar para nós um modelo de resistência individual e coletiva ao mesmo tempo, pois conforme Paulo Tarso,

convém rememorar a explosão de alguns novos significados que eclodiram em Maio de 68, delineando, difusamente a verdade, novas relações entre nós e o conhecimento. Mais que um movimento contestatório organizado, uma explosão de linhas de resistência, de criação de rotas alternativas, experimentações gregárias, miríades de dizeres, de gritos e de cantos, numa gramínea puro rizoma, tudo certo como dois mais dois são cinco a não ser que é proibido proibir – restando querer o impossível. Mais precisamente: crítica do poder onde quer que ele se exerça, entreabrir a multiplicidade que cada um é e examinar, reparar, minimizar os fluxos fascistas em nós, sem dogmas e certezas, apenas a bem vinda alegria de poder pensar livre (?), o gesto arredondado, o prazer legítimo, sonhar em voz alta as pesquisas e caminhar - com, diria Barthes.¹⁴⁷

¹⁴⁵ FOUCAULT, M. **Estratégia, poder – saber**. Trad. de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e escritos; IV), p. 232.

¹⁴⁶ FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. op. cit., p. 92.

¹⁴⁷ MEDEIROS, P. T. C. de. “**Miríades por entre Maio de 68 e o deserto**” – P e T n° 17 p. 2.

Isto nos faz refletir que, tanto em um plano coletivo, como em um plano individual, Maio de 68 nos colocou a pensar de outra maneira; pois, como escreve Paulo Tarso, passamos a refletir sobre nós mesmos e sobre grupos ou “minorias” a partir de outra forma, com outra sensação de liberdade. Essa expressão da liberdade também nos leva a refletir sobre “A lona preta e o passeio do esquizo”,¹⁴⁸ em que o Professor Orlandi e um grupo de alunos e de colegas passeiam pelos corredores da PUC/SP, em defesa da produtividade pensante. Nas palavras do Professor Orlandi “o passeio é em respeito ao pensamento criativo, ‘é este o nosso barato’, compreender a aventura do pensamento, por que o pensamento não se acomoda, e o que se quer é trabalhar, pensar, pois não custa caro pensar livremente”,¹⁴⁹ e esse passeio ocorreu porque o “Núcleo de Estudos da Subjetividade se impôs num lugar de pesquisa livre”.¹⁵⁰

A partir disto, podemos pensar em um ponto central sobre as relações de poder e as formas de resistência em Foucault. Refiro-me ao ponto em que ele defende a ideia de que só é possível para o poder se expressar a partir do exercício da liberdade. Foucault vai, aqui, na contramão de pensadores que afirmam que o poder se manifesta “por violência ou por ideologia, ora reprimindo, ora enganando ou iludindo, ora como polícia, ora como propaganda”,¹⁵¹ porque, para ele, não é por ideologia nem por violência que as relações de poder se manifestam. Deleuze, em “*Desejo e Prazer*”, mostrará que o livro

La volanté de savoir dá um novo passo em relação a *Vigiar e Punir*. O ponto de vista permanece exatamente este: nem repressão, nem ideologia. Porém, e para dizê-lo em poucas palavras, os dispositivos de poder não se contentam em ser normalizadores, mas tendem a ser constituintes.¹⁵²

Foucault se coloca na contramão de ideias tradicionais porque, para ele, o poder também não se manifesta pelo “consenso” ou pelo “consentimento”, pela “renúncia a liberdade, transferências de direito, poder de todos e de cada um delegado a alguns”,¹⁵³ pois, na visão dele, o consenso e o consentimento, podem ser instrumentos ou efeitos das

¹⁴⁸ ORLANDI, L. B. L. **Lona preta e o passeio do esquizo**. [Documentário - Mídia Digital - Youtube]. Produção de Luiz B. L. Orlandi. Brasil, 2008.

¹⁴⁹ *Id.*, *Ibidem*.

¹⁵⁰ *Idem*.

¹⁵¹ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 38.

¹⁵² DELEUZE, Gilles. **Desejo e Prazer**. op. cit., p. 99.

¹⁵³ FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. op. cit., p. 243.

relações de poder, mas não “seu princípio ou sua natureza”.¹⁵⁴ Se fosse desta forma, não seria uma “ação sobre a ação” dos outros, isso seria “passividade”, porque quando uma “relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro polo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la”.¹⁵⁵ Ainda, nas palavras de Deleuze

Um poder não procede por ideologia, mesmo quando se aplica sobre as almas; ele não opera necessariamente através da repressão quando se dirige aos corpos. Ou melhor, a violência realmente exprime o efeito sobre qualquer coisa, objeto ou ser, mas ela não exprime a relação de poder, isto é, a relação da força com a força, ‘uma ação sobre uma ação’. Uma relação de forças é uma função do tipo ‘incitar, suscitar, combinar’ (...) O poder ‘produz realidade’ antes de reprimir. E também produz verdade, antes de ideologizar, antes de abstrair ou de mascarar.¹⁵⁶

Portanto, se as relações de poder não se exercem pelo consentimento ou pelo consenso, nem pela ideologia ou pela violência, então, como falamos acima, Foucault inclui um “elemento importante: a liberdade. O poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto ‘livres’ – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer”.¹⁵⁷

Ao inovar o pensamento sobre o funcionamento das relações de poder com essa ideia, Foucault está afirmando sua posição de que não é possível qualquer tipo de relação de poder na “escravidão”, “mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar”,¹⁵⁸ de outra forma, o que aparece é a “relação física da coação”. Portanto, Foucault não compreende a relação entre liberdade e relações de poder como um jogo de exclusão em que quando há poder não há liberdade, mas,

a liberdade aparecerá como condição de existência de poder (ao mesmo tempo sua precondição, uma vez que, é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça, e também seu suporte permanente, uma vez que se ela abstraísse inteiramente do poder que sobre ela se exerce, por isso

¹⁵⁴ *Id., Ibidem.*

¹⁵⁵ *Idem.*

¹⁵⁶ DELEUZE, G. **Foucault.** op. cit., p. 39.

¹⁵⁷ FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** op. cit., p. 244.

¹⁵⁸ *Id., Ibidem.*

mesmo desapareceria, e deveria buscar um substituto na coerção pura e simples da violência); porém, ela aparece também como aquilo que só poderá se opor a um exercício de poder que tende, enfim, a determiná-la inteiramente. A relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem, então, ser separados. O problema central do poder não é o da ‘servidão voluntária’ (como poderíamos desejar ser escravos?).¹⁵⁹

Então, Foucault ao colocar a liberdade como condição indispensável para as relações de poder, também tira de foco o conceito de “antagonismo”, e põe em destaque um “agonismo” pois, para ele, as relações de poder não são somente relações de forças contrárias que tentam superpor-se umas em relação às outras ao longo da história; ao contrário, o que ele está afirmando é que há uma “incitação recíproca e de luta. Trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente, do que de uma provocação permanente”.¹⁶⁰

Portanto, estas são algumas das inovações do pensamento de Michel Foucault acerca das relações de poder; pois, no momento em que ele elabora a analítica do poder, a partir do “como” ele se exerce e não mais das perguntas tradicionais que tentavam responder: “o que ele é” e “de onde ele vem”, ele está afirmando que as relações de poder são inseparáveis da liberdade do sujeito de ação; que o poder produz e não destrói. Por conseguinte, Foucault nos dá a fórmula para pensar em um novo questionamento do problema do poder, como afirmamos no primeiro capítulo, que é voltado tanto contra o marxismo quanto contra as concepções burguesas, apontando uma nova forma de conceituar o poder, a partir da ideia que Deleuze desenvolve sobre o diagrama, sendo no diagrama que o poder ou as relações de forças são distribuídos a partir de uma transversalidade e não de uma centralização.

Se Foucault nos afirma que “o exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ele se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados”,¹⁶¹ isto significa dizer que ele está rompendo com a concepção que se tinha do poder centralizado em um ponto, e que ele está colocando todos os indivíduos como agentes ativos do poder dentro de um

¹⁵⁹ *Idem.*

¹⁶⁰ *Idem*, p. 245.

¹⁶¹ FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** op. cit., p. 247.

determinado diagrama. Isto significa dizer também, que Foucault concebe um novo diagrama do poder, pois se o diagrama é uma forma abstrata para pensarmos como esquadramos os indivíduos e suas relações, Foucault está nos dando esta forma abstrata para pensá-los, e isso se dá pelo fato de que este poder visto por Foucault não destrói, mas, ao contrário, constrói e o “indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção”.¹⁶² Ou seja, Foucault acaba com a forma de se ver o diagrama de poder por repressão e por ideologia e nos introduz na forma de pensar o diagrama que age por liberdade e que produz o indivíduo e a realidade mudando-a.

Contudo, se Foucault tem razão em afirmar que o poder se dá através das relações entre indivíduos e que a melhor maneira de compreendê-las é a partir de uma análise dessas relações, isto nos leva a perceber que as manifestações individuais ou coletivas que se armam contra um tipo de relações de poder produzem outras relações de poder que, por sua vez, produzem outro modelo social, político, econômico, etc, que é outro diagrama social e que, acima de tudo, produzem outro tipo de indivíduo dentro deste diagrama. E, talvez aí, ou a partir daí, possamos perceber também que não estamos somente sujeitos ou sujeitados a algum tipo de dominação, mas que, ao contrário, estamos a todo instante estabelecendo um novo diálogo e um novo modo de conceber e de praticar as relações de poder. Pois, como falamos acima, conforme afirma Foucault

As relações de poder suscitam necessariamente, apela a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante.¹⁶³

Foucault, ao colocar o problema de uma análise crítica do poder, também aponta que um dos objetivos principais para nós, hoje em dia, talvez não seja “descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser

¹⁶² FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. de Raquel Ramalhe. 25ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 161.

¹⁶³ FOUCAULT, M. **Estratégia, poder – saber**. op. cit., p. 232.

para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno”.¹⁶⁴

Talvez aí possamos pensar que essa nossa manifestação com o poder e como portadores de poder, não nos coloca em um sistema tão profundo de dominação de nossa subjetividade. Porque se é nessas relações que o sujeito se afirma e se constrói, é aí também que são estabelecidas normas para a sujeição. No entanto, podemos afirmar que essas normas são transgredidas, e, ao transgredir, o indivíduo não se verga para um sistema de dominação/sujeição, ele se dobra sim, mas este dobrar-se é também dobrando a força que tenta dobrá-lo, pois “a força se verga sobre si em sua relação com outra força”¹⁶⁵ e, para Foucault

A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposta há vários séculos.¹⁶⁶

Finalmente, há aí, uma verdadeira relação de forças, uma grande guerra de infinitas batalhas onde nem sempre o mesmo lado vence essas batalhas, ao contrário, nessas batalhas, ora vence um, ora outro lado, sendo esta forma que define quem assume um determinado espaço; e é desta forma, também, que o indivíduo vence suas batalhas e assume seu território; e é aí, também, que ele se constrói. Assim como em a “Morada do ente”¹⁶⁷, em que Luiz Orlandi escreve sobre um documentário que relata uma família de moradores de rua, em que o pai constrói casinha de cachorro pra vender e de onde tira o sustento de todos, mas, essa e outras famílias estão sob ameaça de despejo pelo poder público, e todos estão “na esperança de uma negociação a menos infeliz possível com aqueles que detém o poder de ameaçar a ocupação desse território da sobrevivência”.¹⁶⁸ E, sob essa ameaça, um dos membros dessa família diz: “quando precisar sair daqui, diz

¹⁶⁴ FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. op. cit., p. 239.

¹⁶⁵ *Id.*, *Ibid.*.

¹⁶⁶ *Idem.*

¹⁶⁷ ORLANDI, L. B. L. “**Morada do Ente**”. Em D. Lins e P. P. Pelbart (Org.), *Nietzsche e Deleuze – Bárbaros e Civilizados*, São Paulo, Annablume Ed., 2004, pp. 119-129.

¹⁶⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 124.

Cícero, eu arrumo outro local, outra ponte por aí”.¹⁶⁹ Isto significa dizer que Cícero e os seus não se vergam totalmente sob este poder, mas vão se construir de outra forma em outro território. Então, disso se segue que o indivíduo usa sua resistência e sua esperteza para por em xeque o modelo que tenta dobrá-lo.

Depois dessa exposição das formas de resistência e das relações de força ou de poder como elementos essenciais para que ocorra a mudança de um diagrama para outro, faremos no próximo capítulo uma apresentação mais detalhada dos diagramas descritos por Foucault em *Vigiar e Punir*, partindo do diagrama do suplício da sociedade de soberania para mostrar como funcionavam os mecanismos de poder daquela sociedade.

¹⁶⁹ *Idem.*

4 O CORPO COMO ALVO DE TORTURA NO DIAGRAMA DO SUPLÍCIO ATÉ O FINAL DO SÉCULO XVIII

Divina comédia das punições: é um direito elementar do leitor ficar fascinado até as gargalhadas diante de tantas invenções perversas, tantos discursos cínicos, tantos horrores minuciosos. Dos aparelhos antimasturbatórios para crianças até os mecanismos das prisões para adultos, toda uma cadeia se exhibe, suscitando risos inesperados que a vergonha, o sofrimento ou a morte não conseguem calar.¹⁷⁰

Gilles Deleuze

Pretendemos, neste capítulo, fazer uma análise mais específica de algumas partes do livro *Vigiar e Punir* de Michel Foucault, na tentativa de mostrar como se fundam novas formas diagramáticas na sociedade ocidental a partir dos séculos XVII e XVIII, pois é deste período em diante que Foucault se utiliza do método genealógico para descrever determinados períodos históricos. Claro que Deleuze deixa claro, ao desenvolver o conceito de diagrama para descrever uma cartografia do poder em Foucault, que podemos encontrar formas diagramáticas e apresentá-las desde os gregos, mas as análises de Foucault em *Vigiar e Punir* partem da observação das sociedades de soberania para mostrar como elas funcionavam e como sucumbiram para dar passagem à sociedade disciplinar. Então, nossa abordagem, aqui, será uma demonstração da sociedade de soberania com seu modelo de punição de espetáculo público, com suas formas de relações de poder e de resistências características daquela estratificação como uma forma diagramática que se estendeu até o final do século XVIII.

Conforme apresentamos no primeiro capítulo, Foucault utiliza o método genealógico para mostrar as rupturas, não as continuidades ocorridas ao longo da história. E ao falar dessas rupturas, podemos entender que são rupturas das formações diagramáticas, tendo em vista que a genealogia é o elemento chave para apreender o conceito de poder em Foucault que, por sua vez, é um dos elementos essenciais para analisar as mudanças que ocorrem em nossas sociedades, segundo o mesmo Foucault. Se uma das coisas que

¹⁷⁰ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 33.

Foucault mostra neste livro é as formas e as máquinas de tortura que se estenderam até o século XVIII, é para mostrar que, dentro daquela formação histórica, as relações de forças ou de poder, de certa forma, passavam pelos rituais dos suplícios. E se podemos falar a partir de Deleuze que este período representa um diagrama histórico para Foucault, é por que este período se utilizava de características específicas de poder, próprias da época, com suas leis, regras e estratégias, que aplicava sua força no corpo dos indivíduos até meados do século XVIII.

Abordaremos, aqui, o suplício como o diagrama da sociedade de soberania para mostrar que aquilo que Foucault estava observando em *Vigiar e Punir* não era a evolução das ideias ou a origem do atual sistema; mais que isso, ele estava em busca das rupturas e das descontinuidades contidas no poder de punir e que, por si só, essas rupturas já representam uma transposição de um tipo de sociedade para outra, ou de um diagrama a outro. Foucault apresenta uma análise daquela formação histórica observando seu contexto e nos colocando frente a um tipo de investigação que extrai dos documentos da época, uma abordagem para compreender aquela sociedade, seus desdobramentos e as descontinuidades que causaram nossa mutação social.

Portanto, para demonstrar a forma diagramática do suplício, tomaremos inicialmente o próprio exercício do poder e as formas que aquele poder tomava sobre o corpo do indivíduo como objeto para aplicação das práticas penais da justiça. Partindo, então, do início de *Vigiar e Punir*, que trata do castigo aplicado ao parricida “Damiens”, Foucault aí já descreve o exercício do poder como uma forma de horror investido nas penas, que era uma característica marcante do diagrama do suplício, em que ele mostra que a aplicação da lei servia como exemplo, punição, castigo, tortura e colocava o infrator como coadjuvante no espetáculo público da justiça.

Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757, a pedir perdão publicamente diante da porta principal da igreja de Paris (...) levado e acompanhado em uma carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Grève, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barriga das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo

será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzido a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento.¹⁷¹

O que Foucault está descrevendo é o teatro e seu espaço de realização, como a praça em frente a igreja; técnicas como: andar nu, atezar, queimar, cortar, furar e preencher os furos com líquidos quente; ser puxado e desmembrado por cavalos, este atuando como parte de uma máquina de tortura e outras máquinas ou instrumentos mais de tortura como: o patíbulo, a carroça, a faca e a tocha; ainda, se juntava a isso, uma série de elementos representativos como: o fogo, o vento, as cinzas, o crucifixo, o enxofre, o chumbo, o óleo, o piche, e a cera que faziam parte de um ritual típico de tortura, de uma prática legítima dentro do diagrama da soberania.

O que Foucault está demonstrando é que os códigos penais guardavam esses castigos com a aplicação da sentença no corpo do criminoso para produzir dores, sofrimentos, humilhações, sinais e a morte, para estigmatizar e produzir repulsa deste indivíduo frente à sociedade, com a aplicabilidade das penas físicas conforme os costumes, a natureza do crime e o status do condenado. Por isso, segundo Deleuze, quando Foucault enquadra as antigas sociedades de soberania, ele está falando que elas possuíam diagramas com suas próprias matérias e funções, ou seja: “também nelas uma força se exerce sobre outras forças”.¹⁷² Neste diagrama, as leis não tinham medida estabelecida para aplicação de sua força e o monarca tinha o direito sobre a vida e a morte do indivíduo. Se isso nos mostra como se estabeleciam as relações de poder, é porque dentro das sociedades de soberania eram definidas algumas categorias diagramáticas para capturar o corpo do indivíduo sobre o qual caberia a aplicação da pena, fazia parte dessas ações, dentro das quais o monarca poderia exercer a sua força que serviam mais para

realizar um levantamento prévio do que para combinar e compor; mais para dividir as massas do que para recortar o detalhe: mais para exilar do que para enquadrar (é o modelo da ‘lepra’). É outro diagrama, outra máquina, mais próxima do teatro do que da fábrica: outras relações de força.¹⁷³

¹⁷¹ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. op. cit., p.09.

¹⁷² DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p.44

¹⁷³ *Id., Ibid.*, p. 44.

Portanto, o monarca utilizava-se das técnicas do suplício e Foucault mostra que este modelo apresentava alguns critérios para sua utilização, e o mais comum era “produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar”.¹⁷⁴ Nessa técnica a morte aparece não somente como privação do direito de viver, o que poderia acontecer instantaneamente com a “decapitação” – onde o corpo passaria por um “grau zero de suplício – até o esquartejamento que os leva quase ao infinito, através do enforcamento, da fogueira e da roda, na qual se agoniza muito tempo; a morte – suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em ‘mil mortes’”,¹⁷⁵ produzindo sofrimentos de forma regulada como o “tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas (...) número de golpes de açoite, localização do ferrete em brasa, tempo de agonia na fogueira ou na roda”.¹⁷⁶ E, para tal, era o tribunal quem decidia em quanto tempo o condenado deveria morrer. Essa característica das relações de poder é marcante neste diagrama e é isso que nos dá uma idéia de como era o exercício do poder.

Nesse diagrama, o exercício do poder obedecia algumas exigências como a de deixar cicatrizes no corpo da vítima, para ostentar o seu caráter de infâmia e fazer com que a justiça permanecesse na memória dos homens através dessas marcas, que representavam os sinais da lei e demonstravam a sua glória. A justiça, por esta razão, podia prolongar o suplício para além da vida, através de “cadáveres queimados, cinzas jogadas ao vento, corpos arrastados na grade, expostos à beira das estradas. A justiça persegue o corpo para além de qualquer sofrimento possível”.¹⁷⁷

As se falar deste sistema legal ou do diagrama do suplício, podemos perceber que nele houve uma mistura ou uma integração de códigos legais de outros diagramas; pois, como mostramos anteriormente, segundo Deleuze, a ideia de que em um diagrama ocorrem integrações de outros diagramas, podemos dizer, como aponta Foucault, que no diagrama do suplício na soberania ou dentro das punições do período clássico, houve pelo menos quatro formas de táticas punitivas que pertenciam a outras sociedades e épocas diferentes,

¹⁷⁴ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. op., cit., p. 31.

¹⁷⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 31.

¹⁷⁶ *Idem.*

¹⁷⁷ *Idem*, p. 32.

que foram se mesclando e se integrando até se instalarem definitivamente, tornando-se forças correntes no estrato ou na formação histórica daquele período, para formar aquele regime penal, e que passaram a formar as relações de forças da sociedade de soberania, cada uma delas com suas próprias características como:

1. Exilar, rechaçar, banir, expulsar para fora das fronteiras, interditar determinados lugares, destruir o lar, apagar o lugar de nascimento, confiscar os bens e as propriedades.
2. Organizar uma compensação, impor um resgate, converter o dano provocado em dívida a ser paga, converter o delito em obrigação financeira.
3. Expor, marcar, ferir, amputar, fazer uma cicatriz, deixar um sinal no rosto ou no ombro, impor uma diminuição artificial e visível, supliciar, em suma, apoderar-se do corpo e nele inscrever as marcas do poder.
4. Enclausurar.¹⁷⁸

A partir desta citação, pode-se perceber que Foucault distingue que cada sociedade ou estrato utiliza um tipo privilegiado de punição, e aponta que cada uma dessas punições expostas acima pertenceu a outras formações históricas respectivamente nesta ordem: “sociedades de banimento (sociedade grega), sociedades de resgate (sociedades germânicas), sociedades de marcação (sociedades ocidentais do final da Idade Média), sociedades que enclausuram (a nossa?)”.¹⁷⁹ Ou seja, se é com a ideia de mutações ou misturas de um diagrama com outro que estamos trabalhando, pode-se dizer que aí temos um exemplo de mesclagem de outros diagramas oriundos de outras sociedades que se introduziram nas práticas punitivas adotadas pela sociedade de soberania, pois, conforme Deleuze, os diagramas se comunicam por cima, por baixo dos estratos respectivos, ou entre eles. E é certamente neste sentido, do qual já falamos também, que o diagrama se distingue dos estratos; pois, considerando que são as formações estratificadas que tornam um diagrama estável, e que por si só ele é instável, agitado e mesclado. No entanto, devemos considerar também que é seguramente nessa comunicação com outros diagramas que ele se torna estável e se fixa em um determinado estrato, pelo fato de suas forças estarem sempre em seu devir que o tornam mutante.

Contudo, nota-se aí que a exibição das técnicas e as relações de forças do diagrama do suplício emitem suas singularidades, mas percebe-se também que sua

¹⁷⁸ *Idem. Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Trad. de Andréa Daher; consultoria Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 27.

¹⁷⁹ *Id., Ibid.*, p. 27.

formação foi determinada por condições extrínsecas a ele, pelas forças que agiram pelo seu “lado de fora” formando-o, tornando-o força atual, “pois é sempre de fora que uma força confere às outras, ou recebe das outras, a afetação variável que só existe a uma tal distância ou sob tal relação”.¹⁸⁰

Portanto, no diagrama do suplício das sociedades de soberania, essa mesclagem de diagramas de sociedades e de épocas diferentes definiu aquela forma de penalidade sancionada em lei, que tomava o corpo como lugar para aplicação da tecnologia punitiva. Obviamente que aí aparece o diagrama político daquela sociedade, sendo a ação da legislação penal posta para servir aos privilégios e às determinações políticas regidas pela vontade do soberano que, por sua vez, encontrava no sistema jurídico a justificativa para produzir o suplício, mostrando sua força e, acima de tudo, preservando a sua vontade.

4.1 Alguns elementos que contribuíram para a formação do poder jurídico no diagrama das sociedades de soberania

*Desde a Idade Média, a elaboração do pensamento jurídico se fez essencialmente em torno do poder real. É a pedido do poder real, em seu proveito e para servir-lhe de instrumento ou justificação que o edifício jurídico das nossas sociedades foi elaborado.*¹⁸¹

Michel Foucault

Considerando que o diagrama do suplício público, com todas as suas relações de poder, que exercia o papel de cerimônia política para manutenção do absolutismo monárquico, fazia parte da formação histórica das sociedades de soberania, tem-se a ideia de que o delito significava um desafio a esta soberania por perturbar a ordem estabelecida; por isto, o caráter público do suplício era “longo, terrificante, tinha exatamente a finalidade de reconstruir essa soberania; seu caráter espetacular servia para fazer participar o povo do reconhecimento dessa soberania; sua exemplaridade e seus excessos serviam para definir a extensão infinita dessa soberania.”¹⁸²

¹⁸⁰ *Idem*, p. 93.

¹⁸¹ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. op. cit., p. 180.

¹⁸² *Idem*. **Estratégia, poder – saber**. op. cit., p. 153.

Essa análise de Foucault quanto ao exercício do poder no estrato da soberania, nos mostra que o direito ocidental agia em função da vontade do rei, “é do rei que se trata, é do rei, de seus direitos, de seu poder, dos eventuais limites de seu poder, é disso que se trata fundamentalmente no sistema geral, na organização geral, em todo o caso, do sistema jurídico ocidental”,¹⁸³ e construiu-se como o grande fenômeno em que os juristas deveriam proceder conforme essa vontade e por isso “foi um dos instrumentos técnicos constitutivos do poder monárquico, autoritário, administrativo e, finalmente, absoluto”.¹⁸⁴

Novamente, aqui, para entender como se constituiu o poder jurídico na formação histórica da soberania, se pode perceber que tivemos aí elementos do poder jurídico de outras formações históricas anteriores à da soberania. Isto é possível ver, porque Foucault demonstra que ele teve seu ponto de partida no Direito Romano, e, mais tarde, foi introduzido na Idade Média, entre a metade e o final do século XII. Isto ocorreu porque não havia um “poder judiciário autônomo, nem mesmo um poder judiciário nas mãos de quem detinha o poder das armas, o poder político”,¹⁸⁵ e como as contestações judiciárias visavam proteger a circulação de bens que produzia o acúmulo de riquezas, então, o direito de ordenar e controlar as contestações foi confiscado pelos senhores que detinham o poder econômico.

Contudo, quando ocorre a entrada das velhas regras do Direito Romano na sociedade feudal, quando a “acumulação da riqueza e do poder das armas e a constituição do poder judiciário nas mãos de alguns é um mesmo processo que vigorou na Alta Idade Média e alcançou seu amadurecimento no momento da formação da primeira grande monarquia medieval”,¹⁸⁶ e, portanto, neste momento os indivíduos não tinham o direito de resolver seus litígios, sendo submetidos a um poder exterior a eles, é que se institui um poder judiciário e político, e, é nesse contexto que teremos na sociedade ocidental a constituição da base do poder régio para dar sustentação aos direitos da soberania do rei.

A fim de utilizar esse poder como seu direito fundamental, como mostra Foucault, o monarca, em primeiro lugar, se encarnava na máscara jurídica como sendo o

¹⁸³ *Idem. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. de Maria Ermantina Galvão. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. – (Coleção tópicos), p. 30.

¹⁸⁴ *Id., Ibidem.*

¹⁸⁵ *Idem. Estratégia, poder – saber*. op. cit., p. 65.

¹⁸⁶ *Id., Ibidem.*

próprio “corpo vivo da sociedade”, ou, ao contrário, o rei limitava-se a esse poder e observava a que regras ele deveria submeter-se para exercer seu poder com legitimidade. Portanto, para Foucault, a “teoria do direito, da Idade Média em diante, tem essencialmente o papel de fixar a legitimidade do poder; isto é, o problema maior em torno do qual se organiza toda a teoria do direito é o da soberania”.¹⁸⁷ Em segundo lugar, com o direito fundamentando a soberania do rei, qualquer crime que acontecia ofendia não somente a vítima lesada, mas, tornava-se um crime de lesa majestade, e o rei tomava para si a ofensa ocorrida porque ela atingia a sua soberania, com isso, ele se sentia no direito de se vingar do infrator com a sua força. É nesse momento que surgiu “um personagem totalmente novo, sem precedente no Direito Romano: o procurador. (...), que vai se apresentar como o representante do soberano, do rei ou do senhor”.¹⁸⁸

É com o procurador que o soberano ligava o direito e o poder da justiça à sua pessoa, pois ele representava o soberano onde havia um crime e mostrava que o indivíduo lesado não era lesado individualmente, mas mostrava que o “soberano, seu poder, a ordem que ele [fez] reinar, a lei que ele estabeleceu foram igualmente lesados por esse indivíduo (...). O soberano, o poder político vem, desta forma, dublar e, pouco a pouco, substituir a vítima”.¹⁸⁹ Portanto, é esse fenômeno novo do poder político representado pelo corpo do rei que ao apossar-se do judiciário, fez com que essa forma de poder fosse gradativamente criando forças para que o rei pudesse ter para si o direito de punir também.

Contudo, pode-se dizer que esses foram alguns dos princípios que contribuíram para a formação do diagrama do suplicio nas sociedades de soberania, com todas as suas relações de poder, suas técnicas ou mecânicas, que se estenderá até o final do século XVIII. Para Foucault, em todo o diagrama da soberania houve uma “má economia do poder,” por conta desses excessos do poder do rei e de sua gente que praticaram as piores humilhações corporais no sistema jurídico ocidental.

Esse poder excessivo enfim exercido pelo rei, pois ele pode suspender o curso da justiça, modificar suas decisões, cassar os magistrados, revogá-los ou exilá-los, substituí-los por juízes por comissão real. A paralisia da

¹⁸⁷ *Idem. Microfísica do poder.* Organização e trad. de Roberto Machado. 16ª ed. RJ: Ed. Graal, 2001, p. 181.

¹⁸⁸ *Idem. A verdade e as formas jurídicas.* Trad. de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nau editora, 2001, p. 65.

¹⁸⁹ *Id., Ibid.,* p. 66.

justiça [estava] ligada menos a um enfraquecimento que a uma distribuição mal regulada do poder, a sua concentração em um certo número de pontos e aos conflitos e descontinuidades que daí resultam.¹⁹⁰

Portanto, o fato de se igualar o poder de punir com o próprio rei e com o “superpoder” que ele detinha em relação aos súditos, gerava-se a necessidade em promulgar penalidades rígidas para ele exercer seu regime absoluto e autoritário e poder manter-se como representante máximo do Estado com leis severas, para provocar o medo popular, e o medo, por sua vez, era o elemento essencial para o funcionamento daquele diagrama.

4.2 As revoltas populares no diagrama do suplício como causas para sua decadência

*Nestes espetáculos de atrocidade, (...) o lugar do poder poderia facilmente se transformar no lugar de um distúrbio social, ou até de revolta.*¹⁹¹

Dreyfus, H. e Rabinow, P.

É no decorrer do século XVIII que surgem as contestações na formação histórica da sociedade de soberania com ideias, ideais e ações que levam ao fim do modelo diagramático do suplício, ocorrendo a passagem ou ruptura de um diagrama a outro, a partir das revoltas populares. Se a mudança do sistema jurídico com o fim do suplício influenciou para termos uma mutação social no Ocidente, é porque aquele diagrama jurídico da soberania passa a contar com a aversão popular e também com a de pensadores da época. Foucault se refere a pensadores como: Montesquieu, Beccaria, Rousseau e outros Iluministas que foram grandes reformadores do direito que influenciaram para tal mudança e marcaram o limiar discursivo com novos enunciados do direito penal, abrindo possibilidades futuras para a utilização de novas máquinas punitivas no final daquele século. Para Beccaria, o fato de que toda a autoridade de um homem sobre outro que não fosse feita por absoluta necessidade, era uma forma tirânica de governar, afirmando, portanto, que o único direito que fundava o direito do soberano de punir os delitos era

¹⁹⁰ *Idem. Vigiar e Punir: nascimento da prisão.* op., cit., p. 68.

¹⁹¹ *Idem.* O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** op. cit., p.162.

somente “sobre a necessidade de defender o depósito da salvação pública das usurpações particulares”.¹⁹²

E Foucault acrescenta que Beccaria também mostrava que aquele ideal de justiça assentado na tirania com rituais em praça pública e com povo como álibi, servia somente para fortalecer o poder soberano como justificativa política, mas que não servia para fazer com que o crime diminuísse, pois

à medida que as torturas se tornam mais cruéis, o espírito humano que, como os fluidos, se nivela sempre com os objetos circunstantes, endurecem. (...) Para que a pena produza efeito, basta que o mal que ela inflige exceda o bem que nasce do delito e, nesse excesso de mal, deve ser calculada a infalibilidade da pena e a perda do bem que o crime deveria produzir. O resto é supérfluo e, portanto, tirânico.¹⁹³

Foucault mostra a importância que teve um poder como o da sociedade do século XVII porque “o corpo do rei não era uma metáfora, mas uma realidade política: sua presença física era necessária ao funcionamento da monarquia”.¹⁹⁴

Nesses espetáculos de terror, havia um “pacto” do ver e do saber entre soberano e população; ou seja, produzia-se o medo popular, tornava-se o povo testemunha e garantia de que a punição havia ocorrido e fazia-se o povo tomar parte dela. Ser testemunha constituía direito popular exigido pelo próprio povo, pois os suplícios não deveriam levantar suspeitas de não terem acontecido, e que a sua severidade penal não tivesse sido aplicada segundo o delito ou o merecimento do condenado, e, para o soberano, a presença popular nessas cerimônias era indispensável porque o

suplício que tivesse sido conhecido, mas cujo desenrolar houvesse sido secreto, não teria sentido. Procurava-se dar o exemplo não só suscitando a consciência de que a menor infração corria sério risco de punição; mas provocando um efeito de terror pelo espetáculo do poder tripudiando sobre o culpado.¹⁹⁵

Então, o povo se tornava parte da punição e o condenado era oferecido aos insultos dos espectadores, e, conforme Foucault, era aí que a vingança do soberano se manifestava, pois a do “povo também era chamada a se insinuar. (...) o povo que deveria

¹⁹² BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. Trad. de José Cretella Jr. e Agnes Cretella. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1999, p. 28.

¹⁹³ *Id.*, *Ibid.*, p. 88.

¹⁹⁴ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. op. cit., p. 145.

¹⁹⁵ *Idem*. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. op., cit., p. 49.

trazer sua participação ao rei quando este vai se ‘vingar de seus inimigos’, até e principalmente quando esses inimigos estão no meio do povo”.¹⁹⁶

Porém, nesse palco em que o corpo do rei dominava técnicas e instrumentos violentos que serviam de espetáculo ao público, ora esse público participava do cumprimento do suplício, ora produziam revoltas contra a aplicação da pena mesmo em meio ao poder do rei com sua guarda reforçada. Podemos dizer que isso representava uma tentativa ou uma investida das forças populares contra o direito de punir do soberano, sendo o povo tinha importante para o rei, no entanto, tornava-se uma ameaça naquela cerimônia política. Por conseguinte, essa resistência popular ao diagrama do suplício amarra-se às idéias de Beccaria, pois ele defendia que, se as leis não fossem feitas para servir às necessidades dos homens e, se ela se afasta desses sentimentos indeléveis do homem, para ele, portanto, “encontrará sempre resistência contrária, que acabará vencendo, da mesma forma que uma força, embora mínima, aplicada, porém, continuamente, vencerá qualquer movimento aplicado com violência a um corpo”.¹⁹⁷

E se é verdade que os diagramas se misturam entre modelos estratos e épocas diferentes, como já afirmamos anteriormente segundo Deleuze, podemos ver que Foucault reconhecerá essa forma de punir com a presença popular como algo que já existia em outro diagrama: nas velhas ordenações do século XIV, chamado de “serviço de cadafalso”, em que o povo devia essa vingança ao rei. Já na época clássica, estava ligada a uma “economia geral dos suplícios”, que não podia ser totalmente reprimida. E quanto ao século XVIII, Foucault mostra que no momento em que o povo era convocado para manifestar sua violência contra o condenado como um sinal de fidelidade ao soberano, era quando surgiam as revoltas populares. Em alguns casos, se o povo achasse que a condenação era injusta, se via no direito

de arrancar um condenado às mãos do carrasco, obter à força seu perdão, eventualmente perseguir e assaltar os executores, de qualquer maneira maldizer os juízes e fazer tumulto contra a sentença, isso tudo faz parte das práticas populares que contrariam, perturbam e desorganizam muitas vezes o ritual dos suplícios.¹⁹⁸

¹⁹⁶ *Id., Ibidem.*

¹⁹⁷ BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas.** op. cit., 28.

¹⁹⁸ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** op. cit., p. 50.

Essas agitações surgiam nas “emoções do cadafalso” em um determinado momento que fazia parte do ritual do “carnaval de atrocidade”, quando o condenado poderia fazer sua confissão, falando a verdade do seu crime ou “proclamar sua inocência e denunciar as autoridades”¹⁹⁹ diante do público. Por um lado, a multidão fazia parte da cerimônia porque sem ela sua eficácia seria anulada, “por outro lado, a presença de grandes multidões nestas demonstrações de poder era faca de dois gumes. Inspirar o medo era o resultado desejado, porém incitava protestos e revoltas nestas demonstrações públicas”,²⁰⁰ pois a população não se juntava ao cadafalso somente

para assistir ao sofrimento do condenado ou excitar a raiva do carrasco: é também para ouvir aquele que não tem mais nada a perder maldizer os juízes, as leis, o poder, a religião. O suplício permite ao condenado essas saturnais de um instante, em que nada mais é proibido nem punível. Ao abrigo da morte que vai chegar, o criminoso pode dizer tudo, e os assistentes aclamá-lo.²⁰¹

Por isso as execuções tornaram-se um desafio ao poder da justiça soberana transformando-se em resistências populares. É nesse aspecto da defesa do condenado sobre o patíbulo, no seu clamor através de palavras de injúrias, que Foucault observa a inversão dos papéis entre criminosos e o rei, ou seja, é o instante em que os poderes são “ridicularizados e os criminosos transformados em heróis. A infâmia se transforma no contrário; a coragem deles, seus gritos e lamentos só podem preocupar a lei”.²⁰²

Outro fator que provocava resistência popular contra o modelo diagramático do suplício eram as medidas diferentes na aplicação de leis para um mesmo crime que condenava à morte um homem do povo e que, se tivesse sido cometida por um homem rico, resultaria numa pena leve. Foucault afirma que no século XVIII essas práticas da justiça penal perdem sua aceitação, principalmente entre as camadas populares. Portanto, como os mais pobres não eram ouvidos pela justiça, as agitações contra a diferença de pena conforme as classes sociais faziam a multidão

intervir fisicamente, onde quer que ela se manifeste publicamente, onde quer que eles sejam chamados como testemunhas e quase coadjutores

¹⁹⁹ *Idem*. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. op. cit., p.162.

²⁰⁰ *Id.*, *Ibid.*, pp. 161-162.

²⁰¹ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. op., cit., p.51.

²⁰² *Id.*, *Ibidem*.

dessa justiça, entrando violentamente no mecanismo punitivo e redistribuindo os efeitos dele; repetindo em outro sentido a violência dos rituais punitivos.²⁰³

Outras penas que provocavam a indignação popular eram as penalidades pesadas aplicadas em delitos de pouca gravidade, como arrombamentos, infrações sociais, furtos domésticos, etc. Isso porque certos senhores tinham numerosos criados que eram condenados e enforcados pela menor falta e como era difícil provar sua inocência, tornavam-se vítimas de seus senhores. Por isso, as agitações populares tornavam-se um “perigo político” aos executores, porque chamavam a atenção de gente importante que se preocupava e davam outra dimensão para esses fatos e aquilo que deveria apresentar um caráter exemplar teatralizado pela justiça penal, se tornava inquietação permanente do povo contra a forma de punir, pois “quantas vezes, para manter a calma em volta dos cadafalsos, foi necessário tomar providências ‘penosas para o povo’ e precauções ‘humilhantes para a autoridade’”.²⁰⁴

Nos dias de execuções, o povo alterava sua rotina para estar presente ao cadafalso. Em vez do trabalho, preferiam-se as tabernas e as injúrias contra carrascos e policiais. Havia casos em que “procurava-se apossar do condenado, para salvá-lo ou para melhor matá-lo”.²⁰⁵ Portanto, podemos dizer que foi nessa festa incerta, nesta “solidariedade” onde se gerava o “perigo político” que o diagrama do poder na sociedade de soberania começou a sentir seu abalo em relação às penas de suplícios. Essa incerteza para a mecânica do poder político tornou-se reversível graças às intervenções populares através da desobediência e da hostilidade no suplício. Em outras palavras, nos séculos XVIII e XIX o povo não se assustava mais com as execuções.

Foucault mostra isso a partir da análise de alguns casos da época em que a tortura se tornava confrontação física entre o carrasco o condenado e o executor “perseguido pelo povo, o condenado salvo pelos revoltosos e a violenta reviravolta da maquinaria penal”²⁰⁶ provocava medo nas autoridades. Um caso que Foucault relata, é de um enforcamento, ocasião em que o povo tomado de compaixão pelo condenado, vendo

²⁰³ *Idem.*

²⁰⁴ *Idem*, p. 52.

²⁰⁵ *Idem.*

²⁰⁶ *Idem*, p. 53.

que este sofria demais, atacou o carrasco, emporcalhou-o, e, em seguida, o mesmo foi afogado no riacho, a força foi destruída e o condenado libertado.

Eram em cenas como esta com resistências da população que se instalavam o medo no poder político da época e que punham em xeque as velhas ordenações que sustentavam o diagrama do suplício, pois este se tornou algo imprevisível para as autoridades pelo fato do povo, em alguns casos, se identificar com o condenado, pela forma que se punia e porque, pela menor infração, qualquer um poderia estar nas mãos do carrasco e no cadafalso, por conseguinte, nem o rei nem a população sabiam quem venceria nessa forma de exercer a “justiça”. Portanto, a ruptura se encontra no fato de que o “suplício tornou-se rapidamente intolerável. Revoltante, visto da perspectiva do povo, onde ele revela a tirania, o excesso, a sede de vingança e o cruel prazer de punir”.²⁰⁷ O poder de punir, então, se modificou e as severas e exemplares punições corporais em praça pública se abrandaram. A partir daí, teremos novas tecnologias e outros dispositivos para essa mudança das punições.

4.3 Idéias e ideais do Iluminismo para construção de um novo diagrama político

*Há dois gêneros de corrupção: um quando o povo não observa as leis e outro quando é corrompido por elas; mal incurável porque reside no próprio remédio.*²⁰⁸

Montesquieu

Como vimos acima, Foucault mostra que um dos fatores que pos em xeque o diagrama do suplício da sociedade de soberania foram as resistências e revoltas populares contra o excesso do poder executor que criaram impacto na época, fazendo com que o processo de julgamento, condenação e punição, tomasse outras dimensões naquela sociedade. Outro fator importante apontado por Foucault, que contribuiu para o fim daquele diagrama, surgiu entre reformadores do sistema jurídico e pensadores da época, pois, segundo ele, na segunda metade do século XVIII, os protestos contra os suplícios eram encontrados em toda parte, “entre os filósofos e teóricos do direito; entre juristas,

²⁰⁷ *Idem*, p. 63.

²⁰⁸ MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. Trad. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979, (Coleção Os Pensadores), p. 89.

magistrados, parlamentares; nos *chaiers* doléaces e entre os legisladores das assembléias. É preciso punir de outro modo”.²⁰⁹

Se o esforço foi de uma busca de alternativas para encontrar outra máquina punitiva concreta, também foi no sentido de sair da máquina abstrata tanto da política quanto do direito da época. Se a máquina concreta produzia sofrimentos, humilhações e dores físicas, por sua vez, a máquina abstrata causava descontentamento tanto entre as classes populares como entre pensadores iluministas. Portanto, se pensava em como sair dessas duas máquinas e instaurar outras, e é aí que teremos as grandes discussões entre reformadores que contribuiram para levar ao fim o diagrama do suplício com suas máquinas, a partir da alteração dos códigos e propostas de novas modalidades punitivas.

Inicialmente, questionava-se a justiça criminal por utilizar métodos atrozés contra o corpo. Montesquieu observava que nos países onde as penas eram leves, elas conseguiam atingir o espírito do cidadão, habituando-os a tais leis, da mesma forma que nos países com severidade nas suas penas, o povo também se acostumava com as leis cruéis. Para ele, a crueldade da pena não fazia os crimes diminuírem, pois o povo se acostuma com as penas vigentes, diminuindo seu temor por elas, e, por pior que fossem os suplícios inventados, em pouco tempo, os delitos continuavam tal como antes. Portanto, para Montesquieu os

homens não precisam, absolutamente, ser levados pelos caminhos extremos; deve-se procurar os meios que a natureza nos oferece para os conduzir. Que se examine as causas dos relaxamentos: ver-se-á que eles se originam da impunidade dos crimes e não da moderação das penas.²¹⁰

Além disso, os reformadores observavam naquelas penas a incitação popular à violência, pois a vingança e a tirania do rei provocavam revoltas contra o modo de punir e contra o próprio rei. Como as execuções não causavam mais medo ao povo, eles reproduziam o mesmo teatro de horror que assistiam em praça pública, isto é, também se vingavam do rei com sangue. Surge, então, um “conflito frontal” entre o povo e o rei. A vingança se tornava recíproca porque já não havia mais tolerância aos excessos do poder e da tirania, e a crueldade tornava-se algo vergonhoso, representando um “duplo perigo”.

²⁰⁹ *Idem.*

²¹⁰ *Idem.*

Portanto, uma das alterações que os reformadores queriam nos códigos penais era que a justiça ao invés de se vingar com o suplício, punisse conforme o crime. Pois, para eles, as penas deveriam ser “moderadas e proporcionais aos delitos, que a de morte só seja imputada contra os culpados assassinos, e sejam abolidos os suplícios que revoltem a humanidade”.²¹¹

Cesare Beccaria, inspirado em Montesquieu, condenava o suplício atribuindo a culpa de sua existência às próprias leis e como eram organizadas até então, pois elas não tinham o objetivo de se constituírem somente em punição, mas eram formuladas para humilhar e estraçalhar o condenado:

Pouquíssimos, porém, examinaram e combateram a crueldade das penas e as irregularidades dos processos criminais, (...). Pouquíssimos os que, remontando aos princípios gerais, eliminaram os erros acumulados durante séculos, refreando, ao menos, com a força que só possuem as verdades conhecidas, o demasiado livre curso do mal dirigido poder, que deu até hoje longo e autorizado exemplo de cruel atrocidade.²¹²

Beccaria pôs a necessidade da produção de leis que tratassem o indivíduo com dignidade, inclusive o infrator, pois diante da lei todos estão sujeitos às mesmas regras, além do que, para ele, a pena de morte era inútil. Conforme Foucault, o Iluminismo abriu caminho para se pensar no “homem” ao suavizar as penas, e a lei deveria obedecer ao critério de tê-lo como “medida” para ser reformulada, colocando-o “como limite de direito, como fronteira legítima do poder de punir (...) é também um homem – medida: não das coisas, mas do poder”,²¹³ pois nem o povo nem os reformadores aceitavam mais uma sociedade onde

o gemido dos fracos, vítima da cruel ignorância e da rica indolência, os bárbaros tormentos, com pródiga e inútil severidade multiplicados por delitos não provados ou quiméricos, a esqualidez e horrores da prisão, aumentados pelo mais cruel algoz dos desgraçados, a incerteza, é que deveriam comover aquela espécie de magistrados que guiam as opiniões das mentes humanas.²¹⁴

A discussão dessas idéias é que provoca a ruptura do diagrama do suplício a partir de novos mecanismos que deveriam ser criados. Foucault explicará que o ideal humanista que justificaria a formação de um novo modelo de códigos penais repousaria na

²¹¹ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. op. cit., p. 63.

²¹² BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. op. cit., p. 24.

²¹³ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. op. cit., p. 64.

²¹⁴ BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. op. cit., p. 24.

ideia do contrato social, pois essa estratégia seria formulada com base nos princípios da teoria do contrato. Se a ideia do contrato pressupõe que os indivíduos se uniram e concordaram conviver em sociedade, através de um pacto estabelecido entre todos a partir da criação de leis que regeriam a conduta social geral, logo, essas mesmas leis teriam a função de puni-los.

Com isso o criminoso aparece então como um ser juridicamente paradoxal. Ele rompeu o pacto, é portanto inimigo da sociedade inteira, mas participa da punição que se exerce sobre ele. O menor crime ataca toda a sociedade; e toda a sociedade — inclusive o criminoso — está presente na menor punição.²¹⁵

Por isso, afirma Foucault, o castigo penal e seus elementos, juntamente com a “economia do poder de punir”, abrangeria todo o corpo social para estabelecer uma nova “medida” para as penas. Contudo, o infrator, ao produzir o menor delito contra a sociedade, teria contra si toda a força do direito e do poder dessa sociedade para puní-lo, já que, com o estabelecimento do contrato, as leis seriam a representação em defesa dos direitos de cada indivíduo. Dessa maneira, constitui-se o direito de punir, pois o infrator torna-se inimigo comum. Rousseau é claro ao afirmar que

qualquer malfeitor, atacando o direito social, torna-se por seus crimes rebelde e traidor da pátria, deixa de ser um de seus membros ao violar suas leis e até lhe faz a guerra. Então, a conservação do Estado é incompatível com a sua, sendo necessário que um deles pereça, e, quando se faz morrer o culpado, é menos como cidadão que como inimigo.²¹⁶

A partir dessa ideia de contrato, o crime não seria algo que afetaria o poder do soberano, mas, ao contrário, atacaria toda a sociedade que tornou a punição obrigatória, pois já não seria mais o poder soberano ou a verdade da confissão que a justiça utilizaria como critério para punir,

mas, antes, a ‘humanidade’ com todas as partes signatárias do contrato social. A punição, então, deve ser moderada, mais clemente, pois não é apenas o criminoso que está envolvido em cada um dos seus atos, mas a sociedade inteira. Assim, o limite da punição — e seu alvo — é a humanidade de cada sujeito.²¹⁷

²¹⁵ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. op. cit., p. 76.

²¹⁶ ROUSSEAU, J.-J. **O contrato social**. Trad. de Antonio de P. Danesi. 3ª ed. SP: Martins Fontes, 1996, p. 44.

²¹⁷ *Idem*. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. op. cit., p.163.

Com o pacto contratual a sociedade rejeitaria o criminoso; no entanto, deveria encontrar um limite para punir que fosse manifestado pela natureza e pela sensibilidade humana. Beccaria, ao falar sobre a “brandura das penas”, notava, como Montesquieu, que a violência da pena não fazia o crime desaparecer da sociedade mas, ao contrário, ele via que o criminoso, ao cometer um delito contra alguém, tinha a audácia de praticar as piores ações sanguinárias para escapar da pena do primeiro delito. Por isso, para Beccaria, um dos “maiores freios dos delitos não é a crueldade das penas, mas sua infalibilidade e, como conseqüência, a vigilância dos magistrados e a severidade de um juiz inexorável que, para ser uma virtude útil, deve ser acompanhada de uma legislação branda”.²¹⁸

É neste sentido que Deleuze observa que Foucault, em *Vigiar e Punir* aponta o século XVIII como responsável pelo surgimento dos novos conceitos do direito penal, possibilitando a enunciação de infrações e penas. E a enunciação de palavras como delinqüente e delinqüência aparecem como noções diferentes até então, ao se tratar de matéria criminal, os signos a partir daí “se dirigem à alma ou ao espírito e estabelecem associações de ideias entre a infração e a punição (código)”.²¹⁹

Dentro dessa enunciação do que é um crime, em primeiro lugar, para os reformadores, deveria ser qualificado todo o tipo possível de infrações, em seguida, classificá-las por espécies; a partir disso então se deveria criar códigos penais para cada tipo de infração, de forma que nenhum crime escapasse sem ter uma pena pré-fixada para poder julgar cada delito cometido, considerando que até aí não havia códigos claros para punir a não ser o suplício. O código, então, deveria ser “suficientemente preciso para que cada tipo de infração possa estar claramente presente nele. (...). É necessário um código exaustivo e explícito, que defina os crimes, fixando as penas”.²²⁰

Foucault esclarece que, por um lado, a justiça precisava de uma classificação dos crimes e dos castigos; por outro lado, as penas deveriam ter caráter de individualização conforme a singularidade de cada criminoso. Esse papel da pena será muito importante para o direito penal moderno, porque a codificação dos crimes e dos castigos passaria a ter sua

²¹⁸ BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. op. cit., p. 87.

²¹⁹ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 41.

²²⁰ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. op. cit., p. 82.

função na individualização a partir da “economia do poder de punir” e, através da circulação dos novos códigos em toda a sociedade, mostrando que a punição não refletia mais os excessos do poder. “Vê-se bem que a codificação do sistema de delitos – castigos e a modulação do par criminoso – punição vão a par e se chamam um ao outro. A individualização aparece como o objetivo derradeiro de um código bem adaptado”.²²¹ Com esses códigos e com a individualização, o sistema penal desenvolve maior clareza quanto à punição, conhece melhor os crimes porque já estariam com penas estabelecidas e se saberia mais sobre o criminoso.

Foucault observa que, depois de “Beccaria, os reformadores elaboraram programas punitivos caracterizados por sua variedade, sua preocupação de corrigir, a publicidade dos castigos, a correspondência cuidadosa entre a natureza do delito e a forma da pena”.²²² É justamente nisso onde os reformadores se apoiaram para humanizar as penas, pois o direito penal “é um regime (...) que classifica e traduz as infrações, que calcula as penas”²²³ e havendo um cálculo das leis para cada delito se tornaria mais fácil à justiça medir a punição conforme o crime. Ainda, para que a justiça pudesse cumprir seu papel, seria necessário, produzir uma “tecnologia da representação” que consistiria em criar um castigo para cada crime, de forma que, o criminoso percebesse a desvantagem do crime em relação ao castigo que ele receberia.

A representação funcionaria através de pares com valores opostos, isto é, cada crime teria uma pena que representasse uma dosagem quantitativa de castigo. Seria um “jogo de sinais – obstáculos (...) [em que] é preciso que, de um ao outro, a ligação seja a mais imediata possível: de semelhança, de analogia, de proximidade”.²²⁴ O mais importante aí seria a transparência, pois quem cometesse um delito ou pensasse em causar uma infração, pela própria infração já saberia o sinal punitivo que receberia. A punição não teria mais o uso e os efeitos do poder arbitrário porque ela já estaria prevista em códigos para todos saberem dela.

²²¹ *Id., Ibid.*, p. 83.

²²² *Idem. Estratégia, poder – saber.* op. cit., p. 324.

²²³ DELEUZE, G. **Foucault.** op. cit., p. 41.

²²⁴ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** op. cit., p. 87.

A produção de punições “analógicas” era uma das ideias dos reformadores, pois, segundo Foucault, deveria haver uma relação simbólica entre o crime e a punição para que a eficácia prevalecesse o máximo possível nos códigos penais, tirando do próprio delito o castigo proporcional ao crime. Deste modo, a representação da lei estaria condizente com a ordem da sociedade e não mais submetida ao prazer do poder arbitrário do soberano. Conforme a legislação criminal formulada em 1791:

Tem que haver relações exatas entre a natureza do delito e a natureza da punição; aquele que foi feroz em seu crime sofrerá dores físicas; aquele que tiver sido preguiçoso será obrigado a um trabalho penoso; aquele que foi objeto sofrerá uma pena de infâmia.²²⁵

Os efeitos esperados pelos reformadores, em relação à nova tecnologia da representação, serviriam para dissuadir qualquer indivíduo em praticar o crime, e a lei deveria atacar o desejo do indivíduo à criminalidade, “fazendo a força que motivou o crime voltar-se mecanicamente contra ele”.²²⁶ Produzir, no lugar do interesse, da paixão e do prazer pelo crime, o medo do castigo que a pena a ele guarda.

Essa nova tecnologia do poder de punir vai ligar o crime e sua punição, de uma forma necessária e evidente, por meio de certo número de procedimentos, (...) a um crime deverá corresponder necessariamente uma pena, uma pena que será aplicada de forma pública e em função de uma demonstração acessível a todos.²²⁷

A partir daí, observa-se a ruptura diagramática com o suplício, considerando que já não haveria mais dores físicas na penalidade, mas a lei deveria arrastar os infratores aos efeitos vergonhosos diante da multidão, fazendo com que o crime reanimasse o seu próprio enfraquecimento. Portanto, define-se um elemento comum ao crime e à punição para a teoria penal e a nova legislação do século XVIII.

Em vez daqueles grandes rituais dispendiosos, no decorrer dos quais a atrocidade da punição repetia a atrocidade do crime, teremos um sistema calculado, no qual a punição não terá por objeto nem repetirá em si o próprio crime, mas terá por objeto simplesmente o interesse do crime, fazendo valer um interesse semelhante, análogo, simplesmente um

²²⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 88.

²²⁶ *Idem.* O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** op. cit., p. 164.

²²⁷ *Idem.* **Os anormais: curso no Collège de France (1974–1975)** Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. – (Coleção Tópicos), p.109-110.

pouquinho mais forte que o interesse que serviu de suporte ao próprio crime.²²⁸

Numa tentativa de suavizar ainda mais as penas, pensou-se em fazer do corpo do culpado um ponto em que se imprimiria o sinal da lei, não mais o esquetejando, mas usando uma nova “mecânica dos sinais”, onde as penas representariam os “sinais - obstáculos” para toda a sociedade ver e divulgar em forma de discurso que circularia, para que todos proibissem o “crime – a boa moeda que, nos espíritos, toma o lugar do falso proveito do crime”,²²⁹ e que o castigo para cada crime fosse visto como algo natural para a sociedade por ter sido lesada e o criminoso estaria sendo privando de sua liberdade. Portanto, as penas se tornariam rentáveis para todos, pois o Estado poderia fazer do infrator um escravo de todos, tornando-o útil com seu trabalho conforme a natureza do seu crime. Assim, ele serviria de exemplo para todos e pagaria duas vezes pelo seu crime: “pelo trabalho que ele fornece e pelos sinais que produz”²³⁰ ficando exposto e visível para todos observarem o sinal “crime-castigo” que se torna uma pena com objetivos morais e demonstra a sua realidade.

Doravante, economiza-se na publicidade, tendo como exemplo a moralidade pública, ligando a ideia do crime com a ideia do castigo que a pena estabelece. Este seria o suporte da justiça. A lei seria lembrada de várias maneiras, sempre quando se falar de um crime se lembrará dos seus efeitos punitivos. Todos devem saber disso através de vários mecanismos: “cartazes, placas, sinais, símbolos devem ser multiplicados, para que cada um possa apreender seus significados”.²³¹ Todo esse cerimonial circulando no meio social demonstraria que a “publicidade da punição não deve espalhar um efeito físico de terror; deve abrir um livro de leitura”.²³² Segundo Foucault, para os reformadores, a lei, desta forma, se tornaria uma escola para se instruir contra o crime.

A resistência popular, que se transformou em glorificação do criminoso, também seria eliminada neste processo. Pois o criminoso era, ele mesmo, uma fonte de instrução, uma lição moral para todos, publicamente

²²⁸ *Id., Ibid.*, p. 111.

²²⁹ *Idem. Vigiar e punir.* op. cit., p. 90.

²³⁰ *Id., Ibid.*, p. 91.

²³¹ *Idem*, 92.

²³² *Idem*, p. 92.

apresentada; então, o discurso popular sobre suas ações reforçava teoricamente as lições que deviam ser aprendidas.²³³

Com isso, seria fácil contornar a circulação, na sociedade do século XVIII, de folhetins, narrativas e epopéias que glorificavam criminosos, contando ao público os feitos e as histórias do cotidiano desses assassinos, tornando-os heróis populares. Segundo Foucault, essa forma de discurso utilizado na época sobre esses assassinos que se contavam em pasquins, faziam parte do memorial popular por produzir histórias fora dos bastidores e das glórias imperiais. Eram anúncios com detalhes dos crimes, as circunstâncias e a explicação do acontecido que ocorriam nas ruas e aldeias

produzindo história, e esta, por seu turno, marca com sua passagem instantânea datas, lugares e homens. Não foi preciso um rei ou um poderoso para torná-los memoráveis. Todas estas narrativas contam a história sem senhores povoada de acontecimentos frenéticos e autônomos.²³⁴

Com essa nova publicidade da lei em fazer-se conhecer, ficaria mais fácil tornar essas epopéias insignificantes. E os poetas populares falariam em suas narrativas de acordo com essa nova linguagem, criando um discurso compatível com a lei, fortalecendo-a e tornando seus novos códigos como princípios universais. Esse novo procedimento da justiça teria a função de produzir para a lei uma nova moralidade penal na memória popular;

o crime só poderá aparecer então como uma desgraça e o malfeitor como um inimigo a quem se reensina a vida social. Em lugar dessas louvações que tornam o criminoso um herói, só se propagarão então no discurso dos homens esses sinais-obstáculos que impedem o desejo do crime pelo receio calculado do castigo.²³⁵

Finalmente, os símbolos das novas leis ao serem falados e vistos no cenário social fazem com que “cada castigo seja um apólogo. E que, em contraponto a todos os exemplos diretos de virtude, se possam a cada instante encontrar, como uma cena viva, as desgraças do vício”.²³⁶ Essa moral seria forjada com as narrativas reproduzidas e em boatos que circulariam, mostrando o novo sinal que a lei representaria através da austeridade do seu discurso.

²³³ *Idem*. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. op. cit., p. 166.

²³⁴ FOUCAULT, M. **Eu, Pierre Riviere, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX**. Trad. de Denize L. de Almeida. 6ª ed. RJ: Graal, 2000, p. 216.

²³⁵ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. op. cit., p. 93.

4.4 A alma como novo objeto de punição

*O objetivo da punição seria a reforma das almas e a moralização da sociedade ao mesmo tempo.*²³⁷

Dreyfus, H. e Rabinow, P.

Os reformadores do século XVIII pretendiam que a lei produzisse um efeito em relação ao crime e ao criminoso com este novo projeto legal. Dreyfus e Rabinow observam que com a teoria da representação e a noção de contrato social ligadas ao imperativo da eficiência, o poder de punir passou a desenvolver uma nova maneira de operar sobre os homens e “sua principal justificativa teórica repousa na teoria do contrato social, afirma que a sociedade é constituída de indivíduos que se reúnem e, através de um acordo contratual, formaram a sociedade”.²³⁸ Se com a idéia do pacto contratual a sociedade deveria rejeitar o criminoso, tornando-o inimigo social – sociedade da qual ele é infrator e traidor. É dessa ideia que se produz a lei para reger a todos, na qual o criminoso também se enquadra.

Essa lei deveria agir de maneira tal que o crime estivesse inscrito num código de representação semelhante em forma de lei; portanto, essa lei deveria ser eficiente em punir. A lei se tornou mais suave, conseqüentemente, mais humana; pois é em nome da humanidade que “os reformadores condenaram a ‘expição da atrocidade na tortura’ como um mal a ser curado, um excesso que deveria ser exercido em nome de uma distribuição mais racional do poder e da justiça”,²³⁹ para agir como representação e não com excesso de poder. Foucault mostra que os ideais dos reformadores eram justamente uma exigência também de

um deslocamento no ponto de aplicação desse poder: que não seja mais o corpo, com o jogo ritual dos sofrimentos excessivos, das marcas ostensivas no ritual dos suplícios; que seja o espírito ou antes um jogo de representações e de sinais que circulem discretamente mas com necessidade e evidência no espírito de todos. Não mais o corpo, mas a alma.²⁴⁰

É aí que temos a decadência definitiva do diagrama do suplício, pois, quando se classificam as ilegalidades se tem mais controle sobre elas e mais facilidade para

²³⁶ *Id., Ibid.*, p. 94.

²³⁷ *Idem.* O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** op. cit., p. 166.

²³⁸ *Id., Ibidem.* p. 163.

²³⁹ *Idem.*

²⁴⁰ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** op. cit., p. 84.

estabelecer punições, e, a partir disso, são definidas duas linhas para a justiça: uma é a objetivação do crime e a outra é a objetivação do criminoso. De um lado, se esclarece o que é um criminoso que sai do pacto social e volta ao estado selvagem. Mais tarde, teremos campos de conhecimento dentro das ciências humanas como: a criminologia, a psiquiatria, a psicologia, etc., que irão demarcar formas científicas para investigar o que é um criminoso. Por outro lado, quando o sistema jurídico conseguiu, a partir da objetivação da representação da lei, configurar o que é um crime, criando leis para cada um dos que circularia através de sinais, ele pôde prevenir, calcular e usar táticas de intervenção sobre o criminoso.

Com esta última forma de objetivação, foi organizada uma série de funções da punição como: “codificação, definição dos papéis, tarifação das penas, regras de procedimento, definição do papel dos magistrados”,²⁴¹ fundamentando regras para exercitar o poder sobre os homens. A partir disso, a punição foi gradativamente substituída para o “espírito”, local para inscrever o castigo, controlando com uma tecnologia sutil do poder, tornado o corpo, doravante, submisso através de sistemas de signos para os cidadãos saberem o conjunto de ideias referentes a crimes e castigos. Portanto, quando as penas foram suavizadas, através de uma economia calculada do poder que ocorreu esse deslocamento da punição do corpo para a alma, principalmente na França, onde “os reformadores humanistas afirmavam que seu saber era aplicado às ‘almas’ dos homens. Eles não ignoravam o corpo, mas seu objetivo principal era operar sobre a alma com eficácia”.²⁴² O corpo continuou a ser o principal personagem nesta “semiotécnica das punições”, porém, sob esta nova “anatomia política”, deixando de ser supliciado para ser vigiado, e o indivíduo deveria estar consciente de que pagaria por ter traído a sociedade e que sua punição estava prevista em lei.

A sociedade, contudo, tinha o direito de reparar este erro, e a punição tornou-se uma obrigação da sociedade. O critério padrão pelo qual a justiça operava não era mais o poder do soberano ou a verdade da confissão, mas, antes, a ‘humanidade’ com todas as partes signatárias do contrato social. A punição, então, deve ser moderada, mais clemente, pois não é apenas o criminoso que está envolvido em cada um de seus atos,

²⁴¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 85.

²⁴² *Idem.* O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** op. cit., p. 163.

mas a sociedade inteira. Assim, o limite da punição – e seu alvo – é a humanidade de cada sujeito.²⁴³

Contudo, além da demonstração do poder de punir, a lentidão do suplício para a justiça penal tinha uma ligação da justiça dos homens com a justiça divina, ou seja, ele ostentava o poder e mostrava que o sofrimento era visto como o pagamento em vida pelas maldades cometidas, e o condenado iria se acostumando com o que encontraria na outra vida. Nessa tortura preparatória, o discurso da justiça, na época, dizia que “a morte é certa, trata-se de salvar a alma. O jogo eterno já começou; o suplício antecipa as penas do além; mostra o que são elas; ele é o teatro do inferno; os gritos do condenado, sua revolta, suas blasfêmias já significam seu destino irremediável”.²⁴⁴ As dores do condenado tinham função de penitência no mundo corpóreo para diminuir os castigos da alma, pois o martírio aceito com resignação estava sendo contabilizado por Deus. Por isso, toda a “crueldade da punição terrestre é considerada como dedução da pena futura; nela se esboça a promessa do perdão”.²⁴⁵

Tudo isso fazia parte de um jogo jurídico em que a morte rápida ou lenta significava inocência ou culpa do crime. Havia, aí, uma série de ambigüidades, pois se o condenado morresse rapidamente não significava que Deus queria poupá-lo da agonia, poderia “significar a verdade do crime ou erro dos juízes, a bondade ou maldade do criminoso, a coincidência ou a divergência entre o julgamento dos homens e o de Deus”.²⁴⁶ Todo esse jogo de sinais era aplicado ao corpo, pois ele levaria a mostra inscrita em si e sobre si os efeitos dessa punição.

Quando vai desaparecendo o diagrama do suplício conhecido por penas de “mil mortes” por serem subdivididas em infinitas técnicas e máquinas de punir, a princípio, o que desaparece são as torturas, mas a pena de morte em si continuou. Inicialmente, se pensou em estabelecer penalidades rápidas e sem dor para o condenado, aí teremos o surgimento da “guilhotina, a máquina das mortes rápidas e discretas, que marcou, na França, nova ética da morte legal”.²⁴⁷ Ainda, é tirado o caráter espetacular do antigo mecanismo por causa de seu cunho negativo ao poder soberano e a punição feita às pressas e escondida do público, pois

²⁴³ *Id., Ibidem.*

²⁴⁴ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. op. cit., p. 40.

²⁴⁵ *Id., Ibidem*, p. 40.

²⁴⁶ *Idem.*

²⁴⁷ *Idem*, p. 17.

as cenas de suplício já tinham tomado dimensões recíprocas na selvageria e ferocidade, “fazendo o carrasco se parecer com o criminoso, os juízes aos assassinos, invertendo no último momento os papéis, fazendo do supliciado um objeto de piedade e admiração”.²⁴⁸ Portanto, a pena capital surge em detrimento das mil mortes definindo essa nova moral para punir.

Dentro desse novo parâmetro moral da punição, o artigo 3º do código francês de 1791 estabelecia que

todo o condenado a morte terá a cabeça decepada (...). [O código] apresenta três significações: uma morte igual para todos; (...) uma só morte por condenado, obtida de uma só vez e sem recorrer a esses suplícios longos e conseqüentemente cruéis; (...) enfim, o castigo unicamente para o condenado, pois a decapitação, pena dos nobres, é a menos infamante para a família do criminoso.²⁴⁹

É por causa desse artigo que a guilhotina, entre tantas máquinas inventadas para matar, foi adotada, porque ela se adequava a esses princípios de produzir uma morte instantânea como um raio terminando o martírio da vítima em vida, pois a “pena se dissocia totalmente de um complemento de dor física”²⁵⁰ ocorrendo o deslocamento da pena do corpo para a alma do criminoso. “À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições”²⁵¹ do indivíduo. Como dizia Mably, um dos teóricos da reforma dessa época, “que o castigo, se assim possa exprimir, fira mais a alma do que o corpo”²⁵² do condenado.

Nesse momento a justiça punitiva passa a trabalhar com essa “realidade incorpórea”, pois há uma substituição de objeto - do corpo para a alma – tudo relacionado com a nova forma em que a lei passou a julgar os crimes. Houve, portanto, desse momento em diante, uma modificação profunda quanto à qualidade, à natureza e à substância do crime como elemento punível para o novo diagrama que nasceu no final do século XVIII.

²⁴⁸ *Idem*, p. 13.

²⁴⁹ *Idem*, p. 15-16.

²⁵⁰ *Idem*, p. 18.

²⁵¹ *Idem*.

²⁵² *Idem*.

5 A DISCIPLINA NA MÁQUINA PANÓPTICA COMO TECNOLOGIA PARA O NOVO DIAGRAMA OCIDENTAL A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XVIII

*Entramos assim na idade do que eu chamaria de ortopedia social. Trata-se de uma forma de poder, de um tipo de sociedade que classifico de sociedade disciplinar por oposição às sociedades propriamente penais que conhecíamos anteriormente. É a idade de controle social.*²⁵³

Michel Foucault

Foucault dedicou uma grande parte de sua obra pensando sobre a formação da sociedade disciplinar no Ocidente, e foi o precursor em pensar a nossa sociedade com esse tipo de formação, que teve seu início no final do século XVIII. Ao falar do desenvolvimento da disciplina que tem seu início, ou melhor, sua intensificação com a ascensão da sociedade burguesa, mostra como ela se concretiza como um instrumento técnico político que atuará a partir de novas estratégias sobre o corpo do indivíduo na tentativa de enquadrá-lo em um novo modelo. O corpo, aí, será tomado por mecanismos de controle ao contrário do que fazia a sociedade de soberania. Conforme Deleuze, Foucault está mostrando que entramos em um novo diagrama: o diagrama da sociedade disciplinar.

O objetivo deste novo diagrama será o de administrar o conjunto das populações no controle das violências, tensões e perturbações da organização social a partir de uma infinidade de regulamentações. Essa técnica de controle se intensifica no momento em que a vadiagem, a prostituição, a mendicância e outras formas de desordem social, passam a ferir os pudores morais e a organização político-econômica da nova sociedade que ascende. Nasce, então, uma “arte do corpo humano” para sujeitá-lo e torná-lo obediente, mas acima de tudo para torná-lo útil, pois tudo nele será calculado.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica de poder’, (...) ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros (...) com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’.²⁵⁴

²⁵³ *Idem. A verdade e as formas jurídicas.* op. cit., p. 86.

²⁵⁴ *Idem, Vigiar e Punir.* op. cit., p. 119.

A disciplina será essa nova máquina do poder que desenvolverá, a partir de certos mecanismos de controle, um conhecimento das práticas da população com o objetivo de normalização das condutas da sociedade. Ela passará a agir diretamente sobre o corpo do indivíduo para criar nova aptidão sobre ele. Essa anatomia política é algo jamais visto por outras sociedades por ser diferente da escravidão, da domesticidade, da vassalagem, do ascetismo e das disciplinas de tipo monástico.

Ela se fundamentará no exercício constante do saber sobre o corpo e seu funcionamento, inaugurando uma tática nova e minuciosa de observação do “detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para controle e utilização dos homens, (...) levando consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados”.²⁵⁵ Foucault a chamará de anatomia política porque contabiliza enquanto treina as astúcias morais agindo para distribuir e organizar os indivíduos no espaço, enquanto tem os controles fiscal e administrativo, codificando tudo sobre todos e aplicando sanções de regulamentações e de normalizações no espaço onde atua, pois o

espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico.²⁵⁶

É aí que, na obra de Foucault, houve a necessidade de um conjunto de estratégias para estudar um determinado momento histórico de nossa sociedade, quando ele, então, aplicará a noção de “dispositivo” que aparece como conceito essencial para seu trabalho daí em diante; pois, como já afirmamos em outros momentos deste trabalho, será neste conceito de dispositivo que Foucault centrará seus estudos referentes ao poder. Na definição de Hélio Rebello:

A sociedade disciplinar é um ‘dispositivo’ historicamente definido. Nele, reúnem-se práticas de saber, como os enunciados da ciência, e visibilidades ou regimes de luz (disposições arquitetônicas). Aí, as relações de poder – e essa é a novidade apontada por Foucault – operam

²⁵⁵ *Idem.* p.121.

²⁵⁶ *Idem.* p. 123.

de maneira disciplinar, isto é, elas produzem saberes por intermédio de tecnologias aplicadas sobre o corpo. São as ‘tecnologias disciplinares do corpo’, de acordo com os termos de Foucault.²⁵⁷

Portanto, isso tudo irá fazer parte de formações estratégicas que definirão uma série de instrumentos característicos para a efetivação das técnicas da disciplina, que tornou possível para Foucault analisar a sociedade contemporânea ocidental, como sendo o modelo de sociedade disciplinar que tomará o corpo do indivíduo como objeto principal para fazer funcionar nele um processo de remodelagem, operando com suas técnicas de controle para reeducar a conduta corporal, seus movimentos, hábitos, gestos, comportamentos, etc., e fazer aparecer a sua habilidade e docilidade. É a partir do século XVIII que surgem essas novas técnicas de dominação para cobrir o corpo social e intervir materialmente, investindo sobre a realidade mais concreta dos indivíduos, o seu corpo, dando-lhe um novo investimento político a ele, transformando-o. “Essas técnicas que realizam a sujeição constante das forças do corpo e que impõem uma relação de docilidade-utilidade são chamadas por Foucault de disciplina ou de poder disciplinar”,²⁵⁸ e são, seguramente, essas novas técnicas que marcam o limiar dos diagramas históricos neste período.

Para Deleuze, Foucault demonstra que o diagrama do poder disciplinar se instala utilizando-se desses dispositivos para captar, aprimorar e majorar a capacidade individual e distribuí-la utilmente por todo o corpo social a partir do modelo arquitetural Panóptico pensado por Jeremy Bentham, que tornou possível o desenvolvimento de novos tipos de relações de poder. A ideia de Bentham definiu a utilização dessa organização e teve um investimento religioso, moral, econômico, jurídico-político, científico, etc.

As análises feitas por Foucault sobre a arquitetura “panóptica” e os novos dispositivos de poder, tornaram-se referência para se compreender e estudar as novas estratégias, as relações de forças e os sistemas sociais que nascem a partir desse momento, para se perceber como o controle e a vigilância se intensificaram dentro da sociedade contemporânea. Foucault descreve a composição do panóptico da seguinte maneira:

²⁵⁷ CARDOSO JR., Hélio Rebello. Foucault e Deleuze em co-participação no plano conceitual. In: RAGO, M. ORLANDI, L. B. Lacerda e VEIGA-NETO, A. (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DpeA editora, 2002, p. 193.

²⁵⁸ MAGALHÃES, T. C. de. **A filosofia como discurso da modernidade. Ética e Filosofia Política**. V. 2, N.1. Juiz de Fora –MG, Jan/Jun/1997, p. 51.

Na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protege. A visibilidade é uma armadilha.²⁵⁹

Segundo Foucault, essa arquitetura revolucionou as formas das relações sociais na sociedade ocidental porque foi ela que proporcionou o novo campo para conceber o poder e apontou novas formas de buscar conhecimentos a partir do saber que ela acumulou de cada indivíduo, de seu corpo e de seu comportamento. Trabalho esse, realizado pelas técnicas disciplinares, que conseguiram, através da vigilância constante e da normalização, tornar útil e dócil os corpos dos indivíduos para o bom desempenho de suas funções, levando a estrutura panóptica a se espalhar rapidamente no ocidente.

É a partir dessa ideia que Deleuze apontará o surgimento de um outro diagrama em nossa sociedade; pois, quando o suplício torna-se intolerável, temos a sua ruptura, conseqüentemente, aparecem novas relações de forças ou de poder que surgem das novas técnicas, que são definidas pelo dispositivo ou máquina Panóptica, que o próprio Foucault vai analisar e dizer que o

Panóptico não deve ser compreendido como um edifício onírico: é o diagrama de um mecanismo de poder levado a sua forma ideal; seu funcionamento, abstraindo-se de qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem representado como um puro sistema arquitetural e óptico: é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico.²⁶⁰

²⁵⁹ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. op. cit., pp. 165-166.

²⁶⁰ *Id.*, *Ibid.*, p.170.

Quando Bentham escreve seu texto, “O Panóptico ou a casa de inspeção”, sua preocupação era em desenvolver um projeto que poderia ser aplicável em qualquer estabelecimento para fazer inspeções de certo número de pessoas. Para ele os propósitos não importavam desde que pudesse

punir o incorrigível, encerrar o insano, reformar o viciado, confinar o suspeito, empregar o desocupado, manter o desassistido, curar o doente, instruir os que estejam dispostos em qualquer ramo da indústria, ou treinar a raça em ascensão no caminho da educação, em uma palavra, seja ele aplicado aos propósitos das prisões perpétua na câmara da morte, ou prisões de confinamento antes do julgamento, ou casas penitenciárias, ou casas de correção, ou casas de trabalho, ou manufaturas, ou hospícios, ou hospitais, ou escolas.²⁶¹

Os efeitos do poder exercido pelo panóptico sobre o preso faz com que ele mesmo sintase vigiado por ser esse um dos exercícios dessa máquina. Esse diagrama introduz no observado, a ideia de que alguém o vigia, pois nunca saberá quem e quantos estão fazendo funcionar essa máquina que espalha seu poder por todos os lados, sendo, no entanto, ele mesmo um dos portadores desse poder que ajuda a funcionar a vigilância. Essa máquina pode agir sobre uma multiplicidade de indivíduos e seu efeito maior é o fato de que ela desindividualiza o poder pela capacidade “que permite a um único olhar percorrer o maior número de rostos, de corpos, de atitudes, o maior número de celas possíveis”.²⁶²

Portanto, esse é um dos elementos que caracteriza a diferença entre o diagrama disciplinar e o diagrama do suplício, pois naquele se constroem relações de poder inversas às que existiam na sociedade de soberania, em que tudo passava pelos rituais e cerimônias que marcavam o corpo na manifestação da força e do poder soberano. Esta relação de poder que pertencia a um único indivíduo – o rei – que tinha o poder sobre a vida e a morte desloca-se para essa máquina fantástica que faz “ver sem ser visto”, e a partir do “olhar piramidal” que redistribui novas relações de poder e uma nova tecnologia política. Para Foucault, dentro do panóptico,

Bentham colocou o princípio de que o poder devia ser visível e inverificável. Visível: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre

²⁶¹ BENTHAM, J. **O Panóptico**. Org. e trad. de Tomaz T. da Silva. BH: Autêntica, 2000, p.17.

²⁶² FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. op. cit., p. 106.

central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo.²⁶³

Por isso, essa arquitetura tem em si um dispositivo automático de funcionamento, pois ela desorganiza, desarticula e desintegraliza o coletivo ou as massas compactas pela distribuição dos corpos em suas celas, por possibilitar o olhar sobre a luminosidade. Foucault, ao analisar este diagrama/panóptico, apresenta-o como um projeto que revolucionou as relações sociais no Ocidente a ponto de acreditar que Bentham teve mais importância para “nossa sociedade do que Kant, Hegel, etc. (...) Foi ele que programou, definiu e descreveu da maneira mais precisa as formas de poder em que vivemos e que apresentou um maravilhoso e célebre pequeno modelo desta sociedade da ortopedia generalizada: o famoso Panopticon²⁶⁴”.

Aqui, podemos recorrer ao texto de Roberto Machado e sua leitura da interpretação de Deleuze em seu livro sobre Foucault, em que Machado observa que Deleuze define duas formas de análise do panoptismo descrito em *Vigiar e Punir*:

...é um agenciamento, uma máquina concreta, ótica ou luminosa, que caracteriza instituições como a fábrica, ou a caserna, a escola, o hospital, a prisão, e pode ser definido como ‘ver sem ser visto’; mas ele também é máquina abstrata que se efetua, se encarna, se atualiza em todas as matérias visíveis e todas as funções enunciáveis do saber e pode ser definido pela fórmula: ‘impor uma conduta qualquer a uma multiplicidade humana qualquer’. É isso que é o diagrama.²⁶⁵

O funcionamento dessa tática de poder foi responsável, no século XVIII, pela produção de uma série de saberes tecnológicos para aproveitar a capacidade e a potencialidade de cada indivíduo, aumentando seus efeitos, dando-lhe maior utilidade. Isso porque se inicia, nessa época, toda uma tecnologia de disciplinamento dos saberes orientada por quatro procedimentos que acumulariam conhecimentos sobre o corpo: “seleção, normalização, hierarquização e centralização (...) que é denominado o poder disciplinar”.²⁶⁶

Cada uma dessas quatro operações assume um papel no desenvolvimento do saber tecnológico. Em primeiro lugar, a seleção dos saberes tem a função de eliminar e de desqualificar

²⁶³ *Idem. Vigiar e punir*. op. cit., p.167.

²⁶⁴ *Idem. A verdade e as formas jurídicas*. op. cit., p. 86.

²⁶⁵ MACHADO, R. *Deleuze e a filosofia*. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 212.

²⁶⁶ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. op. cit., p. 217.

todo o conhecimento inútil e aproveitar e aprimorar aquilo que tem utilidade. Em segundo lugar, a normalização faz todo o conhecimento aproveitável se comunicar entre si, ajustando-o, pondo fim nos segredos através do intercâmbio desses saberes e daqueles que sabem, tornando possível juntar o conhecimento disperso. Em terceiro lugar, a classificação dos saberes obedece a uma hierarquia que permite encaixá-los uns nos outros, praticarem cortes tornando-os de qualidade para produzi-los em quantidade. Em quarto lugar, a centralização dos saberes permite o controle e a sua distribuição em forma piramidal, de cima para baixo e vice versa, organizando todo o seu conjunto selecionado. Portanto, o século XVIII desenvolve a

organização interna de cada saber como uma disciplina tendo, em seu campo próprio, a um só tempo critérios de seleção que permitem descartar o falso saber, ou não saber, formas de normalização e de homogeneização dos conteúdos, formas de hierarquização e, enfim, uma organização interna de centralização desses saberes em torno de um tipo de axiomatização de fato.²⁶⁷

Contudo, Foucault mostra que a disciplina se instala em todas as instituições que surgiram no final do século XVIII e funcionará como um filtro, através dos dispositivos para controlar e estabelecer relações de saberes individuais com a distribuição dos corpos, e cada comportamento sendo observado e anotado para daí extrair um saber. A forma da arquitetura deve ser a de espaços seja de salas, móveis, edifícios que projeta uma organização capaz de observar tudo e todos e que “realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos”.²⁶⁸

Para Foucault, a constituição de “quadros vivos” foi a primeira forma de operacionalização de o modelo disciplinar, porque com a distribuição dos indivíduos em seus espaços repartidos e esquadrinhados em locais sob vigilância, o poder das disciplinas “transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas”,²⁶⁹ úteis e fáceis de vigiar pois a partir disso é possível classificar, organizar, controlar e regularizar os homens. É uma série de operações conjuntas na qual a

²⁶⁷ *Id., Ibid.*, p. 217.

²⁶⁸ *Idem. Vigiar e punir.* op. cit., p 126.

²⁶⁹ *Id., Ibid.*, p. 127.

distribuição e análise, controle e inteligibilidade – são solidários. O quadro, no século XVIII, é ao mesmo tempo uma técnica de poder e um processo de saber. Trata-se de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de lhe impor uma “ordem”²⁷⁰

Essa estratégia tecnológica deste diagrama aplicada no espaço ocupa-se também do horário, aproveitando-o de forma qualitativa e ininterruptamente, pois o tempo deve ser útil e o corpo deve ter comportamentos e gestos bem calculados e ajustados para ter seu melhor emprego e estar sempre fazendo coisas com exatidão, rapidez, eficácia e regularidade, que são as virtudes da disciplina. A utilização das forças úteis do corpo devem ser extraídas até a exaustão produzindo mais movimentos possíveis num menor instante de tempo, porque:

quanto mais se decompõe o tempo, quanto mais se multiplicam suas subdivisões, quanto melhor o desarticulamos desdobrando seus elementos internos sob um olhar que os controla, mais então pode-se acelerar uma operação, ou pelo menos regulá-la segundo um rendimento ótimo de velocidade.²⁷¹

Essa técnica de sujeição que liga o corpo ao tempo constrói progressivamente o indivíduo através dos treinamentos. Desde a escola se exige aptidões físicas, morais e intelectuais de cada indivíduo que deve aprender a organizar o tempo para capitalizá-lo melhor. Contudo, “livros, conversações, objetos sensíveis, tudo poderia ser dado. A genealogia de cada ideia observável poderia ser traçada através de todos os seus graus com o máximo detalhe, conhecendo-se e numerando-se suas origens”.²⁷² Foucault percebe que essa prática era aplicada pelos militares no século XVIII, que usavam o corpo do indivíduo para treiná-lo a partir da divisão do tempo em sequência e o treinamento em série, ou seja, aprendendo-se um movimento após o outro até chegar a totalização da sua formação, e todos passariam de um movimento a outro de forma graduada conforme os sinais do comandante. Essa elevação das forças treinadas individualmente gera poder, por que no momento em que se compõe a força já treinada, tem-se uma maquinaria humana se movimentando em tropa e construindo uma verdadeira

máquina cujo efeito será elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe. A disciplina não é mais

²⁷⁰ *Idem.*

²⁷¹ *Idem*, p. 131.

²⁷² BENTHAM, J. **O Panóptico**. op. cit., p. 69.

simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente.²⁷³

Visto que todos já estão no “mundo das sinalizações”, Foucault observa que a “disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes, uma individualidade dotada de quatro características: celular, orgânica, genética, combinatória”.²⁷⁴ A celular é uma característica da individualidade pelo fato de usar a arquitetura para repartir o espaço, construindo quadros vivos e treinando os corpos separados. A orgânica, porque distribui as atividades sequencialmente em códigos para serem apreendidas as séries de movimentos, através de manobras geométricas desenvolvidas para fazerem parte de uma anatomia eficaz do corpo. A genética deve cronometrar todas as atividades a serem praticadas no mínimo espaço de tempo numa mecânica enérgica e rápida.

Por fim, a combinatória é a combinação das três primeiras, pois ela compõe as forças individuais em grupos, aumentando sua capacidade de controle enquanto é uma “economia do corpo disciplinar”, uma vez que um sinal vale para todos obedecerem, e organiza uma “tática, arte de construir, com os corpos localizados, atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra majorado por sua combinação calculada é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar”.²⁷⁵ Essa é uma estratégia do poder disciplinar: tomar o indivíduo objeto e instrumento para adestrá-lo, dando-lhe utilidade. É uma técnica que “fabrica” indivíduos.

Se a organização militar teve um papel importante para o disciplinamento do indivíduo, é porque nessa época surge, nos acampamentos militares, um poder de vigilância de acordo com uma nova geometria para instalar tendas, arrumar filas, entradas, colunas, de maneira tal que uma “rede de olhares” podia vigiar tudo pela disposição do acampamento. Essa arquitetura passou a fazer parte da organização social como “no urbanismo, na construção das cidades operárias, dos hospitais, dos asilos, das prisões, das casas de educação”²⁷⁶ pela visibilidade que permitia manter o controle no seu interior, produzindo

²⁷³ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. op. cit., p. 138.

²⁷⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 141.

²⁷⁵ *Idem*.

²⁷⁶ *Idem*, p.144.

relações de poder para transformar os indivíduos, a partir de saberes que lhes eram dados e extraídos ao mesmo tempo através dos efeitos do poder que eram conduzidos até eles.

Essa arte da disciplina tem a vigilância como uma de suas técnicas porque, desenvolve um saber sobre o indivíduo ao tornar possível a observação e produzir registros individuais enquanto treina. Conforme indica Roberto Machado, “a disciplina implica um registro contínuo de conhecimentos. Ao mesmo tempo em que exerce um poder, produz um saber”.²⁷⁷ A vigilância produz saber porque hierarquiza, distribui, organiza e fiscaliza as funções de cada indivíduo nas instituições. Assim, se desenvolve, nos séculos XVIII e XIX, uma nova mecânica do poder organizado como um

poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede ‘sustenta’ o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina.²⁷⁸

Esse poder piramidal é “indiscreto” porque controla e se movimenta em todas as direções sem interrupções. Para isso, cria a figura do “chefe”, que vigia, mas também é vigiado. É, ao mesmo tempo, “discreto” porque nunca para de funcionar e se mantém em silêncio. Portanto, “graças às técnicas de vigilância, a ‘física’ do poder, o domínio sobre o corpo se efetuam segundo as leis da ótica e da mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência”.²⁷⁹ Nesse instrumento da disciplina “cabe ao próprio indivíduo aplicar sobre si o que tiver de ser aplicado. Para o poder que vigia resta o papel de olhar, e não mais coagir pela força física”.²⁸⁰

Outra técnica da disciplina para transformar os indivíduos é a normalização que estabelece regras e normas para diminuir os desvios e poder corrigi-los. A normalização controla e pune na menor falha ou erro, pois, na disciplina tudo é punível e funciona como

²⁷⁷ MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981, p. 195.

²⁷⁸ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. op. cit., p. 148.

²⁷⁹ *Id., Ibidem*.

²⁸⁰ FONSECA, M. A. da. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 2003, p. 57.

um tribunal. Assim as sanções normalizam o comportamento, quantificam os dados e produz um saber sobre as virtualidades de cada um. Ela avalia, hierarquiza, relaciona e compara uns com os outros num conjunto homogêneo, depois os diferencia pelo seu desempenho e suas aptidões. Outro fator importante para a máquina disciplinar agir sobre o corpo do indivíduo, além da técnica da vigilância hierárquica associado com a sanção normalizadora, é a combinação dessas duas feita por uma outra técnica central, que é o exame que para Foucault é um controle

normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam.²⁸¹

O exame tem esse papel fundamental dentro do diagrama disciplinar, porque usa métodos para captar o indivíduo numa visibilidade de poder inversa daquele poder que marcava o indivíduo pela força. O poder do exame está na observação e no olhar, que são a cerimônia do poder disciplinar como o triunfo e a vingança eram a cerimônia para o soberano. Essa visibilidade se torna poder porque junto com ela o exame introduz registros e documentários, colocando todos numa “rede de anotações escritas” nas quais todos são identificados e codificados. O exame cria a individualidade porque põe todos os indivíduos numa série de “arquivos”, e, com o poder da escrita disciplinar desenvolve uma “acumulação de documentos, sua seriação, à organização de campos comparativos que permitem classificar, formar categorias, estabelecer médias, fixar normas”.²⁸²

Roberto Machado mostra que o poder exercido pela máquina disciplinar é “produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber”,²⁸³ porque nele se organiza uma série de saberes específicos que Foucault aponta como o nascimento das ciências humanas, pois graças à organização e à comunicação dos saberes entre si, torna-se possível classificar, hierarquizar e avizinhar saberes diferentes. Para Foucault,

²⁸¹ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. op. cit., p.154.

²⁸² *Id.*, *Ibid.*, p.158.

²⁸³ MACHADO, R. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. op. cit., p. 196.

houve dois fatores que possibilitaram a produção desses saberes e a modificação da estrutura social. Em primeiro lugar, o aparecimento da Universidade que passou a exercer um “papel de seleção (...) de distribuição (...) de homogeneização e (...) centralização”²⁸⁴ dos saberes, o que permitiu escalar os saberes qualitativa e quantitativamente, organizando grupos de cientistas que se tornariam competentes para falar com autoridade sobre determinado assunto, excluindo, dessa maneira, o “cientista – amador”. A Universidade, desde o início do século XIX, passou a operar “esse pôr em disciplina os saberes, esse disciplinamento dos saberes”.²⁸⁵

Em segundo lugar, renuncia-se a filtragem ortodoxa religiosa que controlava, condenava e excluía “certo número de enunciados que eram cientificamente verdadeiros e cientificamente fecundos. (...), que selecionava os que eram conformes e os que não eram conformes, os que eram aceitáveis e os que não eram aceitáveis”.²⁸⁶ A partir disso os saberes podem ser situados e enquadrados em um certo modelo ou conjunto de outros saberes.

Por conseguinte, houve um “liberalismo” por um lado e um controle mais rigoroso das enunciações por outro lado, ocorrendo a circulação e um desgaste mais rápido das verdades, fazendo os saberes se renovarem com maior velocidade pela ação disciplinar que põe fim a censura e impõe-se no controle. Com essa rapidez na produção dos saberes a partir da máquina disciplinar, sobretudo em relação ao corpo do indivíduo, ocorreu uma mudança na

economia política do poder, haviam-lhe modificado os aparelhos; como também essas técnicas disciplinares de poder incidentes sobre o corpo haviam provocado não só um acúmulo de saber, mas também individuado domínios de saber possíveis; e, depois, como as disciplinas de poder aplicadas aos corpos haviam feito sair desses corpos sujeitados algo que era uma alma-sujeito, um ‘eu’, uma psique, etc.,²⁸⁷

Esse poder que busca saberes novo é observado por Machado como uma reorganização importante que se dá a partir de uma série de mecanismos que exercem poder sobre o indivíduo e seu corpo já que o “poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao

²⁸⁴ FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. op. cit., p. 219.

²⁸⁵ *Id.*, *Ibidem*.

²⁸⁶ *Idem*, p.220.

²⁸⁷ *Idem*, p. 221.

contrário, ele o fabrica”.²⁸⁸ Ele individualiza pelas anotações, registros e escritas sobre o indivíduo, seu comportamento, seu corpo, seus gestos que tornam possíveis saber e ter acesso a esses dados coletados. Para Foucault, são esses detalhes que “permitiram a liberação epistemológica das ciências do indivíduo”.²⁸⁹ Esses conhecimentos gerados por essas técnicas que fez surgir um tipo novo de poder, pois cada indivíduo torna-se um caso “tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído”.²⁹⁰

Ainda, segundo Deleuze, “as ciências do homem não são separáveis das relações de poder que as tornam possíveis e que suscitam saberes mais ou menos capazes de atravessar um limiar epistemológico ou de formar um conhecimento”.²⁹¹ As ciências do indivíduo surgem exatamente dessas relações de poder que buscam os detalhes que produzem saberes novos e específicos do indivíduo, permitindo a análise e a influência desse saber sobre todos. Daí em diante, se escreve sobre crianças, loucos, condenados, doentes, descrevendo-os enquanto individualizáveis para saber como cada um se comporta. Não se conta nem se escreve mais sobre heroicização de reis, generais ou epopéias de criminosos como nos rituais da soberania, mas é a vida de cada um, seus traços, desvios, medidas que será estudada. Todos se tornam um caso que fornece um saber que possibilita o nascimento da “ciência do homem”. É pela combinação entre vigilância e normalização feita pelo exame, que se produz a individualidade com suas diferenças, que são aproveitadas pela disciplina, que faz gerar esse novo diagrama do poder que abusa do uso do saber.

Foucault observa que aconteceu uma mudança de concepção da noção de “individualização” entre a sociedade de regime feudal e a sociedade disciplinar. Na primeira, a individualização era “ascendente” porque reconhecia os indivíduos pelos privilégios, status e pela linhagem familiar a que pertenciam. A segunda funciona ao contrário, e Foucault a chama de “descendente” por que o poder de vigilância ultrapassa a todos, não pelo status que representa, mas, porque a disciplina age por observação,

²⁸⁸ MACHADO, R. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. op. cit., p. 197.

²⁸⁹ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. op. cit., p.159.

²⁹⁰ *Id., Ibid.*, p.159.

²⁹¹ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p 82

fiscalização e anotação e coloca todos dentro da “norma,” igualando e diferenciando, pois no diagrama da

disciplina, a criança é mais individualizada que o adulto, o doente o é antes do homem são, o louco e o delinqüente mais que o normal e o não-delinqüente (...), esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia política do corpo.²⁹²

Segundo Foucault, pode-se falar do aparecimento da ciência do homem, aí, porque são demarcados campos de saberes e cada área do conhecimento assumirá, com autoridade, um campo de pesquisa e um determinado espaço. A escola, por exemplo, será objeto de uma ciência pedagógica; o manicômio será tomado pela psiquiatria que terá a loucura e suas manifestações para desvendar; os hospitais ficarão ao encargo de uma equipe de médicos e enfermeiros para cuidar, controlar, medicar e curar os doentes.

O adestramento do corpo, o aprendizado do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualizada – o homem – como produção do poder. Mas também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber. Das técnicas disciplinares, que são técnicas de individualização, nasce um tipo específico de saber: as ciências do homem.²⁹³

Finalmente, não foi nossa pretensão aqui aprofundar a discussão sobre o nascimento das ciências do homem, mas mostrar que o diagrama da disciplina, a partir da análise detalhada do indivíduo, nos conduz até ela. No próximo ponto, abordaremos de forma mais aprofundada essa relação poder/saber e poder/verdade, dentro de algumas instituições, que, a partir daí, para Michel Foucault, o homem é colocado dentro de um campo de “cientificidade”, e que, essas relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos produzem o saber que estão diretamente relacionados com o controle do corpo.

²⁹² FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. op. cit., p.161.

²⁹³ MACHADO, R. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. op. cit., p. 198.

5.1 Micro-diagramas no diagrama da disciplina: máquinas de poder que produzem efeitos de saber sobre o corpo

*O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder (...). Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder.*²⁹⁴

Se pensamos a nossa sociedade conforme Foucault, a partir de rupturas ou descontinuidades que produzem novas formações a partir de mutações de diagramas, podemos dizer que dentro de cada diagrama social desenvolvem-se também outros micro-diagramas que fazem parte do maior. Se olharmos para dentro do diagrama da sociedade disciplinar, perceberemos que existe um conjunto de formas diagramáticas que se distribuem no todo social, que são as instituições que surgem neste modelo para fazer funcionar suas técnicas, cada uma com suas estratégias e suas relações de forças específicas para captar as ações dos indivíduos e colocá-los dentro do esquema utilidade-docilidade, a partir da relação poder-saber.

Para Foucault, essa relação poder-saber age de maneira entrelaçada, pois os mecanismos do poder e suas relações de forças estão diluídos em toda sociedade, principalmente nas instituições que são as que causam um desbloqueio do conhecimento para produzir verdades. Um dos problemas que preocupavam Foucault eram as relações “verdade/poder, saber/poder”,²⁹⁵ pois para ele, “há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante”.²⁹⁶ Quando se diz que o indivíduo é um produto do poder e do saber, deve-se observar que é a partir das relações de forças que o indivíduo aparece nas formas de conhecimento, de saber. Deleuze afirma que é um erro, uma “hipocrisia que consiste em crer que o saber só aparece onde são suspensas as relações de força. Não há modelo de verdade que não remeta a um tipo de poder, nem saber ou se quer ciência que não exprima ou não implique ato, um poder se exercendo”.²⁹⁷ A relação poder-saber formula-se

²⁹⁴ FOUCAULT, M. Sobre a prisão. In: **Microfísica do poder**. op. cit., p. 142.

²⁹⁵ *Idem*. Poder e Saber. In: **Estratégia, poder – saber**. Trad. de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e escritos; IV), p. 229.

²⁹⁶ *Id.*, *Ibidem*.

²⁹⁷ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 48.

a partir da sujeição de um indivíduo a outro, que é produzida pelo poder e a vontade de saber.

O que Foucault está afirmando é que é nessas relações de forças que existem “entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças por pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo”,²⁹⁸ e, é aí que faz aparecer certas verdades e certos saberes a partir de táticas locais e individuais, pois, conforme diz Foucault, se é verdade que a estrutura do Estado e as grandes dominações de classes fazem funcionar de alto essas relações de poder, “é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder”.²⁹⁹ Por exemplo, Foucault ao falar da sexualidade, demonstra que o saber sobre ela, adquire-se nas

relações que se estabelecem entre penitente e confessor, ou fiel e diretor de consciência; aí, e sob o signo da ‘carne’ a ser dominada, diferentes formas de discurso – exame de si mesmo, interrogatórios, confissões, interpretações, entrevistas – veiculam formas de sujeição e esquemas de conhecimentos, numa espécie de vaivém incessante. Da mesma forma, o corpo da criança vigiada, cercada em seu berço, leito ou quarto por toda uma ronda de parentes, babás, serviçais, pedagogos e médicos, todos atentos às mínimas manifestações de seu sexo, constitui, sobretudo a partir do século XVIII, outro ‘foco local’ de poder-saber.³⁰⁰

Isso se dá também quando se quer saber sobre a loucura. O que se fez foi isolá-la nas instituições psiquiátricas e observá-la a partir da relação entre o psiquiatra e o indivíduo com suas manifestações. Se expressa aí, uma relação de força do poder psiquiátrico sobre o louco dominado e sua loucura exposta às estratégias médicas, não somente para conhecê-las e formar um saber sobre e a partir dela, pois a “loucura, no devir de sua realidade histórica, torna possível, em dado momento, um conhecimento da alienação num estilo de positividade que a delimita como doença mental”.³⁰¹ O que Foucault tentou balizar na “História da Loucura”, não foi “tanto o tipo de conhecimento que se pôde formar no que diz respeito à doença mental, mas qual é o tipo de poder que a

²⁹⁸ FOUCAULT, M. Poder e Saber. In: **Estratégia, poder – saber**. op. cit., p. 231.

²⁹⁹ *Id.*, *Ibidem*.

³⁰⁰ *Idem*. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. op. cit., p. 94.

³⁰¹ *Idem*. **História da loucura**. Trad. de José T. C. Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, p. 119.

razão não cessou de querer exercer sobre a loucura, do século XVII até nossa época”.³⁰²

Roberto Machado observa que ocorre um exercício do poder entre quem observa e quem é observado para constituir este campo de saber. É a relação poder-saber que é indissociável em Foucault funcionando em todas as instituições de nossa sociedade, pois cada uma de suas formas de internamento representa campos diferenciados e específicos de saber.

O hospital que não é apenas local de cura, ‘máquina de curar’, mas também instrumento de produção, acúmulo e transmissão do saber. Do mesmo modo que a escola está na origem da pedagogia, a prisão da criminologia, o hospício da psiquiatria. (...), vivemos cada vez mais sob o domínio do perito. Mais especificamente, a partir do século XIX, todo agente do poder vai ser um agente de constituição de saber, devendo enviar, aos que lhe delegaram um poder, um determinado saber correlativo ao poder que exerce. É assim que se forma um saber experimental ou observacional.³⁰³

Isto é, para Foucault, há lutas intermináveis entre as forças. E o que ele queria em suas pesquisas, era fazer aparecer verdades a partir dessas relações correlativas entre poder e saber; pois, ele não entende a verdade como uma “norma geral” ou como uma “série de proposições”, mas o que ele entende por verdade é “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema. Há regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados”.³⁰⁴ Foucault não está buscando no aparelho de Estado algum suplemento de poder ou a origem única no Estado e sua burocracia que pudesse produzir verdade/saber/poder; ao contrário, Foucault sempre buscou

ver como, na vida cotidiana, nas relações entre sexos, nas famílias, entre os doentes mentais e as pessoas sensatas, entre os doentes e os médicos, enfim, em tudo isso, há inflação do poder. (...) desde que há uma inflação perpétua, uma inflação rastreada, como diriam os economistas, que nasce a cada instante, quase que a cada passo nosso, não se pode dizer: “Mas por que, aqui, exerço poder? Não apenas com que direito, mas para que isso serve?”.³⁰⁵

Portanto, pensando desta forma e utilizando o esquema de diagrama, podemos ver as instituições que fazem parte de nossa sociedade, como uma formação de uma série de micro-diagramas, pois se o diagrama é uma forma abstrata para pensarmos as relações de poder e a partir daí produzimos verdade/saber; então, temos para nós que cada

³⁰² *Idem. Estratégia, poder – saber.* op. cit., p. 226.

³⁰³ MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault.* op. cit., p. 199.

³⁰⁴ FOUCAULT, M. Poder e Saber. In: *Estratégia, poder – saber.* op. cit., p. 233.

³⁰⁵ *Id., Ibidem.*

instituição forma um micro-diagrama, pelo fato de que cada uma delas desenvolve suas próprias relações de poder e suas próprias estratégias no seu interior, já que a relação entre professor-aluno, médico-doente, psiquiatra-louco, penitenciário-delinquente, etc, tem suas especificidades próprias e diferentes, por conseguinte, cada uma dessas instituições torna-se, a partir das relações de forças e de poder que exerce um diagrama diferente do outro, que, no entanto, agem em conjunto dentro do diagrama disciplinar.

A partir daí, podemos pensar a escola como um micro-diagrama, pois se vê que ela pautou suas relações de poder na relação professor-aluno para o progresso do processo de aprendizagem e de ensino na aceleração das atividades a partir de ordens, sinais e apitos do instrutor como um dos princípios empregados para “a promoção do progresso da instrução em todos os aspectos, uma palavra ou duas será suficiente para dizer o que ele [o aluno] não fará”.³⁰⁶ Desta maneira, aproveita-se melhor o tempo, formando o aluno pela transferência de conhecimento do professor e dividindo-os em classes conforme suas aptidões. O mestre numa posição central auxiliado de partições e de “telas” entre os estudantes, evita distrações e descobre nos alunos os diferentes

graus e tipos de talentos, tornados por esse meio, talvez pela primeira vez, discerníveis, indicarão os diferentes graus de atenção e modos de cultura mais apropriados para cada particular inclinação; e a imbecilidade ou idiotia incuráveis e inimputáveis não serão mais punidas como se se tratasse dos pecados da preguiça ou da teimosia. Aquela espécie de fraude (...) chamada de cola – vício até agora considerado inerente às escolas – não vicejará, nunca, aqui.³⁰⁷

A escola torna-se uma máquina de aprendizagem através dessa relação professor-aluno, e com seus mecanismos de fiscalização contínua das atividades neste processo de ensino e treinamentos para tornar o corpo adestrado e dócil com reações automáticas. Ensina a cuidar da saúde, dos hábitos com o corpo e a sexualidade e os coloca num padrão de moralidade antidevassidão. Bentham preocupou-se também com a formação do mestre, pois

quem quer que seja que estabeleça uma escola de acordo com o máximo do princípio de inspeção tem que estar bem seguro a respeito do mestre; pois, da mesma forma que o corpo do menino é o fruto do corpo de seu pai, sua mente

³⁰⁶ BENTHAM, J. **O Panóptico**. op. cit., p. 65.

³⁰⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 64.

é o fruto da mente de seu mestre; com nenhuma outra diferença que não aquela que existe entre o poder de um lado e a sujeição do outro.³⁰⁸

Ao quadricular seu espaço e controlar o tempo através da visibilidade e do registro, a escola estabelece sua relação de poder e adquire um saber sobre o aluno. O ensino insere a todos em uma normalização das condutas, com a transmissão do saber que é sempre renovada, acabam com a ignorância, a preguiça e a mendicância, fatores causadores de desordens públicas e de bandidagem, tornando o corpo vigoroso e apto para que as pessoas sejam libertadas “de sua posição marginal nos confins da sociedade (...) tendam a se implantar nos setores mais importantes (...) e se fixem em algumas das grandes funções essenciais”³⁰⁹ da sociedade. O olhar do saber pedagógico volta-se sobre o aluno e especializa-se para saber dele. Portanto a hierarquia, o ensino e a aquisição de conhecimentos tornam-se a essência da prática escolar e uma mecânica de poder que integra o corpo a uma ótica das técnicas de saber.

Da mesma forma que a escola, podemos pensar o hospital também como um micro-diagrama, a partir da relação médico-doente, pois conforme o projeto de Bentham, ele foi planejado para operar como uma máquina terapêutica e automática. Os profissionais na área da saúde e suas instalações como: a distribuição espacial dos leitos, separação dos doentes e seus regimes, cuidados com a água, a alimentação, etc, contribuirão para o acúmulo de saber, pois as partições dividem o “edifício em diferentes seções, confinando as infecções, adaptando-se às variedades de doenças e permitindo, de acordo com a ocasião, diversidades de temperaturas”,³¹⁰ circulação da ventilação para que as massas de ar não fiquem acumuladas e circulando no interior do hospital, evitando assim a contaminação. E, para a máquina-hospital poder agir como um aparelho de cura houve uma mudança no sistema de poder no seu interior para sua transformação, pois até

meados do século XVIII quem aí detinha o poder era o pessoal religioso, raramente leigo, destinado a assegurar a vida cotidiana do hospital, a salvação e a assistência alimentar das pessoas internadas. O médico era chamado para os mais doentes entre os doentes, era mais uma garantia, uma justificação, do que uma ação real. A visita médica era um ritual feito de modo irregular (...). A partir do momento que o hospital é concebido como um instrumento de cura e a distribuição do espaço torna-se um

³⁰⁸ *Idem*, p. 66-67.

³⁰⁹ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. op. cit., p. 174.

³¹⁰ BENTHAM, J. **O Panóptico**. op. cit., p. 60 - 61.

instrumento terapêutico, o médico passa a ser o principal responsável pela organização hospitalar.³¹¹

Portanto, utiliza-se todo o conjunto de normas para controlar os pacientes e saber tudo sobre seu estado diariamente, através de registros. A medicina no final do século XVIII passa a examinar os doentes pelo ritual de visitas médicas regulares aos quartos. Mais tarde surge a figura do enfermeiro que a todo instante observa e anota os detalhes sobre os pacientes. Esta foi a hierarquização hospitalar manifestada no ritual de visita, “desfile quase religioso em que o médico, na frente, vai ao leito de cada doente seguido de toda a hierarquia do hospital: assistentes, alunos, enfermeiras”³¹² e o setor administrativo que trabalharão para saber sobre os sintomas, a evolução e a contabilidade das doenças, os efeitos dos medicamentos e a organização das visitas de familiares e amigos. O hospital torna-se um laboratório com esses procedimentos de normalização e o sistema de registros cumulativo, contendo informações das enfermidades que podem ajudar no diagnóstico. Todas essas descrições dão ênfase à biografia individual que faz do hospital um instrumento de vigilância médica da população.

Mas se esta disciplina torna-se médica, se este poder disciplinar é confiado ao médico, isto se deve a uma transformação no saber médico. A formação de uma medicina hospitalar deve-se, por um lado, à disciplinarização do espaço hospitalar, e, por outro, à transformação, nesta época, do saber e da prática médica.³¹³

Ainda, podemos pensar o hospital marítimo, como um micro-diagrama, pois ele se integra no diagrama da disciplina, no entanto, se desenvolve com características e estratégias próprias. Portanto, torna-se um pequeno diagrama que também terá o corpo dos tripulantes como local de aplicação de sua relação de forças para saber sobre a saúde de todos a partir da instauração da quarentena. Como diz Foucault em “Microfísica do poder”, o hospital marítimo e militar se organiza para conter a desordem econômica e o contrabando de mercadorias, objetos preciosos, especiarias e outras matérias raras que vinham das colônias, portanto, “o ponto de partida da reforma hospitalar foi, não o hospital civil, mas o hospital marítimo”,³¹⁴ justamente por causa dessa desordem econômica. Por isso, “o primeiro regulamento de hospital que aparece no século XVIII, é sobre a inspeção

³¹¹ FOUCAULT, M. O nascimento do hospital. In: **Microfísica do poder**. op. cit., p. 109.

³¹² *Id.*, *Ibid.*, p. 110.

³¹³ *Idem*, p. 107.

³¹⁴ *Idem*, p. 103.

dos cofres que os marinheiros, médicos e boticários detinham nos hospitais”,³¹⁵ e, a partir deste fato, surgem as inspeções e os registros de tudo o que saía das embarcações, tornando o hospital marítimo um micro-diagrama que dará a base ou o princípio para detectar, além das fraudes econômicas, as doenças e epidemias.

A oficina, como um micro-diagrama, volta-se ao aprimoramento de seus meios de produção, com a distribuição calculada das máquinas e dos operários para fazer o bom uso do lugar de trabalho. Aí se estabelece a relação de forças entre mestre-operário. As manufaturas organizam-se para trazer ao alcance do trabalhador um “número maior de ferramentas do que o que seria possível sem elas. (...) O alojamento serviria também como uma espécie de depósito temporário, ao qual as ferramentas e os materiais seriam trazidos das casas de trabalho (...) distribuídos aos trabalhadores ao redor”.³¹⁶

A força de trabalho se inseriu em uma mecânica eficiente, e é na oficina onde “aparece o famoso e sinistro personagem do contramestre, destinado não só a observar se o trabalho foi feito, mas como é feito, como pode ser feito mais rapidamente e com gestos melhor adaptados”³¹⁷ para extrair o máximo do corpo do trabalhador e aperfeiçoar seu conhecimento técnico, pois “não há um movimento de dedo ou do pé, um olhar, um cochicho, que não se possa aproveitar num sistema tão amplo”.³¹⁸ Segundo Michelle Perrot, Bentham valorizava muito o trabalho, pois em suas discussões sempre voltava a este tema. Ele planejou uma oficina também com um pessoal especializado para manter o controle, observar e anotar desempenhos e falhas dos operários para assegurar a qualidade e a quantidade da produção.

A disciplina de oficina, sem deixar de ser uma maneira de fazer respeitar os regulamentos e as autoridades, de impedir os roubos ou a dissipação, tende a fazer crescer as aptidões, as velocidades, os rendimentos e, portanto os lucros; ela continua a moralizar as condutas, mas cada vez mais ela modela os comportamentos e fazem os corpos entrarem numa máquina, as forças numa economia.³¹⁹

³¹⁵ *Idem.*

³¹⁶ BENTHAM, J. **O Panóptico**. op. cit., p. 58-59.

³¹⁷ FOUCAULT, M. O nascimento do hospital. In: **Microfísica do poder**. op. cit., p. 106.

³¹⁸ BENTHAM, J. **O Panóptico**. op. cit., p. 140.

³¹⁹ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. op. cit., p. 173-174.

Como dissemos anteriormente, segundo Foucault, foi com o exército que se desenvolveu esse tipo específico de disciplina e foi ele também quem melhor se beneficiou desse diagrama para ter maior controle das atividades dos soldados, ensinar o manuseio de armas e instrumentos de combate, e, mais ainda, quando precisou “constituir um ‘suboficialato’ que tivesse os conhecimentos exatos necessários para enquadrar eficazmente as tropas no momento das manobras táticas, muitas vezes difíceis, ainda mais difíceis porque o fuzil tinha sido aperfeiçoado”.³²⁰ Desta forma se ensina manobras táticas através de grupamentos, em regimentos, batalhões, seções com oficial e suboficial, pois, os “movimentos, os deslocamentos, as linhas, as caminhadas exigiam este pessoal disciplinar”,³²¹ para combinar os corpos dos soldados em estratégias individuais e coletivas, tornando essa massa treinada, flexível e móvel numa maquinaria humana.

No micro-diagrama do exército iniciam-se revistas e inspeções colocando todos sob o olhar invisível acabando com a pilhagem, a desobediência ou deserção dos soldados, mas, “torna-se uma técnica de base para que o exército exista (...), a disciplina faz crescer a habilidade de cada um, coordena essas habilidades, acelera os movimentos”³²² e revigora o empenho das tropas em suas funções. Além disso, quando surge o fuzil este novo modelo de recrutamento torna-se necessário para “esta nova distribuição do poder que se chama a disciplina, com suas hierarquias, seus enquadramentos, suas inspeções, seus exercícios, seus condicionamentos e adestramentos. Sem o que o exército, tal como funcionou desde o século XVII, não teria existido”.³²³

Outro aparelho que entra no diagrama da disciplina, invenção da França de Luiz XV foi o policial, que iniciou ligado ao Estado para uso do poder real, que necessitava de um grupo especializado para fazer o serviço de limpeza da criminalidade e para controle econômico e político com um corpo policial competente. Porém, este age como um micro-diagrama, sem ter um tipo específico de ação (a não ser o treinamento dos próprios policiais) sobre o indivíduo a partir de uma estrutura física, conforme os outros micro-diagramas agem. Ao contrário, este terá por incumbência distribuir suas relações de forças não no isolamento, mas deverá agir para isolar a criminalidade a partir da utilização de seus

³²⁰ *Idem.* O olho do poder. In: **Microfísica do poder**. op. cit., p. 219.

³²¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 219.

³²² *Idem.* **Vigiar e punir**. op. cit., p. 173.

³²³ *Idem.* O olho do poder. In: **Microfísica do poder**. op. cit., p. 221.

métodos próprios para saber em que ponto da cidade se encontra o criminoso. Ele nasce sob o controle do Estado, no entanto, encarrega-se de cobrir toda a sociedade com a responsabilidade de saber tudo da população.

O fato de a polícia ter um campo visível e ser um instrumento de vigilância ininterrupta com uma rede de informantes alertas e distribuídos em todos os espaços sociais e agir invisivelmente, registrando distúrbios e acontecimentos suspeitos, torna este micro-diagrama detentor de outro tipo de relações de forças. Ainda, é na observação permanente e documentada com dossiês das pessoas e dos locais de incidências criminais ou qualquer tipo de desordem que Foucault observa como o aparelho policial deveria fazer a ligação da justiça com o Estado, respondendo simultaneamente aos dispositivos de poder, diluídos e emergentes em todo o corpo social para atender a população, “encarregando-se de fazer penetrar a disciplina no detalhe efêmero de um campo social”.³²⁴

Em suma, a polícia do século XVIII, a seu papel de auxiliar da justiça na busca aos criminosos e de instrumento para controle político dos complôs, dos movimentos de oposição ou das revoltas, acrescenta uma função disciplinar. Função complexa, pois une o poder absoluto do monarca às mínimas instâncias de poder disseminadas na sociedade; pois, entre essas diversas instituições fechadas de disciplina (oficinas, exércitos, escolas), estende uma rede intermediária, agindo onde aquelas não podem intervir, disciplinando os espaços não disciplinares; mas que ela recobre, liga entre si, garante sua força armada: disciplina intersticial e metadisciplina.³²⁵

Portanto, não somente com o aparelho policial, mas qualquer outra forma que a disciplina assuma não se tornar propriedade de alguma instituição, mesmo que seja ele o próprio Estado. Ela “é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia”³²⁶ funcionando por uma rede de instituições “especializadas” para educar, curar, produzir e punir. Por conseguinte, toda essa rede tecnológica se introduz na família de fora para dentro, com esses esquemas “escolares, militares, depois médicos, psiquiátricos, psicológicos, que fazem da família o local de surgimento privilegiado para a questão disciplinar do normal e do anormal”.³²⁷

³²⁴ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 36.

³²⁵ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. op. cit., p. 177

³²⁶ *Id.*, *Ibidem*.

³²⁷ *Idem*, p. 178.

Para Foucault, nossa sociedade está dentro de um diagrama disciplinar, segundo Deleuze, não porque sua relação de poder substitua qualquer outra forma de poder, mas, pelo fato dela se infiltrar e se movimentar em todo espaço e prolongar seu poder e sua ação na rede social. Por que ela distribui, renova e organiza seu poder constantemente conforme a estrutura panóptica.

A nossa sociedade usa a vigilância panóptica ou o esquema de diagrama para “fazer com que o maior número de pessoas seja oferecido como espetáculo a um só indivíduo encarregado de vigiá-las”,³²⁸ e abstrair as forças úteis através do olhar que acumula e centraliza o saber, em que o jogo de sinalizações permite reconstruir novas relações de poder. A nossa sociedade valoriza o indivíduo, e, a todo instante, utiliza sua força, seu corpo para fabricá-lo, pois estamos “na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens”.³²⁹

Essa relação poder–saber não é diferente com a prisão, e é nela que o “tema do panóptico – ao mesmo tempo vigilância e observação, segurança e saber, individualização e totalização, isolamento e transparência – encontrou na prisão seu local privilegiado de realização”,³³⁰ e foi por excelência o micro-diagrama em que o poder investiu suas forças para saber sobre arquitetura, autoridade, disciplina e economia para se chegar em um aparelho adaptado às novas suavizações da lei, a idéia de regeneração do condenado e para fornecer melhor visibilidade ao guardião.

A “prisão–máquina”, ou penitenciária panóptica utiliza-se da relação penitenciário-delinquente e produz sua documentação permanente e uma série de registros constituindo um saber sobre o detento. Esse saber é transmitido de alto a baixo e vice-versa pelas relações de poder estabelecidas entre ambos, que devem fazer deste saber, o exercício da prática penitenciária, para transformar utilmente o detento a partir da verdade que se adquire de cada um. É essa verdade transformada em saber que o poder usa para conhecer e atuar no campo da ação do outro, ou melhor, para governar o outro, pois para Foucault, “o poder se manifesta como resultado da vontade que cada um tem de atuar sobre a ação alheia”.³³¹

No sistema prisional, esse indivíduo torna-se um objeto de saber possível quando

³²⁸ *Idem. A verdade e as formas jurídicas.* op. cit., p. 106.

³²⁹ *Idem. Vigiar e punir.* op. cit., p. 179.

³³⁰ *Id., Ibid.,* p. 209.

³³¹ VEIGA-NETO, A. *Foucault e a educação.* Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 147.

ele é condenado à prisão e fica sujeito às punições. Foucault aponta aí a diferença entre o infrator e o delinqüente. O aparelho penitenciário recebe da justiça o condenado julgado por infração, porém, quando ele entra neste aparelho deixa de ser um infrator e passa a ser um delinqüente. O que caracteriza o segundo é a sua vida, que deve ser transformada e reconstruída por essa máquina, através da punição e técnicas coercitivas. O que caracteriza o primeiro é o seu ato, pois é nele que a justiça age para levá-lo à detenção. Nessa distinção, o que interessa para a prisão é o delinqüente, porque é sobre ele que recairá a eficácia das técnicas de saber para adquirir um conhecimento da sua biografia. Essas técnicas são estratégias do poder empregadas com efeito positivo, a partir do qual deve aparecer uma verdade que se deve conhecer. Como estávamos dizendo anteriormente, em nossa sociedade

Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam.³³²

Então, esse inquérito biográfico é responsável por revelar a verdade sobre o autor ou personagem do crime que é o delinqüente. Deve-se procurar na história de sua vida elementos que indiquem inclinações ou predisposições para o crime. Assim, o biógrafo torna-se importante na história da penalidade, porque ele vai vasculhar desvendar e mostrar a verdadeira personalidade que o “criminoso” assumia antes do crime, e, com isso, teremos na ação jurídica o acompanhamento de uma “causalidade psicológica”.

A medida que a biografia do criminoso acompanha na prática penal a análise das circunstâncias, quando se trata de medir o crime, vemos os discursos penal e psiquiátrico confundirem suas fronteiras; e aí, em seu ponto de junção, forma-se aquela noção de indivíduo ‘perigoso’ que permite estabelecer uma rede de causalidade na escala de uma biografia inteira e estabelece um veredicto de punição – correção.³³³

Essa mistura entre o discurso penal e psiquiátrico se dá antes mesmo da condenação do criminoso. A ação jurídica é invadida pelos peritos da psiquiatria que irão observar pelo exame, em primeiro lugar, qual seria a origem ou o ponto de partida do delito para saber qual é a matéria real para a prática judiciária punir. Portanto, percebemos aí que, apesar de estarmos dentro do diagrama da disciplina, e, dentro dele termos uma série de

³³² FOUCAULT, M. Poder e Saber. In: **Estratégia, poder- saber**. op. cit., p. 229.

³³³ *Id.*, *Ibid.*, p.211.

micro-diagramas, também se tem a intercomunicação desses micro-diagramas, pois aí vemos que as técnicas e estratégias de saber que agem dentro do micro-diagrama do hospital psiquiátrico com as técnicas e métodos da psiquiatria, invadem o micro-diagrama da justiça e contribui para o seu funcionamento a partir de sua ação, que incide sobre o criminoso, agindo com seu poder para saber dele, e, contudo, suas formas de saber influenciam na tomada de decisão do juiz referente a punição. Ou seja, é a psiquiatria que deve constituir o duplo psicológico-ético do delito para se conhecer esse personagem, que apresenta certa imaturidade ou desequilíbrio psicológico que são coisas que não infringem a lei, mas a moral, visto que não há leis que impedem alguém de ter distúrbios emocionais, fisiológicos ou morais e esse papel, portanto, não cabe à lei julgar, mas a esse conhecimento médico.

É aí que vemos os micro-diagramas agirem de forma entrelaçada, sendo esta uma das características comuns da mistura entre a máquina concreta visível e a máquina abstrata do enunciável para fazer seus agenciamentos, pois “não é exagero dizer que todo o dispositivo é um mingau que mistura o visível e o enunciável: ‘o sistema carcerário junta numa só figura discursos e arquiteturas, programas e mecanismos’³³⁴ e neste caso, junta com sua figura de pedra o discurso psiquiátrico. Claro que aqui não estamos descartando a diferença de natureza entre poder e saber, pois Deleuze mostra que há diferença de natureza e a sua heterogeneidade,

mas há também pressuposição recíproca e capturas mútuas e há, enfim, primado de um sobre o outro. Primeiramente diferença de natureza, já que o poder não passa por formas, apenas por forças. O saber diz respeito a matérias formadas (substâncias) e a funções formalizadas, repartidas segmento a segmento sob as duas grandes condições formais, ver e falar, luz e linguagem: ele é, pois, estratificado, arquivado, dotado de uma segmentaridade relativamente rígida. O poder, ao contrário, é diagramático: mobiliza matérias e funções não estratificadas, e procede através de uma segmentaridade bastante flexível. Com efeito, ele não passa por formas, mas por pontos, pontos singulares que marcam, a cada vez, a aplicação de uma força, a ação ou reação de uma força em relação às outras, isto é, um afeto como ‘estado de poder sempre local e instável’.³³⁵

É em meio a essa relação entre relações de poder e as formas de saber que Foucault esquadrinha o nascimento de uma grande “ortopedia social” como uma forma de controle penal punitivo das virtualidades dos indivíduos que não é feita somente pela

³³⁴ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 48.

³³⁵ *Idem*, p. 81.

justiça, pois, se poder e saber andam juntos, é por que existe

uma série de outros poderes laterais, à margem da justiça, como a polícia e toda uma rede de instituições de vigilância e de correção – a polícia para a vigilância, as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas para a correção. É assim que, no século XIX, desenvolve-se, em torno da instituição judiciária e para lhe permitir assumir a função do controle dos indivíduos ao nível de sua periculosidade, uma gigantesca série de instituições que vão enquadrar os indivíduos ao longo de sua existência; instituições pedagógicas como a escola, psicológicas ou psiquiátricas, como o hospital, o asilo, a polícia, etc. Toda essa rede de poder que não é judiciário deve desempenhar uma das funções que a justiça se atribui neste momento: função não mais de punir as infrações dos indivíduos, mais de corrigir suas virtualidades.³³⁶

Essas instâncias ou instituições que estamos chamando aqui de micro-diagramas, porque cada uma delas desenvolve suas próprias relações de poder e forma específica de saber, é que vão contribuir para o funcionamento do micro-diagrama penal. Contudo, teremos, então, a primeira função do exame psiquiátrico aplicado na análise do criminoso, pois, aí, será assentado certo castigo, a partir do momento em que se sabem as condutas irregulares analisadas por um conhecimento científico, que permitirão ao juiz situar o poder punitivo em técnicas de transformação do indivíduo. “Há, portanto, diminuição do caráter específico da justiça e diminuição do poder dos juizes que vêem um certo número de técnicas invadirem seus domínios”.³³⁷

A segunda função do exame psiquiátrico se dá quando aparece, no século XVIII, esse personagem novo, que é o delinqüente. O exame deve determinar se, no ato do crime, o criminoso apresentava algum estado de demência; portanto, se apresentava, não pode responder como sujeito jurídico consciente e é “por este subterfúgio que se introduz na justiça um saber em pleno desenvolvimento, o saber psiquiátrico”.³³⁸ Daí o papel do psiquiatra em desvendar os antecedentes desse sujeito antes dele cometer o crime. O exame deve mostrar e reconstruir as séries de faltas de comportamentos, atitudes e de caráter, para saber se ele se parecia com o seu crime antes dele acontecer, e entender o sujeito no presente momento do seu desejo pelo crime e aquilo que o levou a cometê-lo, pois, conforme o desejo

³³⁶ FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. op. cit., p. 86.

³³⁷ *Idem.* **Eu, Pierre Riviere, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX**. op. cit., p. 226.

³³⁸ *Id., Ibid.*, p. 225.

a partir dessa seriação do crime com a infrapenalidade e o parapatológico, a partir desse relacionamento, vai-se estabelecer em torno do autor da infração uma espécie de região de indiscernibilidade jurídica. (...). É uma personalidade juridicamente indiscernível a que a justiça é, por conseguinte, obrigada a rejeitar de sua alçada. Não é mais um sujeito jurídico que os magistrados, os jurados, têm diante de si, mas um objeto: o objeto de uma tecnologia e de um saber de reparação, de readaptação, de reinserção, de correção.³³⁹

O exame deve fazer esse autor aparecer para entrar como objeto em uma dessas tecnologias específicas. O terceiro papel do exame psiquiátrico é pedir um desdobramento de outro médico que será um “médico-juiz”, que analisará certo número de condutas para saber se o indivíduo tem uma conduta infratora em termos de criminalidade, descrevendo esse caráter delinquente do infrator. A partir daí, não se pode dizer que são os juízes que julgam, pois eles devem desdobrar o processo instruído pelo médico, e, ao pronunciar seu julgamento para punição, o juiz ao

punir, não punirá a infração. Ele poderá permitir-se o luxo, a elegância ou a desculpa, (...) de impor a um indivíduo uma série de medidas corretivas, de medidas de readaptação, de medidas de reinserção. O duro ofício de punir vê-se assim alterado para o belo ofício de curar. É a essa alteração que serve, entre outras coisas, o exame psiquiátrico.³⁴⁰

Outra forma para distinguir um infrator de um delinqüente, é a maneira pela qual ele está ligado ao seu delito através de uma porção de afinidades como: pulsões, instintos, tendências e temperamento que acompanham o criminoso e fazem com que ele produza o crime. Disso surge a ideia, em 1841, de fazer uma distribuição dos criminosos por classes conforme suas características, seus hábitos e costumes, uma espécie de “zoologia das subespécies sociais, uma etnologia das civilizações de malfeitores, com seus ritos e língua”.³⁴¹

Dessa ideia deriva que o criminoso é um tipo desviante da espécie humana, e a delinqüência uma disfunção patológica que poderia ser analisada também como algo inato. Isso possibilitou uma outra “etnografia” do crime com uma sistematização tipológica do delinquente, colocando-o mais sob o funcionamento da norma do que da lei. Essa primeira classificação apontou três tipos de condenados: aqueles dotados de intelectualidade, a categoria dos viciosos, e, por fim, os “inaptos ou incapazes”. A partir dessa classificação, cada um teria uma condenação

³³⁹ *Idem. Os anormais: curso no Collège de France (1974–1975)*, op. cit., p. 26-27.

³⁴⁰ *Id., Ibid.*, p. 29.

³⁴¹ *Idem. Vigiar e punir*. op. cit., p. 212.

conforme a sua espécie. Seria um conhecimento “positivo” dos delinquentes, diferente da qualificação jurídica pelos delitos e também da médica que avalia aqueles dotados de loucura.

Então, a justiça penal e o aparelho penitenciário terão seus correlatos; o da primeira é o infrator e o da segunda é o “delinqüente, unidade biográfica, núcleo de ‘periculosidade’, representante de um tipo de anomalia”.³⁴² Quanto ao saber sobre o delinqüente, tem que ser qualificado “cientificamente” para a obtenção de definições claras do que é um ato que se torna um delito, da mesma maneira o que caracteriza um indivíduo como delinqüente. Assim é que aparece a criminologia, também, como um novo campo de saber dentro do diagrama disciplinar, com estratégias próprias e com a possibilidade de “cientificidade” para analisar a criminalidade.

Ainda em *Vigiar e Punir*, Foucault observa que a privação de liberdade, a prisão, o penitenciário e o corpo do prisioneiro, são uma sucessão de acontecimentos no sistema punitivo, pois, a partir do momento em que o direito, instaura a privação de liberdade para o infrator, e a prisão foi o aparelho utilizado para tal empresa, esta acrescenta a figura do penitenciário, que vai ter em suas mãos o corpo do delinqüente com sua individualidade delinqüente, que foi produzida pelo próprio aparelho de castigo, para ser o ponto em que o poder de punir exerceria sua função, e, esse corpo, ainda hoje, é objeto de uma das ciências do homem: a ciência penitenciária.

E o que Deleuze afirma, aí, é que “as ciências do homem não são separáveis das relações de poder que as tornam possíveis e que suscitam saberes mais ou menos capazes de atravessar um limiar epistemológico ou de formar um conhecimento”.³⁴³ E o fato dessas ciências se integrarem nesses micro-diagramas, no caso aqui, o micro-diagrama da prisão, e o fato delas se unirem para desvendarem quem é o delinqüente/criminoso, trazem para a nova penalidade alguns aspectos novos e a ideia de que, em vez de punir mais, ela corrige e cuida. “O juiz torna-se um médico e vice-versa. A sociedade de vigilância quer fundar seu direito sobre a ciência”.³⁴⁴

Conforme Foucault, o aperfeiçoamento das técnicas penitenciárias acontece por dois fatores que formam um conjunto tecnológico. Um é o fato de a ciência ter descoberto essa delinqüência e o outro é que a delinqüência passa a ter sua existência “objetiva” por

³⁴² *Id., Ibid.*, p. 213.

³⁴³ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. p. 82.

³⁴⁴ FOUCAULT, M. A Prisão vista por um filósofo francês. In: **Estratégia, poder- saber**. op. cit., p. 157-158.

causa da elaboração interna dos métodos penitenciários. Portanto, a partir daí, é ela “que tem que ser conhecida, avaliada, medida, diagnosticada, tratada, quando se proferem sentenças, é ela agora, essa anomalia, esse desvio, esse perigo inexorável, essa doença, essa forma de existência, que deverão ser considerados ao se reelaborarem os códigos”.³⁴⁵

Para Foucault, um dos motivos por que a prisão não fazia parte dos castigos idealizados por Bentham e Beccaria para torná-la universal na justiça criminal, foi por que eles definiram duas linhas divergentes de objetivação do criminoso: aquele “monstro” político ou moral que rompe com o pacto, e o sujeito jurídico requalificado pela punição. Com isso a delinquência consegue unir e superar essas duas linhas com a caução da medicina, da psicologia e da criminologia. Isso quer dizer que não houve rejeição da prisão porque “ao fabricar delinquência, ela deu à justiça criminal, um campo unitário de objetos, autenticado por ‘ciências’ e que assim lhe permitiu funcionar num horizonte geral de ‘verdade’”.³⁴⁶

Essas ciências contribuem no instante da investigação e diagnósticação da delinquência, fornecendo seu parecer e sua autenticação para condenar, e, por isso, Foucault afirma que a prisão se vinga da justiça e faz calar o juiz ao fabricar a delinquência, pois o juiz deve acrescentar esses pareceres científicos nos julgamentos e nas sentenças. A prisão, então, é o local em que o poder de punir transforma o castigo numa terapia e a sentença no discurso do saber. Finalmente, temos aí uma rede de micro-diagramas que se instauraram no diagrama da disciplina que fazem surgir conhecimentos específicos sobre o homem, cada qual com seu campo de abrangência e com um tipo de produção de saber conforme os objetivos ao qual cada instituição se propõe. No entanto, ao falar das ciências do homem, Deleuze afirma que não quer dizer que elas vêm da prisão, mas que “elas supõem o diagrama das forças do qual a própria visão depende. Inversamente, as relações de força permaneceriam transitivas, instáveis, evanescentes, quase virtuais, em todo o caso não-conhecidas, se não se efetuassem nas relações formadas ou estratificadas que compõem saberes”.³⁴⁷

³⁴⁵ *Idem. Vigiar e punir*. op. cit., p. 213.

³⁴⁶ *Id., Ibid.*, p. 214.

³⁴⁷ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 82.

6 DO CONTINUUM CACERÁRIO DISCIPLINAR AO DIAGRAMA DA SOCIEDADE DE CONTROLE

*Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. (...) todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares.*³⁴⁸

Gilles Deleuze

Como demonstramos em capítulos anteriores, Foucault, em sua obra, aponta nossa sociedade como uma sociedade disciplinar. Fizemos um esforço para mostrar, a partir da leitura de Deleuze sobre Foucault, que todas as transformações que ocorrem ou que ocorreram em cada época de nossa sociedade podem ser percebidas, segundo a leitura de Deleuze sobre Foucault, por um complexo de diagramas que se desenvolvem, se misturam ou andam lado a lado e causam rupturas em determinado momento da história, provocando, desta forma, novo ou novos diagramas sociais. Com isso, mostramos a passagem do diagrama da soberania para o diagrama da disciplina no decorrer dos séculos XVII e XVIII, e como, dentro do diagrama da disciplina, desenvolveu-se uma série de micro-diagramas que tiveram como um dos principais objetivos, tornar a nossa sociedade uma sociedade de carceragem com uma série de instituições destinadas ao isolamento e ao adestramento do comportamento do indivíduo. Isso tudo fez surgir novas relações de poder-saber, que por sua vez, nos introduziram em formas variadas de observar, conhecer e formar um tipo de subjetividade característico das sociedades modernas que foi a formação do indivíduo moderno.

Para tal formação, Foucault mostra que esse sistema carcerário, em sua forma intensa de funcionamento, data de 1840 com a abertura oficial do colégio interno chamado “Mettray”, que foi um dos primeiros a conseguir agrupar em seu interior os cinco modelos principais da disciplina, ou seja, o da família, do exército, da oficina, da escola e do judiciário.

³⁴⁸ DELEUZE, G. post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações** (1972-1990). Trad. de Peter Pál Pelbar. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 220.

Para Foucault, essa é a primeira escola normal da disciplina pura na qual aparece um novo tipo de controle, de conhecimento e de poder sobre quem resiste à normalização disciplinar. Por ter sido uma escola interna, Mettray marca o início do aperfeiçoamento de profissionais da normalidade que se multiplicou por toda a sociedade Ocidental e, também, marca o momento da escolha da arte de punir que temos até hoje, porque recebia jovens delinquentes para a correção, e funcionava como um modelo punitivo semelhante ao da prisão.

Foucault vê, a partir de Mettray, a constituição de um “*continuum* carcerário”³⁴⁹ em detrimento do modelo confuso de encarceramento, de castigo judiciário e de instituição disciplinar da era clássica. Para ele, aí começaram a ser definidas as técnicas penitenciária e disciplinar, levando suas normas até o sistema penal. Surge, então, uma “rede carcerária”, assumindo as arbitrariedades existentes nas instituições que funcionavam de forma ilegal perante a lei na era clássica; ou melhor, até então, não existiam regulamentações que previassem tais encarceramentos, por isso, funcionavam de forma “extrapenal”.

Foucault apresenta algumas referências com relação à forma em que essas instituições aparecem, tais como: seções agrícolas, colônias para crianças pobres abandonadas, casas de refúgio para caridade e misericórdia destinadas às moças “culpadas” para que não voltassem à “desordem”, à meninas que eram acolhidas por causa da “imoralidade” materna e mulheres encontradas em portas de hospitais e pensões, colônias de penitência para menores onde aprendiam a disciplina e o trabalho industrial ou agrícola. Além disso,

houve ainda uma série de dispositivos que não retomam a prisão ‘compacta’, mas utilizam alguns dos mecanismos carcerários: patronatos, obras de moralização, centrais de distribuição de auxílio e vigilância, cidades e alojamentos operários – cujas formas primitivas e mais grosseiras trazem ainda muito visíveis as marcas do sistema penitenciário. E finalmente essa grande organização carcerária reúne todos os dispositivos disciplinares, que funcionam disseminados na sociedade.³⁵⁰

Todas essas instituições fazem parte daquilo que Foucault chama de “arquipélago carcerário”,³⁵¹ no qual as penalidades são substituídas por técnicas penitenciárias. Esse encarceramento iniciou um processo de continuidade de instituições em relacionamento

³⁴⁹ Sobre o *continuum* carcerário, ver, quarta parte, cap. III de **Vigiar e punir**.

³⁵⁰ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. *op. cit.*, p. 247.

³⁵¹ *Ibid.*, p. 247. Metáfora que Foucault extrai de Soljenitzin. Ver também, p. XXXV e p. 180 do livro: **Estratégia, poder- saber**.

recíproco, funcionando de forma gradativa. Qualquer desvio, ou desordem passou a ser caracterizado como infração automaticamente ligada a sanções com valor de lei, e a lei, por sua vez, passa a agir sobre o desvio, tratando-o como uma transgressão da lei.

Essa sanção passa a ser exercida através de uma autoridade especializada representada pela figura do carcerário, agindo por regulamentos e verificações. As sanções aplicadas aos desvios vão, lentamente, graduando-se, até tornarem-se uma regra com caráter de lei para aplicação dos castigos aos crimes. Então, a rede carcerária inicia os cuidados relacionados às duas séries – do “punitivo e do anormal”³⁵² – pois é o desvio e a anomalia que passam a povoar essa rede, submetendo-se às suas regras e normas:

Persegue-se o ‘diferente’. O delinqüente não é fora da lei, mas ele se situa desde o começo no próprio centro desses mecanismos nos quais se passa insensivelmente da disciplina à lei, do desvio ao delito, em uma continuidade de instituições que se remetem umas às outras: do orfanato ao reformatório, à penitenciária, da cidade operária ao hospital, à prisão.³⁵³

O carcerário torna-se um agente pedagógico e profissional dentro da rede de instituições públicas que acompanham os indivíduos desde a creche. Por isso a delinqüência não se forma e nem está fora da lei, mas dentro dela. Porque, nesta rede panóptica, aquele que é desclassificado por uma instituição, é inserido em outra. Dentro desta rede, o detento deixa a sua biografia, que percorre todas as instituições desde a primeira em que ele entra, na qual ficam os indícios daquele que tem o “temperamento” para a delinqüência. O sistema penitenciário e a lei dão caução legal para as disciplinas funcionarem, tornando o poder de punir natural e legítimo. Ele utiliza dois registros que se relacionam entre si: o legal da justiça e o extralegal das disciplinas, transmitindo a “forma-prisão” como o modelo de justiça. Isso se dá porque nessas casas os regulamentos reproduzem leis, as sanções imitam veredictos e penas, e as vigilâncias imitam o modelo policial.

Os indivíduos ao entrarem nessa malha são mandados para uma dessas instituições para evitar a prisão; no entanto, quando ele é caracterizado como infrator, é enviado à prisão, por isso ela é o *continuum* de um trabalho já começado por outras instituições. O carcerário é quem comunica uma relação de poder que a lei aceita, e, graças

³⁵² *Idem. Vigiar e punir. op. cit., p. 248.*

³⁵³ *Idem. A prisão vista por um filósofo francês. In: Estratégia, poder- saber. op. cit., p.158.*

a esse *continuum* carcerário, é possível distinguir o caráter “perigoso” do “delinqüente” do “anormal”. Por isso o poder de punir não é diferente do poder de curar ou de educar, porque essas instituições recebem tais tarefas devido às suas técnicas.

Conforme Foucault, o *continuum* carcerário espalhado pelo Ocidente com suas técnicas, caracteriza, a partir das sanções, um modelo que se torna jurídico. Ao estudá-lo, o autor remete-se a uma análise de um tipo de sociedade que tem suas relações de poder imbricadas em termos formulados pelo Direito, pois a seu ver

a teoria do poder fala disso em termos de direito, e formula a questão de sua legitimidade, de seu limite e de sua origem. Minha pesquisa incide sobre as técnicas do poder, sobre a tecnologia do poder. Ela consiste em estudar como o poder domina e se faz obedecer (...). Meu objetivo é analisar a técnica do poder que busca constantemente novos meios, e meu objeto é uma sociedade submetida à legislação criminal.³⁵⁴

Mais adiante, nesta mesma entrevista, Foucault responde que escolheu a França para tais estudos, por ela ser um tipo de sociedade na Europa submetida a uma legislação criminal. Sendo assim, a sociedade francesa se adéqua ao exame do processo que levou a disciplina a se desenvolver nesse país, suas alterações correspondendo ao aumento progressivo da população associado ao desenvolvimento da sociedade industrial, a ponto dele afirmar que na medida em que “a disciplina, que era eficaz para manter o poder, perdeu uma parte de sua eficácia. Nos países industrializados, as disciplinas entram em crise”.³⁵⁵

É a partir dessa crise na sociedade disciplinar apontada por Foucault, que queremos abordar este capítulo, para mostrar que, novamente, estamos em meio a uma confluência de diagramas. Quando Foucault se refere a esta crise da sociedade disciplinar, no entanto, não aponta qual seria o outro tipo de sociedade na qual estaríamos entrando. Contudo, esta discussão foi retomada por Deleuze, em um de seus últimos escritos, que mostrará que estamos em processo de transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle ou o que podemos classificar como um momento histórico no qual estamos em uma mesclagem e uma ruptura de diagramas, ou seja, estamos passando do diagrama disciplinar para o diagrama da sociedade de controle na qual estamos entrando desde o final da segunda guerra mundial. Neste sentido citamos o próprio Deleuze quando ele afirma que

³⁵⁴ *Id., Ibid., A sociedade disciplinar em crise. In: Estratégia, poder- saber. op. cit., p. 267.*

³⁵⁵ *Idem.* p. 268.

É certo que entramos em sociedades de ‘controle’, que já não são exatamente disciplinares. Foucault é com frequência considerado como o pensador das sociedades de disciplina, e de sua técnica principal, o confinamento (não só o hospital e a prisão, mas a escola, a fábrica, a caserna). Porém, de fato, ele é um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea.³⁵⁶

Partindo, então, daquilo a que nos referíamos no início deste capítulo, ou seja, o *continuum* carcerário, que se espalhou desde o século XVIII, chegando ao seu apogeu no início do século XX, é importante notar que o que vemos hoje é a decadência deste modelo de encarceramento que faz parte do diagrama da disciplina, ou seja, que ele está se tornando obsoleto diante da sociedade da comunicação. Cabe-nos, por conseguinte, uma análise de como essas instituições vão perdendo seus dispositivos disciplinares ou, até mesmo, deixando de existir, e como suas tarefas ou funções vão sendo lentamente redistribuídas em um novo diagrama que está se formando, que é o diagrama da *sociedade de controle*. Para isso, examinaremos inicialmente, como é percebida esta sociedade que está criando corpo e como ela está produzindo novas formas de subjetivação na atualidade.

Em capítulos anteriores de nosso trabalho, observamos a forma pela qual o modelo do diagrama do suplício na soberania exercia sua influencia, a partir da ação direta do soberano com sua força ostensiva sobre o indivíduo pelo “direito de causar a morte ou de deixar viver”.³⁵⁷ O poder soberano agia pela coação e dominação de maneira repressiva e violenta, e, desta forma, ele influenciava na formação do indivíduo dentro do modelo da soberania, pois aí, nesta fórmula, e a partir desta figura jurídica, o soberano podia confiscar, se apropriar ou extorquir as posses, os bens, o trabalho e o sangue de seus súditos. “O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la³⁵⁸.” Contudo, certamente isso influenciava diretamente para caracterizar o tipo de subjetividade do indivíduo naquele estrato ou formação histórica.

³⁵⁶ DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. op. cit., pp. 215-216.

³⁵⁷ FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. op. cit., p. 128.

³⁵⁸ *Id.*, *Ibidem*.

No entanto, este modelo foi sendo sucedido pelo diagrama da sociedade disciplinar, que, por sua vez, utiliza-se de tecnologias que

variam segundo uma função definida (vigiar, ensinar, curar); por isso, as disciplinas somente se tornam eficazes em espaços fechados. Elas se exercem em meios relativamente fechados para que a função disciplinar seja cumprida: a escola, o exército, o hospital, a prisão. Nessa configuração, os processos de subjetivação são territórios de caça para as relações de poder. O poder disciplinar é obrigado a criar um dispositivo especial, mas indireto, para manejar ou induzir práticas de subjetivação que obedeçam, de certa forma, aos espaços e às funções disciplinares.³⁵⁹

Então, a partir do confinamento e da concentração dos indivíduos distribuídos em espaços separados e repartidos, foi possível visar o aperfeiçoamento dos seus desempenhos na forma de sua organização, divisão e controle do tempo de cada um para produzir rapidez e precisão de movimentos com a exigência da normalização disciplinar institucionalizada. Para Foucault, conforme André Duarte, a forma de analisar a formação do sujeito, já é sempre pensada como

o produto de uma multiplicidade de relações horizontais de saber-poder que o caracterizam como sujeito assujeitado e disciplinado. É apenas enquanto tal, bem como apenas nas próprias instituições fechadas nas quais se produz tal sujeito, como a escola, a família, a igreja, a fábrica, o hospital, o exército, etc., que se definem as estratégias possíveis de resistência em vista de processos autônomos de subjetivação.³⁶⁰

Contudo, se o modelo disciplinar substitui o modelo de soberania em um determinado momento de nossa história, com ele também teremos uma nova forma de investimentos para a produção dos processos de subjetivação. Quando o modelo disciplinar, em sua brevidade na história, entrou em crise generalizada dos meios de confinamento com todas as disciplinas que agem em sistemas fechados, Foucault já o sabia, pois quando ele analisa a sociedade como disciplinar e mostra que ela

sucedida às sociedades de soberania cujo objetivo e funções eram completamente diferentes (açambarcar, mais do que organizar a produção, decidir sobre a morte mais do que gerir a vida); a transição foi feita progressivamente, e Napoleão parece ter operado a grande conversão de uma sociedade à outra. Mas as disciplinas, por sua vez, também conheceriam uma crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se

³⁵⁹ CARDOSO JR., Hélio Rebelo. Foucault e Deleuze em co-participação no plano conceitual. In **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. op. cit., p. 193.

³⁶⁰ DUARTE, André de Macedo. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In: **Figuras de Foucault**. Rago, M. e A. Veiga Neto, (Org.), Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2008, pp. 47-48.

precipitariam depois da Segunda Guerra Mundial: sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser.³⁶¹

Portanto, temos aí o diagrama da disciplina entre dois momentos de guerras que envolveram principalmente a Europa, ou seja, o marco de sua separação do diagrama da sociedade de soberania foram as guerras Napoleônicas, e o começo de sua decadência ou passagem para o diagrama da sociedade de controle iniciou a contar da Segunda Guerra Mundial. Todavia, temos aí a formação de processos de subjetivação diferentes em cada um desses diagramas por que temos relações de forças diferentes que se instalam em cada um deles. Por conseguinte, este novo diagrama que está se instalando, que é o diagrama da sociedade de controle, tem suas próprias características e, se as disciplinas estão dando passagem para as novas formas de operações “ultra-rápidas de controle ao ar livre”,³⁶² é por que este tipo de controle a céu aberto é uma das características desta nova sociedade.

É a partir daí que queremos pensar as formas deste controle sem paredes nem fronteiras que age diretamente sobre os indivíduos produzindo neles, também a partir de novos mecanismos, um novo tipo de formação de subjetividades, pois como afirma o professor Veiga-Neto:

Está-se diante de uma nova espacialização em que os espaços – materiais ou simbólicos, tanto faz – não são mais lisos, bem fronteirizados e estáveis; eles são cada vez mais sulcados, isso é, atravessados por linhas de força, móveis, instáveis, flexíveis e, por isso mesmo, altamente adaptativas. Essas linhas de força rompem as tradicionais e rígidas fronteiras modernas, sejam elas fronteiras culturais, religiosas, étnicas etc., (...) aquelas linhas de força estão promovendo o deslocamento da ênfase nos dispositivos disciplinares para a ênfase nos dispositivos de controle, de modo a alterar substancialmente até mesmo os processos de subjetivação.³⁶³

Pode-se falar desta alteração na subjetividade a partir do rompimento das fronteiras porque, na afirmação de Deleuze, não são somente as velhas máquinas simples ou dinâmicas da soberania como “alavancas, roldanas e relógios”, ou essas “máquinas energéticas” da disciplina que estamos deixando para trás para em seu lugar introduzir as máquinas de controle, cibernéticas, “a informática e computadores”,³⁶⁴ mas, também, o

³⁶¹ DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. op. cit., pp. 219-220.

³⁶² *Id.*, *Ibid.*, p. 220.

³⁶³ VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de império. In: **Figuras de Foucault**. Rago, M. e A. Veiga Neto, (Org.), Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2008, p. 18.

³⁶⁴ DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. op. cit., p. 223.

modelo de homem: pois aquele dotado apenas de suas capacidades energéticas, não se insere mais nos propósitos do sistema que pretende vigorar. Estamos já há algumas décadas diante de uma série de elementos tecnológicos que estão fazendo com que o homem desenvolva sua formação seja de conduta, de comportamento ou de sua educação, não mais simplesmente a partir de instituições de fechamento como a família, a creche, a escola, a fábrica, a igreja, etc. “A sociedade disciplinar entra em crise, pois seus espaços disciplinares, suas instituições, tornam-se ineficientes: a família já não forma moralmente, aprendemos, na escola, o que não se deve, a prisão já não recupera, etc.”.³⁶⁵

Por conseguinte, isso implica dizer que aquelas máquinas ou aparelhos técnicos ou arquitetônicos que antes influenciavam totalmente para a formação das subjetividades, hoje já não influenciam mais, ou pelo menos não inteiramente, e as máquinas de controle, “cibernéticas”, “a informática e seus computadores” é que estão abrindo passagem para este novo espaço sem fronteiras que está caracterizando uma nova subjetividade no homem Contemporâneo. Quando Deleuze afirma, segundo Hélio Rebello, “que o controle atua em espaço aberto, ao contrário da disciplina, ele quer dizer não apenas que o controle abandona o confinamento, mas, também, que ele age diretamente sobre os processos de subjetivação. O controle invade o amplo espaço entre eu e mim mesmo”.³⁶⁶

O que se percebe hoje, portanto, é que todos os aparatos técnicos, científicos e midiáticos têm influenciado diretamente para esta nova caracterização do homem na atualidade. Ainda, conforme demonstra Hélio Rebello:

Os fluxos tecnológicos, convém destacar, tornam-se cada vez mais importantes para o controle porque eles são meios de extensão, isto é, de virtualização do corpo humano. Eles não se contentam em fornecer ao corpo grandes braços virtuais (uma ferramenta, uma máquina) ou um cérebro ampliado (computadores), pois os fluxos que eles produzem, os fluxos que eles são, penetram nosso corpo, modificando-o, já que extrapolam nossas relações psicomotoras naturais. Em outras palavras, os meios técnicos produzem fluxos que percorrem o espaço de subjetivação de maneira cada vez mais intensa. O problema das sociedades de controle, no entanto, não é exatamente que os processos de subjetivação se apoiem

³⁶⁵ CARDOSO JR., Hélio Rebello. Foucault e Deleuze em co-participação no plano conceitual. In **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. op. cit., p. 194.

³⁶⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 195.

sobre fluxos tecnológicos, o problema é como esses e outros fluxos são enfeixados pelo controle.³⁶⁷

Então, quando Deleuze aponta que aquela forma de identificação do indivíduo por seus respectivos nome, matrícula e assinatura está sendo descartada, isso significa dizer que implica diretamente no tipo de formação que estamos tendo a partir daí, pois o que está entrando em vigor há muito tempo, é a forma utilizada pelo controle para gerir os homens, segundo ele, a partir de novos mecanismos. Pensando como Deleuze, quando ele mostra que a “cifra”, com o código estabelecido por uma “senha individual”, produz um novo tipo de identificação do indivíduo, podemos dizer também que há aí uma nova contribuição para uma formação outra do indivíduo assim como havia em outros diagramas. Pois, se olharmos para o diagrama da soberania, veremos que se identificava o indivíduo pela linhagem familiar e o seu status, no diagrama da disciplina se identifica o indivíduo pelo seu nome, matrícula e histórico, como, por exemplo, histórico escolar dentro do sistema educacional. O mesmo ocorre no hospital de cura e no hospital psiquiátrico, mas aí o que vale é o histórico das enfermidades, sejam elas mentais ou físicas; na prisão se reconhece o indivíduo pelo nome e o histórico de sua periculosidade. Ou seja, na disciplina tudo está ligado aos desempenhos, anomalias, produtividades, aprendizagens, etc.

Já em bancos, o que se exigia até pouco tempo atrás era a assinatura e o “bom nome” para se conseguir créditos, empréstimos, contas ou limites, totalmente ao contrário do sistema de informação de hoje. No diagrama do controle, o novo homem não passa de um banco de dados com semelhanças e diferenças do arquivo da disciplina e aí, como afirma Deleuze, é a senha que determina o acesso às máquinas que fornecem informações contidas nesses bancos de dados e que efetuam a gestão da informação e principalmente do dinheiro. Portanto, é desta forma que o novo homem ou este homem com uma subjetividade em formação tem acesso aos jogos desta nova sociedade.

A partir das referências de Deleuze, Hardt e Negri, ao tratar sobre este assunto no livro “Império”, vão identificar três conjuntos pelo qual o controle imperial opera, isto é, “por três meios globais absolutos: o dinheiro, a bomba e o éter”,³⁶⁸ cada um deles

³⁶⁷ *Idem.*

³⁶⁸ NEGRI, Antonio e HARDT, Michel. **Império**. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 266.

correspondendo respectivamente a um conjunto, ou seja, ao “conjunto de natureza econômica, de natureza militar e o terceiro de natureza comunicacional”.³⁶⁹ Segundo o professor Veiga-Neto, é por aí que é possível identificar as características principais da dominação na sociedade atual de controle. Considerando esse três aspectos, vamos abordar aqui dois deles: o de natureza econômica e o de natureza da comunicação ou da informação, da qual Deleuze e outros estudiosos têm se ocupado para desenvolver formas de compreensão do funcionamento dessas influências em nossa sociedade. Então, inicialmente, vamos ver como o dinheiro vem se colocando como um dos aspectos elementares para este novo sistema de dominação e que determinam novas formas de relações de forças ou de poder neste diagrama da sociedade de controle. Ao se referir ao dinheiro, Deleuze vai falar que talvez seja ele que

melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro – que servia de medida padrão –, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma porcentagem de diferentes amostras de moeda. A velha toupeira monetária é o animal dos meios de confinamento, mas a serpente o é das sociedades de controle. Passamos de um animal a outro, da toupeira à serpente, no regime em que vivemos, mas também na nossa maneira de viver e nas nossas relações com outrem. O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo.³⁷⁰

Se o dinheiro é o elemento principal que caracteriza a grande distinção entre o diagrama da sociedade disciplinar e o diagrama da sociedade de controle, isso se dá justamente por que não é mais o ouro ou simplesmente a moeda que constitui o lastro econômico, mas as trocas flutuantes das bolsas de valores. Como explica Luiz Orlandi,

os pensadores do século XVIII consideravam a moeda como instrumento destinado a facilitar as trocas das mercadorias produzidas, o comércio entre pessoas e povos. Hoje, numa era pós-nacionalista, além do comércio, até mesmo o movimento internacional de investimentos em capital constante, ditos realmente produtivos, é, em geral, bem visto ou pelo menos tolerado. Em contrapartida, a libertinagem dos fluxos improdutivos do capital financeiro vem recebendo hoje o repúdio de economistas das mais variadas

³⁶⁹ VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de império. In: **Figuras de Foucault**. op. cit., p 19.

³⁷⁰ DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. op. cit., pp. 222-223.

tendências, excetuando aqueles que, por equívoco ou perfídia, aceitam azeitar esse dinamismo da volatilidade monetária.³⁷¹

Esta característica fundamental do diagrama da sociedade de controle, que Deleuze chamou de “serpente”, se dá por conta desta libertinagem econômica inserida na fala de Luiz Orlandi, pois estamos vivendo, na atualidade, uma era em que momentaneamente pode-se modificar os rumos da aplicação do dinheiro, de um país à outro, em qualquer extremo do globo. E a forma que os fluxos econômicos circulam, hoje, influencia muito mais nos aspectos políticos de uma nação do que em qualquer outro momento na história das sociedades. Aí entra também o discurso político de Chefes de Estados, pois se considerarmos um simples discurso político hoje, veremos que, na atualidade, ele pesa muito mais do que em qualquer outra época da história no momento em que os investidores das bolsas de valores vão fazer suas aplicações, principalmente naqueles países que são chamados de países emergentes. Isso se percebe a partir de um discurso mal elaborado ou uma palavra mal dita ou mal colocada em meio a um discurso de um chefe de Estado, que pode causar efeitos catastróficos na economia de tal país; pois, qualquer palavra como, por exemplo: a palavra “estatização”, dita por um governo da América Latina, pode muito bem fazer todos os fluxos econômicos investidos neste país migrar instantaneamente para outro que é considerado “seguro” pelos investidores.

Com todo este relativo repúdio em relação a esta libertinagem econômica da qual fala Luiz Orlandi, e, considerando este aspecto da economia da atualidade, Deleuze sustenta que estamos

além e aquém do Estado. (...) o desenvolvimento do mercado mundial, a potência das sociedades multinacionais, o esboço de uma organização ‘planetária’, a extensão do capitalismo para todo o corpo social, formam uma grande máquina abstrata que sobrecodifica os fluxos monetários, industriais, tecnológicos.³⁷²

Em meio a isso, não se pauta mais por aquele capitalismo preocupado em erguer fábricas destinadas ao confinamento para a produção, por estas serem inviáveis, já que é muito mais lucrativo e cômodo a venda e a prestação de serviços, pois quem vende, não precisa necessariamente produzir algum tipo de produto para vender, pode-se, apenas fazer

³⁷¹ ORLANDI, Luiz B. L. Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos? *In: Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Margareth Rago, Luiz B. Lacerda Orlandi, Alfredo Veiga – Neto (orgs.). Rio de Janeiro: DpeA, 2002, p. 227.

³⁷² DELEUZE, G. e PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. de Eloisa A. Ribeiro. SP: Escuta, 1998, pp.168-169.

negócios nas bolsas de valores. Esse é um dos papéis exercidos principalmente, ou exclusivamente, pelos países ricos, bem como a prestação de serviços técnicos especializados. Dessa maneira, os “meios de exploração, de controle e de vigilância tornam-se cada vez mais sutis e difusos, moleculares, de certa forma”.³⁷³

Tal situação reflete-se nos países subdesenvolvidos através de uma série de fatores, alguns deles relacionados com as indústrias pesadas, de grande porte e poluentes que estão situadas nos países pobres produzindo produtos de altos riscos para a saúde dos operários que recebem salários inferiores aos dos países ricos, mantendo baixos ou inexistentes os encargos de previdência social e de seguros, assim como os investimentos no bem-estar social como: assistência médica/dentária, educação, lazeres livres ou as discussões políticas e culturais. Isso faz com que os “(operários dos países ricos participem necessariamente da pilhagem do terceiro – mundo)”,³⁷⁴ visto que os custos dos trabalhadores nos países subdesenvolvidos são bem menores se comparados aos dos países ricos.

Como o capitalismo quer vender, produz uma alma para a empresa que é a sua “marca”, colocando o *marketing* como responsável para construir e destacar sua imagem. “O serviço de vendas tornou-se o centro ou a ‘alma’ da empresa. Nos informam que as empresas têm uma alma, o que é efetivamente a notícia mais terrificante do mundo. O *marketing* é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores”.³⁷⁵ Pode-se dizer disso que, a partir desta fala de Deleuze, é possível perceber como os meios midiáticos associados com a idéia de lucro das empresas contribuem para a formação da subjetividade na atualidade. Se na sociedade da disciplina são as instituições fechadas que formam a subjetividade; nas sociedades de controle, ela aparece ou se forma pelo trabalho do *marketing*, por que é ele quem vai determinar por onde passa o processo da formação tanto da nossa subjetividade quanto a formação do nosso corpo.

O *marketing* determina nossas escolhas cotidianas assim como aquilo que queremos para a nossa vida. Investindo em uma estratégia de consumo, ele nos diz no dia a dia o que devemos consumir, para onde devemos ir se queremos passar férias/turismo, o

³⁷³ *Ibid.*, p. 169.

³⁷⁴ *Idem.* p. 169.

³⁷⁵ *Idem.* Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. op. cit., p. p. 224

que devemos fazer para estarmos ligados ao modismo como: roupas, calçados, carros, aparelhos eletrônicos e todo o tipo de eletrodomésticos; as formas de segurança que devemos ter o tipo de profissão e de educação que queremos ou devemos ter, etc. Com isso, nós somos bombardeados o dia inteiro pelos meios midiáticos que determinam aquilo que é bom para levantar nossa auto-estima, com objetos que nos prometem alegria, felicidade, beleza, bem estar. Tudo isso está associado aos desejos psicológicos, sociais, profissionais, corporais ou como devo usar melhor ou pior o meu corpo e meu sexo, etc.

Esse bombardeio ocorre desde quando acordamos e ligamos a televisão ou entramos na internet e observamos os anúncios de lugares paradisíacos e de produtos que nos prometem a satisfação de todos os nossos desejos. Se abrirmos a caixa do correio encontraremos nele panfletos com a mostra dos mesmos produtos que estão à venda. Ao sairmos na rua nos deparamos com enormes outdoors e com faixas em ônibus e carros que anunciam esses produtos. Chegando ao trabalho, na escola ou na universidade encontramos o mesmo anúncio em cartazes. Ao voltarmos para casa encontramos anúncios dos mesmos produtos e dos mesmos lugares paradisíacos para onde devemos viajar, mas, no entanto, eles já estão com uma nova roupagem, com outra aparência, por que o *marketing* se renova a todo instante, ele é contínuo, pois como falava Deleuze, “nas sociedades de controle nunca se termina nada”³⁷⁶ sempre se está provocando algo de novo em um antigo cliente ou em um possível cliente novo.

Contudo, até o final do dia, o indivíduo já está convencido de que ele deve ter aquele produto ou adquirir aquele bilhete para viagem, pois neles estão inseridas todas aquelas idéias da felicidade, da alegria, da beleza, do bem estar. E, quando isso é associado à idéia da satisfação dos nossos desejos psicológicos, sociais, profissionais, corporais, sexuais, etc., os meios midiáticos estão fazendo de mim, de meu corpo, do meu sexo e do meu fazer, algo que não foi necessariamente o meu eu quem decidiu como e o que devo fazer de mim mesmo, e, por isso, esse trabalho do marketing influencia cotidianamente e diretamente na formação das novas subjetividades, a partir daquilo que está sendo lançado no mercado. Como observa Suely Rolnik, ao analisar o impacto da publicidade e do consumo na influência da formação da subjetividade, “os viciados nessa droga vivem

³⁷⁶ *Idem*.p 221.

dispostos a mitificar e consumir toda imagem que se apresente de forma minimamente sedutora, na esperança de assegurar seu reconhecimento em alguma órbita de mercado”.³⁷⁷

Isso tudo nos coloca ligados no mundo global atual com todos os meus “eus”. Aquele que me faz trabalhar mais do que meu corpo e minha cabeça suportam, que, por sua vez, nos liga às “mil” formas de esquizofrenias do mundo atual, em que todos vivemos com tipos iguais e diferentes de “paranóias” provocadas pelo stress individual e coletivo, sem falar nas doenças somáticas infundáveis que desenvolvemos na atualidade, porque meu organismo não consegue a satisfação física da beleza que é mostrada nos meios midiáticos, porque não se consegue chegar ao modelo padrão da beleza anunciada e que acaba frustrando os indivíduos e até mesmo a população. E todas as formas de erotização com belos corpos que nos são vendidas na TV, somente se percebem ou se descobrem, depois de muito tempo, como algo não possível para as pessoas “comuns”, e que os desejos sexuais anunciados não são possíveis realizar com esses belos corpos que são apresentados em cadeia planetária, pois, na realidade, tudo não passa de uma grande difusão de “amores platônicos” que desenvolvemos pelas estrelas e astros de filmes, novelas e propagandas que exibem corpos moldurados pela exigência de uma sociedade que quer um tipo de modulação corporal, mas que não encontramos esses corpos perfeitos na esquina de casa ou em qualquer outra esquina, a não ser nas telas e revistas.

Estamos, então, a todo instante, sendo capturados por uma sociedade da esquizofrenia individual e coletiva, pois os nossos sonhos e os nossos desejos, de certa forma, passam antes pelos mecanismos de controle, e, então, a partir daí, vamos decidir aquilo que queremos buscar para a nossa construção. Aí percebemos que somos agenciados a todo instante pela lógica do capital que nos faz consumir, ou seja, como mostrava Foucault na entrevista “Prisões e Revoltas nas Prisões”, no capitalismo, desde o início do século XIX, os indivíduos eram enquadrados em um certo número de instituições:

seja a um aparelho de produção, uma máquina, um ofício, um ateliê, uma usina, seja a um aparelho escolar, seja a um aparelho punitivo, corretivo ou sanitário. Eles eram fixados a esse aparelho, coagidos a obedecer a um certo número de regras de existência que enquadravam toda a vida deles.³⁷⁸

³⁷⁷ ROLNIK, Suely. “Toxicômacos de identidade: subjetividade em tempo de globalização”. In: LINS, Daniel (org.). **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Campinas: Papirus, 1997, p. 22.

³⁷⁸ FOUCAULT, M. Prisões e Revoltas nas Prisões. In: **Estratégia, poder- saber**. *op. cit.*, p. 66.

Foucault fala isso por que aí neste período, em pleno desenvolvimento da sociedade disciplinar, tudo isso fazia parte de uma “grande forma social do poder” de introduzir multas em locais de trabalho, influenciar na conduta física ou moral nas escolas ou asilos, bem como na punição em prisões. Tudo isso tinha por objetivo naquela sociedade industrial, que o homem transformasse seu corpo, seu comportamento e sua existência para um bom uso no aparelho de produção, considerando aí, que esses aparelhos capturavam os indivíduos, principalmente pela miséria da população que pairava naquele momento. Isso tudo, certamente, influenciava na formação do sujeito naquele momento do diagrama da sociedade disciplinar. Ao contrário, Foucault fala que o que se vê hoje é o fato de que:

As pessoas não são mais enquadradas pela miséria, mas pelo consumo. Tal como no século XIX, mesmo se é sob um outro modelo, elas continuam capturadas em um sistema de crédito que as obriga (se compraram uma casa, móveis...) a trabalhar todo o santo dia, a fazer hora extra, a permanecer ligadas. A televisão oferece suas imagens como objetos de consumo e impede as pessoas de fazer o que se temia tanto, já no século XIX, ou seja, ir aos bistrôs onde se faziam reuniões políticas, onde os reagrupamentos parciais, locais e regionais da classe operária corriam o risco de produzir um movimento político, talvez a possibilidade de derrubar todo esse sistema.³⁷⁹

Portanto, se temia, no século XIX, uma idéia de um possível avanço das classes operárias em busca de uma possível liberdade deste modelo, e que, certamente iria influenciar na própria formação – talvez mais autônoma – das classes pobres. Hoje, no entanto, percebe-se que cada vez mais a população está sendo atrelada a este modelo que dita suas estratégias em escala global. Se os meios midiáticos de comunicação, de informação e de propagandas nos arrastam para este tipo de formação de novas subjetividades, é por que os fluxos econômicos dependem desta formação para que o modelo sobreviva vendendo produtos e objetos – mesmo que sejam supérfluos – para uma grande massa consumidora. Podemos entender isso a partir daquilo que Orlandi fala sobre o “sucateamento da humanidade”, nas palavras dele:

Nunca se viveu tão sistemático, cotidiano e envolvente sucateamento da humanidade. Falo em sucateamento, no singular, mas ele é uma multiplicidade onde velhos e novos sucateamentos são intensificados. Com o auxílio da tradição que se apóia em textos de Marx, gostaria de salientar aqui tão apenas o aspecto do sucateamento da humanidade que se

³⁷⁹ *Id., Ibid.*, p. 67.

apresenta como subproduto da estratégia de produção (ou de sobreprodução, como diria Deleuze), cada vez mais dominante em nosso planeta. Essa estratégia modula a produção social da existência (na qual os homens estão necessariamente imersos, pois não produzem diretamente sua própria existência.³⁸⁰

Portanto, somos levados a nos produzir a partir de algo que nos atinge, ou seja, pelas imagens e informações que recebemos, que estão ligadas ao meio produtivo e que nos influenciam a partir da propaganda que espera obter lucro a partir das compras e das vendas. No entanto, não é somente, ou exclusivamente, a venda que interessa ao capitalismo atual. Mais precisamente, o que interessa é a renda gerada pelas ações que uma marca pode alcançar nas bolsas. Conforme mostra Orlandi na leitura de Delfim Neto, “‘o comércio mundial’, diz ele, ‘cresceu 13 vezes, enquanto as transações financeiras de todas as naturezas cresceram 74 vezes. (...) essa libertinagem financeira deixa o comércio de mercadorias girando tão apenas ‘em torno de 2,5%’ de si própria’”.³⁸¹ Desta maneira, o capitalismo toma novas proporções com essa inovação, uma vez que com o fim daquele homem confinado, ele produz, através do trabalho do *marketing*, um homem endividado como afirma Deleuze.

Isso se dá porque as linhas de controle devem atingir cada vez mais um número maior da população, não só no interior de um país, mas para além de suas fronteiras. Pois como afirma Luiz Orlandi, automaticamente, quando estou fazendo alguma coisa:

ao fazer isso ou aquilo, seja produzindo, seja consumindo, seja trocando, seja pedindo dinheiro emprestado ou simplesmente vivendo, estou ajudando a fazer de mim mesmo, em última instância, um dos pontos de aplicação dos mecanismos de reiteração dos pressupostos do capitalismo. Esse apanhado sintético tem sua razão de ser, pois o labirinto captura até mesmo o meu não fazer, ou melhor, a impotência da totalidade dos meus afazeres. Um exemplo drástico a esse respeito é a dependência em que se encontram, não apenas os meus eus, mas também Estados e conjuntos inteiros de Estados em relação à liberdade com que o capital financeiro se movimenta pelo planeta. Seria ele a serpente ou o próprio sangue dela?³⁸²

Considerando essas estratégias da “serpente” financeira, nota-se, como falamos acima, que os novos instrumentos adotados pela sociedade de controle fazem com que a captação de pequenos empréstimos, linhas de créditos, conta universitária sem

³⁸⁰ ORLANDI, Luiz B. L. Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos? *In: Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. op. cit., pp. 222-223.

³⁸¹ *Id.*, *Ibid.*, p. pp. 227-228.

³⁸² *Idem.* p. 227.

comprovação de renda, enfim, os usos do cartão magnético vêm sendo popularizado para atingir cada vez mais as camadas empobrecidas da população, ou entre assalariados ou com rendas inferiores ao salário mínimo e até mesmo quem não tem salário; entre aposentados e pensionistas, etc., os quais até pouco tempo atrás não eram aceitos pelos bancos e empresas para matrículas e cadastramento.

Hoje, o processo inverteu-se. Os indivíduos é que são convidados e assediados através do *marketing*, para a abertura de contas em bancos. Isso acontece porque eles passam pelas estatísticas e pela contabilidade dos bancos e das empresas, que têm interesse em distribuir senhas magnetizadas destinadas ao endividamento, e aí os bancos tornam-se uma estrutura de agenciamento concreto que empresta algo abstrato com altas taxas de juros e acaba capturando bilhões para esta dança da serpente. Vale lembrar que as formas de endividamento dos países subdesenvolvidos, passam pelas mesmas estatísticas e pela contabilidade dos bancos e dos fundos internacionais, que tornam essa dança da serpente uma coreografia planetária, pois são inesgotáveis as impossibilidades de pagamentos de dívidas.

Pode-se pensar nessa nova forma de endividamento porque, como afirma Deleuze, a grande população da disciplina capitalista sempre foi pobre demais para endividar-se. Esse modelo resulta em uma série de medidas administrativas para a proteção do comércio e da indústria, seguidas de regulamentações jurídicas, arrastando o devedor para as formas incessantes da disciplina, expondo o nome, a assinatura e a matrícula do indivíduo nas agências de proteção ao crédito, sujeito a cobranças judicial, mantendo o indivíduo por um período fora das linhas de crediários, até reconquistar novamente sua aceitação no comércio, podendo-se aplicar essas regras também para as nações subdesenvolvidas em relação aos países ricos.

Isto não quer dizer que as agências de proteção ao crédito diminuíram suas fiscalizações, ao contrário, intensificaram-nas a partir da informatização. Mas o controle tem seus mecanismos para a reinserção rápida do indivíduo ao comércio e a um novo endividamento através de negociações, parcelamentos das dívidas e assim por diante, incluindo ou liberando o endividado para abrir novas frentes de compras, pois como afirma Michael Hardt:

o mercado capitalista é contrariado pelas exclusões e prospera incluindo, em sua esfera, efetivos sempre crescentes. O lucro só pode ser gerado pelo contato, pelo compromisso, pela troca e pelo comércio. A realização do mercado mundial constituiria o ponto de chegada dessa tendência. Em sua forma ideal, não há um fora do mercado mundial: o planeta inteiro é seu domínio.³⁸³

Posto que o mercado capitalista sobreviva da venda, precisa da inserção dos indivíduos nas compras, nos endividamentos. Por conseguinte, isso nos leva a pensar o diagrama da sociedade de controle como possuidor de uma grande habilidade para admitir os indivíduos nas suas formas de endividamento. Neste caso, como falamos acima, o próprio Deleuze afirma, que o “homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado”.³⁸⁴

Entretanto, ao relacionarmos essa característica de endividamento do sistema de controle aos meios de confinamento, ou seja, a todo o *continuum* carcerário, à prisão, à fábrica, à escola, ao hospital, etc., também devemos levar em consideração que esse *continuum* teve sua importância não somente para a cura, educação e correção, mas, também, para a produção, fornecendo mão-de-obra barata à indústria e à agricultura do capitalismo do século XIX, quando ele estava no auge do seu desenvolvimento. Ou seja, aí, neste momento, essas estruturas institucionais serviam, através da disciplina, como modelos de inclusão dos indivíduos no modelo capitalista justamente por que este necessitava de uma mão-de-obra barata, treinada e qualificada. Todavia, para a sociedade de controle, essas estruturas de confinamento não terão mais o mesmo valor, ou seja, elas não são mais de inclusão, pois se observarmos o sistema carcerário americano na atualidade, o que assistimos hoje, conforme afirma Loïc Wacquant em seu livro, “As Prisões da Miséria”:

No momento de sua institucionalização na América de meados do século XIX, a reclusão era antes de tudo um método visando o controle das populações desviantes dependentes e os detentos, principalmente pobres e imigrantes europeus recém-chegados no Novo Mundo. Em nossos dias, o aparelho carcerário americano desempenha um papel análogo com respeito aos grupos que se tornaram supérfluos ou incongruentes pela dupla reestruturação da relação social e da caridade do Estado: as frações decadentes da classe operária e os negros pobres das cidades. Ao fazer isso, ele assume um lugar central no sistema dos instrumentos de governo da miséria, na encruzilhada do mercado de trabalho desqualificado, dos

³⁸³ HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. Éric Alliez.(org.); coordenação da tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Ed. 34, 2000. p.361.

³⁸⁴ DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. op. cit., p. 224.

guetos urbanos e de serviços sociais ‘reformados’ com vistas a apoiar a disciplina do trabalho assalariado dessocializado.³⁸⁵

Mais adiante ele fala que as prisões, hoje, servem para guardar e separar as populações desocupadas do espaço urbano, retirando-as dos guetos e das favelas, mas não com objetivo de punir ou de corrigir a criminalidade; ao contrário, justamente para fazer uma limpeza das cidades, dado que o modelo disciplinar não tem mais por objetivo a obtenção daquela mão-de-obra para o trabalho; pois, hoje, em torno de 20% da população ativa do planeta não tem vaga ligada ao mercado de trabalho. Portanto, Wacquant aponta ao se referir as prisões e ao mercado de trabalho desqualificado:

Que o sistema penal contribui diretamente para regular os segmentos inferiores do mercado de trabalho – e isso de maneira infinitamente mais coercitiva do que todas as restrições sociais e regulamentos administrativos. Seu efeito aqui é duplo. Por um lado, ele comprime artificialmente o nível do desemprego ao subtrair à força milhões de homens da ‘população em busca de emprego’ e, secundariamente, ao produzir um aumento do emprego no setor de bens e serviços carcerários, setor fortemente caracterizado por postos de trabalho precários.³⁸⁶

Isto é, aí nós temos uma nova aplicação do modelo prisional nos Estados Unidos que segue, conforme afirma Wacquant, o modelo neoliberal que foi desenvolvido nos anos sessenta e setenta, nos Estados Unidos, e que, logo em seguida, foi adotado pelos governos europeus também.

No entanto, como indica Michael Hardt, a “passagem da sociedade disciplinar à sociedade de controle se caracteriza, inicialmente, pelo desmoronamento dos muros que definiam as instituições”.³⁸⁷ tendo em vista a própria crise das disciplinas nas sociedades industrializadas como apontou Foucault. Se examinarmos a interpretação de Michael Hardt sobre Gilles Deleuze e Félix Guattari, que observam o capitalismo sempre em imanência e preenchendo novos campos na sociedade, veremos que o “desmoronamento dos muros das instituições que caracteriza a passagem para a sociedade de controle constitui uma passagem para o campo de imanência, para uma nova axiomática social, talvez mais adequada a uma soberania propriamente capitalista”.³⁸⁸

³⁸⁵ WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Trad. André Telles. RJ: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 96.

³⁸⁶ *Id.*, *Ibid.*, pp. 96-97.

³⁸⁷ HARDT, M. A sociedade mundial de controle. *In: Gilles Deleuze. op. cit.*, p. 358.

³⁸⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 372.

Com isso, pode-se dizer que, apesar de todas as críticas e resistências feitas ao sistema capitalista, sua capacidade de auto reciclagem é muito grande e sua nova moldura parece estar na chamada sociedade mundial de controle. Porém, o fato de avaliar o fim das instituições como imposição da Economia talvez não seja um ponto à ser considerado, mas é certo que as relações econômicas do capitalismo lhes darão um novo rosto e fôlego.

Contudo, se examinarmos pelo lado do desempenho, talvez não de todas, mas de algumas instituições, como a prisão, a escola, o hospital psiquiátrico, o manicômio, a fábrica, podemos nos perguntar se realmente há um esforço para manter essa rede de estruturas que, em muitos casos apontam para o fracasso desde o seu princípio, caso, principalmente da prisão. Com esse problema, observa-se que desde o início dessas instituições se “pensou” em medidas para reformá-las e sempre que foram reformadas, mesmo assim, suas reformas nunca atenderam às demandas de uma população global que cresce assustadoramente desde o início do desenvolvimento industrial. Isso se dá também pelo fato das instituições não terem sido espalhadas qualitativa e quantitativamente para acompanhar o crescimento da população que deveriam atender. Ou seja, a sua capacidade de absorção não acompanhou o crescimento populacional. Podemos ainda falar da prisão que atende às reincidências dos delinquentes; do hospital psiquiátrico que tem grande número de doentes mentais que retornam porque não são curados. Porém, no geral, as instituições, não conseguem absorver todos os indivíduos de uma sociedade para curar, educar, produzir, corrigir, etc..³⁸⁹

Outro fator à considerar é que uma sociedade como a nossa, ao mesmo tempo disciplinar e de controle, conforme observa-se, não está preocupada em construir mais instituições com seus fins específicos para absorver uma população e suas necessidades, tendo em vista que, esta mesma sociedade, manteve e ampliou, ao ar livre, os guetos e as favelas. Ao continuar esses amontoados urbanos, poderíamos dizer que uma das características da arquitetura desta sociedade, é produzir uma relação de medo entre os indivíduos. Esse medo se manifesta por causa das periferias, favelas e guetos, que estão lançando diariamente seus olhares ao centro onde funciona o gerenciamento econômico, político, bélico, etc., do sistema implantado pela sociedade capitalista.

³⁸⁹ Prova disso, é a forma como sobrevivem as instituições disciplinares ou como vivemos na fila hospitalar, com os altos índices de analfabetos e os desempregados.

É esse sistema bélico policial, que mantém afastado para a periferia uma parcela da população, porém, não mais mantida em vilas e casas operárias sob o controle de quem detinha os meios de produção como no começo da sociedade industrial. Temos, agora, esse grande aparato bélico policial não somente para proteger uma parcela de privilegiados que vivem em uma paisagem urbana dos “espaços fechados das galerias comerciais, das auto-estradas e dos condomínios com entrada privativa”,³⁹⁰ mas, também, para empurrar a outra parcela da população a um lugar nessa arquitetura, ao seu lugar, ao espaço suburbano, ou seja, às grandes prisões a céu aberto, representadas pelos guetos e as favelas, longe e esquecidas pelas políticas públicas. O funcionamento dessas grandes cidades de subsistência gira em torno daquilo que chamamos de cidades industrializadas:

A arquitetura e o urbanismo de certas megalópoles, como Los Angeles e São Paulo, tenderam a limitar o acesso público e a interação, criando, antes, uma série de espaços interiores protegidos e isolados. Poderíamos igualmente observar que o subúrbio parisiense se tornou uma série de espaços amorfos e não-definidos que favorecem o isolamento, em detrimento de qualquer interação ou comunicação.³⁹¹

Esse novo cenário social produz uma espécie de sociedade da “encenação de olhares”, em que os infinitos olhares da grande pobreza que habita os subúrbios das cidades, invadem o centro e são invadidas por olhares que saem do centro em sua direção, ao subúrbio. Esses olhares chocam-se com a outra paisagem, com a outra realidade. É esse olhar que produz o medo, pois quando ele sai da periferia, atravessa, a cada instante, a sociedade menor que está no centro, que, por sua vez, é o palco de observação para esses infinitos olhares que saem das suas prisões ao ar livre. Esse ir ao centro não é só dos olhares, mas do corpo, que no momento oportuno vai em busca de subsistência, mesmo que seja através da violência, sem preocupação se está ou não causando danos à sociedade. Olhando por este lado, como observa Deleuze, veremos que “o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas”.³⁹²

Por conta disso, investe-se muito na atualidade na cultura do medo, que é cada vez mais comum em nossa sociedade, e, para diminuir a angústia desta sociedade amedrontada,

³⁹⁰ HARDT, M. A sociedade mundial de controle. In: **Gilles Deleuze**. *op. cit.*, p. 360.

³⁹¹ *Ibid.*, p. 360.

³⁹² DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. *op. cit.*, p. 224.

crece a preocupação com a vigilância dos acessos, a gestão tecnológica dos espaços, a ativação de mecanismos que controlam a passagem dos indivíduos e a posição que cada um ocupa em áreas protegidas. Essa preocupação é ainda mais incitada pelas empresas de segurança, que oferecem seus produtos e serviços para contornar os perigos decorrentes da proximidade com a diferença.³⁹³

Então, todos nós somos alertados, principalmente pela televisão, por programas sensacionalistas que nos mostram todo o tipo de “marginal” e nos apontam fórmulas para solucionar ou diminuir o nosso medo de todas as tensões sociais, a partir de modernos métodos e aparelhos para a nossa segurança, que vão desde equipamentos eletrônicos a agentes treinados, e, a todo instante, temos uma invasão de produtos de segurança que são lançados no mercado. Todo o medo que é incitado na população em todas as direções, faz parte dos dispositivos e das estratégias das empresas de segurança, pois elas compreendem que toda a divulgação serve como uma “forma de dissuadir os futuros transgressores. Mas serve também como uma estratégia de *marketing* para divulgar as novas mercadorias e reforçar a necessidade de adesão a esses operadores de vigilância por parte daqueles que desejam ver seus bens e sua vida preservados³⁹⁴.”

É pelos aparelhos de segurança que temos, a partir, principalmente de câmaras destinadas a observação e a vigilância – como um grande panóptico monitorado por satélites – que podemos perceber umas das características mais marcantes da sociedade de controle. Ou seja, apesar de estarmos no meio de uma mesclagem de diagramas, o da sociedade de controle e o da sociedade disciplinar e o fato de sermos um número, uma cifra ou uma senha “dividual”, também estamos em uma sociedade em que cada indivíduo é um ponto de resistência, que atravessa o limiar de suas fronteiras, produzindo, no imaginário e no real, a violência e o medo. Se somos apenas uma senha para o controle, então, obviamente, somos indivíduos controlados, porém, ao mesmo tempo, incontrolados, um foco, uma resistência.

Seguindo a leitura de Hardt sobre Francis Fukuyama, vemos que ele afirma estarmos em infinitos “conflitos menores e interiores” em cada nação, pois torna-se cada vez mais difícil nomear o inimigo, “parece que há, em todos os lugares, inimigos menores e imperceptíveis. O fim da crise da modernidade engendrou uma proliferação de crises

³⁹³ MONSANO, Sonia Regina Vargas. **Sorria, você está sendo controlado: resistência e poder na sociedade de controle**. São Paulo: Summus, 2009, pp. 90-91.

menores e mal definidas na sociedade imperial de controle”.³⁹⁵ Por isso, pode-se afirmar que enquanto na “era” disciplinar os indivíduos juntos formavam uma maquinaria humana, na sociedade de controle um único indivíduo pode representar uma maquinaria, porque o “controle é, assim, uma intensificação e uma generalização da disciplina”.³⁹⁶

Considerando a pertinência desta análise, podemos afirmar que atualmente não é sob o temor de um pequeno número de delinqüências que vivemos, mas sim de uma delinqüência numerável, em parte controlada; sendo que outra parte, a maior, foge do controle da alçada jurídica. Observa-se que “atualmente o código civil tende a rebentar por todos os lados e o código penal conhece uma crise igual à da prisão”.³⁹⁷ Então, na sociedade de controle, a estrutura judicial tende a não atender sua demanda. Prova disso é a afirmação de Deleuze, apontando para “a pirataria ou os vírus de computador”,³⁹⁸ como substitutos das greves e das “sabotagens”, algo que está fora do controle judicial.

Para Deleuze, as formas de delinqüência e de resistência também se organizam juntamente com a sociedade de controle, assim como em qualquer outro tipo de sociedade. A pirataria é uma dessas formas ou as duas ao mesmo tempo. Hoje ela movimenta, ou representa, em certos setores da produção, uma grande parte daquela produção que entra no controle tributário dos Estados. Essa pirataria faz circular uma economia à parte dentro da economia registrada pelas empresas e nações.

A pirataria utiliza-se de milhões de distribuidores que são agenciados cotidianamente como: camelôs, muambeiros, laranjas, mascates, etc., por todo o globo, que agem como se fossem uma espécie de efeito colateral do sistema capitalista, assim como são os estelionatários, funcionando como focos individuais de resistência ao modelo econômico por que também provocam rombos no comércio, nas empresas e em indivíduos particulares. A pirataria é um tipo de delinqüência ou de ilegalidade que se renova e não deixa de existir entre a passagem de um diagrama à outro, pois ela está presente nos últimos

³⁹⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 91.

³⁹⁵ HARDT, M. A sociedade mundial de controle. In: **Gilles Deleuze...** *op. cit.*, p. 361.

³⁹⁶ *Ibid.*, p. 369.

³⁹⁷ BELLOUR, Raymond e EWALD, François. Signos e acontecimentos. In: **Dossier Deleuze**. Carlos Henrique de Escobar (org.). Rio de Janeiro: Hólom Editorial, 1991. p.28.

³⁹⁸ DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. *op. cit.*, p. 216.

séculos em nossas sociedades e vem se modulando conforme vão surgindo novas tecnologias e elas fazem parte da produção de todo o tipo de produtos. Orlandi Observa-se que

inovações no campo da cibernética, as inovações tecnológicas, operando globalmente ao ritmo de fluxos financeiros, vêm reduzindo quantitativa e qualitativamente a necessidade de força humana de trabalho apendicular, sem que isso seja compensado por um aumento equivalente do número dos funcionários da concepção. (...) Esse quadro fica ainda mais complicado com a generalização do desemprego, mal compensado pela propagação do trabalho clandestino, pela nomadização da força humana de trabalho, pela multiplicação de pequenas e médias firmas prestadoras dos mais variados serviços.³⁹⁹

Desse modo, a pirataria pode ser uma compensação a todos esses problemas. No entanto, ao vermos conforme a lei, todos os tipos de pirataria são considerados formas de delinqüência porque assombam o sistema com práticas ilegais. Porém, se pensarmos conforme os distribuidores agenciados, a seus olhos, devem usar todos os recursos para assegurar o seu capital ilegal (por que não dizer, o seu produto negociável ou a sua empresa ambulante), para que chegue até o destinatário, por infinitas maneiras, sem a interferência policial, e, para isso, os meios mais utilizados podem ser a corrupção e a violência. Portanto, os agenciados da pirataria são resistentes do sistema ao mesmo tempo em que são delinqüentes.

Quanto a sabotagem através do vírus do computador, pode-se dizer também que é uma forma de resistência, ao mesmo tempo em que é uma forma de delinqüência, funcionando também como um efeito colateral do sistema capitalista. O sabotador, ao se comunicar, transmite o vírus afetando um programa ou um sistema, criando, assim, uma ilegalidade. Pode-se dizer por aí, que delinqüência e resistência se confundem no mundo informatizado, pois não se pode afirmar onde é o limiar de uma e de outra, principalmente quando se trata de *rackers* que conseguem descobrir senhas e entrar em bancos de dados secretos, por exemplo: das forças armadas, da receita federal, de bancos ou de Estados, por diversão ou distração. Ou por delinqüência mesmo: quer dizer, roubar dados, entrar em contas e coisas desse gênero. No entanto, ao se falar sobre essa resistência, não se deve afirmar que ela sirva somente para redimensionar a Sabotagem na informática.

Uma sabotagem na rede eletrônica é parte do controle contínuo, ela é apanhada produtivamente, é acesso a saberes procedentes de fluxos que se

³⁹⁹ ORLANDI, Luiz B. L. Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos? In: **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. op. cit., pp. 225-226.

misturam: há uma educação em rede, como na Internet, que estimula uma criação autodidata que se separa dos controles das ciências humanas e cria conhecimento. Diante da tradição do saber aristocratizado da cultura ocidental, a rede democratiza saberes.⁴⁰⁰

Uma outra questão apontada no texto de Deleuze, sobre a sociedade de controle, é em relação à fábrica como um sistema fechado e sua forma de produção com assalariados, que está progressivamente sendo substituída pela empresa, que representa um sistema aberto e exige a qualificação permanente dos trabalhadores, colocando-os em rivalidades. Agora o trabalhador não é mais vigiado e sim motivado, para contrapor-se um ao outro, de maneira tal que o salário venha por mérito. Daí percebe-se como o tema da “educação nacional” tende a entregar a escola para a empresa. “É assim que se propõe a avaliação contínua, a formação permanente, a parceria com as empresas e esses mecanismos para melhorar a qualificação do operariado”.⁴⁰¹

A empresa se empenha em fazer jogos e corridas por prêmios, elaborando concursos e desafios, incentivando através dos “cômicos colóquios” para levantar a autoestima e eleger o funcionário do mês. A escola é misturada em meio a isso e levada para dentro da empresa até o corpo de funcionários, através de palestras, conferências, e outros, para fazê-los espiarem-se com a

excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo (...). Com efeito, assim como a empresa substitui a fábrica, a formação permanente tende a substituir a escola, e o controle contínuo substitui o exame. Este é o meio mais garantido de entregar a escola à empresa.⁴⁰²

Entremeio a isso, a educação que também está em crise, entra para a sociedade de controle com uma nova forma de se apresentar ao seu público. Considerando a diminuição nas últimas décadas do ensino fechado, teremos uma educação transmitida não somente no espaço escolar, mas numa espécie de escola ambulante e tecnificada, ou, poderíamos dizer melhor, através de cursos itinerantes. Deleuze afirma que os projetos de reforma da escola não existem, o que existe é uma liquidação desse modelo e, ao mesmo tempo em que se está liquidando este

⁴⁰⁰ PASSETTI, Edson. Anarquismos e sociedade de controle. In: **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. *op. cit.*, p. 135.

⁴⁰¹ GALLO, Silvio. **Deleuze e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 110.

⁴⁰² DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. *op. cit.*, p. 221.

modelo, os cursos e a formação geral ou profissional se estendem à outros domínios. Deleuze fala do “operário – aluno ou o executivo – universitário”.⁴⁰³ No primeiro caso, se falarmos do Brasil, podemos citar cursos que são levados ao chão da fábrica, possibilitando a operários, em intervalos de trabalho, a conclusão do ensino fundamental ou médio.

Essa ida do ensino ao chão da fábrica representa uma forma de transmitir os elementos mínimos necessários ao operário para que este se integre a um novo mundo de sinalizações, ao mundo das distinções de funções, de peças e botões com nomes complicados para poderem operar as novas máquinas da sociedade de controle, considerando que essas apresentam uma complicação um pouco maior para sua operação do que aquelas da sociedade da disciplina. Todo esse conjunto que engloba a escola, para Deleuze, “explicitaria também a tecnificação da escola nas sociedades de controle, com uma relação cada vez maior com as empresas”.⁴⁰⁴ Essa tecnificação da escola é muito mais ampliada, pois para quem tem acesso à Internet é possível fazer um curso a distância, sendo que nesse caso o segundo grupo, do “executivo – universitário” é que tem a possibilidade maior para cursar.

Ainda nesta escola itinerante com suas tecnificações, temos o telecurso, o curso à distância, o curso por correspondência e por teleconferências, entre uma série de outros cursos. Em alguns países, já se pensou em projetos direcionados a diminuição da figura do professor em sala de aula, (pelo menos em parte), o qual deve ser substituído pelo aparelho televisor e o computador, com um controle centralizado que distribui o ensino de maneira generalizada, podendo ser em nível local, regional ou nacional, semelhante a “1984”,⁴⁰⁵ ou como um grande panóptico controlado à distância, como observa Deleuze

O que está sendo implantado, às cegas, são novos tipos de sanções, de educação, de tratamento. Os hospitais abertos, o atendimento a domicílio, etc., já surgiram a muito tempo. Pode-se prever que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional – um outro meio fechado –, mas que os dois desaparecerão em favor de uma terrível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo (...). Num regime de controle nunca se termina nada (...). Face às formas próximas de um controle incessante em meio aberto, é possível que os confinamentos mais duros nos pareçam pertencer a um passado delicioso e benevolente.⁴⁰⁶

⁴⁰³ *Id., Ibid.*, p. 216.

⁴⁰⁴ GALLO, Silvio. **Deleuze e a educação**. *op. cit.*, p. 110.

⁴⁰⁵ ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

⁴⁰⁶ DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. *op. cit.*, p. 216.

Em relação à crise do hospital, entre suas novas formas que entram em choque com o confinamento, podemos apontar, a “setorização, os hospitais – dia, o atendimento a domicílio”,⁴⁰⁷ pois, segundo Deleuze, foram as primeiras alternativas do próprio modelo disciplinar para atingir uma extensão além do hospital. No entanto, essa liberdade do hospital atingida pela disciplina, passa a ter rivalidades com o controle que integra seus mecanismos em meio a essas liberdades.

Podemos ver a crise do hospital, como indica Deleuze, conforme ele entra em um novo regime, no qual a nova medicina não tem médicos nem doentes, em que todos os indivíduos estão controlados pela “cifra” ou “senha”, através do seu corpo. Isto é, com o mapeamento genético é possível distinguir o indivíduo ou os grupos propensos a desenvolver determinada doença. De maneira que cada corpo torna-se uma senha da “biotecnologia” que faz um controle rígido por uma medicina sem hospital.

A nova ordem espera uma purificação a partir dos conhecimentos da biotecnologia para fazer a “medicalização e a prevenção absolutas por meio da aceleração do processo de ‘endocolonização’ dos corpos com os produtos fabricados pela indústria biotecnológica atual”.⁴⁰⁸ Neste trabalho, as empresas também entram em cena, pois a partir desse desenvolvimento biotecnológico, os produtos industrializados passam pelos processos que levarão à colonização e ao controle do corpo. Dentro dos parâmetros da megaindústria, “a publicidade não cessa de anunciar alimentos que previnem doenças, superenriquecidos, diante dos quais os demais alimentos não passam de seus primos pobres”.⁴⁰⁹ Ao tratar sobre este tema, Jurandir Freire Costa afirma que:

Fatos anatomofisiológicos, antes relegados à esfera da competência médica, hoje fazem parte de discussões e comentários na linguagem cotidiana. Poucas coisas, atualmente, entusiasma tanto os indivíduos quanto discutir sobre taxas de colesterol, posturas anatomicamente corretas, sensações de bem-estar físico recém-descobertas ou alimentação saudável, livre de corantes químicos, agrotóxicos ou mutação transgênicas.⁴¹⁰

⁴⁰⁷ *Ibid.*, p. 220.

⁴⁰⁸ SANT’ANNA, D. B. de. Transformações do corpo: controle de si e uso dos. In: **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. *op. cit.*, p. 105.

⁴⁰⁹ *Id.*, *Ibid.*, pp.104-105.

⁴¹⁰ COSTA, Jurandir Freire. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 78.

Pelo fato de Deleuze apontar o dinheiro como um dos principais fatores que marcam a transição da sociedade disciplinar à de controle, pode-se dizer que a utilização e exploração dos mais importantes benefícios proporcionados pelo desenvolvimento biotecnológico serão feitas por uma elite econômica. Isto porque as ações dos laboratórios que passam pelas bolsas são valorizadas conforme os projetos de pesquisa que geram lucratividade econômica; desta forma, os projetos de pesquisa podem ser elaborados com essa finalidade pelos grandes conglomerados empresariais. Portanto, podem controlar e definir qual linha de pesquisa deve ser desenvolvido, conforme seus interesses.

Temos aí, a partir do desenvolvimento da biologia, uma dimensão de saberes a serem investigados no campo político, científico e do poder e que podem definir estratégias sobre a vida. Foucault falou das formas de poder que ele denominou de “biopoder”, uma característica nova do poder dentro da sociedade ocidental, que nasce ainda dentro do diagrama da sociedade disciplinar, que, no entanto, a todo instante, toma novas características nesta nova sociedade em formação, pois, a todo o momento, temos uma explosão de novas fórmulas, tecnologias, pesquisas, experimentos que fazem surgir novos campos de conhecimentos que ficam ao encargo da biologia e que são constantemente utilizados como novas formas de controle dos indivíduos. Foucault afirma que esse poder se incumbiu “da vida em geral, com o pólo do corpo e o pólo da população”.⁴¹¹ Ou seja, em relação ao corpo ele deve desvendar seus segredos para cuidá-lo e tratá-lo, prevenindo suas possíveis enfermidades. Como afirma Paul Virílio:

Não queremos mais somente viver melhor, com o conforto e o consumo de bens ou de medicamentos, mas viver mais fortemente, desenvolver a intensidade nervosa da vida através da ingestão de produtos biotecnológicos que completariam assim os alimentos e outros produtos químicos mais ou menos estimulantes.⁴¹²

Da mesma forma, o biopoder age em relação à população, por isso esse poder incidiu diretamente sobre a vida. Esse poder é diferente da forma de ação do poder disciplinar que age sobre os corpos dos indivíduos pelas instituições, “essa nova modalidade de poder estende seus tentáculos sobre as populações, sobre os grandes grupos

⁴¹¹ FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. de Maria Ermantina Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. – (Coleção tópicos), p. 302.

⁴¹² VIRILIO, Paul. **A arte do motor**. Trad. Paulo Roberto Pires. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 107.

sociais”.⁴¹³ Se considerarmos que a população, estando em uma sociedade de controle, em que grupos de privilegiados, como tudo indica, estarão ou estão no controle de um “biopoder” que tem a função de gerir a vida, devemos observar que, ao transitarmos de um diagrama a outro, certamente, junto com essa transição, surgem novos instrumentos de dominação. Por exemplo, se tomarmos a guerra de raças, transformada em racismo no interior de uma sociedade, conforme fala Foucault nas aulas de 1975 e 1976, em que o

domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder.⁴¹⁴

Se considerarmos isso e analisarmos pelo lado do investidor, obviamente sabemos quem está no controle do biopoder e tem acesso a todos os métodos sofisticados no que se trata de pesquisas biológicas, para manter e prolongar a vida, e com poder para decidir e selecionar o que se deve fazer e o que se deve preservar, seja em relação a uma espécie vegetal, animal ou a uma raça. Ainda, ao se tratar da produção de medicamentos ou prevenções de doenças, é claro que fica nas mãos de um pequeno grupo decidir para qual raça ou doença se deve direcionar a atenção do capital. Se assim for, estamos nas mãos de um grupo de investidores.

Portanto, esse tipo de controle, pode muito bem definir o tipo de raça que se quer perpetuar. Por isso e outras coisas que Deleuze nos diz que não devemos somente “temer ou esperar, mas buscar novas armas”⁴¹⁵ para lutar em favor da liberdade, em detrimento dos instrumentos de dominação.

⁴¹³ GALLO, Silvio. **Deleuze e a educação**. *op. cit.*, p. 105.

⁴¹⁴ FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France**. *op. cit.*, p. 304- 305.

⁴¹⁵ DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. *op. cit.*, p. 220.

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços – tempos, mesmo de superfície ou volume reduzido (...) É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle”.⁴¹⁶

Em relação ao sistema prisional, Deleuze aponta que “a busca de penas ‘substitutivas’ ao menos para a pequena delinqüência, e a utilização de coleiras eletrônicas que obrigam o condenado a ficar em casa em certas horas do dia”,⁴¹⁷ representa a crise da prisão. Como afirma Hardt, a crise das instituições atinge todo o campo social em que o fim dos muros impossibilita distinguir o que é o fora e o dentro. Como observamos, a crise que atinge a prisão se estende a outros campos sociais como a família nuclear, que também apresenta sua crise. No entanto, a família nuclear continua existindo assim como a prisão, o hospital, a escola, enfim, todo o *continuum*. Prova disso é que continuamos “ainda em família, na escola, na prisão, e assim por diante. Portanto, no colapso generalizado, o funcionamento das instituições é, ao mesmo tempo, mais intensivo e mais disseminado”.⁴¹⁸

Michael Hardt coloca esse ponto de vista comparando as instituições com o sistema capitalista, pois, para ele, o capitalismo a cada instante está se esfacelando e tomando intensidade da mesma forma que as instituições em crise, mesmo se esfacelando, continuam a se espalhar.

Finalmente, na afirmação deleuziana, estamos transitando para o fim dos muros dos hospitais, quartéis, prisões, escolas, orfanatos, etc., para provocar o surgimento de novas instituições. No pequeno texto em que Deleuze remete-se a essa discussão, ele não descreve o caminho que cada instituição tomaria, apenas aponta caminhos e elementos para entender essa nova sociedade em formação. Para ele, no momento em que o confinamento entra em crise na sociedade disciplinar, passamos dessa sociedade à modulação flexível e contínua não mais do internato, mas dos “controlatos”.

⁴¹⁶ *Id., Ibid.*, p. 218.

⁴¹⁷ *Idem*, p. 225.

⁴¹⁸ HARDT, M. A sociedade mundial de controle. *In: Gilles Deleuze: uma vida filosófica. op. cit.*, p. 369.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: VER E SER VISTO NAS MÁQUINAS MICRO-DIAGRAMÁTICAS

Se discutimos em alguns momentos deste trabalho, de forma talvez um pouco exaustiva, sobre a disciplina e sua principal máquina: o panóptico, foi para mostrar o seu funcionamento e como ela age sobre o indivíduo Moderno a partir da sua forma arquitetônica, que se utiliza do “visível” e do “enunciável”, assim como descreve Deleuze. Utilizando essa mesma ideia do panóptico como o modelo diagramático que distribui as relações de forças ou de poder com suas próprias estratégias na sociedade disciplinar, e com o arquivo do saber com suas técnicas, tendo em vista que essas são as duas principais formas que se desenvolvem nessa estrutura através da fórmula “ver sem ser visto”, que gera o poder para o observador, e, partindo também da demonstração de Foucault sobre a crise das instituições disciplinares, o fracasso de algumas ou a tentativa de abolição de outras, queremos aqui para concluir este trabalho, discutir esta fórmula do “ver sem ser visto”, que foi a fórmula por excelência para que se produzissem as relações de poder-saber nos micro-diagramas. Ou seja, queremos mostrar que talvez esta fórmula funcione não somente para quem observa, mas que ela funciona também para as multiplicidades constantemente vigiadas, e que, possivelmente, pode ser que seja este um dos motivos que levaram essas estruturas à derrocada – não a crise generalizada – pois, como mostramos no último capítulo desta tese, o que as coloca em crise são os novos mecanismos de controle que surgem depois da segunda guerra mundial; no entanto, o fato de que o indivíduo observado também observa pode ter contribuído para o fracasso de algumas delas.

Considerando que, dentro das instituições, a produção de saber, pelo menos aqueles que estão relacionados com o controle do corpo, são efeitos do poder que se estabelece entre os indivíduos, como afirma Foucault, de alto a baixo, de um lado ao outro e de forma transversal, isso significa dizer que essas estruturas produzem poder e saber tanto para quem observa como para quem está sendo observado. Ou seja, podemos ter uma ideia de uma fórmula que é um “encontro de olhares”, ou melhor, algo que constitui uma situação de “ver e de ser visto”, pois todos sabem que estão sendo vistos, mas também todos têm a noção de que vêem também e que influenciam a partir deste ver. Obviamente

que esta forma de ver não é a mesma de quem vigia, mas o fato de que o observado sabe que está sendo visto, é prova de que ele sabe como a estrutura funciona, e, por isso mesmo, quem está sendo observado, consegue, de certa forma, manipular a estrutura.

O que estamos querendo dizer com isso é que, se pensarmos como as relações de forças ou de poder são exercidas entre os indivíduos, segundo Foucault, perceberemos que essas relações funcionam se movimentando tanto de um lado como para o outro, de alto para baixo e vice-versa e, também, que elas se cruzam em uma transversalidade ou como em uma meada onde os pontos e os nós dessas relações se encontram em determinado momento, considerando que não há centralidade do poder, ou um ponto fixo de onde ele emana. Então, a partir dessa fórmula, podemos talvez tentar demonstrar alguns motivos que levaram as estruturas da disciplina a apresentar seu fracasso, que é o caso da prisão, já no começo do século XIX, e de algumas outras estruturas que entraram em crise no decorrer do século XX.

Portanto, a conclusão que tentaremos desenvolver aqui é que o sujeito que está constantemente sob observação, também tem a visão da instituição em que está inserido, e, por isso mesmo, influencia diretamente a organização dessa instituição e a maneira de seu funcionamento, ao mesmo tempo que produz um tipo de autonomia no seu interior e se auto produz. É ele, de certa maneira, que determina o funcionamento do espaço em que está, seja na escola, na prisão, no orfanato, na fábrica, assim como em outras instituições disciplinares. Salvo, talvez, algumas que envolvem a saúde e o poder médico, mas, mesmo essas estão sujeitas às mudanças provocadas pelos sujeitos que as frequentam mais que pelo próprio poder médico.

Claro que, se falarmos do hospital, sabemos que o poder médico está presente em toda a estrutura dessa instituição, principalmente quando se trata da relação do poder médico sobre os pacientes, pelo simples fato de que ele detém o saber médico, pois é ele que tem o conhecimento necessário para o internamento, isolamento, tratamento, diagnóstico e cura, e também, é o médico que tem o papel de indicar as regras técnicas para o funcionamento de tais instituições. Contudo, devemos lembrar que parte da influência no funcionamento da máquina hospitalar está nas mãos do público que a utiliza, pois esse público se movimenta, reclama, interdita os centros de saúde porque produz resistência

contra a forma que este modelo atua com a população. E isto vale para as instituições públicas como para privadas, pois estas últimas têm uma clientela mais exigente por que paga, portanto, exige constantemente sua adequação e readequação, do contrário se perde a credibilidade e a clientela pagante. Já as instituições públicas de saúde se disciplinam pelas exigências e resistências provocadas pelo público, que faz com que sejam tomadas medidas políticas e administrativas a favor ou contra certos modos de funcionamento da máquina-hospital, por que esse público sabe como ela funciona, se bem ou mal.

Já na escola, percebe-se uma certa emancipação do aluno frente à estrutura disciplinar; pois, em certos aspectos, essas estruturas já não dão mais conta de fazer efetivamente o controle e a formação do aluno. Ainda, resta saber, se as escolas estão preparadas para educar com as novas formas que a sociedade atual de controle impõe, considerando que, os alunos, em parte, vivem com aparelhos da sociedade de controle, enquanto certas escolas ainda vivem com os mecanismos, métodos e técnicas da disciplina. Se a crise ou decadência da estrutura disciplinar, como o próprio Foucault já apontava, é um fato real na atualidade, nos colocamos a pensar se realmente as instituições pedagógicas estão conseguindo desenvolver seu papel para o qual continuam sendo designadas, qual seja, como estruturas com o projeto ou modelo para educar.

Por isso estamos dizendo que já não faz mais tanto sentido dizer ou utilizar o argumento de que o aluno sabe que está sendo vigiado, regulado, dominado ou que somente ele está sob o controle de alguém, ou seja, do aparelho ou da máquina educacional. Isso se dá justamente por que ele, o aluno, sabe muito bem como essas estruturas funcionam, com todos os seus programas disciplinares, suas regras de condutas, formas de exame/prova, controle das ausências e presenças, das políticas educacionais ou a própria política estatal enquanto mantenedora do sistema educacional, entre tantas outras formas de controle. Isso porque, tanto o aluno como os pais, bem como todo o conjunto de profissionais que fazem parte do sistema educacional: professores, psicólogos, coordenadores pedagógicos, diretores, assistente social, associações de pais e mestres, sindicatos, etc., todos sabem como funciona o aparelho político direcionado à instituição escolar.

O estudante também vê ou percebe o descaso do aparelho político ou dos próprios políticos com relação à educação. Porém, não queremos aqui entrar em tais

problemas, pois a maioria ou quase todos esses problemas são sabidos por todos. Enfim, somente para apontar algumas lacunas que ficam em aberto pelas administrações políticas, poderíamos citar como exemplo a falta de verba para as escolas e as conseqüências que isso gera, tais como: escolas sucateadas: sem segurança (o que torna a escola em certos locais, um ponto de venda de todo o tipo de entorpecente mais do que um local de educação); escolas sem materiais para os educadores incentivarem os alunos; baixo incentivo para o transporte dos estudantes e a falta de uma alimentação adequada; falta de incentivo para os professores como: salários, inexistência de planos de saúde tanto física quanto psicológica adequada para tais profissionais; falta de um plano de carreira com estímulos; o excesso de hora/atividade semanal. Tais problemas provocam stress e outros tipos de enfermidades tanto psíquicas quanto somáticas em todos os que estão ligados a esses aparelhos.

Todo esse conjunto de desmotivações são maiores que as motivações e fazem com que a qualidade da educação caia a níveis baixíssimos. Essa mesma desmotivação contribui para que a estrutura disciplinar não possa cumprir com o seu papel de fomentadora de um indivíduo que possa produzir conhecimentos no nível esperado. E isso também leva ao desmascaramento e desmantelamento desta máquina disciplinar, e faz com que aquele que estava somente sendo visto sem ver, há muito tempo também veja. Esse ser visto e ver ao mesmo tempo, demonstra que o aparelho educacional, há muito tempo não está totalmente sob o controle de quem pensa estar controlando, mas, quem está sendo controlado, também controla. E nesse ponto, não podemos deixar de pensar no aparelho prisão, pois nele, podemos dizer que, há muito tempo, quem controla, em grande parte, são as organizações criminosas, e o controla de tal maneira que faz essa estrutura funcionar a seu favor.

Esse aspecto de controle que estamos pensando, também a partir do vigiado/observado, se dá pelo fato de que, no momento em que este indivíduo sabe como funciona tal aparelho no qual está inserido, passa a utilizar todos os tipos de artifícios e formas de persuasão para atingir seus objetivos e fazer tal aparelho funcionar a seu favor, pois se ele sabe o restante da sua aprendizagem já não fica mais ao encargo do sistema de educação escolar, mas o indivíduo se torna autônomo e ao mesmo tempo resistente ao modelo educacional. Se falarmos da escola no Brasil, por exemplo, onde o Estado quer

diminuir custos e essa diminuição de custos incide diretamente na qualidade da educação e formação do sujeito, e que, no entanto, este indivíduo sabe que não passa de um mero banco de dados ou de um “punhado” de números para o Estado, e que, esse mesmo Estado, não o quer retido em uma determinada série por reprovações, portanto, o aluno aprende somente a porcentagem que a prova/exame, ou a escola, exigem de sua aprendizagem para que ele não fique retido na mesma série.

Portanto, o aluno se torna autônomo por que o restante da sua formação já não se dará mais de forma direta e efetiva pela instituição educacional, mas se dará por conta do próprio aluno, ou seja, ele aprende aquilo que quer aprender por si mesmo, sem a influência de um mestre ou professor. Na sociedade atual ele desenvolve outras maneiras para adquirir conhecimento que irá contribuir para a sua própria formação enquanto sujeito, a partir da utilização de instrumentos que não são mais aqueles proporcionados pelo professor/mestre, muito menos pelas regras estabelecidas pelo sistema educacional/escolar.

E ao falar que o aluno produz resistência ao modelo escolar não se quer dizer que ele desrespeita totalmente esse modelo. Claro que o estudante, dentro de um certo limite, respeita as regras do sistema educacional, limite este que se estende até o ponto em que ele percebe que o aparelho em que está inserido não está preocupado efetivamente com ele como afirmam os discursos institucionalizados. Portanto, a partir daí, quando percebe esse descaso ou abandono, percebe que há uma falha do olho do poder ou que este olho não está lá onde supostamente deveria estar, por conseguinte, percebe, também, que não está mais totalmente sob o domínio deste aparelho, no entanto, ainda se vê preso nele e que ainda, apesar de todo o descaso, quer lhe ditar normas. Nesse instante, ele se rebela contra o aparelho, e aí se torna um resistente, e, contudo, a partir daí, o aparelho deveria mudar ou estar constantemente em transformações, em reformas, em rupturas com certos valores e práticas para poder gerir seu projeto com mais eficiência, e, no caso do aluno, ele sabe que isso não ocorre com o aparelho educacional, então, o aluno irá se auto construir, e esse auto construir-se, agora, é construir-se do jeito que ele quer, sem a influencia do modelo escolar.

Essa autoconstrução se dá por outros instrumentos, outras máquinas que encontramos na sociedade de controle e que fazem parte da vida cotidiana de cada um, que são os novos sistemas tecnológicos da atualidade que abordamos no último capítulo como:

a televisão, a informática e seus computadores, a internet, filmes, vídeos, jogos; todas as influências que são exercidas pelo *marketing* e toda uma série de outros artifícios que estão presentes no cotidiano da vida de cada indivíduo. Mas não somente ou simplesmente se recorre a esses recursos tecnológicos para fundamentar sua formação, mas aos colegas, amigos e aos grupos aos quais se pertence dentro da sociedade e a todas as relações que se estabelecem nessa cadeia que acabam se tornando relações de saber e de aprendizagem. Então, enquanto a escola trabalha com a ideia de que os alunos estão sob seus domínios, pode-se perceber que eles não estão somente sob esse domínio, mas que estão impondo certo tipo de domínio, pelo simples fato de que não dependem totalmente desta instituição para fundamentar aquilo que eles querem ser, pois buscam novos caminhos nessas alternativas para sua formação e aquisição de conhecimentos novos.

É neste aceitar ou receber e impor certo domínio – não somente na estrutura disciplinar da escola, mas em qualquer outra também – que se desenvolvem as resistências ao modelo das instituições que tentam ser constituído, pois há quanto tempo não é mais ou não é somente a força do Estado que domina ou mantém certo controle sobre o sistema penitenciário? E isso por acaso seria diferente com a fábrica? Ou seja, desde o início do sistema fabril, não são os operários, que estando ligados diretamente ao “chão da fábrica”, desenvolvem cotidianamente todo o tipo de técnicas ou de pequenas “gambiarras” para facilitar ou aprimorar a eficiência das máquinas e dos produtos?

Entre as estruturas da disciplina, conforme entende Foucault, a nosso ver, talvez a escola esteja entre as primeiras das instituições, depois das prisões, que o indivíduo está, há muito tempo, colocando em xeque, testando sua funcionalidade, não necessariamente para ver o seu fim, mas, pelo menos, para provocar nela certa desestruturação na sua forma de agir sobre os indivíduos e seus corpos, pois ao sair da família, o primeiro contato que o indivíduo terá, será com a creche/escola, que é uma estrutura disciplinar, que tem as mesmas características para a vigilância e normalização. Porém, suas relações se estendem de forma bem mais ampla, e, em alguns casos, mais fechada e em outras mais abertas do que a família. Contudo, se a escola não consegue desenvolver já na criança certo anseio em estar presente dentro de si, em certo momento, quando ela, depois de passar por vários anos atrelados nesse modelo, passa a perceber que pode se rebelar contra esse aparelho para

alterá-lo, e ele o fará, mesmo sabendo que isso implica em sua formação ou educação.

O fato de a escola ensinar ao indivíduo a desenvolver outro tipo de conhecimento, que é diferente daquele que ele aprende em sua família faz com que ele aprenda, desde cedo também, certo conhecimento de como funciona automaticamente essa estrutura com toda sua rede de relações de força e de poder-saber dentro dela. Aí ele percebe que não está mais em casa, mas que está na escola, e passa a comparar as formas de funcionamento das estruturas e percebe que elas são semelhantes em certos aspectos; portanto, começa a agir para descobrir todo o funcionamento das engrenagens deste aparelho e, ao mesmo tempo, passa a por em xeque a estrutura educacional pela resistência ativa e constante nos espaços da escola. Este xeque dado pelo aluno acontece em todas as instâncias e em toda a rotina escolar, pois no momento em que ele percebe que simplesmente faz parte de um conjunto de números para quem governa, ele instaura sua resistência.

Portanto, nessa resistência já está implícita a ideia ou o desejo de mudanças, mutações ou rupturas de algo que ele não deseja mais, e, conseqüentemente, já estão presentes, neste momento, as relações de forças que passam a atuar em formas variadas de resistências, e, como afirma Foucault, elas podem acontecer de forma silenciosa ou a partir de agitações ou movimentos, seja onde for, em instituições ou em qualquer forma da organização da sociedade, pois Foucault colocou as resistências no plural.

Que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. Mas isso não quer dizer que sejam apenas subproduto das mesmas, sua marca em negativo, formando, por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota. As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como interlocutor irreduzível.⁴¹⁹

Por conseguinte, nessas resistências aos modelos institucionalizados da escola, uma das primeiras coisas que é colocada em xeque é o modelo de exame/prova, pois aí o

⁴¹⁹ FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. op. cit., pp. 91-92.

próprio aluno percebe que ele precisa somente uma porcentagem muito baixa de aproveitamento escolar, e, nessa porcentagem, ele sabe que ainda pode influenciar no final da soma total para não ficar retido na mesma série. Ou seja, os professores/educadores, os coordenadores pedagógicos, os diretores, os psicólogos, a escola, o sistema educacional e o próprio Estado, são neste momento, postos à prova, e todos devem fazer “malabarismo” para poder passar esse aluno adiante. É neste ponto que o aluno vence o Estado e toda a cadeia que está abaixo dele dentro da instituição educacional, pois aí deverão ser criados infinitos artifícios dentro dessa estrutura de vigilância/normalização e dominação/controlê – pois a avaliação se multiplicará em mil facetas diferentes como: provas, trabalhos, recuperação, exame final, conselhos de classes, etc. – para poder, no final das contas, ou no final do ano letivo, encaminhar o aluno para a série subsequente.

Ainda, em contrapartida, todos os indivíduos que estão sob vigilância e também aqueles que vigiam, em qualquer instituição, seja ela de curar, de educar, de punir ou de produzir, acabam entrando e contribuindo ao mesmo tempo para o desenvolvimento ou para o aparecimento de manifestações de certos distúrbios emocionais, físicos, psicológicos e profissionais, ou a própria estrutura propicia esses fatores, pois todos estão ligados direta e cotidianamente a essas redes que envolvem todos os aspectos do ser humano. Esses são aspectos que exigem um custo para a saúde tanto dos profissionais que trabalham nas instituições bem como daqueles que nelas estão inseridos. Ou seja, são certas enfermidades provocadas principalmente nos profissionais que atuam nessas estruturas, e que são necessários anos de tratamento ou até mesmo o afastamento permanente. Portanto, isso também se torna um fator que produz certa desmotivação para que novos agentes se profissionalizem para trabalhar nessas estruturas, pois elas produzem certo descrédito na população externa por conta disso.

Contudo, se pensarmos o fracasso da prisão que há muito tempo foi detectado, como o fracasso de um tipo de estrutura disciplinar/panóptica, podemos perceber, no entanto, que em outras estruturas, só foi possível detectar certas ineficiências mais tardiamente. Se entramos no meio de uma crise generalizada de todas as instituições disciplinares, é por que uma série delas, foi talvez, como diz Deleuze, “gerenciando sua agonia” com um pouco mais de cautela, mas que, na atualidade, todas enfrentam uma série

de dificuldades para serem geridas, e, ao se perceber essa agonia, percebe-se que elas demonstram certo fracasso em alguns aspectos de seu funcionamento.

Se Foucault, ao apontar o começo do século XIX como o momento em que já havia sido detectado o fracasso da prisão, que foi denunciada na época como o grande fracasso da justiça penal, pelo fato de não diminuir os crimes e as reincidências, por conseguinte, também se pode dizer que aí já se inicia o primeiro grande fracasso do modelo da disciplina. Nas palavras de Foucault:

Desde o começo a prisão deveria ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola, a caserna ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade.⁴²⁰

Somente a título de ilustração, vale a pena notar que, ao falar sobre o fracasso da prisão, notamos que este tema aparece descrito na literatura da época, por escritores como Dostoiévski, que passou preso de 1849 a 1854 em uma prisão na Sibéria. Essa sua detenção lhe rendeu inspiração para escrever o livro “A casa dos mortos”, publicado em 1862, como uma espécie de diário de um prisioneiro, no qual Dostoiévski descreve a vida na clausura e a inútil tarefa da prisão ao querer reformar os detentos. É claro que não devemos comparar a prisão da Sibéria com o modelo europeu do mesmo período, sem um aprofundamento maior; no entanto, vale destacar uma passagem deste livro para perceber a maneira pela qual Dostoiévski observava o modelo prisional, pois, para ele:

os presídios, mesmo com trabalhos forçados, de primeira, segunda ou terceira categoria, isto é, em minas, pavimentações, artesanato e degredo temporário ou perpétuo, longe estão de reformar o delinqüente; são locais puramente de castigo, garantindo teoricamente a sociedade da renovação de atentados outros por parte de tais indivíduos que por isso são segregados dela. O encarceramento, o trabalho pesado, só hipertrofiam no recluso o ódio, a sede de instintos, sendo que complementarmente acarretam indiferença e marasmo espiritual. Não resta dúvida de que o tão gabado regime de penitenciária oferece resultados falsos, meramente aparentes. Esgota a capacidade humana, desfibra a alma, avilta, caleja e só oficiosamente faz do detento ‘remido’ um modelo de sistemas regeneradores. Na verdade esse ‘reajustado’ não é senão um ex-vivente, um despojo, um casulo murcho e inibido. Pode-se ver que o delinqüente exacerba cada vez mais sua rebeldia, que se organiza em potencial de

⁴²⁰ *Idem. Microfísica do poder.* op. cit., pp. 131-132.

rancor. Para ele, a sociedade errou, e ele então quis castigá-la. Ou, quando não, o castigo que ele, sim, teve, uma vez cumprido é automaticamente uma absolvição, antes mesmo do termo já se considerando ele de contas feitas com a sociedade.⁴²¹

Nas análises de Foucault, este fracasso da instituição prisional vem movendo-se desde o seu princípio em duas direções. Em primeiro lugar, pelo fato de não ter um efeito corretivo, apesar de ser esta sua pretensão, a prisão não pune apesar de agir com o rigor de suas técnicas. Em segundo lugar, porque constitui um duplo erro econômico: de forma direta pelo custo de sua organização, e de forma indireta pelo custo da delinquência que não consegue reprimir. Desde o seu início falou-se em reformar a prisão, mas a pauta de discussões para tais mudanças foram sempre as mesmas máximas fundamentais formuladas há mais de 150 anos.

Contudo, apesar do sistema carcerário apresentar-se numa concepção em três tempos sucessivos, ou seja, a prisão, seu fracasso e a reforma, Foucault prefere vê-la como um sistema histórico simultâneo que sobrepôs a ideia jurídica de privação de liberdade, com todas as suas regulamentações que nunca foram verdadeiramente questionadas, e que, portanto, continua enraizando-se em nossa sociedade, mostrando que o seu fracasso é acompanhado pela sua manutenção.

Com isso, podemos dizer que o panóptico como uma grande máquina abstrata ou de agenciamento concreto, assim como qualquer outra máquina, fornece elementos para que todos aprendam e saibam como elas funcionam. Assim também como todos aprendem e sabem como funcionam o direito penal e suas leis, a política, a educação, a produção, a punição, a correção, etc., claro que não se sabe por inteiro, mas pelo menos todos têm uma noção que abrange todo o campo social e o funcionamento de toda a máquina seja ela concreta ou abstrata. Portanto, sabe-se que ao longo da história da humanidade, sempre se produziram e aperfeiçoaram formas variadas de máquinas, e todas essas máquinas sempre estiveram presentes na formação da subjetividade dos indivíduos; mas, ao mesmo tempo, sempre a humanidade esteve tentando encontrar meios de fuga de certos tipos de máquinas. E para melhor fugir delas, é necessário conhecê-las.

Nesta fuga ou nesta mutação de certos aparelhos ou máquinas, podemos dizer,

⁴²¹ DOSTOIEVSKI, Fiodor. **A casa dos mortos**. São Paulo: Editora Edibolso S.A., 1978. p. 20-21.

também, que o homem sempre está em pleno desenvolvimento de suas atividades para produzir formas de resistências, e, cada vez que isso ocorre, há uma mudança também em sua subjetividade. Deleuze, ao tratar sobre quais são as nossas verdades hoje, se pergunta:

Que poderes é preciso enfrentar e quais são as nossas possibilidades de resistência hoje, quando não podemos nos contentar em dizer que as velhas lutas não valem mais? E será, acima de tudo, que não estamos assistindo, participando da ‘produção de uma nova subjetividade’? As mutações do capitalismo não encontram um ‘adversário’ inesperado na lenta emergência de um Si como foco de resistência? Cada vez que há uma mutação social, não há um movimento de reconversão subjetiva, com suas ambigüidades, mas também seus potenciais?⁴²²

Se isto é verdade, os motivos que nos levam a essa fuga ao longo da história são muitos e variados. Podem ser para fugir da dominação física, subjetiva ou intelectual; da dor ou do sofrimento; das condições políticas ou culturais; da opressão, da servidão ou da escravidão; da repressão ou da guerra. Pois, de uma forma ou de outra, essas fugas existem e são formas de lutas, de resistências e de produção de novas subjetividades. E nelas nós nos encontramos com todo tipo de máquinas que nos colocam em tais condições. E, a todo instante, estamos tentamos nos livrar delas. E essas tentativas se dão nas lutas, nas fugas que nos levam, ou em que nos deixamos ser levados, para outras condições, que são, ou podem ser nossa ida ao encontro de outros tipos de máquinas, que nós aceitamos e queremos, dependendo de nossas condições históricas. Pois, como diz Deleuze, “as condições não são ‘apodíticas’, mas problemáticas. Sendo condições, elas não variam historicamente, mas variam com a história”.⁴²³ Contudo, nesse processo de mutação social e de transformações de subjetividades em que se discutem as condições históricas, Deleuze mostrará que

Em Foucault, tudo é colocado em variáveis e variação: as variáveis do saber (por exemplo, os objetos e sujeitos como variáveis imanentes do enunciado) e a variação das relações de formas; as singularidades variáveis do poder e as variações das relações de forças; as subjetividades variáveis, e a variação da dobra ou da subjetivação.⁴²⁴

Portanto, nesse jogo histórico, as máquinas estão presentes, pois podemos querer sair de uma máquina de opressão ou de dominação política – nazismo/fascismo, por

⁴²² DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 123.

⁴²³ *Id.*, *Ibid.*, p. 122.

⁴²⁴ *Idem*, p. 124.

exemplo – e procurar outra em que possamos exercitar nossa liberdade e construir nossa subjetividade. Ou, se hoje tentamos uma fuga do Capitalismo, é também para fugir da opressão, da exclusão ou das formas de dominação deste modelo; do trabalho exaustivo nesta grande máquina na qual somos as principais engrenagens, ou talvez, simplesmente, para podermos exercitar nossa preguiça, pois como dizia o poeta e escritor Mario Quintana, “a preguiça é a mãe do progresso. Se o homem não tivesse preguiça de caminhar, não teria inventado a roda”,⁴²⁵ e a roda, se não é por excelência, a mãe de todas as máquinas, é pelo menos a engrenagem principal do progresso tecnológico em toda a nossa história.

Assim, do mesmo modo que tentamos fugir de certos agenciamentos concretos, também fugimos das grandes máquinas abstratas como a política. Pois, em determinado momento, se buscou uma fuga do feudalismo, das monarquias, do Stalinismo, do Fascismo, do Nazismo, ou se tenta sair das “garras” do capitalismo na atualidade, considerando também que todos esses sistemas foram ou são grandes formações diagramáticas com suas próprias relações de forças ou de poder que agem para capturar os indivíduos. Assim também se foge do conjunto de leis, obedecendo-as. Não se é um fugitivo da lei somente porque se é, ou foi, um infrator, mas por se obedecer a lei, sem entrar aqui em questões éticas ou morais, é também uma forma – talvez menor – de resistência para não ser capturado pelos agenciamentos concretos, porque todos sabem como funcionam essas máquinas de captura, como, por exemplo, as prisões, e quem sabe como elas funcionam, não quer fazer parte desta máquina-prisão e suas regras, então foge do conjunto das leis, conhecendo-as e permanecendo nelas, ou seja, cumprindo as regras estabelecidas pelos códigos que determinam se se vai ou não para tal ou tal máquina.

Não estamos de forma alguma dizendo aqui que estamos ou devemos estar em guerra com as máquinas e que devemos nos desfazer delas. Pelo contrário, buscamos a fuga sim, de algo que tenta nos dominar, pois queremos sair, sim, de máquinas que nos causam sofrimentos e procuramos desenvolver outras que nos proporcionem maior conforto, prazer e segurança. Pois, como já afirmamos, as máquinas, sejam elas abstratas ou concretas, estão presentes em todo o nosso processo civilizatório, e, como afirma Félix Guattari:

Na verdade, não tem sentido o homem querer desviar-se das máquinas já

⁴²⁵ QUINTANA, Mario de Miranda. **A preguiça como método de trabalho**. São Paulo: Ed. O Globo – 2000.

que, afinal das contas, elas não são nada mais do que formas hiperdesenvolvidas e hiperconcentradas de certos aspectos de sua própria subjetividade – e estes aspectos, diga-se de passagem, não são daqueles que o polarizam em relações de dominação e de poder.⁴²⁶

Partindo, então, desta ideia de que há uma fuga ou uma resistência a certas máquinas por diversos motivos, assim como se fugiu das máquinas do suplício pelo sofrimento pela dor e pela humilhação, a tentativa de fuga da máquina panóptica/disciplinar não é diferente, os motivos sim é que podem sê-lo. E, por acaso foi diferente com a aristocracia grega, romana e com toda a nobreza feudal e monárquica que sempre tiveram horror a todo tipo de instrumento tecnológico como o arado, a enxada ou os instrumentos de tear, etc., por estes estarem associados ao trabalho de subsistência? No entanto, todos os tipos de instrumentos técnicos sempre estiveram ligados ao desenvolvimento social e ao diagrama de cada época. Na reflexão de Deleuze referente a certas máquinas e equipamentos, ele mostra o seguinte:

Que é preciso que os instrumentos, é preciso que as máquinas materiais tenham sido primeiramente selecionadas por um diagrama, assumidas por agenciamentos. Os historiadores deparam freqüentemente com essa exigência: as armas chamadas hoplíticas são tomadas nos agenciamentos da falange; o estribo é selecionado pelo diagrama do feudalismo; o pau escavador, a enxada e o arado não formam um progresso linear, mas remetem respectivamente às máquinas coletivas que variam com a densidade da população e o tempo de pousio. Foucault mostra, a esse respeito, como o fuzil só existe enquanto instrumento em ‘um maquinário cujo princípio não é mais a massa imóvel, mas uma geometria de segmentos divisíveis e componíveis’. A tecnologia é então social antes de ser técnica. Ao lado dos altos-fornos ou da máquina a vapor, o panoptismo foi pouco celebrado... Mas seria injusto confrontar os processos disciplinares com invenções como a máquina a vapor... Eles são muito menos e, entretanto, de certo modo, são muito mais.⁴²⁷

Com isso, podemos tomar como exemplo o camponês, que ao longo da história sempre foi aperfeiçoando seus instrumentos de trabalho para garantir com mais eficácia as necessidades de subsistência do grupo social ao qual pertencia ou, simplesmente, para se livrar dos trabalhos exaustivos. Assim como faz o operário dentro da sociedade industrial. Como afirmamos acima, ele sempre está inventando novas técnicas ou “gambiarras” com

⁴²⁶ GUATTARI, Félix. Da produção da subjetividade. In: **Imagem-máquina: A era das tecnologias do virtual**. André Parente (org.) Tradução de Rogério Luz. Rio de Janeiro. Ed. 34, 2001. 177.

⁴²⁷ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 49.

objetivos semelhantes. Ou seja, o que são essas grandes máquinas disciplinares de tratamento psíquico-mental, de produção, de trabalho, de corrigir, de educar, de punir se não máquinas que desenvolvem técnicas que têm sua ligação imediata com um campo social, que, em determinado momento da história da nossa sociedade sentiu sua necessidade de implantação? “E se as técnicas, no sentido estrito da palavra, são tomadas nos agenciamentos, é porque os próprios agenciamentos, com suas técnicas, são selecionados pelo diagrama,⁴²⁸ e aí, no diagrama da disciplina, essas máquinas tiveram sua necessidade de implantação em dado momento histórico.

A partir disso, queremos dizer também que o diagrama da disciplina, caracterizado pelo aparelho panóptico como uma grande máquina de produção de subjetividade, aparece como uma necessidade de um dado momento no campo social. Se pensarmos a sociedade do século XVII, por exemplo, que vai internar o louco, por que ainda não o reconhecia como louco, e, como Foucault mostra, esse internamento será uma contribuição para a “experiência da loucura”, que terá como auxílio, o modo de “exílio” e o modelo do leproso. Tudo isso somente se faz, de certa forma, por que houve um medo social do insano, portanto, se usam os leprosários como uma máquina que serviu para depósito da loucura, isto é, naquele momento, houve essa necessidade social do internamento do insano. O que hoje nós assistimos, vai no sentido contrário, ou seja, vivemos uma tentativa de se livrar dessa máquina de presa psíquica, pois já não se tem tanto medo da loucura como um mal que deve ser separado do quadro social. Como diz Foucault, na entrevista com o título “Poder e Saber”:

Viveu-se, durante séculos, com a ideia de que, se não os internássemos em primeiro lugar, isso seria perigoso para a sociedade; em segundo, isso seria perigoso para eles próprios. Dizia-se que era preciso protegê-los contra eles próprios internando-os, que a ordem social arriscava ser comprometida. Ora, assiste-se, hoje, a uma espécie de abertura geral dos hospitais psiquiátricos – isso se tornou bastante sistemático – e se percebe que isso não aumenta de modo algum a taxa de perigo para as pessoas sensatas.⁴²⁹

Então, desde Pinel e depois Tuke, que vão liberar os loucos de suas correntes no decorrer do século XVIII, pode-se perceber a distância entre o momento dessa liberação

⁴²⁸ *Id., Ibid.*, p. 49.

⁴²⁹ FOUCAULT, M. Poder e Saber. In: **Estratégia, poder – saber**. op. cit., pp. 233-234.

dos acorrentados para os dias atuais, em que está em pauta, a discussão para uma possível liberação de certos tipos de loucos do hospital psiquiátrico. O que esses dois médicos fizeram, principalmente Pinel, se não foi a abolição de um tipo de instrumento, ou seja, das correntes? E, por conseguinte, põe-se em decadência tal modelo, livrando “os loucos de suas correntes, sem esconder o outro acorrentamento, mais eficaz, ao qual os destinava”⁴³⁰, como diz Deleuze. E disso se pode dizer que, neste período – de Pinel até a atualidade – o que é que ocorre se não é uma substituição de um tipo de máquina para por um outro tipo em funcionamento? Claro que com objetivos diversos e variados, ou como o próprio Foucault afirma, no livro “História da Loucura”, no capítulo “Nascimento do Asilo”, que não se pode afirmar com certeza as intenções de Pinel quando faz essa liberação.

Essa liberação de que fala Foucault, poderia ter sido para o desenvolvimento de um projeto que fazia parte de um programa de reorganização, para abrir um domínio de liberdade, que serviria para a verificação do louco. Poderia ter sido por razões políticas para definir um campo asilar puro, para poder abolir os critérios que separavam a população de dentro do asilo e poder misturar todos, inclusive aqueles que eram perseguidos políticos que se encontravam internados ou presos no período da Revolução. “É, sem dúvida, impossível saber ao certo aquilo que Pinel tinha a intenção de fazer quando decidiu a liberação dos alienados”⁴³¹, mas, para Foucault, isso não importava nessa ambigüidade que marca a obra de Pinel e o sentido que ela terá no mundo moderno como:

Constituição de um domínio onde a loucura deve aparecer numa verdade pura, ao mesmo tempo objetiva e inocente, mas constituição desse domínio sobre um modo ideal, sempre indefinidamente recuado, com cada uma das figuras da loucura misturando-se com a não-loucura numa proximidade indiscernível. Aquilo que a loucura ganha em precisão em seu esquema médico, ela perde em vigor na percepção concreta; o asilo, onde ela deve encontrar sua verdade, não mais permite distingui-la daquilo que não é sua verdade. Quanto mais ela é objetiva, menos é certa. O gesto que a liberta para verificá-la é ao mesmo tempo a operação que a dissemina e oculta em todas as formas concretas da razão.⁴³²

De qualquer forma, a liberação das correntes ou a ideia de uma não internação de determinados tipos de loucos na atual sociedade, representa, nada mais ou nada menos,

⁴³⁰ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 63.

⁴³¹ FOUCAULT, M. **História da Loucura**. op. cit., p. 467.

⁴³² *Id.*, *Ibid.*

do que uma fuga conseguida, no caso de Pinel em relação às correntes, e uma tentativa de fuga ou de abolição desta máquina atual que é o hospital psiquiátrico, que, por sua vez, não deixa de ser uma grande máquina como qualquer outra, assim como é a escola, a prisão, a fábrica, etc., de que, na sua maioria, sempre se tenta uma fuga, pois nem todos gostam ou querem estar ligados a elas cotidianamente.

Da mesma forma como houve a necessidade da implantação da grande máquina que é o hospital psiquiátrico para separar o insano dos espaços sociais, ocorreu com a máquina prisão, pois Foucault, ao observar que o final do século XVIII foi responsável pelo rompimento com uma série de ilegalidades que eram toleradas no Antigo Regime, também mostrará, que na passagem deste século para o XIX, reaparecem vários novos ilegalismos que poderiam ter acabado, mas que se tornam ameaças por reatarem novas relações no espaço social. Como mostramos em outros momentos deste trabalho, Deleuze considera que esta questão em torno da lei e do ilegalismo é um dos pontos mais profundos tratados no livro *Vigiar e Punir*, pois significa dizer que a lei, em determinado momento, estava inserida diretamente em uma dominação de tipo ideológica, que estava de, certa forma, ligada a um aparelho de Estado, ou seja, a máquina judiciária e sua máquina punitiva principal: a prisão.

É esta noção que Deleuze vai apontar como algo que sustentava o princípio da legalidade que Foucault havia observado, pois aí se considerava a lei como uma das expressões do poder repressor do Estado. No entanto, Foucault, ao analisar a questão dos ilegalismos e da delinquência, suplantará esta ideia e também fará uma inversão do par “lei-ilegalismos”, por uma relação mútua entre “ilegalismos-lei”, pois para ele:

A lei é sempre uma composição de ilegalismos, que ela diferencia ao formalizar. (...) A lei é uma gestão dos ilegalismos, permitindo uns, tornando-os possíveis ou inventando-os como privilégio da classe dominante, tolerando outros como compensação às classes dominadas, ou, mesmo, fazendo-os servir à classe dominante, finalmente, proibindo, isolando e tomando outros como objeto, mas também como meio de dominação.⁴³³

Portanto, como o próprio ilegalismo terá sua importância para ambas as classes, isso somente foi possível porque houve uma nova distribuição das leis no final do século

⁴³³ DELEUZE, G. **Foucault**. op. cit., p. 39.

XVIII, e Foucault vai apontar, em *Vigiar e Punir*, três processos que ajudaram a definir esses novos ilegalismos. Um dos fatores foi o surgimento de novas dimensões políticas que as ilegalidades populares assumiram por duas maneiras: uma com finalidades de mudar o governo e a estrutura do poder através da recusa da lei, enfrentamentos e pilhagens; a outra, pelos movimentos políticos de operários e de partidos republicanos que se apoiavam nas ilegalidades que existiam. Outro fator foi a recusa da lei e de regulamentações impostas pela classe burguesa sobre as terras e as fábricas, fazendo surgir ilegalidades camponesas e operárias. Por fim, a terceira, foi o surgimento de uma criminalidade que tende a se especializar em pequenos roubos praticados por marginais isolados.

Tudo isso tinha como pano de fundo as novas leis para a propriedade, o recrutamento forçado para as atividades que envolviam a produção dentro da sociedade industrial, e uma legislação pesada em relação às ausências, o que contribuía para a vagabundagem operária andar junto com a delinquência. Por isso, para Foucault, a máquina prisão não erra ao fracassar, porque ela faz aparecer uma forma particular de ilegalidades, ou seja, esta máquina teve sua serventia para determinado fim no momento em que ocorreu sua implantação no início do desenvolvimento da sociedade industrial, por que ela contribuiu para:

estabelecer uma ilegalidade, visível, marcada, irreduzível a um certo nível e secretamente útil – rebelde e dócil ao mesmo tempo; ela desenha, isola e sublinha uma forma de ilegalidade que parece resumir simbolicamente todas as outras, mas que permite deixar na sombra as que se quer ou se deve tolerar. Essa forma é a delinquência propriamente dita.⁴³⁴

Ou seja, há aí, neste momento histórico, uma necessidade da instalação da máquina prisão, considerando que ela será e terá o papel fundamental de gerenciar as ilegalidades permitidas, pois quando Foucault diz que a prisão cria a delinquência, está afirmando que ela também ajuda a controlar as outras ilegalidades por se relacionar com elas, pois somente pelo fato de a prisão estar sob o domínio dessas ilegalidades, ela já se torna menos perigosa e útil política e economicamente para o modelo capitalista da época. É daí que surge o sucesso da máquina prisão para Foucault, porque ela objetiva, especifica e consolida a delinquência como uma ilegalidade e consegue gerir outras práticas ilegais, porque a delinquência é entendida por Foucault como:

⁴³⁴ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. op. cit., p. 230.

Um duplo sistema penalidade–delinqüente. A instituição penal, com a prisão no seu centro, fabrica uma categoria de indivíduos que entram num circuito junto com ela: a prisão não corrige; ela chama incessantemente os mesmos; ela constitui, pouco a pouco, uma população marginalizada, utilizada para fazer pressão sobre as ‘irregularidades’ ou os ‘ilegalismos’ que não se pode tolerar.⁴³⁵

Portanto, pode-se dizer que essas ilegalidades permitidas talvez sejam parte dos motivos que levam os criminosos à reincidência; também podemos dizer que é por aí que esse aparelho fracassa, porque não consegue punir adequadamente e nem reeducar como deveria, conforme o projeto inicial ao qual a prisão se propôs, como afirma Foucault. Entretanto, não é somente este aparelho que é reincidente. Sabemos, há tempos, que o hospital psiquiátrico também tem um alto índice de reincidência, e isso demonstra que ele também não consegue atingir seu objetivo que é o de curar, mas simplesmente tratar a loucura. Obviamente que no caso do hospital psiquiátrico, isto não tem relação somente com suas técnicas e sua estrutura, mas também com a própria psiquiatria, pois até onde se sabe, ela não tem nenhuma fórmula para curar a loucura.

Por conseguinte, temos as reincidências tanto dos loucos no hospital psiquiátrico tanto quanto dos delinquentes nas prisões. Também sabemos que a prisão, com todos os seus agentes e profissionais a ela ligados, nem de longe tem produzido materiais, documentos, registros ou estudos que possam nos dar uma pista de como tratar ou pelo menos diminuir a intenção de criminalidade no delinquente. O mesmo pode-se dizer, de certa forma, da escola, pois todo o sistema educacional do qual fazemos parte ainda hoje, também está longe de produzir uma escola que seja voltada para a formação integral da criança, com métodos criativos que tornem o espaço escolar um atrativo para elas de maneira tal que as faça ter vontade ou desejo de ir e permanecer dentro de sua estrutura. E, se há reincidências nas prisões, é por que elas conseguem arrastar o delinquente para o seu interior e manipulá-lo no momento em que está fora delas, fato esse que talvez a escola não conseguiu ou não consiga fazer ainda hoje.

Contudo, a escola que tem a mesma característica que as outras estruturas disciplinares, deveria ter também esse alto índice de reincidências, e percebe-se que ela, assim como as outras instituições tem este índice de reincidência, mas, também sabemos,

⁴³⁵ *Idem. Resumo dos cursos do Collège de France.* op. cit., p. 43.

que grande parte das reincidências ocorre ao longo da vida dos indivíduos, já com a prisão, a reincidência é quase imediata. Se pensarmos uma criança ou um adolescente, por exemplo, quando abandona a escola, desde a primeira vez que o faz, acaba entrando e saindo dela diversas vezes, e, geralmente, não acaba sua formação em tempo hábil, e vai reincidir novamente na escola, quando já está na fase adulta, porque sente a necessidade de uma formação mais adequada, que é uma exigência de outra estrutura disciplinar que é a fábrica, porque esta exige uma qualificação que, por sua vez, faz gerir ou sustentar outra estrutura disciplinar que é a família. Enfim, isso tudo demonstra alguns aspectos do porquê Foucault aponta o fracasso e a crise dos sistemas disciplinares, pois ele percebeu que essas estruturas não respondem, não correspondem ou não estão funcionando adequadamente como deveriam, conforme o modelo de sociedade no qual estamos entrando desde as primeiras décadas do século XX.

Finalmente, disso se segue que, o fato de Foucault afirmar que o modelo panóptico/disciplinar está em decadência, seja talvez por que o indivíduo não se verga para o modelo ou instituição que tenta se impor sobre ele, ao contrário, esse indivíduo usa sua resistência e sua esperteza para por em xeque o modelo que tenta dobrá-lo. Portanto, a disciplina panóptica, seja ela no modelo da prisão, da escola, da fábrica, do hospital, do hospital psiquiátrico, etc., está, em certos aspectos, dominando ainda. Mas lá, quando ela nasceu, nasceram junto com ela seus focos de resistência com suas estratégias de confronto, que formularam suas próprias relações de força que começaram a conduzi-lo ao seu fim, e, como percebemos, a sociedade de controle veio para dar o golpe de misericórdia nesse modelo de estrutura de fechamento e de isolamento.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, Tomás. **Los Senderos de Foucault**. Buenos Ayres : Nueva Visión, 1989.
- ALLIEZ, Éric. **Gilles Deleuze: uma vida filosófica** / Éric Alliez (org.); coordenação da tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora 34, 2000. – (Coleção TRANS)
- APOSTOLIDÈS, Jean- Marie. **O rei máquina: espetáculo e política no tempo de Luís XIV**. Trad. de Claudio Cesar Santoro. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Trad. de José Cretella Jr. e Agnes Cretella. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1999.
- BELLOUR, Raymond e EWALD, François. Signos e acontecimentos. *In: Dossier Deleuze*. Carlos Henrique de Escobar (org.). Rio de Janeiro: Hólom Editorial, 1991
- BENTHAM, Jeremy. **O panóptico**. Organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BILLOUET, Pierre. **Foucault**. Trad. de Beatriz Sidou; revisão técnica Carlos José Martins. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. – (Figuras do saber / 6)
- BLANCHOT, Maurice. **Foucault como o imaginário**, tr. port. De M. S. Pereira e A. L. Faria, Lisboa, Ed. Relógio d'Água, s/d, 1987.
- CAIAFA, Janice, **Nosso século XXI – Notas sobre Arte, Técnica e Poderes**, Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 2000.
- CAPONI, Sandra, **Da compaixão à solidariedade – uma genealogia da assistência médica**, Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2.000.
- CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello, **Enredos de Clio – Pensar e escrever a história com Paul Veyne**, São Paulo, Editora Unesp, 2003.
- _____. **Ontologias Históricas segundo Deleuze/Guattari e Foucault: saberes, poderes e subjetivação**. Projeto CNPq. Edital MCT/CNPq. UNESP/ASSIS, 2007.
- _____. **Teoria das multiplicidades no pensamento de Gilles Deleuze**. Campinas, 1996. 358 p. (Doutorado em Filosofia). Departamento de Filosofia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- COELHO DE SOUZA, Sandra, **A Ética de Michel Foucault**, Belém, Ed. Cejup, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** (1972 – 1990). Trad. de Peter Pál P. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **Desejo e Prazer.** In. A diferença. Trad. Luiz Benedicto Lacerda Orlandi (Org.). Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

_____. **Foucault.** Trad. de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

_____ e GUATTARI, Felix. **Kafka Por uma literatura menor.** Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1977.

_____ **“Qu’est-ce qu’un dispositif?”** Texto de 1988, republicado em **Deux Regimes de Fous** como texto de número 50, pp. 316-325. Há uma tr. esp. desse texto “Que és un dispositivo?” In: *Michel Foucault, filósofo.* Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução especial de Wanderson Flor do Nascimento: “Que é um dispositivo?”, disponível na internet.

_____; Parnet, Claire. **Diálogos.** Trad. de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DERRIDA, J. e FOUCAULT, M., **Três tempos sobre a história da loucura,** Org. de M. C. Franco Ferraz, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

DOSTOIEVSKI, Fiodor. **A casa dos mortos.** Trad. de Fernando Pinto Rodrigues. São Paulo: Edibolso S.A., 1978.

_____. **Memórias do subsolo.** Trad. de Boris Schnaiderman. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Trad. de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault e seus contemporâneos.** Trad. de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

_____. **Michel Foucault – Uma biografia,** Trad. br. de A., Frist, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

ESCOBAR, Carlos Henrique de. **Dossier Deleuze.** / Carlos Henrique de Escobar (org.); Rio de Janeiro: Hólon Editorial, 1991.

_____. **Michel Foucault – O Dossier – últimas entrevistas.** / Carlos Henrique de Escobar (org.); Rio de Janeiro: Livraria Tauros Editora, 1984.

ESPOSITO, Roberto. **Bíos. Biopolítica y filosofía.** Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

EYMERICH, Nicolau. **Manual dos inquisidores.** Comentários de Francisco Peña; Trad. de Maria José Lopes da Silva. Rio de Janeiro: 2.ed. Rosa dos Tempos: Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, 1993.

FIMIANI, Mariapaola, **Foucault e Kant – Critique Clinique Éthique,** tr. Fr. De Nadine Lirzin, Paris, l'Harmattan, 1997.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito.** São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. – (Coleção campo teórico).

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** Trad. de Salma Tannus Muchail. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. – (Coleção tópicos).

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Trad. de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 2.ed. Rio de Janeiro: Nau editora, 2001.

_____. **Doença mental e psicologia.** Trad. de Lilian Rose Shalders. 3.ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1994.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).** Trad. de Maria Ermantina Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. – (Coleção tópicos).

_____. **Entrevistas,** trad. br. de Vera Portocarrero e G. G. Carneiro, Rio de Janeiro, Graal, 2006.

_____. **Estratégia, poder – saber.** Trad. de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e escritos; IV).

_____. **Eu, Pierre Riviere, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX.** Trad. de Denize L. de Almeida. 6.ed. RJ: Graal, 2000.

_____. **História da loucura na idade clássica.** Trad. de José Teixeira Coelho Netto. 6.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000. – (Coleção Estudos).

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres.** Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão de J. A. Guilhaon Albuquerque. 9. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

_____. **História da sexualidade III: o cuidado de si.** Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão de J. A. Guilhaon Albuquerque. 6^a. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **Microfísica do poder.** Organização e trad. de Roberto Machado. 16.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

_____. **O Nascimento da clínica.** Trad. de Roberto Machado. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1998.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975).** Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. – (Coleção tópicos).

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982).** Trad. de Andréa Daher; consultoria Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor., 1997.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Trad. de Raquel Ramallete. 25.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GADELHA, Sylvio, **Biopolítica, governamentalidade e educação – Introdução e Conexões a partir de Michel Foucault,** Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2009.

GALLO, Sílvio. **Deleuze e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. – (Pensadores e Educação, 3).

GINSBURG, Carlos. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.** Trad. de Maria Betânia Amaroso, José Paulo Paes e Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GROS, Frédéric. **Foucault y La filosofia antigua.** Frédéric Gros y Carlos Lévy. (org.) Buenos Aires: Nueva Vision, 2004

HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. *In: Gilles Deleuze: uma vida filosófica.* Éric Alliez.(org.); coordenação da tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Ed. 34, 2000.

INSITORIS, HEINRICH. **O martelo das feiticeiras.** Heinrich Kramer e James Sprenger; introdução histórica, Rose Marie Muraro; prefácio, Carlos Byington; trad. de Paulo Fróes. 15.ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2001.

LAROUSSE ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA/ Coord. Editorial Diego Rodrigues, Fernando Nuno (Estúdio Sabiá); lexicografia Thereza Pozzoli. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004.

KAFKA, Franz. **O veredicto e Na colônia penal.** Trad. de Modesto Carone. 2.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

KOHAN, Walter Omar. **Foucault 80 anos /** organizado por Walter Omar Kohan e José Gondra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

KREMER-MARIETTI, Angèle (Org.). **Introdução ao pensamento de Michel Foucault.** Tr. br. de C. A. C. Fernandes, Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LAROUSSE ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA/ Coord. Editorial Diego Rodrigues, Fernando Nuno (Estúdio Sabiá); lexicografia Thereza Pozzoli. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault.** 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Deleuze e a filosofia.** Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. **Foucault, a filosofia e a literatura,** Rio de Janeiro, Graal, 2000.

MAGALHÃES, Thereza Calvet de. **A filosofia como discurso da modernidade. Ética e Filosofia Política.** V.2, N.1. Juiz de Fora – MG, Jan/Jun/1997.

MATOS, Olgaria C.F. **Paris 1968: as barricadas do desejo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MEDEIROS, Paulo Tarso Cabral de. **Miríades por entre maio de 68 e o deserto.** In: Política e Trabalho 17. João Pessoa: PPGS-UFPB, 2001, pp. 11-15.

MERQUIOR, José Guilherme. **Michel Foucault ou o nihilismo de cátedra.** Trad. de Donaldson M. Garschagem. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MONSANO, Sonia Regina Vargas. **Sorria, você está sendo controlado: resistência e poder na sociedade de controle.** São Paulo: Summus, 2009

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis.** Trad. de Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores)

NALLI, Marcos, **Foucault e a Fenomenologia,** São Paulo, Ed. Loyola, 2006.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michel. **Império**. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ORLANDI, Luiz Benedicto Lacerda. **“Morada do Ente”**. Em D. Lins e P. P. Pelbart (Org.), *Nietzsche e Deleuze – Bárbaros e Civilizados*, São Paulo, Annablume Ed., 2004.

_____. **“Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos?”**, em RAGO, Margareth. ORLANDI, Luiz B. Lacerda e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DpeA editora, 2002, pp. 217-238.

ORTEGA, Francisco, **Amizade e estética da existência em Foucault**, Rio de Janeiro, Graal, 1999.

_____. **Para uma política da amizade – Arendt, Derrida, Foucault**, Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 2000.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Ed. Nacional, 1975

PARENTE, André. **Imagem-máquina: A era das tecnologias do virtual**. André Parente (org.) Tradução de Rogério Luz. R.J. Ed. 34, 2001.

PORTOCARRERO Vera. e CASTELO BRANCO, Guilherme. (Org.), **Retratos de Foucault**, Rio de Janeiro, Ed. Nau, 2000.

QUEIROS, André, **Foucault – O paradoxo das passagens**, Rio de Janeiro, Pazulin, 1999.

QUINTANA, Mario. **A preguiça como método de trabalho**. São Paulo. Ed. O Globo – 2000.

RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo, (Org.), **Figuras de Foucault**, Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2008.

RAGO, Margareth, ORLANDI, Luiz B. Lacerda e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DpeA editora, 2002.

RAGO, Margareth. **O efeito-Foucault na historiografia brasileira**. Tempo social: Revista de Sociologia USP, São Paulo, 7 (1-2): 67-82, outubro de 1995.

REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL Nº 3 – Biblioteca do Professor. Editora Positiva: **FOUCAULT PENSA A EDUCAÇÃO**, Brasília, 2006.

REVISTA *ESCRITOS* – Nº dedicado a **Michel Foucault**. Dpto de Sociologia – FFLCH – USP, São Paulo, 1994.

ROLNIK, Suely. “Toxicômacos de identidade: subjetividade em tempo de globalização”. In: LINS, Daniel (org.). *Cultura e subjetividade: saberes nômades*. Campinas: Papirus, 1997.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social**. Trad. de Antonio de Pádua Danesi. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VARGAS, Gonzalo Mongenegro, **La problemática del Cuerpo em Michel Foucault**, em Alcances, Rev. de Estudiantes de Filosofía, Universidad de Chile, Santiago, 2005, pp. 87-100.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. – (Pensadores e educação, 4)

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Trad. De Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª Ed. Brasília: Editora da UnB, 1995.

VIRILIO, Paul. *A arte do motor*. Trad. Paulo Roberto Pires. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

WEBGRAFIA

ORLANDI, Luiz B. L. **Lona preta e o passeio do esquizo**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=nzTRBBGxIs8&hl=pt-BR>. Acesso em: 10 de jun. 2009.